

# Temporalidades

REVISTA DE HISTÓRIA

V.6, N. 3 (set./dez. 2014)

ISSN 1984 -6150



**Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação  
em História, UFMG / [www.fafich.ufmg.br/temporalidades/revista](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/revista)**

## Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] / Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –  
v. 6, n. 3 (set./dez. 2014) – Belo Horizonte: Departamento de História,  
FAFICH/UFMG, 2014.

Quadrimestral a partir de 2013  
Títulos e resumos em português e inglês  
ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/revista>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade  
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Departamento de História.

CDD 901

## Publicação Indexada

Sumários.org

Periódicos Capes

Latindex

Diadorim

## Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG  
Av. Antonio Carlos, 6627 - Campus Pampulha.  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.  
31270-910 – Belo Horizonte/MG

*e-mail:* [temporalidades@gmail.com](mailto:temporalidades@gmail.com)  
[temporalidades@fafich.ufmg.br](mailto:temporalidades@fafich.ufmg.br)

*homepage:* [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – Dez/2014

## Expediente

### **Universidade Federal de Minas Gerais**

Reitor: Jaime Arturo Ramírez

### **Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

Diretor: Fernando de Barros Filgueiras

### **Departamento de História**

Chefe *pro tempore*: Kátia Gerab Baggio

### **Colegiado de Pós-Graduação**

Coordenador: Luiz Carlos Villalta

### **Editor Chefe**

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

### **Conselho Editorial**

Kellen Cristina Silva

Lucas Madsen da Silveira (Suplente)

Mateus Rezende de Andrade

Polyana Valente Vareto

Regina Mendes de Araújo

Rute Guimarães Torres

Virgílio Coelho de Oliveira Júnior

### **Conselho Editorial Consultivo Nacional**

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG)

Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismery Alves da Silva (UNIR)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

José Carlos Reis (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)

Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)

Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)

Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Paulo Pinheiro Machado (UFSC)

Raquel Costa Santos (UESB)

Regina Helena Alves da Silva (UFMG)

Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

Samantha Viz Quadrat (UFF)

Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)

Soleni Biscouto Fressato (UFBA)

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)

Tiago Luís Gil (UnB)

Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

### **Conselho Editorial Consultivo Internacional**

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3-Sorbonne Nouvelle)

Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul-Valéry, Montpellier III)

Fernanda Olival (UÉvora-CIDEHUS)

Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)

Hal Langfur (University of Buffalo)

Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)

José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)

Mafalda Soares da Cunha (UÉvora)

Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)

Pedro António de Almeida Cardim (UNL)

Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)

Seth W. Garfield (University of Texas)

### **Revisão**

Kellen Cristina Silva

Lucas Madsen da Silveira (Suplente)

Mateus Rezende de Andrade

Polyana Valente Vareto

Regina Mendes de Araújo

Rute Guimarães Torres

Virgílio Coelho de Oliveira Júnior

### **Diagramação**

Rute Guimarães Torres

### **Capa**

Polyana Valente Vareto

Imagem extraída de: <http://1.bp.blogspot.com>

### **Site/Banco de Dados**

Mateus Rezende de Andrade

Virgílio Coelho de Oliveira Júnior

## Agradecimento aos pareceristas *ad hoc* e do Conselho Consultivo

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição de *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, nesse espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre a nossa disposição.

Adriana Pereira Campos (UFES)	Jaqueline Revêredo (UFPE/Prof. Escola Municipal Vereador José Sotero)
Adriana Romeiro (UFMG)	Joachin de Melo Azevedo Neto (Doutorando em História, UFSC)
Adriano Toledo Paiva (UFMG)	José Antonio Sepulveda (UFF)
Alessandra Soares Santos (CP-UFMG)	Leandro Karnal (UNICAMP)
Alexandre Magno de Moraes (UFMG)	Leandro Pereira Gonçalves (PUCRS)
André Botelho (UFRJ)	Lina G. Ferreira da Silva (USP)
André Carlos Furtado (UFF)	Lourival Andrade Júnior (Museu do Seridó/UFRN)
Angelina Teixeira Peralva das Chagas e Silva (U.Toulouse - FR)	Luiz Fernando Rodrigues Lopes (Doutorando em História, UFOP)
Antônio Luigi Negro (UFBA)	Marco Antônio Navarro da Silva (Prof. ACADEPOL-MG/PCMG)
Astor Antônio Diehl (Universidade de Passo Fundo)	Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva (UFRPE)
Camilla Agostini(UFF)	Maria Olindina Andrade de Oliveira (UFAM)
César Agenor Fernandes da Silva (UNESP)	Mariana de Moraes Silveira (Doutoranda em História, USP)
Cleidimar Rodrigues de Sousa Lima (Doutoranda em História, UFMG)	Martha Rosa Figueira Queiroz (UFRB)
Dalton Sanches (UFOP)	Michelle Márcia Cobra Torre (Educadora na FMC-PBH)
Daniela Tranches de Melo (FGV)	Miriam Alves de Souza (UFF)
Deivison Gonçalves Amaral (Doutorando em História, UNICAMP)	Monica Leite Lessa (UERJ)
Denis Pereira Tavares (Doutorando em História, UFMG)	Nemuel da Silva Oliveira (Doutorando no Instituto Oswaldo Cruz)
Dimas José Batista (UFT)	Neuma Brilhante Rodrigues (UFMT)
Diogo Franco Rios (UFPelotas)	Pedro Ivo Dias Tanagino (Doutorando em História, UFJF)
Douglas Mendosa (USP)	Priscila Brandão (UFMG)
Edna Mara Ferreira da Silva (UEMG)	Ricardo Medeiros Pimenta (UFRJ)
Fernando Amado Aymoré (Universitaet Hamburg)	Rosali Maria Nunes Henriques (Fundação Museu Mariano Procópio)
Flávia Maria de Carvalho (UFAL)	Rubens Leonardo Panegassi (UFV)
Gabriel Santos da Silva (Unirio)	Soleni Biscouto Fressato (UFBA)
Germano Miguel Favaro Esteves (Unesp- Assis)	Tarcisio Rodrigues Botelho (UFMG)
Gizlene Neder (UFF)	Thiago Mota (UFMG)
Guilherme Queiroz de Souza (Unesp - Assis)	Tito Flavio Bellini Nogueira de Oliveira (UFTM)
Halyson Rodrygo Silva de Oliveira (UFRN)	Thiago Nicodemos Enes dos Santos (Cefet MG)
Helen Ulhoa Pimentel (UNIMONTES)	Wilton Barroso Filho (UNB)
Humberto Perinelli Neto (UNESP)	Yllan de Mattos Oliveira (UNESP)
Igor Camilo Tadeu Rocha (Mestrando em História, UFMG)	
Ivan de Andrade Vellasco (UFSJ)	
Janaína Zito Losada (UNB)	
Jaqueline Mota (Doutoranda PUC-RS)	

## Sumário

Editorial ..... 03

### Artigos

**Sindicalismo vigiado: a espionagem do regime militar sobre a diretoria “Zé Ferrugem” do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco** / Unionism monitored: the military regime’s spying about the group “Zé Ferrugem” of the Metalworkers Union of Pernambuco ..... 07  
Rafael Leite Ferreira

**Entre a astúcia e a vingança: a Inquisição e os colonos na América Portuguesa acusados de blasfemar** / Among the cunning and Revenge: the Inquisition and the settlers in Portuguese America .... 33  
Diogo Tomaz Pereira

**O desenvolvimento da extrema direita na França e a formação do Front National** / The development of the extreme right in France and the formation of the Front National ..... 50  
Guilherme Ignácio Franco de Andrade

**As cartas jesuíticas como fonte de estudo da ação missionária** / The jesuit letters as a source of study of missionary activity ..... 68  
Márcia Campos

**A questão das identidades e a historiografia: uma interpretação crítica de *Rubro veio*** / The question of identity and historiography: a critical interpretation of *Rubro veio* ..... 80  
Walderez Simões Costa Ramalho

**A imprensa como fonte para estudos radiofônicos** / The press as a source for radio studies ..... 96  
Carla Drielly dos Santos Teixeira

**Paulo Emílio Salles Gomes, o Deus-herói civilizador em duas publicações póstumas** / Paulo Emilio Salles Gomes, the civilizing God-hero on two posthumous publications ..... 113  
Julierme Sebastião Morais Souza

**A cidade no museu: práticas culturais no Instituto do Museu Jaguaribano** / The city at the museum: cultural practices in Jaguaribano Museum Institute ..... 134  
Alex da Silva Farias

**As cartas do Padre Baltasar Barreira: fontes para o estudo da religião na Costa da guiné (Século XVII)** / Father's letters Baltasar Barrier: sources for the study of religion in the Guinea Coast (Century XVII) ..... 142  
Jeocasta Juliet Oliveira Martins

**A polícia se arma, as caravanas passam: lei, poder e repressão aos ciganos (1898-1908)** / If police gun, the trailer pass: law, power and repression gypsies (1898-1908) ..... 159  
Camila Similhana Oliveira de Sousa

**O agenciamento das emoções no discurso: uma análise de retórica nos cânticos e nos elogios históricos à Januário da Cunha Barbosa** / The representation of emotions: an analysis on the rhetoric in the chants and historical compliments to Januário da Cunha Barbosa ..... 171  
Raphael Silva fagundes

**Legislação, prática política e aplicação da justiça na construção do Estado imperial brasileiro** / Legislation, local politics and administration of justice in the construction of the imperial state (1827-1841) ..... 185  
Joelma Aparecida do Nascimento

**A consciência do juiz na América colonial do século XVII: aproximações entre a teologia e o direito** / The consciousness of the judge in Colonial America in the seventeenth century: approaches between theology and law ..... 200  
Elaine Godoy Proatti

#### Resenhas

**Entre a história e a criação artística: *Ensaios de um percurso*. PRISZKULNIK, Esther. *Ensaios de um percurso: estudos e pesquisas de teatro. Organização e notas de J. Guinsburg e Luiz Henrique Soares. São Paulo: Perspectiva, 2013. 207p* ..... 223  
Henrique Brener Vertchenko**

## Editorial

A revista *Temporalidades* encontra-se em um momento de plena satisfação. Satisfação esta possibilitada pela confiança dos autores e dos pareceristas que colaboram conosco na construção de edições que prezam pela qualidade da pesquisa e, sobretudo, na divulgação do conhecimento. Após a parceria frutífera com o EPHIS, que resultou na publicação do Suplemento com os anais do Encontro, a edição número 15 traz vários artigos com temas diversos para a apreciação do público.

Durante a gestão 2014 da Revista, recebemos um grande número de submissões artigos que, avaliados e aprovados, não foram ainda publicados devido ao espaço cedido aos Dossiês e à proporcionalidade de textos em cada número. Para atender esses artigos que estavam à espera de publicação, o Conselho Editorial se sentiu à vontade em realizar uma edição que privilegiasse esses autores, sem a presença do Dossiê, que por sua vez, será publicado no próximo volume.

A importância dos artigos livres em uma revista de ampla circulação, como a *Temporalidades*, abre caminho para as diversas indagações historiográficas, além de demonstrar métodos e formas de trabalhar os objetos históricos. A edição 15 demonstra como a pesquisa histórica no Brasil, apesar das grandes dificuldades ainda encontradas, floresce com qualidade e diversidade. A satisfação que temos em publicar essa edição se dá justamente porque espelha nossas impressões sobre a Revista: ela cresceu, floriu e a cada dia, colhe mais frutos.

Contudo, o Conselho Editorial também se encontra um pouco triste. Depois da publicação da edição 12, “Instituições, poderes e magistrados no mundo luso-brasileiro. Séculos XVIII e XIX”, da edição 13, “A Circulação do Conhecimento na Ciência Moderna”, do suplemento com os anais do III EPHIS e desta edição especialmente “recheada” de artigos dos mais diversos temas, o Conselho Editorial se prepara para a despedida e para o momento de transição para os novos editores.

Este editorial acaba sendo uma despedida doce de vários momentos “offs” que levaram à construção das quatro edições da *Temporalidades* sob o comando de um conselho frutífero, que passou por vários problemas e muita diversão, mas que soube crescer e fazer crescer a Revista. Quero deixar aqui registrado o quanto é importante uma equipe se doar, se esforçar e sempre rir das intempéries que assolam cada fechamento de edição. Os esforços sempre são recompensados quando visualizamos as edições no ar.

Creio que quebro alguns protocolos, mas não posso deixar de render homenagens a essa equipe fantástica, da qual orgulhosamente faço parte. Equipe que se esforçou para manter a qualidade e elevá-la ainda mais alto, procurando atender vários dos critérios de qualificação possíveis para uma revista discente. Rute Torres, Mateus Resende, Virgílio Coelho, Regina Mendes, Polyana Valente, Lucas Madsen e nosso querido Bruno Vinícius de Moraes, que esteve conosco por um período no Conselho, merecem aqui ter seus nomes registrados por todo esforço e dedicação a cada número da Revista, a cada noite mal dormida, por todo o estresse e, sobretudo pela paciência com quem vos escreve agora, Kellen da Silva. Uma equipe é uma equipe, e o resultado desse esforço conjunto vocês podem conferir na compilação dos artigos dessa nossa edição 15, que traz para deleite do nosso público treze artigos e uma resenha, que passeiam por várias áreas de atuação da História e da interdisciplinaridade que tanto prezamos.

Dessa forma, apresentamos o artigo da mestranda Carla Drielly dos Santos Teixeira, *A imprensa como fonte para estudos radiofônicos*, que aborda o surgimento do rádio em um ambiente dominado pelo universo da escrita. De acordo com Teixeira, as folhas viam-se às voltas com um novo concorrente, seja no que tange ao alcance do público consumidor do produto noticioso, seja na captação de verbas publicitárias. Entre proximidades e diferenças, um caminho inventivo encontrado por muitos jornais constituiu a formação de condomínios comunicacionais formados pelo meio impresso e eletrônico, dando início a um processo que se tornaria tendência ao longo do século XX, somando, posteriormente, à televisão e à internet. Circunstâncias que tornam os jornais fonte imprescindível nos estudos sobre a radiodifusão. Dessa forma, o artigo da mestranda se ocupará em realizar uma breve história do rádio, atrelado ao estudo e análise histórica do jornal como fonte para a pesquisa sobre o meio eletrônico, além de apresentar sugestões teórico-metodológicas e de pesquisa sobre o tema para os nossos leitores.

A doutoranda Joelma Nascimento, em seu artigo *Legislação, prática política e aplicação da justiça na Constituição do Estado Imperial*, entra no debate sobre as normas que dizem respeito ao sistema eleitoral e judiciário brasileiro no século XIX. Para tal, a pesquisadora apresenta suas análises sobre a atuação dos juízes de paz nas eleições municipais e na aplicação da Justiça no âmbito da província de Minas Gerais no período entre 1827 e 1841 buscando também refletir sobre a importância conferida a esta autoridade nas dinâmicas locais lançando um olhar particular para a cidade de Mariana.

Já o artigo intitulado *Paulo Emílio Salles Gomes, o Deus-herói civilizador em duas publicações póstumas* apresenta as reflexões do doutorando Julierme Souza sobre a obra deixada pelo historiador e crítico de cinema Paulo Emílio Salles Gomes demonstrando que este não se destacou apenas pelo seu trabalho de pesquisa histórica, mas também como militante pró-

cinematografia nacional. Nesse trabalho são analisadas as contribuições do historiador para a crítica cinematográfica através das obras *Ensaios de Opinião* e a coletânea *Paulo Emilio: um intelectual na linha de frente* publicadas após sua morte.

Em *A questão das identidades e a historiografia: uma interpretação crítica de Rubro Veio*, Walderez Carvalho busca estudar as relações entre historiografia e as identidades culturais, fazendo uma leitura crítica da obra *Rubra Veio: o imaginário da restauração pernambucana*, do historiador Evaldo Cabral de Mello. Analisando seu método narrativo e a relação com os conceitos de imaginário social, representações coletivas e crítica histórica, o autor propõe pensar se seria legítimo realizar a leitura da obra através do conceito de identidade regional e nacional. Através dessa análise, Walderez Carvalho mostrará que Rubro Veio constitui uma crítica ácida e necessária a uma identidade nacional-imperial imposta por trabalhos do IHGB.

Luciane Chaves abordará em seu artigo, *Não temos nada, nada: políticas públicas aos sertanejos em períodos de estiagem na microrregião de Sobral na década de 1970*, as políticas públicas elaboradas pelo Regime Militar para tentar dar conta dos problemas oriundos dos períodos de estiagem no Estado do Ceará. Procurará investigar, assim, qual era o modelo de desenvolvimento econômico e modernização do campo propostos para tentar amenizar o sofrimento do agricultor e do sertanejo durante as secas. Para tal, a autora mobiliza duas fontes documentais da década de 1970, os jornais *Correio da Semana* e *Correio do Ceará*. Através de sua análise, Luciane Chaves mostra que essas políticas constituíam formas para angariar prestígio e controle sobre massas de trabalhadores, além de frequentemente terem fracassado pelo desvio das verbas enviadas aos projetos da SUDENE e SUDEC.

O artigo de Diogo Tomáz Pereira, *Entre a astúcia e a vingança: a Inquisição e os colonos na América Portuguesa acusados de blasfemar*, analisa vários processos inquisitoriais provenientes do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e conclui que nem todos os réus eram tratados da mesma maneira, pois influenciavam no processo a sua condição social, as palavras proferidas e o arrependimento. Desse modo, avalia as estratégias utilizadas tanto pelo Santo Ofício quanto pelos acusados durante os processos, mostrando a desconfiança dos primeiros e a astúcia dos últimos.

O artigo do mestrando Alex da Silva Farias, *A cidade no museu: práticas culturais no instituto do museu jaguaribano*, procura desenvolver uma releitura sobre o patrimônio histórico partir do conjunto arquitetônico da cidade de Aracati. Nesse sentido, o autor levanta questões sobre as representações das práticas culturais dos museus de cidades no interior do estado e fora dos grandes centros urbanos.

Já o artigo do mestrando Guilherme Ignácio Franco de Andrade, *O Desenvolvimento da Extrema Direita na França*, traz ao debate uma das temáticas mais contemporâneas na política européia, investigando o crescimento dos movimentos de extrema direita na França e a radicalização do pensamento político.

Por sua vez, Rafael Leite Ferreira, doutorando em História, analisa em seu artigo *Sindicalismo vigiado: a espionagem do regime militar sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco*, a atuação do grupo “Zé Ferrugem”, primeira chapa oposicionista a assumir a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, em seu primeiro mandato (1981-1984). Com base nos documentos de monitoramento e espionagem produzidos pelo DOPS, Rafael analisa a maneira como a polícia política de Pernambuco percebia e investigava a dinâmica, a luta, as ações e o crescimento do Sindicato dos Metalúrgicos durante os anos finais da ditadura.

O artigo de Camila Similhana Oliveira de Sousa é fruto de sua dissertação de mestrado defendida em 2012 pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. A autora propõe em seu texto, *A polícia se arma, as caravanas passam: lei, poder e repressão aos ciganos (1898-1908)*, a reflexão sobre as minorias ciganas em Minas Gerais no fim do Império e nos primeiros anos da República. Para tanto, utiliza como fonte documental os relatórios policiais produzidos no período confrontando-os com a realidade enfrentada pelos grupos ciganos nas principais cidades mineiras.

A mestranda Elaine Godoy Proatti do Programa de História da Universidade Federal de São Paulo discute sobre o processo de construção do direito indiano pela elaboração, interpretação e aplicação da lei na América hispânica, particularmente nas províncias do vice-reinado do Peru no século XVII. De maneira instigante, o artigo *A consciência do juiz na América colonial do século XVII: aproximações entre a teologia e o direito* revela como o direito neste período estava intimamente atrelado aos discursos morais e teológicos.

Raphael Silva Fagundes, em seu artigo, *O agenciamento das emoções no discurso: uma análise da retórica nos cânticos e nos elogios históricos à Januário da Cunha Barbosa*, analisa as técnicas retóricas utilizadas pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na construção de heróis nacionais que estivessem vinculados ao projeto de nação defendido pela instituição oitocentista. Tendo a figura de Januário da Cunha Barbosa na celebração dos dez anos do Instituto como centro da análise, observa como as emoções foram administradas nos discursos para despertarem no público sentimentos afetivos levando ao reconhecimento do IHGB como o grande panteão do saber nacional.

Márcia Campos nos apresenta o artigo *As cartas jesuíticas como fonte de estudo da ação missionária*, que tem como objeto de estudo as cartas jesuíticas como fonte privilegiada para entender o pensamento dos primeiros missionários enviados pela Companhia de Jesus ao Brasil e reconstruir um olhar sobre a experiência por eles vivida.

Já o artigo, *As cartas do Padre Baltasar Barreira: fontes para o estudo da religião na Costa da Guiné (Século XVII)*, de Jeocasta Juliet Oliveira Martins, aborda o percurso geográfico, a vida e as cartas que o Padre Baltasar Barreira escreveu quando foi enviado como superior da primeira missão jesuíta para a região da Guiné, no século XVII. Os esforços deste artigo vão no sentido de demonstrar como fontes européias podem e devem ser utilizadas na construção da História da África.

Para fechar com chave-de-ouro, temos a resenha de Henrique Brener Verthechenko, mestrando da Universidade Federal de Minas Gerais, sobre o livro *Ensaio de um percurso: estudos e pesquisas de teatro de Esther Prizskulnik* (2013). Verthechenko destaca que a obra promove um diálogo profícuo entre três universos teatrais distintos; o da Rússia no início do século XX, o do mundo judaico e o do Brasil. No que diz respeito ao universo brasileiro, o livro fornece importante material de pesquisa acerca do teatro ídiche em São Paulo.

No nosso último editorial independente, pois estaremos acompanhando a transição para o novo Conselho, fizemos um breve balanço dos trabalhos realizados em 2014, que apresentamos a seguir.

Aos nossos autores, agradecemos o interesse e a confiança ao publicar conosco. Agradecemos à Pós-Graduação e aos alunos, que sempre estão nos apoiando. Aos nossos leitores, agradecemos a credibilidade e desejamos uma agradável leitura!

***Conselho Editorial***

\* \* \*

## Informações editoriais - Ano base: 2014

### Textos publicados no v. 6 (n. 1, 2, 3 e Suplemento):

Artigos em Dossiês Temáticos	05
Artigos com temas livres	30
Resenhas	06
Entrevistas	03
Transcrições Documentais	02
Anais de Congresso	01
<b>Total</b>	<b>47</b>

### Processo Editorial dez/2013 a jan/2015:

Textos aprovados	61
Textos em processo	19
Textos recusados	23
Textos retirados pelo autor	6
<b>Total de submissões</b>	<b>109</b>

## Sindicalismo vigiado: a espionagem do regime militar sobre a diretoria “Zé Ferrugem” do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco

Unionism monitored: the military regime’s spying about the group “Zé Ferrugem” of the Metalworkers Union of Pernambuco

Rafael Leite Ferreira

Doutorando em História – UFPE

Assessor da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara

rafaleferr@hotmail.com

Recebido em: 08/12/2013

Aprovado em: 21/11/2014

**RESUMO:** O artigo analisa a atuação do grupo “Zé Ferrugem”, primeira chapa opositora a assumir a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, em seu primeiro mandato (1981-1984), com base nos documentos de monitoramento e espionagem produzidos e apreendidos pela comunidade de informações do regime militar e contidos no Prontuário Funcional nº 0045, pertencente ao acervo do extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Pernambuco.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, Comunidade de informações, Regime militar brasileiro.

**ABSTRACT:** The article analyzes the performance of the group “Zé Ferrugem”, opposition first team to assume the management of the Metalworkers Union of Pernambuco, in its first term (1981-1984), using a documentation of espionage produced and confiscated by information community of the military regime and included to the record functional nº 0045, belonging to the archives of the extinct Office of Political and Social Order (DOPS) of Pernambuco.

**KEYWORDS:** Metalworkers Union of Pernambuco, Information community, Brazilian military regime.

### Introdução

Tomando como base a Doutrina de Segurança Nacional, formulada pela Escola Superior de Guerra durante as décadas de 1950 e 1960, os militares, após assumirem o poder através do golpe de 1º de abril de 1964, procuraram colocar em prática a lógica da “vigilância total e permanente” do país, sob o argumento de “defesa da segurança nacional”. De acordo com esta doutrina, qualquer cidadão poderia estar sob o poder do “inimigo comunista” e qualquer ação coletiva ou individual poderia esconder uma intenção “subversiva e revolucionária”. Permeava,

assim, na mentalidade militar, a lógica do “inimigo interno” ou dos “inocentes úteis” que eram manipulados por forças comunistas. Por isso, mercedores de serem controlados e vigiados <sup>1</sup>.

Embora na ótica dos militares todo e qualquer tipo de prática social poderia causar danos “à ordem pública e à segurança nacional”, algumas atividades, no entanto, foram vistas como altamente indesejáveis e, por isso, mercedoras de uma “dose” maior vigilância. Entre os inúmeros exemplos, podemos citar as entidades sindicais urbanas e rurais, as atividades da chamada Igreja progressista, as associações de bairro e as reuniões clandestinas estudantis e político-partidárias como as mais representativas.

Na medida em que, seguindo a Doutrina de Segurança Nacional, o item *informações* era tido como um elemento essencial no planejamento global da defesa interna e os “inimigos internos” eram percebidos como uma “ameaça indefinida, desconhecida, onipresente, subterrânea e silenciosa”, os militares estruturaram então a chamada “comunidade de informações” – expressão criada para designar o conjunto de pessoas e órgãos ligados à atividade de vigilância, monitoramento, espionagem durante a ditadura – a fim de identificar, neutralizar ou eliminar os locais, as pessoas, os grupos e instituições suspeitas de estarem ligados a “forças perigosas ou subversivas”. A comunidade de informações produziu, portanto, centenas de dados, dando total sustentação para as forças repressivas:

O papel das Informações de Segurança é essencial para esclarecer o governo quanto à realidade da situação, à verdade dos fatos e às características e intensidades das manifestações e dos efeitos dos antagonismos e pressões, bem como à estimativa dos acontecimentos futuros. Um sistema de organização permanente de Informações de Segurança, adequadamente estruturado e dotado de pessoal especializado, constitui um dos instrumentos essenciais para o planejamento e execução da Segurança Interna <sup>2</sup>.

Neste contexto, uma das primeiras medidas do regime militar em relação ao item *informações* foi a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), através da Lei nº 4.341, de 13 de julho de 1964. O SNI foi criado para ser um órgão de assessoramento diretamente subordinado à Presidência da República que deveria se ater a “coletar e analisar informações pertinentes à segurança nacional”. Além dos órgãos de chefia (o próprio ministro-chefe, seu gabinete e uma Seção de Comunicações), o serviço contava com uma Secretaria Administrativa, uma Inspeção Geral de Finanças, uma Agência Central (ACE) e Agências Regionais (ARE).

---

<sup>1</sup> Para um maior conhecimento acerca da ideologia que permeou a “defesa da segurança nacional” durante o regime militar, ver: COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

<sup>2</sup> Estado-Maior das Forças Armadas – Escola Superior de Guerra. *Manual Básico da Escola Superior de Guerra*. Departamento de Estudos, 1976, p. 438.

Em 1967, o aparato de informações da ditadura foi reestruturado. E a primeira medida neste sentido foi a criação de órgãos de informações em todos os treze ministérios civis, as Divisões de Segurança e Informações (DSI), subordinados diretamente aos respectivos ministros, mas que permaneciam sob a superintendência e coordenação também do SNI. Vale ressaltar que nem todas as DSIs exerciam o mesmo papel no funcionamento do sistema: alguns eram claramente mais atuantes e importantes que outras. É o caso, por exemplo, da DSI do Ministério da Justiça.

No início dos anos 70, como uma forma de aperfeiçoar a vigilância e a espionagem, foi estimulada a criação de subdivisões das DSIs, a serem estabelecidas em instituições subordinadas ao controle dos Ministérios, normalmente empresas públicas, autarquias ou fundações, como Correios, Petrobras, Embratel, Itaipu, IBAMA, universidades federais e estaduais etc. Estas agências foram denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI) ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI). No caso das universidades brasileiras, por exemplo, foram instituídas centenas dessas assessorias, utilizando, inclusive, salas das Reitorias e quadros da própria instituição.

Os ministérios militares, por sua vez, também estruturaram órgãos específicos de elaboração de informações e contrainformações. No Exército, foi montado o Centro de Informações do Exército (CIE), através do Decreto nº 60.664, de 2 de Maio de 1967. Na Aeronáutica, o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), através do Decreto nº 66.608, de 20 de Maio de 1970. E na Marinha, o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Esta já dispunha, desde 1955, de um Serviço de Informações, mas o órgão sofreu mudanças e ampliação através do Decreto nº 68.447, de 30 de março de 1971. É pertinente destacar que, diferentemente das DSIs, os órgãos militares, além de produzirem informações, também realizavam “operações de segurança” – prisões e interrogatórios – sendo conhecidos inúmeros relatos de tortura a presos políticos durante essas sessões.

Dentro desta grande malha de espionagem e informações da ditadura, não se pode esquecer o DOPS, que, atuando como “polícia política”, desempenhou uma função preventiva e repressiva na história do Brasil. A polícia política brasileira foi criada nas primeiras décadas do século XX com a finalidade de entrever (monitorando) e coibir (reprimindo) reações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a “ordem pública e a segurança nacional”. O DOPS foi, durante um longo período da história nacional, o principal organismo utilizado pelos governantes para perseguir e incriminar a dissidência política e outros comportamentos tidos como “indesejáveis”. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, apesar da alta complexificação da estrutura do DOPS, o órgão passou a exercer no regime militar um papel secundário no campo

da investigação. “[...] à medida que as estruturas autoritárias instituídas pelo regime militar se expandiram, com a criação de novos órgãos de informação e repressão (CIE, CISA e CENIMAR), os DOPS foram perdendo a primazia”<sup>3</sup>. No que se refere à questão da *inteligência militar*, conforme posto na Doutrina de Segurança Nacional, enquanto que o processamento e a elaboração das estratégias e “informações” estavam confiados aos órgãos centrais federais (SNI e os órgãos de inteligência militares), ao DOPS cabia apenas unificá-los de “informes”<sup>4</sup>.

Pela importância que a questão da “informação” adquire dentro da estrutura de uma ditadura, os “serviços de inteligência” se tornam um dos pilares básicos do governo. Por isso, são destinadas enormes somas de dinheiro, energias e pessoal para a concretização dessa atividade. O SNI, por exemplo, poderia contratar colaboradores fora dos quadros do serviço público, pagos com verba secreta, não implicando ônus para a folha de pagamento. As vantagens e a autonomia financeira eram garantidas através do direito que o SNI adquiriu de não tornar públicas informações básicas sobre sua organização, regras de funcionamento e quadro de pessoal. Nem o Congresso tinha acesso a essas informações, não cabendo nenhum controle externo a ele.

Como é sabido, em 1979, o presidente João Figueiredo iniciou uma reestruturação nos principais órgãos de *repressão tout court* da ditadura – o “redimensionamento do sistema” na própria expressão governamental –, diante da enorme pressão da sociedade civil a partir da divulgação de diversos casos de mortes e de torturas de presos políticos em sessões de tortura. No entanto, engana-se quem pensa que, com tal reestruturação, houve um descenso das atividades da comunidade de informações. Pela relevância que adquiriu para os militares, a atividade de vigilância, monitoramento e espionagem estiveram presentes em todo o percurso do regime, inclusive, em seus anos finais. O grande prestígio da comunidade de informações durante esta fase pode ser visto, por exemplo, no aumento numérico de funcionários do SNI durante a gestão do general Octávio Aguiar Medeiros (1978-1985), quando o órgão chegou a ter aproximadamente 2.500 funcionários (excluindo-se colaboradores espontâneos ou remunerados).

Outro indicativo desse enorme peso conferido à comunidade de informações é a grande quantidade de documentos de monitoramento e espionagem – fichas, informes, dossiês, fotografias, cartas pessoais desviadas, relatórios de investigadores, recortes de jornais e revistas etc. –, produzidos e/ou apreendidos pela polícia política, durante o governo Figueiredo, que podem ser encontrados hoje nos diversos “arquivos da repressão” espalhados pelo país.

---

<sup>3</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O ofício das sombras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLII, n. 1, jan.-jun. 2006, p. 62.

<sup>4</sup> SECRETARIA de Estado de Segurança Pública. *Segurança Nacional e Subversão (Dicionário Teórico e Prático)*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Segurança Pública, 1977 (Reservado).

No Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), que guarda desde 1990 o acervo do extinto DOPS de Pernambuco, pode-se encontrar, por exemplo, uma vasta documentação de investigação produzida pela comunidade de informações com o objetivo de monitorar locais, pessoas, instituições e grupos suspeitos de serem comunistas ou de atividades contrárias “à ordem, à segurança e à paz e social”. Entre os mais de 33 mil prontuários existentes nesse arquivo, que estão divididos em “individuais” (correspondentes à vida pública e privada de indivíduos específicos) e “funcionais” (correspondentes a instituições ou organizações) e que foram produzidos e/ou apreendidos pela polícia política entre os anos de 1929 a 1992, no presente artigo, debruçar-nos-emos à análise do Prontuário Funcional nº 0045, referente ao Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco <sup>5</sup>.

Apesar de este artigo se limitar apenas a um prontuário (o de nº 0045), cabe resaltar que através desta documentação é possível compreender, em certa medida, o *modus operandi/faciendi* da polícia política pernambucana, desnudar, em parte, o funcionamento e a lógica da ditadura no que se refere aos serviços de vigilância, monitoramento e espionagem, bem como reconstruir parte da história do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco a partir do “olhar” do regime militar. Ou seja, através desse rico material, que foi produzido de forma natural e rotineira, por imperativos de ordem prática, sem qualquer intenção de se transformar em fonte para a história, podemos visualizar a maneira como a polícia política de Pernambuco percebia e investigava a dinâmica, a luta, as ações e o crescimento do Sindicato dos Metalúrgicos durante os anos finais da ditadura. Neste sentido, corroboramos com Carlos Fico ao observar que: “As revelações a serem feitas sobre o período da ditadura concentram-se na descoberta de novas fontes, notadamente aquelas oriundas do governo e de caráter sigiloso” <sup>6</sup>.

Espera-se, assim, que o presente artigo some-se ao trabalho anteriormente divulgado pelo pesquisador Rafael Leite sobre o movimento sindical urbano em Pernambuco, entre os anos de 1979 e 1984. Uma vez que a sua dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE no ano de 2012 <sup>7</sup>, não utilizou os documentos provenientes do acervo do DOPS-PE, acreditamos que este artigo, ao trabalhar com uma fonte histórica sigilosa – “fonte sensível”, no dizer de Caroline Bauer e René Gertz <sup>8</sup> – ajude a entender o “olhar vigilante” do

---

<sup>5</sup> Fundo: SSP/DOPS/APEJE. *Prontuário Funcional nº 0045*.

<sup>6</sup> FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano*. 2. ed. vol. 4. O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 173.

<sup>7</sup> A dissertação desembocou no livro homônimo: FERREIRA, Rafael Leite. *O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

<sup>8</sup> BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 173-193.

regime militar sobre as atividades dos líderes metalúrgicos e a somar-se à pesquisa de Rafael Leite, onde o tema está desenvolvido, histórica e teoricamente, de modo mais denso.

### **Sobre o prontuário nº 0045**

Antes de adentrarmos na análise desse prontuário é importante explicarmos algumas questões. Em primeiro lugar, cabe destacar que a pasta de documentos intitulada “Sindicato dos Metalúrgicos” que hoje se encontra no APEJE é mesma que fazia parte da “Divisão de Arquivo” do DOPS-PE durante o regime militar. Portanto, trata-se de uma documentação de rico valor histórico que foi produzida mediante trabalho meticuloso e burocrático de levantamento, de extração de informação e de checagem da mesma.

Em segundo lugar, sobre as normas e o tipo de arquivamento, vale salientar que todos os documentos contidos nesta pasta foram tratados pelos agentes/espões a partir das normas de produção, difusão e arquivamento de documentos sigilosos da época. Estes documentos continham as devidas categorias de confidencialidade da ditadura (“ultra-secreto”, “secreto”, “confidencial” e “reservado”). Um exemplo disso é que todos os documentos estão carimbados em vermelho com as seguintes mensagens: “O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (art. 62 – Dec. nº 60.417/67 Regulamento de Salvaguardas de Assuntos Sigilosos)” e/ou “A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a Democracia no Brasil”.

O dossiê contém 130 documentos, compostos, grosso modo, por *informes*, *relatórios* de “campanas” (observação à distância) ou de investigadores infiltrados nas reuniões e assembleias da categoria e *interrogatórios* de presos. Como consta no próprio cabeçalho dos documentos, estes eram emitidos, em sua grande maioria, pelo Centro de Informações da Polícia Federal e difundidos entre o IV Exército, o II Comando Aéreo Regional, a Polícia Militar, a Segurança Pública de Pernambuco e o SNI. O dossiê revela, neste sentido, que além do monitoramento, havia também a troca de dados entre os órgãos de repressão e informações do regime militar.

A explicação para o fato de a maioria das investigações sobre o Sindicato dos Metalúrgicos terem sido conduzidas pela Polícia Federal pode ser dada através do já comentado desmantelamento e fechamento de parte significativa dos órgãos de repressão, ocorrido durante o governo Figueiredo. A este respeito, Ana Lagôa escreveu:

[No final dos anos 70], as atividades de investigação e repressão à subversão, desempenhadas pelos DOIs passam a ser responsabilidade da Polícia Federal que, variando de Estado para Estado, pode se integrar com o DOPS ou não. A máquina do DOI propriamente dita, incluindo material e efetivos, deve ser

absorvida pela própria Polícia Federal e pelas segundas seções dos Estados-Maiores dos grandes comandos de áreas <sup>9</sup>.

Outra parte significativa do prontuário n° 0045 refere-se às fichas individuais (com dados profissionais, de qualificação e endereço) dos componentes da direção do sindicato. A presença dessas fichas deixa claro que o monitoramento da ditadura aos líderes sindicais metalúrgicos não ficou restrito ao espaço do sindicato ou das empresas, mas chegou também às suas casas, invadindo a sua vida particular, numa grande rede de vigilância e espionagem. Em todos os momentos, casa/trabalho/sindicato, as atividades desses metalúrgicos eram acompanhadas e as informações colhidas seguiam para os órgãos de inteligência da ditadura para manter sempre atualizados os dossiês das pessoas em questão. “[...] o sistema de informações, um recurso usado por governos democráticos para garantir a segurança do Estado, [na ditadura] tornou-se um serviço de espionagem, ao invadir a esfera privada da vida dos cidadãos” <sup>10</sup>.

Um exemplo também dessa invasão da vida privada por parte do regime militar pode ser encontrado nesse mesmo prontuário, ao se observar a presença de “*Fichas de Registros de Empregados da Empresa Microlite do Nordeste S/A*” de todos aqueles operários que faziam parte do grupo “Zé Ferrugem”. A presença dessas fichas profissionais é um tanto quanto “curiosa”. Por que as fichas de Registros de Empregados da empresa Microlite estavam nos arquivos do DOPS? Quem as enviou ou as colocou lá? Com quais intenções? Por iniciativa própria ou a pedido de quem? Com qual finalidade? Esperamos que tais perguntas, que nos levam a pensar em um suposto envolvimento entre algumas empresas pernambucanas e a repressão política, possam ser esclarecidas futuramente por alguma Comissão da Verdade, nacional, estadual ou instituída pelos próprios trabalhadores.

O *informe* que transcrevemos abaixo – resultado de um monitoramento de um agente do Serviço de Informações do Departamento da Polícia Federal à casa do líder metalúrgico José Alves de Siqueira – revela bem esse *operandi/faciendi* invasivo da ditadura:

No dia 29.06.80, às 10:00hs houve uma reunião na casa do membro da oposição do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, José Alves de Siqueira, localizada [...], contando com a presença de Pe. Bruno Claudius Bibolet, da Capela do Totó e Tejipió, Maria das Graças Farias de Oliveira, “Dra. Gal”, esposa de Cajá e mais quatro elementos desconhecidos. O nominado é conhecido como “Siqueira”, no setor de trabalho e “Zeca de Célia” no local onde reside. Outras reuniões têm acontecido contando com as mesmas pessoas além de outras estranhas à localidade; entre elas destaca-se Edival Nunes da Silva, o “Cajá”. Quando da greve dos metalúrgicos em São Paulo, Siqueira arrecadou dinheiro na vizinhança para o fundo de greve. Ultimamente, “Siqueira” vem criticando abertamente o Governo, taxando os Agentes de Segurança como “babacas do Governo”. É ele também que faz o policiamento

<sup>9</sup> LAGÔA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 98.

<sup>10</sup> GOMES, P. C. *Os bispos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. RJ: Record, 2014, p. 15.

nas reuniões do PT, reuniões do seu Sindicato e reuniões da Capela do Totó, onde alicia operários que para ali se dirigem [...] <sup>11</sup>.

Em terceiro lugar, sobre o período em que foi produzida tal pasta, cabe destacar que, com exceção de três documentos, a maior parte do Prontuário Funcional nº 0045 diz respeito ao período de 1979-1984. A respeito deste recorte temporal, é pertinente ter-se em mente as considerações de Carlos Fico. Para ele, no final dos anos 1970, com a derrota das organizações clandestinas adeptas da luta armada e com a necessidade da ditadura legitimar a sua existência como força repressiva e de espionagem, foi indispensável, para os militares, encontrar, criar ou refazer novos inimigos, novas ameaças. Durante esse período, o caminho encontrado pelo regime foi acusar os integrantes dos movimentos sociais, pastorais, sindicais, de anistia, do MDB etc. de “comunistas”, “subversivos perigosos” e lançar mão de tópicos tradicionais de fundo ético-moral (a família fragilizada, os valores morais degenerados etc.) <sup>12</sup>.

O leitor pouco afeito com o processo de vigilância e monitoramento da ditadura sobre a oposição e os dissidentes políticos certamente irá se perguntar: em primeiro lugar, o porquê da existência de um prontuário específico sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco nos arquivos do DOPS; e, segundo lugar, o porquê da maioria dos documentos existentes neste prontuário terem como recorte temporal os anos de 1979 e 1984 (ou seja, os anos finais do regime que, em “teoria”, deveriam apresentar um decréscimo desta atividade).

Como se verá ao longo do texto, as respostas para essas duas indagações estão diretamente relacionadas à própria história da entidade sindical metalúrgica de Pernambuco. Já adiantando ao leitor: o monitoramento da vida dos líderes sindicais e a espionagem das atividades do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco se intensificaram enormemente a partir de 1979, mais precisamente, a partir de 1981, quando essa entidade sindical passou a assumir uma posição combativa, de confronto com o patronato e o governo, incitando e organizando sua categoria a entrar em greve.

### **O prontuário nº 0045: questões em aberto**

Até o prezado momento, ainda não nos foi possível precisar a data em que a polícia política de Pernambuco criou em seu arquivo um prontuário específico sobre o Sindicato dos Metalúrgicos. Supomos que tenha sido em 1974, ano do documento de monitoramento mais antigo encontrado na pasta <sup>13</sup>. Este documento é um relatório anônimo de um agente do DOPS infiltrado no VIII Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de

<sup>11</sup> Informe nº 414/80-SI/SR/DPF/PE. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº 15.237.

<sup>12</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 218.

<sup>13</sup> Informação nº 1341-B/74. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 0045.

Material Elétrico do Estado de São Paulo. O minucioso relatório do espião, que narra hora por hora os acontecimentos dos cinco dias de Congresso, não cita a participação de trabalhadores e/ou líderes sindicais de outros estados no evento, entretanto é provável que os tenham participado, pois, conforme atesta Iram Jácome Rodrigues, esta era uma dinâmica corrente entre as categorias <sup>14</sup>. Sobre o relatório confidencial, certamente foi elaborado com o objetivo de monitorar o teor das discussões em tal congresso e para ser distribuído entre os órgãos de informação espalhados pelo país.

Os trabalhadores – que desde 1968 estavam impedidos de fazer greves e, por isso, tinham se atido ao trabalho silencioso no interior das empresas – viram nesse Congresso, realizado em plena vigência da ditadura, uma prova de ousadia. Impulsionados pelo contexto do período, isto é, o início da política de “abertura lenta, gradual e segura” do governo Geisel e do ressurgimento de diversos movimentos sociais no país, os metalúrgicos tiveram uma postura bastante combativa nesse congresso, defendendo a liberdade democrática e sindical, a expulsão das diretorias “situacionistas” e lançando algumas críticas às medidas recessivas da política econômica da ditadura. Pela repercussão que teve no período e pelo leque de temáticas “proibidas” que foram discutidas, tornam-se claros os motivos que levaram a ditadura a lançar agentes infiltrados nesse congresso.

Apesar dessa pequena contextualização sobre a elaboração desse documento de monitoramento, algumas dúvidas ainda podem estar presentes no leitor: Por que este é o documento mais antigo existente no prontuário do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco no Arquivo do DOPS-PE? Se a polícia política é algo existente no país desde o início do século XX, por que o primeiro documento do prontuário nº 0045 do Sindicato dos Metalúrgicos é datado de 1974? Por que somente em 1974 surgiu a primeira “informação” sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, tendo sido criado provavelmente nesse momento o prontuário desta entidade no Arquivo do DOPS-PE? Em outras palavras, por que o documento não foi elaborado entre os sombrios anos de 1964 a 1973, ou mesmo durante os anos anteriores ao golpe, por exemplo, durante o governo de Vargas ou de Dutra que tiveram a prática de vigiar e reprimir as ações dos sindicatos mais “combativos”?

Para responder tais indagações é fundamental traçarmos uma breve retrospectiva da trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco a fim de que possamos entender os possíveis motivos que levaram o regime militar a produzir somente no ano de 1974 o primeiro documento de monitoramento constante no prontuário dessa entidade.

---

<sup>14</sup> RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997.

## O passado (“situacionista”) do Sindicato dos Metalúrgicos

O Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco foi fundado em novembro de 1935, no centro da cidade do Recife. No entanto, devido às dificuldades burocráticas e de arregimentar a categoria, a primeira diretoria da entidade somente tomou posse em 29 de agosto de 1937, dois meses antes da implantação do Estado Novo. Seguindo o exemplo das demais entidades sindicais da época, o Sindicato dos Metalúrgicos procurou dar total apoio às ações do presidente Vargas – e do interventor estadual Agamenon Magalhães. Nesse sentido, não incitou a categoria a deflagrar greves nesse período, mas sim investiu em atividades de lazer e assistenciais para os trabalhadores. Na verdade, à época, a organização dos metalúrgicos não representava nenhum “perigo” à ordem estabelecida. Além de estar umbilicalmente ligada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), a entidade era composta por poucos associados, que quase não participavam da vida do sindicato.

Após a sua criação, foram se alternando diversas diretorias “situacionistas”, ligadas ao Estado e aos patrões, à frente do Sindicato dos Metalúrgicos<sup>15</sup>. É importante destacar que, no tumultuado período de 1962 a 1964, houve uma forte organização dos metalúrgicos para expulsar os líderes situacionistas e assumir a entidade. Em maio de 1963, por exemplo, a categoria conseguiu deflagrar uma grande greve *à revelia* da direção sindical, com a utilização de piquetes no meio da cidade do Recife, que durou cerca de três dias. No entanto, toda a mobilização da categoria, que se mostrava crescente, foi interrompida com o golpe civil-militar de 1964.

Poucos dias após o golpe, os militares empossaram o fiscal do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Pedro Newton Carneiro da Cunha Melo, como interventor do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco. Para os militares, as intervenções sindicais eram necessárias para “limpar” as entidades que estavam tomadas por dirigentes sindicais “subversivos”, visto como os principais causadores da instabilidade política do período pré-64.

De acordo com Leôncio M. Rodrigues, nos dois primeiros anos do novo regime, ocorreram 433 intervenções<sup>16</sup>. O maior número destas intervenções ocorreu na região Nordeste (42,32%), sendo seguido da região Sudeste (39,55%). Nestas duas regiões, os estados que apresentaram maior índice foram Pernambuco com 23,25% do total e São Paulo com 22,99%, respectivamente. As intervenções causaram um profundo esvaziamento nas entidades sindicais.

---

<sup>15</sup> Embora fosse pertinente acompanhar o histórico do Sindicato dos Metalúrgicos mais detalhadamente durante esse longo período de direção situacionista à frente da entidade, certamente fugiríamos de nosso objetivo. Para tentar remediar, em parte, a limitação deste artigo, propomos a leitura do seguinte trabalho: FERREIRA, Rafael Leite. *O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco...*

<sup>16</sup> RODRIGUES, L. M. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: FAUSTO, B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. v. 10. t. 3. O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1986, p. 551.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, por exemplo, que tinha alcançado a marca de 2.000 associados no período pré-golpe, caiu para 200 em 1965.

Em agosto de 1965, foi empossado como presidente da entidade o metalúrgico José Calixto, que tinha dirigido o sindicato entre os anos de 1962-1964. A segunda gestão de Calixto foi marcadamente assistencialista, burocrática e conciliatória com os patrões. Por muitos anos, a direção do sindicato conseguiu montar um forte esquema de vigilância, identificando os ativistas que ainda permaneciam atuantes e contendo quaisquer tipos de mobilizações que questionassem a política econômica da ditadura e a autoridade empresarial, neutralizando ou desencorajando ações a partir do local de trabalho.

Em meados de 1974, começou a surgir no interior das empresas metalúrgicas de Pernambuco segmentos de trabalhadores que compartilhavam de uma perspectiva mais “reivindicativa” – algo, inclusive, que, neste período, começava a apontar também em diversos outros sindicatos espalhados pelo país. As reuniões desses trabalhadores, ocorridas geralmente durante a hora do almoço, eram improvisadas, clandestinas e tinham como pauta principal a discussão dos problemas enfrentados pela categoria. Como destacou, por exemplo, o então metalúrgico João Paulo, atual deputado federal pelo PT-PE:

[...] a gente conversava um pouco sobre nossa realidade. Não só conversava, mas tentava buscar alternativas. Isso foi em 74, quando organizamos a Caixa de Ajuda Mútua. A partir daí, conseguimos criar uma biblioteca, compramos livros que falavam sobre o movimento operário e circulamos esses livros dentro da fábrica. Foi desse jeito que, pela primeira vez, conseguimos paralisar a empresa, por causa do arrocho salarial que todo mundo vivia<sup>17</sup>.

Entre 1974 e 1978, esses operários que despontavam com uma postura mais reivindicativa realizaram importantes ações nas empresas em que trabalhavam, buscando se aproximar e conquistar a confiança do restante da categoria. Um dessas iniciativas foi a criação do jornal “Zé Ferrugem”. A ideia principal deste tipo de comunicação era:

[...] levantar problemas e apresentar soluções à categoria da qual é veículo oficial. Com estrutura particular, a linguagem manifesta um discurso atravessado pelo viés institucional-formal e por diferenciações político-ideológicas significativas. Essas atravessam o discurso e interferem no processo de criação de uma identidade de natureza grupal (a categoria ocupacional, a classe trabalhadora) e de um sentimento de pertinência institucional, cuja representatividade se impõe como legal e legítima da classe, através da imagem do sindicato que é transmitida por sua imprensa<sup>18</sup>.

A forma encontrada para a distribuição do jornal “Zé Ferrugem” foi a clandestinidade. O jornal era distribuído inicialmente a alguns metalúrgicos estratégicos dentro da empresa que se

<sup>17</sup> GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO. *Até chegar no Zé...*

<sup>18</sup> ARAÚJO, S. M. P. *Imprensa sindical: instrumento de ação e objeto do conhecimento, 1976-1990*. 1991. 313 f. Tese (Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991, p. 218.

encarregavam em espalhar as notícias, de “boca em boca”, sem muito alarde para não chamar a atenção dos patrões ou da repressão. A este respeito, Luiz Momesso considerou:

Os boletins operários eram jogados nas portas das fábricas durante a madrugada, pendurados em arames, varal ou ganchos, colocados nos lugares por onde os operários passavam ao ir para o trabalho. Nos bairros operários, eram colocados embaixo das portas das casas durante a noite ou introduzidos nas fábricas pelos operários em pequenas quantidades, por dentro da roupa, do capacete ou na marmita. Nas portas de fábrica eram distribuídos nos momentos de pique da entrada dos operários, numa operação que envolvia algumas pessoas na distribuição e outras na segurança, não podendo demorar mais que dez minutos <sup>19</sup>.

Outra importante forma de luta encontrada por esses trabalhadores foi a “pequena luta de resistência” no interior das empresas. Por exemplo: “Jogar dominó durante o trabalho ou simplesmente diminuir a cadência, demorar-se um pouco mais no banheiro ou lá colar um recorte de jornal que pudesse interessar a seus companheiros [...]” <sup>20</sup>.

Cabe destacar que essa estratégia de confronto trouxe consigo também uma série de represálias por parte do patronato. Além do risco constante de desemprego em função da militância desempenhada, houve, durante o período de 1974-1978, perseguições, suspensões, advertências, exploração, abusos, conforme relatou um metalúrgico: “[...] a questão do confronto direto com o patrão foi um negócio sério, a questão de puxar a arma, de ameaçar gente, de dar murro no birô, isso aí aconteceu com muitos empresários” <sup>21</sup>. Estas atitudes da classe empresarial foram tomadas, é importante que se diga, com a conivência dos militares:

[...] a empresa queria que trabalhássemos no feriado. Discutimos a questão com um grupo de trabalhadores que já vinham se encontrando. Como a situação era ruim, o salário muito baixo, decidimos não ir trabalhar. Articulamos o pessoal e na firma não foi ninguém [...]. Depois o pessoal começou a reagir contra o expediente dobrado para quem trabalhava à noite. Uma vez eu e mais três companheiros deixamos as máquinas funcionando e dissemos que não poderíamos dobrar. Depois disso, fui chamado e eles me identificaram como uma pessoa que estava incentivando o pessoal e **ameaçaram de me entregar para o IV Exército** <sup>22</sup>.

Como se pode perceber, entre 1974 e 1978, houve uma intensa movimentação no interior das empresas metalúrgicas de Pernambuco. Essa situação, portanto, faz cair por terra a conservadora ideia de que os trabalhadores urbanos dessa região foram indivíduos “passivos” e “amorfos” em relação ao governo e ao patronato, sem nenhuma participação/contribuição na

<sup>19</sup> MOMESSO, Luiz Anastácio. Lutas e organização sindical em 68, apesar da ditadura. *CLIO – Série Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 26, 2008, p. 164-165.

<sup>20</sup> GARCIA, M. A. São Bernardo: A (auto)construção de um movimento operário. *Desvios*, n. 1, nov. 1982, p. 14.

<sup>21</sup> GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO. *Até chegar no Zé...*

<sup>22</sup> Depoimento de Raimundo Barreto citado por: MONTEIRO, Maria Alexandra da Silva. *Ação Católica Operária: fé e luta em tempos difíceis no Nordeste do Brasil*. 265 f. Dissertação (Mestrado em Serviço social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992, p. 228, grifo nosso.

redemocratização do país. Bastou-nos arrancar o véu para vermos o que estava escondido, esquecido pela historiografia oficial do período: mesmo em pleno regime autoritário, diversos metalúrgicos pernambucanos agiram, em diversas ocasiões, de maneira “silenciosa”, “clandestina” no interior das empresas e do próprio sindicato situacionista a fim de (re)organizar e mobilizar a categoria profissional.

No ano de 1978 – impulsionados pelo “espírito de luta do período” em que várias e importantes greves foram deflagradas no país e diversas chapas de oposição assumiram os sindicatos – a oposição metalúrgica pernambucana começou a sentir a necessidade de montar uma chapa de oposição para concorrer às eleições. Segundo o metalúrgico Marcos Pereira:

[...] formamos um grupo de companheiros que começou a se reunir na paróquia do Pina [bairro do Recife]. Aí, já tinha eu, João Paulo, Alfinete, companheiro Peixe, Jurandir, o Ênio, o Lula. A gente via que era necessário articular companheiros de outras empresas. Aí começou a se pensar: Fulano de tal, de tal empresa assim, e a gente criou um esquema de todo final de semana visitar um companheiro metalúrgico. Assim a gente ia se organizando para chegar no Sindicato <sup>23</sup>.

Assim, foi formada, em 1980, a chapa de oposição metalúrgica, denominada “Zé Ferrugem”. Apesar das inúmeras dificuldades, esta chapa conseguiu vencer as eleições de 1981, tornando-se a primeira diretoria não pelega na história do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, bem como a primeira chapa oposicionista a assumir uma entidade sindical no pós-64 nesse Estado. A importância real e simbólica dessa chapa pode ser vista, por exemplo, na colocação de José Arlindo Soares ao argumentar que, durante no final da ditadura, esta chapa foi a única em Pernambuco que, vinda da oposição, conseguiu “[...] se constituir numa força real capaz de se tornar a direção da categoria” <sup>24</sup>. Portanto, torna-se mais do que claro o motivo que levou a comunidade de informações da ditadura a montar um forte cerco de espionagem e de vigilância sobre as atividades dos integrantes da chapa “Zé Ferrugem”.

Na seção a seguir, analisaremos os documentos constantes no Prontuário Funcional nº 0045. Tal documentação será apresentada respeitando a ordem cronológica encontrada nessa pasta. Vale dizer que o APEJE, quando recebeu em 1990 todo o acervo do extinto DOPS-PE, optou por respeitar o arranjo e a formatação de arquivamento original. Assim, os documentos serão apresentados ao leitor seguindo a própria lógica de organização arquivística do DOPS-PE à época.

### **Metalúrgicos vigiados: o prontuário nº 0045**

<sup>23</sup> GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO. *Até chegar no Zé...*

<sup>24</sup> SOARES, José Arlindo. Os limites do novo sindicalismo no Nordeste. In: *Movimentos sociais para além da dicotomia rural-urbano*. Recife: Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, 1985, p. 189.

Conforme já salientamos, o primeiro documento de monitoramento constante no prontuário do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco é datado de 1974 (a “Informação nº 1341-B/74”). Coincidência ou não, este documento – e talvez o próprio prontuário – foi elaborado no mesmo período em que alguns trabalhadores metalúrgicos passaram a estabelecer “pequenas lutas” no interior das empresas e a direção do sindicato, então ligada aos militares e aos patrões, começou a sentir a formação de um crescente grupo oposicionista.

A pesquisadora Maria Alexandra Monteiro corrobora essa visão. Para ela, foi apenas em 1974 que a perspectiva “combativa” começou a tomar corpo e adquirir adeptos entre os metalúrgicos. A autora lembrou que a partir desse período se tornou prática comum a reunião dos trabalhadores às terças-feiras e no primeiro domingo de cada mês na sede da ACO (Ação Católica Operária) a fim de discutir e organizar propostas de melhorias para a categoria<sup>25</sup>.

Posto tudo isso, a nossa resposta para a indagação formulada no início do texto – *Por que o documento de monitoramento mais antigo existente no prontuário do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco no Arquivo do DOPS-PE é datado de 1974?* – é a seguinte: somente a partir de 1974, quando começaram a vir à tona focos de trabalhadores combativos, isto é, contrários à política econômica do governo e aos patrões, é que a comunidade de informações da ditadura passou a se preocupar com as atividades, tidas como “subversivas”, desse grupo de trabalhadores.

Estava presente no imaginário dos militares, portanto, a ideia de que as práticas e os discursos dos metalúrgicos mais combativos poderiam “contaminar” o restante da categoria, que seria, no geral, formada por “trabalhadores pacíficos, de boa índole, ordeiros e construtivos”<sup>26</sup>, e assim se tornar um perigo “à ordem, à segurança e à paz e social”. Em outras palavras: uma vez que, por uma década (1964-1974), o regime militar pôde contar, à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, com sindicalistas situacionistas, ligados aos militares – que desempenharam os papéis básicos de vigilância, identificando os ativistas que procuravam permanecer atuantes, e de contenção a quaisquer ações oposicionistas ou reivindicativas da categoria –, não houve a necessidade de montagem de uma forte vigilância, um monitoramento dos órgãos de informações sobre essa entidade.

Entretanto, quando, a partir de 1974, especialmente pós-1978, começaram a surgir, de maneira cada vez mais crescente, os primeiros focos de oposição, de resistência naquela e em outras entidades sindicais espalhadas no país, de pronto a “comunidade de informações” da ditadura passou a exercer um minucioso e asfíxiante controle da vida do sindicatos e a se

<sup>25</sup> MONTEIRO, Maria Alexandra da Silva. *Ação Católica Operária...*

<sup>26</sup> Essa ideia foi sentenciada, por exemplo, pelo ex-ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, em entrevista à revista *Veja*: O sindicato deve lutar em paz. *Veja*, São Paulo, n. 471, 14 set. 1977.

preocupar com as ações dessas entidades, deslocando agentes infiltrados para produzir informes e informações e vasculhar as atividades dos trabalhadores mais atuantes.

Para que o leitor compreenda o importante significado da vitória da chapa de oposição (“Zé Ferrugem”) no Sindicato dos Metalúrgicos em 1981 é pertinente apontarmos algumas considerações sobre o contexto político-sindical em que ocorreu essa eleição. Antes de tudo, cabe lembrar que, em 12 de maio de 1978, após uma década sem deflagração de greves no país, os operários da Saab-Scania, em São Bernardo do Campo (SP), cruzaram os braços e entraram em greve. A partir desta greve surgiram diversas paralisações no setor metalúrgico-automobilístico do ABC paulista. Tais greves ocorreram ao mesmo tempo em que diversas lideranças “combativas” tomavam posse nos sindicatos – como foi o caso, por exemplo, da posse de Luiz Inácio da Silva (o Lula) no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Em Pernambuco, por conta da predominância dos dirigentes sindicais situacionistas, ligados ao Estado e ao patronato, não houve a deflagração de greves no ano de 1978:

[...] durante esse período todos os sindicatos urbanos de Pernambuco tinham à frente dirigentes conservadores e, assim, nenhum sindicato dessa região declarou apoio ao movimento grevista do centro-sul do país. O “apoio” e/ou a solidariedade ficou por conta de alguns trabalhadores mais “combativos”, como ocorreu, por exemplo, com alguns trabalhadores metalúrgicos <sup>27</sup>.

No ano de 1979, apesar de a ditadura ter lançado a tática de intervir diretamente nos sindicatos mais atuantes, as greves aumentaram de maneira considerável. Além das paralisações terem se espalhado para outras regiões e para outras categorias profissionais, houve um significativo acréscimo da média nacional de greves e do número de grevistas <sup>28</sup>.

Em Pernambuco, por exemplo, foram deflagradas diversas e importantes greves nesse ano. No entanto, é importante destacar que todas elas se deram *à revelia* da direção dos sindicatos. Ou seja, diferentemente do ABC paulista onde as lideranças sindicais tomaram à frente do movimento grevista, em Pernambuco, as greves se iniciaram *à revelia* dos dirigentes sindicais, a partir de um pequeno grupo de militantes que atuava por detrás das cortinas dos sindicatos, na surdina, isto é, agia nos “bastidores” das entidades. Um exemplo desse trabalho de “bastidor” ocorreu no próprio Sindicato dos Metalúrgicos, onde diversos ativistas desenvolveram, em 1979, um forte trabalho de mobilização no interior da categoria. Como destacou o metalúrgico José Alves de Siqueira, ex-dirigente dessa entidade:

<sup>27</sup> FERREIRA, Rafael Leite. *O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco...*, p. 164.

<sup>28</sup> Conforme dados de Maria Hermínia T. de Almeida, a média nacional de greves passou de 136 em 1978 para 224 em 1979 e o número de grevistas saltou de 581.150 mil em 1978 para 1.424.400 em 1979. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Tendências recentes da negociação coletiva no Brasil. *Dados*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p.161-189, 1981.

Mesmo antes da inscrição da chapa [em 1981], a gente já tinha veiculado material gráfico dentro da categoria. Fazia pronunciamento, nas assembleias, a gente ia lá e metia o pau em Zé Luís. Ou seja, já existia uma chapa, sem dizer que era chapa e já existia um corpo de pessoas que trabalhavam dentro da categoria como oposição, mas sem ser conhecido <sup>29</sup>.

O ano seguinte, isto é, o ano de 1980 foi bastante difícil pra o movimento grevista em todo o território brasileiro. As vitórias conquistadas pelos trabalhadores nos anos de 1978 e 1979 levaram os empresários e o regime militar logo no início de 1980 a reestruturarem os instrumentos capazes de conter o avanço do movimento grevista. Apesar de os metalúrgicos do ABC paulista terem deflagrado uma resistente greve nesse ano, que durou 41 dias (de 1º de abril a 11 de maio), nenhuma reivindicação desses trabalhadores foi atendida. Pelo contrário. Os metalúrgicos amargaram os seguintes prejuízos: a) inúmeros descontos nas folhas salariais e demissões em massa foram realizados; b) Lula foi deposto e junto a outros líderes em exercício foram processados pela Lei de Segurança Nacional; c) a vigilância, a intimidação (como, por exemplo, a distribuição de panfletos no interior do local de trabalho, ameaçando a quem aderisse a novas agitações e paralisações) e o policiamento interno nas empresas foram reforçados; d) o aparato estatal-repressivo aumentou de maneira considerável; e) diversas intervenções sindicais foram realizadas etc.

O refluxo do movimento grevista no ano de 1980 pôde ser visto, por exemplo, também em Pernambuco. Nesse Estado – diferentemente do ano anterior, que contou com a deflagração de importantes greves em diversas categorias profissionais – só houve a deflagração de uma greve: a dos professores da UFPE e UFRPE.

É pertinente salientar que nesse período, embora já tivesse uma corrente de trabalhadores “combativos” no interior do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, a direção da entidade era notadamente situacionista, ligada ao governo e aos patrões. Uma matéria do *Jornal do Commercio* (JC) sobre as greves do ABC paulista, é reveladora nesse sentido. A proposta de tal matéria era descobrir a posição dos sindicatos urbanos (especialmente, o metalúrgico) de Pernambuco em relação ao movimento grevista paulista. De acordo com o jornal, teria sido criado no Recife um “Comitê de apoio” à greve dos metalúrgicos paulistas. Participaram desse comitê diversos trabalhadores, em sua grande maioria, “militantes de base” que atuavam (de maneira clandestina) no interior dos sindicatos e das fábricas a fim de arrecadar fundos para os grevistas paulistas. Entretanto, segundo o JC, com exceção desse pequeno comitê, formado por trabalhadores – que agiam de maneira clandestina e *à revelia* de suas entidades sindicais –, no geral, os dirigentes sindicais da área urbana de Pernambuco eram líderes contrários à greve dos

---

<sup>29</sup> Entrevista concedida ao autor no dia 04 de setembro de 2011.

metalúrgicos do ABC paulista. O depoimento de José Luiz de Melo, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco exemplifica bem essa questão:

A intervenção e as prisões não representam um retrocesso político porque viver democraticamente não significa desobedecer as leis vigentes, mas, lutar pelo fortalecimento dessa legislação. [...] estamos vivendo, sem dúvida alguma, uma plena democracia. [...] **O sindicato é um órgão de colaboração do Governo.** Somos obrigados a manter esse relacionamento desde que a contribuição sindical é imposta pelo governo em favor do sindicato e não se deve jogar pedra no teto que nos abriga <sup>30</sup>.

O apoio desse pequeno grupo de metalúrgicos pernambucanos à greve do ABC paulista teve uma conotação tão importante no período que, inclusive, levou a comunidade de informações da ditadura a vasculhar as atividades dos envolvidos. Um agente de investigação da Polícia Federal apreendeu, por exemplo, um panfleto desse grupo que estava sendo distribuído entre o restante da categoria profissional e o difundiu entre os demais órgãos de informações da região (DPF, IV Exército, ARE/SNI, CP/PE, II COMAR, CI/SSP/PE, PMPE). No Informe Confidencial nº 220/80, o espião relatou que considerava o “subversivo” panfleto “[...] como ostensiva apologia à greve do ABC e incentivo à radicalização dos metalúrgicos [...]” <sup>31</sup>.

Essa avaliação do anônimo agente pode ser vista à luz das considerações de Carlos Fico ao afirmar, em primeiro lugar, que os relatórios eram produzidos, muitas vezes, de forma distorcida pelos agentes de informações, que analisavam os fatos e as pessoas segundo o seu ponto de vista preconceituoso, vago, estereotipado e favorável ao regime. E, em segundo lugar, pelo fato de que a preocupação com a força do “inimigo” revela-se sempre excessiva nos documentos produzidos pela comunidade de informações. Para Fico, os militares, ao enxergarem o perigo da subversão em praticamente tudo, emprestavam um tom grandiloquente e tecnicista à documentação, grande parte, incompatível com a real dimensão do fato <sup>32</sup>.

O ano de 1980 caracterizou-se como um período em que os grupos da oposição visaram se fortalecer através de uma linha sindical própria e da sua constituição como uma força organizada em todo o país. Para atingir tais objetivos, as lideranças oposicionistas organizaram, local e nacionalmente, diversos encontros. Um dos mais conhecidos nesse período, por exemplo, foi o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), que foi realizado em Nova Iguaçu, entre os dias 13 e 14 de setembro. Em Pernambuco, houve, por exemplo, em junho de 1980, uma importante reunião do setor oposicionista do Sindicato dos Metalúrgicos. Esta reunião foi monitorada por um agente infiltrado do Serviço de Informações

<sup>30</sup> Recifenses divergem sobre movimento dos metalúrgicos no ABC. *Jornal do Commercio*, Recife, 24 abr. 1980, p. 5, grifo nosso.

<sup>31</sup> Informe nº 220/80-SI/DPF/PE. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 0045.

<sup>32</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam...*, p. 72.

do Departamento de Polícia Federal em Pernambuco do qual o *Informe* confidencial resultante dessa espionagem transcrevemos a seguir:

Presentes cerca de 30 pessoas, teve lugar nesta Capital uma Assembléia de Metalúrgicos deste Estado. [...] a reunião, cuja finalidade foi a exposição de problemas que afetam a classe metalúrgica com mais urgência de solução. Os elaboradores da reunião não externaram opiniões, simplesmente escutaram e pediram aos demais presentes que dissessem o que pensavam sobre como resolver os problemas e de que modo iniciar a luta para solucioná-los. Mesmo quando instados a falar, faziam questão de nada dizer, apenas observando que o problema era de classe como um todo e que o conjunto deveria achar uma solução e não seguir as ideias deles. [...] Ao fim foi marcada nova reunião para 02.07.80, na mesma hora e mesmo local, devendo cada um dos presentes procurar trazer um companheiro <sup>33</sup>.

Se podemos perceber o ano de 1980 como um ano de significativas perdas para o sindicalismo brasileiro, o mesmo não pode ser dito em relação ao ano seguinte. O ano de 1981 representou um avanço para a luta dos trabalhadores urbanos em Pernambuco. Em 1981 ocorreu, além da retomada da ação grevista em algumas categorias, a vitória da primeira chapa de oposição sindical em Pernambuco no pós-64: a posse da chapa metalúrgica “Zé Ferrugem”.

### **“É vitória da oposição metalúrgica!”: a emblemática eleição de 1981**

No final de março de 1981, foi publicado no Diário Oficial do Estado o edital de convocação para a montagem das chapas que desejassem concorrer às eleições para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco. Nesta ocasião, foram lançadas as chapas “nº 1” (situacionista) encabeçada por José Maria Noblat Andrade e “nº 2” (oposicionista) intitulada “Zé Ferrugem”, com o torneiro-mecânico Marcos Pereira à frente.

Durante o período da campanha, dispondo de quase nenhum recurso financeiro, o grupo oposicionista recorreu ao “sindicalismo de porta de fábrica” a fim de intensificar o trabalho de divulgação e de aproximação com a categoria. Para tanto, adotou basicamente três estratégias. Em primeiro lugar, realizou uma intensa pesquisa nas fábricas para ouvir os anseios dos operários e sugestões de nomes para a composição da direção sindical. Nessa campanha, o “Zé Ferrugem” inaugurou uma importante prática sindical no período: “[...] a oposição partiu para realizar uma pesquisa nas fábricas permitindo aos trabalhadores a oportunidade de indicarem os companheiros mais representativos para dirigir a entidade da classe” <sup>34</sup>.

Em segundo lugar, a oposição metalúrgica se utilizou da distribuição clandestina de jornais, cartazes e panfletos dentro das fábricas para divulgar as suas principais propostas e tecer fortes críticas à direção da entidade – tais como denúncias pelo alto salário da diretoria, pelo

<sup>33</sup> Informe nº 247/80-SI/DPF/PE. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 0045.

<sup>34</sup> SOARES, José Arlindo. *Os limites do novo...*, p. 191.

preço da mensalidade, pelos erros e imprecisões nas prestações de contas etc. Em seu depoimento, o ex-metalúrgico José Siqueira relembrou essa estratégia de comunicação:

A gente trabalhava muito com a peãozada na clandestinidade. A gente tinha um companheiro na Microlite. Tinha um companheiro, por exemplo, na Alcoa. [...] Ou seja, esse companheiro não botava a cabeça de fora. Muitas vezes em dia de serviço, tinha um material pra distribuir. A gente tinha que distribuir e aquele companheiro ficava de lado, recebia o papelzinho dele e entrava, olhava o panfleto, conversava com ou outro que tinha muita confiança, mas nunca colocava a cabeça de fora <sup>35</sup>.

De acordo com os depoimentos de operários da época, vários materiais de campanha foram interceptados por agentes infiltrados da ditadura. Destes materiais, dois panfletos podem ser encontrados dentro do Prontuário Funcional nº 0045.

A última – e talvez a mais importante – estratégia encontrada pelos opositoristas, durante esse período de campanha, foi a utilização da CIPA para divulgar as propostas do “Zé Ferrugem”. Uma vez que a CIPA garantia estabilidade para os que dela faziam parte, alguns trabalhadores se articularam no sentido de inserirem dentro da CIPA aqueles operários mais atuantes e visados pelos patrões.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, a chapa “Zé Ferrugem”, se utilizando das pequenas brechas então existentes, venceu as eleições. Dos 4 mil filiados ao sindicato em “condições de voto”, 3.719 trabalhadores votaram assim: 1.571 na “chapa 1” (situação), 2.077 na “chapa 2” (oposição), 50 votos nulos e 21 em branco. Como se vê, o “Zé Ferrugem” venceu as eleições com uma boa margem de diferença, obtendo 506 votos a mais <sup>36</sup>.

Diferentemente das diretorias até então vigentes no meio sindical urbano de Pernambuco, o grupo “Zé Ferrugem” se tornou a primeira direção sindical no pós-64 a assumir uma postura “combativa”, “reivindicativa”, de “confronto” em relação ao patronato, a apoiar as greves deflagradas pela categoria, a se colocar contrária a uma atuação “pelega”, “burocrática” e “assistencialista”, e a enfrentar a política econômica da ditadura. Com a posse da diretoria “Zé Ferrugem”, as ações grevistas passaram a ser desenvolvidas, impulsionadas, organizadas e estruturadas também a partir da própria entidade, e não *à revelia* dela.

Se, até então, a luta dos trabalhadores urbanos em Pernambuco tinha ocorrido apenas *à revelia* da direção das entidades sindicais, a posse da chapa “Zé Ferrugem” e o seu consequente apoio à luta da categoria inaugurou, assim, uma “nova” forma de atuação sindical, ou seja, uma política de “confrontação” que se distanciou em muito da “estratégia de negociação” colocada em prática pelas diretorias anteriores.

<sup>35</sup> Entrevista concedida ao autor no dia 04 de setembro de 2011.

<sup>36</sup> Oposição assume sindicato. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. A-10, 10 jul. 1981.

Adotando a linha do confronto, o “Zé Ferrugem” formulou o seu programa de lutas empregando os seguintes pontos: a) *em relação aos salários*: alteração da política salarial do governo; negociação direta com o patronato; convenções coletivas de trabalho que beneficiassem os trabalhadores; b) *em relação às condições de trabalho*: estabilidade (luta contra os elevados índices de rotatividade da mão-de-obra) e segurança do trabalho; c) *em relação à representação sindical dentro das empresas*: organizar as comissões de empresa; estabilidade dos membros participantes; d) *em relação ao sindicato*: sindicato livre e autônomo, sem interferência do Ministério do Trabalho; direito de greve; intensificação das campanhas de sindicalização; fim do “burocratismo” e do “assistencialismo”; criação de uma central sindical; e) *em relação às reivindicações de natureza política mais ampla*: fim da carestia; convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte; fim das leis de exceção; anistia geral e irrestrita; liberdade de organização político-partidária etc.

Em dezembro de 1981, foi realizada a primeira greve encabeçada pela diretoria “Zé Ferrugem”. Ainda que essa greve tenha sido localizada em apenas uma fábrica e durado menos de 24h foi de extrema importância para os metalúrgicos, pois se configurou como o primeiro movimento liderado pela entidade (algo, até então, inexistente no sindicalismo urbano de Pernambuco à época). Um ex-operário relembrou os acontecimentos dessa greve:

[...] fizemos uma reunião a noite na sub-sede do Sindicato, em Abreu e Lima, praticamente 70% dos trabalhadores da empresa compareceram. Eles estavam revoltados com os atrasos de salário e do 13º. No outro dia fomos a porta da fábrica com muito receio, porque naquele época da ditadura militar era a primeira fábrica que a gente parava aqui em Pernambuco. Nós saímos bem daquela paralisação, eu acho que ali foi o primeiro degrau da escada de todas as outras paralisações que se sucederam <sup>37</sup>.

Os trabalhadores urbanos de Pernambuco desencadearam duas grandes greves durante o ano de 1982. Uma no setor médico e outra no docente. No caso das greves metalúrgicas, cabe destacar que foram localizadas, pontuais, sem muito alarde (desencadeadas, na maioria das vezes, no interior das fábricas e, em algumas ocasiões, chegando-se às portas delas), com duração de menos de 24 horas, motivadas por questões salariais e todas elas impulsionadas, incentivadas e/ou apoiadas pela diretoria sindical “Zé Ferrugem” <sup>38</sup>.

Cabe salientar que não encontramos dentro do Prontuário Funcional nº 0045 nenhum documento produzido e/ou apreendido pela comunidade de informações sobre a atuação dessa entidade durante o ano de 1982. Embora seja improvável que os militares não tenham vigiado os membros do “Zé Ferrugem” nesse ano, o fato é que não há registros escritos nos arquivos do DOPS-PE, tampouco no Arquivo Nacional, a respeito desse provável monitoramento.

<sup>37</sup> GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO. *Até chegar no Zé...*

<sup>38</sup> Para não estendermos o presente artigo, não iremos nos ater a analisar minuciosamente as greves metalúrgicas do ano de 1982. Para um maior conhecimento, ler: FERREIRA, Rafael Leite. *O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco...*

Sabendo-se que se trata de uma documentação elaborada em um regime ditatorial e que os documentos públicos não desaparecem por encanto, as respostas para esse “vazio documental” são várias e a mais provável é que os documentos tenham sido destruídos, em razão de caso fortuito, ou então por negligência culposa ou ato doloso. Estas hipóteses não são descabidas. Segundo Carlos Fico: “As especulações relativas ao regime militar não são infundadas. Ainda há muita resistência por parte de setores militares quanto a se dar publicidade a alguns acervos, especialmente aqueles dos centros de inteligência militar”<sup>39</sup>.

Se no que se refere ao ano de 1982 não encontramos nenhum documento produzido pela ditadura sobre a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, situação diferente encontramos no que diz respeito ao ano de 1983, como se pode ver a seguir.

O primeiro aspecto a ser destacado em relação a esse ano é o fato de a sociedade brasileira, especialmente a classe mais pobre, ter lamentavelmente convivido, junto à falta de liberdade e à intensa repressão, com o agravamento dos problemas socioeconômicos e o aumento dos bolsões de miséria. A recessão, a carestia, o aumento da dívida externa, da inflação, do número de falências e concordatas, do custo de vida e do desemprego marcaram esse ano.

Em 1983, por exemplo, o PIB acusou o pior índice desde a instauração do regime militar. Milhares de desempregados vagando pelas ruas à procura de empregos e saques a lojas e supermercados tornaram-se cenas comuns durante todo esse ano. No caso específico de Pernambuco, o desemprego – o maior dos últimos dez anos – deixou de ser uma ameaça para se tornar a triste realidade de 250 mil trabalhadores. Ao longo de todo o ano, diversas notícias foram veiculadas na imprensa local relatando os altos índices de desemprego que atingiam os trabalhadores, especialmente o setor metalúrgico desta região.

Todas as dificuldades enfrentadas no curso de 1983 fizeram deste emblemático ano, um ano chave na capital pernambucana na luta contra a ditadura. O setor metalúrgico, *exempli gratia*, teve uma importante atuação. Em 1983, além de paralisações em diversas indústrias metalúrgicas, a diretoria “Zé Ferrugem” liderou duas grandes manifestações no centro do Recife que, inclusive, acarretaram um forte monitoramento por parte da comunidade de informações.

A primeira manifestação – denominada “passeata dos desempregados” – ocorreu no dia 18 de maio de 1983, no centro do Recife, sob a liderança do Sindicato dos Metalúrgicos. O objetivo principal do protesto foi chamar a atenção da sociedade para a perversidade da política

---

<sup>39</sup> FICO, Carlos. A ditadura documentada: acervos desclassificados do regime militar brasileiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, jul.-dez. 2008, p. 73.

econômica da ditadura. O protesto, que congregou mais de 4 mil pessoas, contou com a participação de associações e sindicatos de classe, estudantes e políticos do PMDB.

Uma vez que, por determinação do então governador Roberto Magalhães (PDS-PE), os manifestantes ficaram proibidos de protestar nas ruas de Recife, estes ficaram restritos à Praça Maciel Pinheiro, fazendo uso do microfone e de diversas faixas e bandeiras para exortar os trabalhadores para a greve geral (21 de julho do mesmo ano), defender a criação da CUT e criticar o governo, especialmente em relação à falta de liberdades e o aumento do desemprego e do custo de vida.

A polícia política de Pernambuco acompanhou de perto o protesto do dia 18 de maio. Além do forte aparato policial ao redor de toda a praça – conforme descreveu um jornalista do *Diário de Pernambuco* que cobriu o evento: “[...] a cada esquina em que passava, [via-se] um grupo de soldados de Polícia Militar, armados e com cassetetes gigantes, dando a impressão de que se preparavam uma batalha contra inimigos dos mais perigosos”<sup>40</sup> – agentes dos órgãos de informações também se fizeram presentes no monitoramento da manifestação, conforme se vê no Informe confidencial elaborado pelo II COMAR e difundido para o CISA, RECISA, IV EX, CPPE, SNI, ARE 2ª, PMPE, SI, SR, DPF, PE CI, SSP-PE<sup>41</sup>.

Nesse Informe, o relato do agente descreve detalhadamente todas as ações dos manifestantes: 1) data, local, horário de início e término, objetivos, lideranças, apoio e patrocinadores do protesto; 2) descrição dos dizeres das bandeiras e faixas erguidas<sup>42</sup>; 3) descrição dos slogans/*jlingues* cantados pelos participantes; 4) títulos dos livros impressos pela imprensa alternativa vendidos no local (a respeito de um dos títulos “*Tribuna da Luta Operária*”, o espião fez questão de acrescentar: “[...] órgão de fachada legal do PC do B”); 5) rol de indivíduos que discursaram na ocasião; 6) temáticas discursadas pelos oradores; 7) lista de participantes apoiadores reconhecidos (a exemplo de alguns políticos, artistas e membros de outros movimentos sociais etc.); e 8) Resumo da fala de encerramento de José Alves de Siqueira, tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos.

Outra grande manifestação em que os metalúrgicos estiveram presentes em 1983 foi o “Dia Nacional de Protestos”, realizado no dia 21 de julho. A manifestação foi deflagrada em

<sup>40</sup> Policiamento ostensivo frustra passeata. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. A-10, 19 mai. 1983.

<sup>41</sup> Informe nº 328/A-2/II COMAR. Vaz. 126. 63, p. 114. Coordenação-Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal (COREG).

<sup>42</sup> O relatório do anônimo agente é tão minucioso que chega ao extremo de descrever, por exemplo, a cor e o comprimento de uma das bandeiras estendidas no evento. “RUMO A GREVE GERAL CONTRA OS PATRÕES E O GOVERNO. ALICERCES, O CAMINHO DA JUVENTUDE SOCIALISTA – esta em tecido vermelho com letras garrafais na cor branca e toda faixa medindo, aproximadamente 1,00m de altura por 3,00m de comprimento”, detalhou o agente em seu informe.

várias capitais do país. Em Pernambuco, o protesto foi liderado pelos metalúrgicos, com o apoio da comissão Pró-CUT. Cabe ressaltar que a manifestação se desenvolveu com a participação de trabalhadores de diferentes categorias profissionais, no entanto, apenas a diretoria “Zé Ferrugem” apoiou o protesto. As demais se colocaram em posição contrária.

Dias antes da deflagração do movimento, em um corajoso ato de ousadia, o Sindicato dos Metalúrgicos emitiu uma nota pública, solicitando apoio de todos os trabalhadores e da sociedade pernambucana às manifestações. Na nota, entre outros pontos, a diretoria “Zé Ferrugem” solicitou que durante o dia 21 de julho os trabalhadores não trabalhassem e nem se dirigissem ao local de trabalho; não fizessem compras; não mandassem os filhos para a escola; não usassem transportes; não se dirigissem às repartições públicas; fizessem compras com antecedência pagando as contas antes e retirando o seu dinheiro do banco <sup>43</sup>.

Na noite anterior à manifestação, o comandante do IV Exército, general Jorge Sá Freire de Pinho, declarou que diante dos fatos a polícia estava autorizada a não usar apenas as medidas de dispersão, mas poderia se utilizar dos cassetetes, prender e fazer o possível para “garantir a ordem”. “Quem fizer piquetes vai se dar mal”, relatou o comandante em entrevista ao JC <sup>44</sup>.

O medo da repressão da ditadura ficou patente em diversos relatos sobre esse movimento. Uma reportagem feita pelo JC evidenciou, por exemplo, que apesar de grande parte da população pernambucana não ter participado do ato do dia 21 de julho por causa do medo da repressão, significativa parte dela apoiou as manifestações, acompanhando o desenrolar dos fatos através dos meios de comunicação. Conforme apontou a dona de casa Lourdes Gomes:

[...] esses movimentos precisam ser realizados já que a situação está difícil para todos nós e só unido é que o povo pode mostrar aos governantes que não estamos satisfeito com as medidas que estão sendo tomadas. Pacotes em cima de pacotes e o povo apertando o cinto assim não pode ficar <sup>45</sup>.

Em outro ponto da matéria, questionada pelo jornalista sobre o porquê de não ter participado do protesto, a dona de casa enfaticamente respondeu: “Não posso porque **tenho medo** que alguma coisa venha a acontecer, com a intervenção da Polícia, e depois ficar presa ou apanhar. Então é melhor ficar em casa esperando os resultados” <sup>46</sup>.

O protesto acarretou a prisão arbitrária e truculenta de 34 pessoas, inclusive, com a prisão de toda diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos. No Prontuário Funcional nº 0045, por exemplo, é possível encontrar o inquérito policial (com auto de apreensão, boletins individuais, depoimentos dos envolvidos e relatório do delegado) de sete dessas prisões. Estas aconteceram

<sup>43</sup> Presidente da FIEPE não acredita que haja greve. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 10, 20 jul. 1983.

<sup>44</sup> Ameaça de greve: garantindo o funcionamento das atividades. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 1, 21 jul. 1983.

<sup>45</sup> Panelas e marmitas no protesto das mulheres. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 10, 22 jul. 1983.

<sup>46</sup> Ameaça de greve..., p. 10, grifo nosso.

na manhã do dia 21 de julho quando um grupo de aproximadamente 100 pessoas decidiu formar um piquete na frente da Microlite do Nordeste S/A. Ao lembrar tais acontecimentos, o metalúrgico Jorge César da diretoria “Zé Ferrugem” destacou:

Naquele momento, paramos 14 empresas, num total aproximado de 12 mil trabalhadores. A repressão foi muito grande, praticamente 70% da Diretoria do Sindicato que estava nos piquetes, foi presa, além de outros companheiros sindicalistas. Foram feitas 32 prisões. Nos levaram para o Dops [...]. Nas fábricas que paralisamos foram demitidos muitos companheiros <sup>47</sup>.

Usando o argumento de os manifestantes estarem utilizando-se de “faixas, serviço de som e distribuição de panfletos, obstaculizando a entrada dos operários para o trabalho normal, incitando-os à greve”, o então delegado do DOPS-PE, coronel Márcio Falcão Ferraz, decidiu instaurar inquérito policial e indiciar sete manifestantes, acusando-os de terem violado o art. 197 do Código Penal Brasileiro (“Atentado contra a liberdade de trabalho”) <sup>48</sup>. No que diz respeito a esse arbitrário inquérito policial, é flagrante nas conclusões do relatório do delegado seu tom pessoal preconceituoso, vago e estereotipado sobre o movimento.

Diante do exposto, evidencia-se a responsabilidade criminal dos indiciados. Os tópicos dos seus respectivos depoimentos às fls. Demonstram, à luz meridiana, que **não estavam no portão da fábrica distribuindo rosas e rogando que aumentassem a produtividade da empresa. Os depoimentos, em certos trechos, chegam a ser de uma inocência angelical.** [...] Assim, depreende-se que os sete nominados instigaram e forçaram à paralisação das atividades normais da indústria Microlite do Nordeste S/A, conclamando os operários a greve, enquadrando-se, portanto, dentro das penas capituladas no artigo 197, da Lei Substantiva Penal em juízo <sup>49</sup>.

É importante mencionar que, da mesma forma como ocorreu com esse relatório de indiciamento, inúmeros outros inquéritos policiais – utilizando-se da execrável prática da ditadura de criminalizar os “indesejáveis”, acusando-os de “perigosos para a sociedade” e enquadrando-os no amplo e impreciso conceito jurídico de “ordem e segurança pública” – foram instaurados em diversas delegacias do país atribuindo às práticas sociais divergentes (o chamado “crime político”) um grau de periculosidade semelhante ao do criminoso comum.

Embora a chapa “Zé Ferrugem” tenha exercido seu mandato até agosto de 1984, o relatório de indiciamento feito pelo DOPS-PE em julho de 1983 é o último documento constante no Prontuário Funcional nº 0045 encontrado no APEJE. Ou seja, não há nenhum registro escrito de monitoramento e espionagem da comunidade de informações sobre as atividades dos líderes metalúrgicos entre o intervalo de julho de 1983 e agosto de 1984. Contudo, ainda que não

<sup>47</sup> GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO. *Até chegar no Zé...*

<sup>48</sup> Ocorrência nº 05/83. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 0045.

<sup>49</sup> Relatório de indiciamento. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 0045.

tenhamos encontrado registros escritos dessa atividade, tendemos a acreditar que a diretoria “Zé Ferrugem” foi vigiada não apenas no ano de 1984, mas também por muitos e muitos anos...

### Considerações Finais

Ao analisarmos o Prontuário Funcional nº 0045, percebemos que a documentação produzida e apreendida pela comunidade de informações sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco não se tratava de uma simples papelada que abordava temas fragmentados e de forma excessiva. Esse tipo de material nos permitia entender, de certo modo, o *modus operandi/faciendi* de uma polícia política que criou uma série de documentos (informes, relatórios e informações) para vigiar, monitorar e espionar líderes metalúrgicos com o propósito de inculpá-los de perigosos “à ordem e à segurança pública”.

Engana-se quem pensa que os casos de monitoramento e espionagem às atividades sindicais ficaram para trás ou que são práticas isoladas e específicas de regimes autoritários. Só mudou o nome: de Serviço Nacional de Informações (SNI) para Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), mas as práticas continuam as mesmas. Apesar de a Constituição Federal (CF) de 1988 assegurar o princípio da liberdade associativa e sindical como garantia e direito fundamental individual e coletivo (art. 5º, XVII e art. 8º), recentes notícias divulgadas pela imprensa demonstram a existência ainda de um forte “Estado policialesco” no Brasil que busca restringir as liberdades e garantias fundamentais em nome da ordem e da segurança.

Em 2010, documentos confidenciais encontrados pela revista *Caros Amigos* no Arquivo Público de São Paulo revelaram que as Forças Armadas monitoraram manifestações, passeatas, assembleias sindicais, encontro de trabalhadores, a CUT, encontros de organizações de esquerda (PT, PCdoB, Convergência Socialista), movimentos sociais, ativistas estrangeiros, movimento estudantil etc. durante a década de 90. A reportagem de Lúcia Rodrigues revelou que o movimento estudantil da USP e da PUC-SP era monitorado, tendo, inclusive, um agente responsável em produzir relatórios semanais sobre as duas universidades descrevendo o que lia nos murais das faculdades. No caso, por exemplo, do movimento sindical, havia agentes específicos para produzir relatórios mensais “Panorama Mensal do Movimento Sindical”<sup>50</sup>.

Em 29 de agosto de 2012, a revista *Istoé* noticiou a existência de uma rede de arapongagem, cobrindo o país, montada pelo Palácio do Planalto, para vigiar as atividades das principais lideranças da greve dos servidores federais daquele ano. A revista revelou que diversos

---

<sup>50</sup> RODRIGUES, L. Militares espionaram esquerda na década de 90. *Caros Amigos*, v. 14, n. 163, p. 18-22, out. 2010.

agentes da ABIN, do Serviço Reservado da Polícia Militar e do Exército estavam infiltrados em assembleias, reuniões de entidades sindicais e acampamentos dos grevistas <sup>51</sup>.

Mais recentemente, o jornal *O Estado de S. Paulo* divulgou a existência de uma operação montada pela ABIN para monitorar a movimentação sindical nos portos do país, com ênfase no porto de Suape, em Pernambuco. A preocupação do Governo Federal dizia respeito à possibilidade de uma greve geral contra a Medida Provisória 595, conhecida como MP dos Portos, que alterou o marco regulatório da exploração dos portos no país <sup>52</sup>.

Tais exemplos mostram claramente que, apesar de vivermos em uma democracia e sob a guarda da CF de 1988, considerada uma das mais avançadas do mundo, ainda hoje, os movimentos sociais e sindicais são monitorados, criminalizados, tratados como casos de polícia. Esse tipo de ação de espionagem, que só pode ocorrer com autorização judicial, revela uma arbitrariedade, uma flagrante ilegalidade e inconstitucionalidade. Os setores conservadores no Brasil demonizam as organizações de esquerda e os movimentos sociais e sindicais. Acusam-os de violentos, de baderneiros, de foras-da-lei. Pretendem com isso assustar a sociedade, ganhar o seu apoio, legitimar a repressão e restringir os direitos individuais e sociais (*exempli gratia*, o direito à privacidade) a pretexto de proteger a propriedade, a ordem, a segurança etc.

Este artigo, portanto, ao chamar a atenção para a combativa (e esquecida!) atividade desenvolvida pela chapa “Zé Ferrugem” em Pernambuco durante os anos finais da ditadura – assim como fizeram, por exemplo, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), ao criar o “Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical” e a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC), ao criar uma relatoria específica sobre a repressão aos sindicatos – buscou levantar subsídios e contribuir para a necessária e urgente discussão sobre a repressão e espionagem governamental à classe trabalhadora brasileira, a fim de que efetivemos um Estado Democrático de Direito onde os direitos e garantias individuais e coletivas (liberdades democráticas de organização e manifestação) sejam, verdadeiramente, assegurados neste país.

---

<sup>51</sup> Quem são os grevistas que desafiam o Brasil. *Istoé*, n. 2233, 29 ago 2012.

<sup>52</sup> ABIN monitora movimento sindical no Porto de Suape. *O Estado de São Paulo*, 4 abr. 2013, Nacional, p. A6.

# Entre a astúcia e a vingança: a Inquisição e os colonos na América Portuguesa acusados de blasfemar

Among the Cunning and Revenge: the Inquisition and the settlers in Portuguese America

Diogo Tomaz Pereira

Graduando em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

[uff.diego@gmail.com](mailto:uff.diego@gmail.com)

Recebido em 24/05/2014

Aprovado em 01/10/2014

**RESUMO:** As Visitações do Santo Ofício ao Brasil entre os séculos XVI e XVIII trazem à tona que tanto os portugueses, quanto os colonos nascidos na América Portuguesa mantinham com Deus, Jesus Cristo, a Virgem e os santos, de uma forma geral, uma relação de grande intimidade e até de familiaridade, tratando-os, não poucas vezes, quando não os atendessem, com rudeza e aspereza. O presente artigo pretende examinar os crimes de blasfêmia e proposições heréticas ocorridos no Brasil colonial, apresentando ao leitor um pouco da história desses dois crimes - que podem ser tratados apenas como um - e dos agentes históricos envolvidos. Além disso, amparado pela discussão anterior, exponho o quão complexo foi o processo do cirurgião Antônio de Melo Lobo, acusado falsamente de blasfemar e que teve sua vida e carreira “quase” destruída pela Inquisição de Lisboa, quando foi preso na cidade do Rio de Janeiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Blasfêmia, Falso-testemunho, Inquisição portuguesa.

**ABSTRACT:** The Visitations of the Holy Office to Brazil between the sixteenth and eighteenth centuries bring out that both the Portuguese, the Portuguese colonists born in America, had with God, Jesus Christ, the Virgin and the saints, in general, a ratio of great intimacy, and even familiarity, treating them quite often when not meeting them with rudeness and harshness. This article seeks to examine the crimes of blasphemy and heretical propositions occurring in colonial Brazil, presenting the reader with a little history of these two crimes - which can only be treated as one - and the historical actors involved. In addition, supported by the previous discussion, I expose how complex the process was the surgeon Antonio Lobo de Melo, falsely accused of blasphemy and had his life and career "almost" destroyed by the Inquisition of Lisbon, when he was arrested in the city of Rio de Janeiro.

**KEY-WORDS:** Blasphemy, False testimony, Portuguese inquisition.

## Introdução

Em 2012 quando iniciei a leitura dos processos inquisitoriais, especificamente dos crimes de blasfêmia e proposições heréticas no acervo *on-line* do *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, surgiram algumas questões: Será que a punição aos blasfemadores por parte do *Tribunal*

*Inquisitorial* foi mais severa nos séculos XVI e XVII do que no XVIII? A denúncia, com o fim de prejudicar alguém, era um ato corriqueiro no interior entre os colonos na América Portuguesa?

Após inúmeros processos lidos e transcritos, e a consulta a várias obras, constato que a situação é complexa e que não podemos analisar os séculos XVI, XVII ou XVIII (períodos nos quais os “tentáculos” da Inquisição portuguesa agiram no Brasil) com a nossa visão de hoje. Através desse trabalho, pretendo mostrar o quão intrincado era todo o trâmite de um processo da alçada inquisitorial. Isto porque nem todos os casos eram tratados da mesma maneira; ao analisar os crimes de blasfêmia e proposições heréticas, constatei que a condição social do réu, as palavras proferidas e o arrependimento eram fundamentais para estabelecer se um processo seria demorado e complexo ou com um desfecho rápido e simples.

Durante os anos de sua existência, a Inquisição atravessou fases de grande poder mas também breves ciclos de profunda fragilidade; foi uma autoridade terrível e temida. Estando em constante transformação, ela é também expressão da dinâmica da história portuguesa.

O Santo Ofício, acima de tudo, foi um tribunal eclesiástico entre outras instâncias que formavam o sistema de Justiça do Antigo Regime, colocando-o assim, desde a sua fundação no coração do Renascimento português, uma questão de legitimidade e integração num contexto mais vasto<sup>1</sup>

Essa rápida ascensão não se deu somente devido ao apoio da Coroa, mas também, ao peso que o combate à heresia teve na Europa católica, a partir da primeira metade dos Quinhentos.

Para melhor análise, esse trabalho foi dividido em quatro partes. Mostro primeiramente a primeira *Visitação do Santo Ofício ao Brasil*; em seguida, o significado e os crimes de blasfêmia na Colônia; e por fim o processo de Antônio de Melo Lobo<sup>2</sup>, o cirurgião acusado falsamente de blasfemar. Darei um enfoque maior para Portugal, pois apesar de duas tentativas de implantação na Colônia, em 1622 e 1629, o Brasil não contou com um Tribunal próprio como os instalados no México, no Peru, na Colômbia e na Índia portuguesa, ficando a América Portuguesa subordinada ao *Tribunal de Lisboa*.

As blasfêmias e proposições heréticas eram dois crimes que, ainda que relacionadas à fala, possuíam pequenas diferenças. As proposições heréticas eram críticas, questionamentos ou indagações feitas contra a Igreja como instituição ou aos seus membros. As blasfêmias eram uma demonstração de grosseria, rusticidade ou ignorância; “uma prática nascida do hábito, da ironia,

---

<sup>1</sup> MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição Portuguesa 1536-1821*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.

<sup>2</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa, Processo 5.851.

do humor, da raiva ou da decepção”<sup>3</sup>. Mas em comum, todas as duas faziam parte do rol de crimes combatidos pelo Tribunal do Santo Ofício. Tão antigo quanto qualquer crença religiosa, a blasfêmia é vista pela Igreja como um desprezo contra Deus e seus ensinamentos, podendo ser expressa através de palavras ou por uma ação.

Enquanto fazia minhas pesquisas nos processos dos condenados por blasfêmia tive a grata surpresa de encontrar um caso de falso-testemunho (crime gravíssimo, pois, testemunhar falsamente significa ir contra a Lei de Deus) em que o condenado – Antônio de Melo Lobo – havia proferido palavras duríssimas contra Deus e tudo mais que ele significava. Foi nesse processo que pude ver o quanto equivocada estava sob a interrogação que tinha em minha mente.

### O Santo Ofício na Colônia

Existiram em Portugal seis Tribunais, cada um em uma cidade específica. Para efeitos do exercício do poder inquisitorial, as diferentes regiões do Reino estavam adstritas aos tribunais de Lisboa, de Coimbra e de Évora (os de Tomar, Porto e Lamego tiveram vida efêmera)<sup>4</sup>. Apesar da Inquisição portuguesa nunca ter oficialmente implantado no Brasil um Tribunal, a Colônia portuguesa na América encontrava-se diretamente ligada subordinada ao de Lisboa. Alguns acusados (dos casos considerados mais graves) eram enviados para serem julgados na capital portuguesa, e dependendo da pena, podiam por lá permanecer pelo resto da vida caso não fossem enviados para as galés ou para o degredo em alguma das colônias.

Os delitos religiosos e morais que estavam sob o cargo inquisitorial eram praticamente os mesmo em todos os tribunais, salvo exceções como o caso da sodomia perseguida pelo Santo Ofício em Aragão (Portugal) e nos Estados italianos, mas não em algumas regiões espanholas, onde a jurisdição para tal crime foi conservada aos tribunais civis.

Não raro, mesmo para os mesmos crimes, conforme o Tribunal, o julgamento podia conferir pesos diferentes na avaliação das culpas nos diversos Tribunais Inquisitoriais europeus.

---

<sup>3</sup> SCHWARTZ, Stuart. Cada uma na sua lei: Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico. Bauru: Edusc, 2009.

<sup>4</sup> O critério para a escolha da fundação destes tribunais, que tinham outros sob a sua jurisdição, seguia aproximadamente os limites das dioceses e procurava abranger as regiões que reuniam um maior número de cristãos-novos e mouros. Depois da constituição destes seis tribunais pelo reino, houve um retrocesso e quatro deles foram extintos, o de Coimbra temporariamente, o de Lamego, Porto e Tomar definitivamente; talvez esta abolição se deva às dificuldades financeiras que a sua manutenção iria acarretar, bem como o de fazer uma verificação burocrática de toda esta rede criada, quando não existia ainda um Regimento bem definido para a sua regulamentação. (FERREIRA, 2012, p.62).

“Alguns delitos eram considerados de jurisdição mista, como a feitiçaria e a bigamia, que não podiam ser julgados pela Inquisição sem fortes presunções de heresia”.<sup>5</sup>

Francisco Bethencourt nos dá outro exemplo:

Em outros domínios, a definição de heterodoxia revelava-se difícil, como no caso da distinção entre a blasfêmia provocada pela cólera momentânea (em situações de jogo, por exemplo) e as proposições heréticas que contestavam a virgindade de Maria, a divindade de Cristo ou a capacidade de intervenção dos santos. Finalmente, verificou-se um alargamento da jurisdição inquisitorial a novos delitos, como a solicitação dos fiéis pelo padre no ato da confissão (final do século XVI) ou o molinismo (final do século XVII).<sup>6</sup>

Podemos afirmar que o *Tribunal de Lisboa* foi a peça mais importante da máquina inquisitorial. Para uma melhor administração, o Brasil foi incluído na jurisdição inquisitorial da metrópole lisboeta. Com o objetivo de zelar pela pureza da fé católica, reftreando comportamentos considerados heréticos, o *Santo Ofício* português agiu como uma liana de mil ramificações prendendo primeiro as províncias de seu litoral, em seguida tratou de cuidar de suas colônias. Iniciou pelas suas conquistas até o Cabo da Boa Esperança, em seguida tratou de amarrar o Brasil. “Apesar de muito discreta em seus primeiros tempos, podemos dizer que a atuação do Santo Ofício na América portuguesa acompanhou a ocupação do território pelos portugueses”.<sup>7</sup>

Em 1591 ocorreu a primeira *Visitação do Santo Ofício* em terras brasileiras onde agentes inquisitoriais foram enviados para investigar e prender os suspeitos de heresias. Até hoje, especulam-se os motivos que levaram Portugal a ordenar uma visitação à Colônia. Anita Novinsky<sup>8</sup> (2009) defende que as visitas ocorreram devido às notícias de prosperidade dos que aqui viviam o que pode ter despertado a cobiça do rei de Portugal. Também levando em consideração que muitos dos senhores de engenho e comerciantes bem sucedidos eram de origem judaica. Sônia Siqueira<sup>9</sup> (1978) vincula o envio da Visitação ao interesse de Portugal e da Igreja em integrar o Brasil ao mundo cristão. Bruno Feitler (2013) atenta para o fato de a primeira visitação, em 1591, estar ligada ao contexto da expansão geral do Santo Ofício pelos domínios atlânticos portugueses e das visitações efetuadas na mesma época no reino

---

<sup>5</sup> BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições*: Portugal, Espanha e Itália - séculos XV-XIX. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>6</sup> BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições*: Portugal, Espanha e Itália - séculos XV-XIX. p.31.

<sup>7</sup> FEITLER, Bruno. A ação da inquisição no Brasil: uma tentativa de análise. In: FURTADO, Júnia Ferreira; RESENDE, Maria Leônia Chaves de (Org.). *Travessias Inquisitoriais das Minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício*: diálogos e trânsitos religiosos no império luso-brasileiro (sécs. XVI-XVIII). Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

<sup>8</sup> NOVINSKY, Anita Waingort. *Inquisição: Prisioneiros do Brasil*: Séculos XVI a XIX. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

<sup>9</sup> SIQUEIRA, Sonia A. *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

Na primeira Visitação, foi enviado ao Brasil como agente do Santo Ofício, Heitor Furtado de Mendonça, de aproximadamente trinta e cinco anos. Além de licenciado, Heitor Furtado tinha ainda em seu currículo o título de desembargador real e capelão fidalgo do Rei. Era homem de foro nobre, que passara por dezesseis investigações de limpeza de sangue<sup>10</sup> para habilitar-se ao cargo inquisitorial. Desembarcou na Bahia em 9 de Junho de 1591. Em sua comitiva vieram também D. Francisco de Sousa, recém nomeado para a Governança Geral e Manoel Francisco, notário. Também estava presente o meirinho Francisco Gouvêa, ajudante de ordens do visitador.

Em 28 de Julho de 1591 tem início a *Visitação do Santo Ofício* ao Brasil.

[...] não sem grande pompa e cerimonial laudatório ao Santo Ofício e à pessoa de Heitor Furtado, presentes o bispo com seu cabido, os funcionários da Governança e Justiça, vigários, clérigos e membros das confrarias, sem falar do povo que se acotovelou nas ruas da cidade para acompanhar o cortejo inquisitorial. Heitor Furtado veio debaixo de um pálio (sobrecéu portátil) de tela de ouro e, estando na Sé, recebeu um sem número de homenagens e discursos de louvor, inclusive de Marçal Beliarte, provincial dos jesuítas.<sup>11</sup>

Após toda essa apresentação, Heitor Furtado deu início aos trabalhos nas terras tropicais. Publicou o *Edital da Fé e Monitório da Inquisição*, onde se encontravam a definição e caracterização dos crimes sob jurisdição inquisitorial. Após a divulgação do Edital, o licenciado anunciou o “Tempo da Graça”, um período de até trinta dias no qual as pessoas poderiam confessar suas culpas sem sofrerem algum tipo de penas corporais ou sequestro de bens. Além desta Visitação, outras ocorreram na Colônia como a de 1618, na Bahia; a de 1627-1628, das capitanias do Sul; e, em 1763-1769, num contexto distinto das anteriores, ao Grão-Pará.

Mas, para que o Tribunal funcionasse, era necessária a formulação de regulamentos e de instruções internas, não apenas para o enquadramento e a orientação dos fluxos de comunicação, mas também para a “alimentação” de todo o aparelho. São conhecidos cinco Regimentos em épocas diferentes, onde são redigidas instruções para o melhor funcionamento da Inquisição portuguesa, 1552, 1570, 1613, 1640 e 1774. Este último, o de 1774, será o alvo de atenção de análise, pela proximidade com o processo desse trabalho.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup>Ao adotar os estatutos de limpeza de sangue no processo de admissão de novos membros em seus quadros, a Inquisição passou a controlar uma das clivagens estruturantes da ordem social do Antigo Regime português, que era a separação da sociedade entre cristãos-velhos e cristãos novos (TORRES, 1994, p. 109)

<sup>11</sup> VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>12</sup> Um fato interessante do último Regimento português, lançado no período final do governo do marquês de Pombal, é que, ele contém as mais duras críticas feitas à Inquisição portuguesa, e essas críticas partem da própria instituição. Acusações duras são feitas às práticas de justiça empregadas desde a existência do Tribunal do Santo Ofício, como relata Bethencourt (2000) uma delas: “No prefácio do Regimento, o cardeal da Cunha faz uma crítica

## Os colonos blasfemadores

“*A fera abriu a boca em blasfêmia contra Deus, para insultar o seu nome*”.<sup>13</sup>

A blasfêmia, assim como a proposição herética, era mais um dos vários crimes combatidos pelo *Tribunal do Santo Ofício*. Tão antigo quanto qualquer crença religiosa, é vista pela Igreja como um desprezo contra Deus e seus ensinamentos podendo ser manifestada através de palavras ou por uma ação. A blasfêmia rompe, quebra, anula tudo o que é ensinado pela religião. “É um pecado de irreligião, oposto ao louvor que o homem, criatura de Deus, por sua palavra, deve a Deus”.<sup>14</sup> A origem vem de duas palavras gregas: *blaptein*, que tem o significado de estragar, danificar, perturbar; e *phème*, reputação.

As *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*<sup>15</sup>, impressas em Lisboa no ano de 1719, foram uma compilação de normas, para servir como a principal legislação eclesiástica no Brasil Colonial. Ao tratar-se das blasfêmias, podemos interpretar que a condição social do réu e o que foi dito, eram fundamentais para definir a sentença do acusado:

E na *condenação* dos blasfemos considerarão sempre a qualidade das palavras, e das pessoas, que as dizem, tempo, e lugar em que foram ditas, e as mais circunstâncias, para que conforme a *ellas* se acrescentem, ou *diminuição* as penas. (CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia, 1719: p.312).

Esse livro determina ainda que cada “classe” deveria ter uma sentença diferente em conformidade com o estatuto social e da reincidência das culpas. Os leigos que blasfemassem pela primeira vez deveriam pagar uma multa de cem cruzados, pela segunda vez, uma multa de duzentos cruzados e pela terceira vez, a multa seria acrescentada e o réu passaria a pagar a quantia de quatrocentos cruzados e ainda seria degredado para alguma região por tempo indeterminado<sup>16</sup>. No caso dos mais pobres, que não tivessem a condição de pagar as multas, se blasfemassem pela primeira vez, teriam a pena da exposição à porta da igreja um dia inteiro com as mãos atadas e com uma mordaca na boca; pela segunda vez, seria açoitado “*citra sanguinis effusionem*” ou seja, sem derramamento de sangue; e pela terceira vez, severamente castigado e condenado ao degredo para as galés por tempo indeterminado. A Constituição também conferia totais poderes ao Santo Ofício para que cuidasse das blasfêmias consideradas heréticas.

---

radical de todos os inquisidores-gerais anteriores. [...] acusando-os de traição ao Reino e de complô com os jesuítas para transformar o Santo Ofício em uma instituição puramente eclesiástica” (BETHENCOURT, 2000, p.49).

<sup>13</sup> Ap. 13, 6-7, A Bíblia Sagrada (Edição Pastoral, 1990).

<sup>14</sup> PIERONI, Geraldo. *Os Excluídos do Reino*. 2ª ed. Brasília: Unb, 2006.

<sup>15</sup> Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707.

<sup>16</sup> Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia. fl. 312.

E sendo as blasfêmias *hereticaes*, que *saibão* manifestamente a heresia, nossos Ministros darão conta ao Santo *Officio*; e que por aquelle Tribunal for ordenado se cumpra com diligencia: e se no entretanto lher parecer que convém prender os culpados; assim o executem. <sup>17</sup>

A blasfêmia, em Portugal, já há muito tempo era considerada crime e tratada com severidade. Em 1312, governado por D. Dinis, o Lavrador, sexto rei de Portugal, foi implantada uma lei que considerava crime gravíssimo, qualquer ato de blasfêmia contra Deus e sua Santa Mãe Maria. Aqueles que desobedecessem tal lei teriam a língua arrancada pelo pescoço e seriam queimados. Muito antes disso, no século IV, Santo Agostinho (1994) em suas pregações, afirmava que aqueles que blasfemam contra Jesus Cristo não pecavam menos que aqueles que O crucificaram quando Ele estava na Terra. Para o bispo, nada era mais importante do que a fé em Jesus e em Deus. No século XIII, o padre dominicano Tomás de Aquino (declarado santo pelo Papa João XXII em 1323), reafirmava e defendia que a blasfêmia era um pecado grave, e salientava ainda constituir uma falta contra a fé, pertencendo à ordem da infidelidade. Para o dominicano, a blasfêmia era um sinal de perdição da alma e do corpo, tornando-a o mais grave pecado de sua espécie, um pecado não digno de perdão:

Pois quando a vontade se volta para uma coisa contrária à caridade pela qual estamos ordenados ao fim ultimo, há no pecado, por seu próprio objeto, matéria para ser mortal (...) [como] contra o amor a Deus, como a blasfêmia. <sup>18</sup>

A *Bíblia* também confirma tal gravidade de blasfemar. Relatada por Mateus aos discípulos: “se alguém tiver pronunciado uma blasfêmia contra o Espírito Santo, não lhe será perdoada nem no presente, nem no século futuro” <sup>19</sup>. O *Guia de Pecadores*, obra do frei Luís de Granada, publicada pela primeira vez em 1570, e que na época, foi mais circulada do que a Bíblia, escreve: “dos pecados mortais, o mais grave é a blasfêmia, muito próximo dos três pecados mais graves do mundo que são a infidelidade, a desesperança e a ira contra Deus, no absoluto e mais grave de todos” <sup>20</sup>. Algumas legislações se mostravam rigorosas contra os blasfemadores, mas, línguas arrancadas e lábios rachados, foram raramente aplicados pela Inquisição portuguesa, menos ainda nos condenados do Brasil. O máximo que encontrei nos processos ocorridos em terras brasílicas, foi, além de serem presos nos cárceres e cumprirem penitencias espirituais, alguns blasfemadores eram obrigados a saírem no auto público da fé descalços, com uma vela acesa na mão e uma vara atravessada na boca. Foi o caso de Baltasar Dias<sup>21</sup>, um cuteleiro de 30 anos, morador da cidade

<sup>17</sup> MONTEIRO DAVIDE, S. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Lisboa: Typ. 2 de Dezembro, 1719. [São Paulo, 1853],

<sup>18</sup> AQUINO, Tomás de. *Suma Theologica*, I-II, 88, 2. In: João PAULO II. *Catecismo da Igreja Católica: Edição Típica Vaticana*, 1992.

<sup>19</sup> Mt. 12, 32. A Bíblia Sagrada. (Edição Pastoral, 1990).

<sup>20</sup> GRANADA, Luís de. (1570) *Guia de Pecadores*. São Paulo, Ediouro, 2008. (Edição original 1567).

<sup>21</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 6.363.

do Porto, que, em 1595 de passagem pelo Brasil em um navio que para cá trazia mercadorias, teve um pedaço de sabão roubado, e colérico esbravejou para todos no convés: “que os diabos levassem seu corpo e sua alma e que renegava do óleo e da crisma se não matasse a quem zombava dele e lhe tomara o seu sabão”. Ainda foi degredado para Angola pelo prazo de um ano. Uma das poucas mulheres, Leonor Pires<sup>22</sup>, conhecida também como “Marquesa”, natural da Vila do Conde em Olinda, foi sentenciada a ir ao auto publico da fé com uma vela acesa na mão e uma vara atravessada na boca por dizer que renegava do óleo e da crisma que recebera. “Por que esse martírio sempre relacionado com a boca?”<sup>23</sup>

A vara servia como um acessório pejorativo e humilhante, o símbolo do silêncio atribuído, que tragicamente expressava a proibição verbal. A boca personifica o poder do espírito e da inspiração da alma. Sua associação com o ato de comer ou mastigar, está ligada à destruição, semelhante à boca de um monstro. Na iconografia cristã, a entrada para o inferno é a boca do demônio cheia de dentes. Em *O Grande Livro dos Signos e Símbolos*<sup>24</sup> organizado por Mark O’Connell e Raje Airey, a boca aberta é associada ao poder do espírito de falar, à inspiração da alma; como alternativa, pode ser o símbolo de forças destrutivas, coisas que estão sendo “comidas” e “devoradas”.

Geraldo Pieroni pensa semelhante:

[...] o homem foi criado à imagem de Deus. E Jesus, seu Filho, é a Palavra encarnada, o Verbo. A boca é a porta por que passa o sopro, a palavra. Ela é o símbolo da potencia criadora e, particularmente, da insuflação da alma. Pensando dessa maneira, o mundo é o efeito da Palavra divina: ‘No principio era o Verbo...’<sup>25</sup>

Em seu livro *Boca Maldita*, ainda acrescenta:

A boca ‘é representada na iconografia universal tanto pela gorja do monstro quanto pelos lábios dos anjos’, ela pode ser a porta do paraíso ou a do inferno. Para o Santo Ofício, o blasfemador era um pecador destinado ao inferno. A única possibilidade de salvar-se era a total submissão aos inquisidores, os emissários do perdão.<sup>26</sup>

Outro fato que não podemos deixar de mencionar é que existiam dois tipos de blasfemadores, facilmente confundidos entre si. O primeiro tipo é aquele que não é contra qualquer artigo da fé, mas quando insuflado pela ingratidão, blasfema. No Brasil, muitos

<sup>22</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 10.717.

<sup>23</sup> PIERONI, Geraldo (Org.); MARTINS, Alexandre; SABEH, Luiz. *Boca Maldita: Blasfêmias e sacrilégios em Portugal e no Brasil nos tempos da Inquisição*. Jundiaí, Paco Editorial, 2012.

<sup>24</sup> O’CONNELL, Mark; AIREY, Raje. *O Grande Livro dos Signos e Símbolos: Marcas que remontam a história do homem, suas crenças, descobertas e a relação com o universo e seus mistérios*. São Paulo: Escala, 2010.

<sup>25</sup> PIERONI, Geraldo. *Os Excluídos do Reino*. 2ª ed. Brasília: Unb, 2006.

<sup>26</sup> PIERONI, Geraldo (Org.); MARTINS, Alexandre; SABEH, Luiz. *Boca Maldita: Blasfêmias e sacrilégios em Portugal e no Brasil nos tempos da Inquisição*. Jundiaí, Paco Editorial, 2012.

blasfemadores desse primeiro tipo se arrependiam e se apresentavam diante da Mesa Inquisitorial a pedirem perdão. Stuart B. Schwartz explica esse blasfemador em seu livro:

Um azar na hora de lançar os dados, uma mão ruim de cartas, uma seca prolongada, um namoro desmanchado, muitas vezes bastavam para a pessoa soltar uma blasfêmia. Às vezes era de gozação, em piadas sobre os pecadilhos sexuais da Virgem Maria, dos santos ou até de Cristo. Era um humor que não mostrava necessariamente uma descrença, mas apenas uma certa intimidade.<sup>27</sup>

Em 1766, Alberto Monteiro morador do Pará, de 28 anos teve que cumprir “apenas” algumas penitências espirituais por ser índio e aparentemente estar arrependido. Estava ele na feira, quando viu passar diante de seus olhos “a morena mais linda que já havia visto” e disse: “Diabo, se tu fizeres a minha vontade, permitindo-me que durma com esta mulher, eu te prometo fazer-te o que tu quiseres, e me podes levar contigo”. Após dizer estas palavras, sentiu uma forte dor no peito, na região do coração. Repetiu a dita frase mais uma vez, e após dizer, mais uma vez sentiu a dor no peito. Deduziu então que era Deus quem estava tocando seu coração, por isso, no outro dia, estava diante da Mesa da Inquisição para se confessar<sup>28</sup>.

Álvaro Velho Barreto<sup>29</sup>, 47 anos, importante fazendeiro de Pernambuco, morador da Várzea do Capibaribe, freguesia de Nossa Senhora do Rosário é outro bom exemplo desse primeiro tipo. Aos 19 dias do mês de novembro de 1593, se apresentou diante da *Mesa Inquisitorial no Tempo da Graça*, pedindo perdão por ter blasfemado há quinze anos. Confessou que em 1578, com muita raiva de um caldeireiro que, atrasando o conserto de sua caldeira e o impossibilitando de trabalhar, esbravejou que “descria de Deus e da Virgem Maria se logo um certo caldeireiro não lhe consertasse uma caldeira, o havia de enforçar”. Recebeu uma sentença branda: abjuração de leve, penitências espirituais e pagamento de dez cruzados para despesas do Santo Ofício.

Em compensação, a Inquisição é ávida pelo segundo tipo:

[...] mas há um tipo de blasfemadores que preferem ataques diretos contra os artigos da fé. Atacam de frente a onipotência divina dizendo, por exemplo, que Deus não pode fazer o tempo clarear, ou outras coisas do gênero. Por meio disso, negam o primeiro artigo da fé. Ou dizem que a Virgem Maria, mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo, não era casta, e sim uma puta (ou qualquer outra palavra desse estilo), o que equivale a negar um outro artigo, aquele da concepção virginal de Maria, mãe do Filho, por obra do Espírito Santo.<sup>30</sup>

<sup>27</sup> SCHWARTZ, Stuart. Cada uma na sua lei: Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico. Bauru: Edusc, 2009.

<sup>28</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 2.693.

<sup>29</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 8.475.

<sup>30</sup> PIERONI, Geraldo. *Os Excluídos do Reino*. 2ª ed. Brasília: Unb, 2006.

António Dias<sup>31</sup>, 25 anos, mulato forro de Pernambuco, preso em 6 de julho de 1595, estando em frente a uma igreja no momento da comunhão, se negou a ajoelhar diante da hóstia e, além disso, perguntou para os que estavam próximo: “porque adoram a hóstia? Aquilo é um pouco de farinha de Portugal”. Sua sentença foi ir descalço ao auto de fé público, com uma vela e que confessasse e comungasse de conselho do seu confessor nas quatro festas principais, Natal, Páscoa, Espírito Santo e Nossa Senhora de Agosto. Além de pagar as custas do processo na mesa da visitação do Santo Ofício. Dois anos antes em 1593, Belchior Luís<sup>32</sup> de 27 anos, um sapateiro morador da cidade de Salvador, havia proferido a uma senhora que orava com um crucifixo na mão “que não deveria adora aquilo, que era somente um pedaço de madeira”. Tendo dito aos inquisidores que havia se arrependido, foi mandado ao auto de fé público, descalço, que abjurasse de leve suspeito e que rezasse cinco vezes ao dia os salmos penitenciais.

### O testemunho como arma de vingança

O Tribunal Inquisitorial dispunha somente de testemunhos para poder comprovar o crime. É evidente que o falso testemunho era uma pena gravíssima, pois poderia arruinar a vida do denunciado e também, se fosse descoberto, a vida da testemunha. A grande maioria dos processos sustentava-se no relato de testemunhas cuja confissão era feita sob juramento dos Santos Evangelhos.

Em *Os Excluídos do Reino*, Geraldo Pieroni nos mostra a importância do testemunho:

A função desses depoimentos era de acusar ou a de inocentar, a de garantir ou não o bom comportamento religioso e moral dos culpados. Os juízes inquisitoriais tinham necessidade deles para a conclusão de um processo.<sup>33</sup>

O falso testemunho ia direto contra o nono mandamento da lei de Deus. “Não testemunharás contra o teu próximo”. Testemunhar falsamente significa ir contra a lei de Deus e profanar o juramento feito diante da justiça eclesiástica. Em relação ao falso testemunho, o Regimento de 1774 diz:

Pelo que toda pessoa, que testemunhar falso na Mesa do Santo Ofício em qualquer crime, cujo conhecimento lhe pertença, pelo qual, sendo provado, haja o réu de ser entregue à Justiça Secular, ou seja para absolver, ou para condenar, será acoitada publicamente, e degredada irremissivelmente para as galés por tempo de dez anos.<sup>34</sup>

<sup>31</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 6.159.

<sup>32</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 7.946.

<sup>33</sup> PIERONI, Geraldo. *Os Excluídos do Reino*. 2ª ed. Brasília: Unb, 2006.

<sup>34</sup> REGIMENTO do Santo Ofício da Inquisição dos reinos de Portugal, ordenado com o real beneplácito, e régio auxílio pelo eminentíssimo, e reverendíssimo senhor cardeal da Cunha, dos conselhos de estado, e gabinete de sua majestade, e inquisidor geral nestes reinos, e em todos os seus domínios. Impresso em Lisboa na oficina de Miguel Manescal da Costa. Ano 1774. (Microfilme nº4 da Biblioteca Nacional de Lisboa, Sala Geral).

Eram vários os motivos que levavam as pessoas a testemunhar falsamente. Inveja e vingança não eram raros de se ver. Fato esse ocorrido com o cirurgião Antônio de Melo Lobo, morador do Rio de Janeiro, que por causa de falsos testemunhos, viu sua carreira e vida ser arruinadas.

No dia 22 de Novembro de 1786, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, formou-se uma fila diante da capela de Nossa Senhora da Lapa com o objetivo de testemunhar contra o cirurgião Antônio de Melo Lobo<sup>35</sup>. O primeiro foi o jovem Paulo Rodriguez Pinheiro, de 20 anos, morador da Rua São Pedro. Diante do Comissário Bartolomeu da Silva Borges e após receber o juramento dos Santos Evangelhos onde prometeu dizer de tudo a verdade, denunciou que ouvira da própria boca de um certo cirurgião chamado Antônio de Melo Lobo: “que no céu moram quatro diabos, e que no inferno é que viviam todos os homens de bem, e onde haviam todas as delicias que se podiam aproveitar”. Garantiu que o cirurgião não estava bêbado ou fora de seu juízo. Também dissera que o ouviu dizer que o diabo tinha uma mulher e ela possuía um nome, mas, esse nome a testemunha não lembrava. O jovem afirmou ter repreendido Antônio de Melo Lobo<sup>36</sup>, dizendo que tais blasfêmias apenas um judeu poderia proferir. Após o sucedido, viu o acusado acenar afirmativamente com a cabeça e dar as costas para ele, e mais não tinha para confessar.

Em seguida foi a vez de Manoel Luís Gonçalves Chaves, também cirurgião, solteiro de 50 anos de idade, morador dos Auxiliares do Iguaçú, recôncavo do Rio de Janeiro. E denunciando, disse que ouviu Antônio de Melo Lobo dizer para Félix José de Araújo, Maria Rosa e a Luiza, mãe dos dois, “que havia no céu quatro demônios e meio, que só no inferno é que haviam coisas boas e deliciosas. E que para lá desejava ir”. Sob juramento, afirmou que Antônio de Melo não estava bêbado nem fora de seu juízo e que ainda afirmou ser judeu. Nada mais confessou.<sup>37</sup>

Félix José de Araújo fora o terceiro a testemunhar. Solteiro, soldado granadeiro do Regimento de Extremos, natural da Vila de São João Del Rey, bispado de Mariana, morador nesta cidade em seu quartel, dizendo ser da idade de 24 anos. E sob juramento disse que ouviu da própria boca do cirurgião Antônio de Melo Lobo que

no céu haviam quatro diabos e uma cascalhada de gente, e que só no inferno é que haviam coisas boas e maravilhosas. Que lá havia muito ouro, não havia

---

<sup>35</sup>Nos séculos XVI, XVII e XVIII aqui no Brasil, os cirurgiões (ou barbeiros-cirurgiões) eram normalmente portugueses ou espanhóis e deveriam ter o “sangue limpo”, ou seja, ser cristão velho. “Praticavam pequenas cirurgias, além de sangrar, sarjar, lancetar, aplicar bichas e ventosas (sanguessugas) e arrancar dentes, além de cortar o cabelo e a barba. Suas atividades duraram até o século XIX”. (SANTOS FILHO, 1977, p.215).

<sup>36</sup>A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 5.851, fl.13.

<sup>37</sup>A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 5.851, fl.14.

fogo, era tudo uma delícia. E que quando morresse para lá queria ir, e não para o céu.

Disse também que uma mulher, que não lembrava quem, avisou ao cirurgião “que Deus poderia lhe castigar”, o que foi prontamente respondido de forma sarcástica: “Que Deus?”. Félix também afirmou que ouviu Antônio de Melo dizer ser judeu, e que, tudo o que ele ouviu, Maria Rosa, Luiza Barreto e Paulo Rodrigues Pinheiro também ouviram.<sup>38</sup>

A quarta testemunha a denunciar foi a viúva Ana Joaquina de Santa Clara, de 36 anos, moradora do Rio de Janeiro na Rua da Vala. Após jurar dizer apenas a verdade, disse que o cirurgião Antônio de Melo Lobo ao ir em sua casa para medica-la teria dito as mesmas blasfêmias que as testemunhas anteriores depuseram. No fim, teria dito que não teme a Deus nem à Santa Maria. Após esse testemunho, foi a vez de seu filho José da Silva Costa, de apenas 16 anos. E disse que tudo o que sua mãe havia relatado, era o mesmo que ele sabia.<sup>39</sup>

Maria Rosa de Santa Ana, 24 anos e Luiza Barreta da Piedade, 45 anos, testemunharam exatamente igual às outras testemunhas. Após isso, o processo é arquivado.<sup>40</sup>

Quatro anos depois, no dia 7 de maio de 1789, o Senhor Comissário Bartolomeu da Silva Borges estava presente para dar continuação ao processo. No mesmo dia, mandou todas as pessoas que haviam testemunhado contra Antônio de Melo Lobo, virem diante de sua pessoa para um novo interrogatório, onde seriam perguntadas se sabiam o motivo de serem chamadas novamente, se sabiam de alguma pessoa que fizesse ou dissesse algo contra a Fé Católica, se conheciam Antônio de Melo Lobo, e por fim, se o que haviam testemunhado era verdade. Manoel Luís Gonçalves Chaves, Luiza Barreta da Piedade, Maria Rosa de Santa Ana, Félix José de Araújo, Ana Joaquina de Santa Clara, José da Silva Costa e Maria Tereza da Silva - essa última filha de Ana Joaquina, que fora incluída no processo devido a morte de Paulo Rodriguez Pinheiro - depuseram as mesmas coisas: que não sabiam o motivo de serem chamados novamente diante da Mesa; que o cirurgião Antônio de Melo Lobo havia pronunciado várias blasfêmias na casa de Ana Joaquina; que não o conheciam bem, mas que sabiam que ele era uma pessoa de mau caráter e que tudo o que tinham declarado era verdade. Mais uma vez o processo é arquivado e encaminhado para ser averiguado em Lisboa.<sup>41</sup>

Até que no dia 14 de julho de 1790 em Lisboa, o Comissário do Santo Ofício, Gregório Ribeiro, definiu que estava legitimamente provado que o cirurgião Antônio de Melo Lobo havia proferido várias proposições errôneas e escandalosas. E por isso, que seja preso e remetido para

<sup>38</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 5.851, fl.15.

<sup>39</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 5.851, fl.16.

<sup>40</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 5.851, fl.18.

<sup>41</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 5.851, fl.23.

os cárceres da custódia desta Inquisição, mas antes, perguntem a respeito da opinião do dito cirurgião, se entre ele e as mesmas testemunhas tem havido alguma inimizade, visto que essas são parentes umas das outras. Nesse ponto podemos dizer que o Comissário Gregório Ribeiro foi o primeiro a desconfiar do parentesco das testemunhas <sup>42</sup>.

Ao Rio de Janeiro, três meses depois no dia 8 de outubro, chega à residência do *Comissário do Santo Ofício*, vinda de Portugal, uma *Comissão de Justiça dos Inquisidores Apostólicos da Inquisição de Lisboa*, para fazer pessoalmente o interrogatório das testemunhas do caso de Antônio de Melo Lobo. Esta nova Comissão de Justiça promove um novo inquérito a fim de averiguar os costumes do réu preso. Os novos interrogadores queriam saber se o acusado era uma pessoa bem quista por todos ou escandalosa e mal procedida. A Comissão ordenou então que outras pessoas que conhecessem o réu fossem chamadas a depor <sup>43</sup>.

O primeiro a ser chamado foi José Fernandez de Carvalho, professor “de ler, escrever e contar” de 40 anos de idade. O depoimento dessa testemunha era importante visto que ele detinha também a função de Familiar do Santo Ofício.<sup>44</sup>

No entanto, José Fernandez não acrescentou muito em seu depoimento. Disse que conhecia Antônio de Melo Lobo, cirurgião nesta cidade do Rio de Janeiro e morador de frente para a Igreja do Senhor Bom Jesus na Rua da Vala. Disse que sabia que o dito cirurgião fazia vários remédios e pílulas, e os vendia para o povo. Disse também que já comprou dos seus remédios.

Perguntado da conduta do réu, respondeu que não sabe se tem inimizade com alguém. O que sabe de sua conduta era tão somente ter visto na janela de sua casa uma mulher e uma menina que diziam ser sua filha. Disse também, que soube das blasfêmias ditas por ele através de Félix José de Araújo.

José Manoel Pinto de 73 anos de idade, disse que já se tratou com Antônio de Melo, há pouco mais de um ano e foi curado por ele de uma unha preta. Disse não ter nada a reclamar dele, mas, que suspeitava de ver em sua casa uma mulher e uma menina sabendo que o cirurgião era solteiro. Por ser vizinho do réu, também disse que nunca o viu entrar na Igreja do Senhor Bom Jesus <sup>45</sup>.

---

<sup>42</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 5.851, fl.31.

<sup>43</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 5.851, fl.32.

<sup>44</sup> O cargo de Familiar, devido a todas as vantagens e prerrogativas que concedia, era, pois, um dos mais cobiçados no aparelho inquisitorial português. Símbolo de status social, de honra, de poder e de conduta irreprovável, o Familiar foi um dos ‘braços’ mais fortes do Santo Ofício no Brasil. (CALAINHO, 2006, p.45)

<sup>45</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 5.851, fl.60.

Os interrogatórios caminhavam tranquilamente favoráveis a Antônio de Melo Lobo; até que surgiu José Pereira da Fonseca, presbítero secular, 44 anos de idade. Disse que conhecia o cirurgião há seis anos e que nesse tempo sabia que havia morado na Rua dos Ferradores com Mariana Gomes. Essa jovem teria lhe dito que Antonio de Melo Lobo era viciado em sexo e que era judeu. Mariana Gomes não é chamada para depor, pois descobrem ser uma prostituta e além de não darem crédito ao que disse, descobrem também que esta nunca esteve morando com o cirurgião.<sup>46</sup>

Quanto à menina que fora vista em sua casa e dizia ser sua filha, não temos informações de sua idade ou nome, mas, depois que Antônio de Melo foi preso, ela ficou na casa do familiar Antônio Pereira Ferreira. Quanto à mulher vista dentro da casa do réu, não saberemos quem era. Em todo o processo, nenhuma vez é perguntado sobre essa mulher a Antônio de Melo Lobo<sup>47</sup>.

Aos 25 dias do mês de Agosto de 1791, em Lisboa, na sede do *Tribunal do Santo Ofício*, o inquisidor Antônio Veríssimo de Torres mandou vir perante a sua pessoa um homem que no dia 5 do presente mês havia chegado preso do Brasil para os cárceres. Antônio de Melo Lobo teria a oportunidade de se defender de todas as acusações. Disse ser natural da cidade do Porto e ter 40 anos de idade. Disse também que não possuía culpas para confessar ao Tribunal<sup>48</sup>.

Perguntado pelo inquisidor se sabia o porquê de estar ali, respondeu que suspeitava ter sido denunciado por Félix José de Araújo, soldado do Regimento, morador da mesma cidade que ele; juntamente com sua mãe Maria Rosa, sua irmã Ana Joaquina de Santa Clara e o filho desta última. Disse que havia inimizade com Félix e sua família, pois foi testamenteiro<sup>49</sup> do marido de Ana Joaquina de Santa Clara, e, além disso, havia emprestado dinheiro para Maria Rosa tratar de suas moléstias. Como não tinham condições de pagar esse empréstimo que perdurava há meses, Antônio de Melo resolveu quitar a quantia do empréstimo, do testamento deixado pelo viúvo de Ana Joaquina, o que revoltou Félix e toda a sua família profundamente. O processo é arquivado mais uma vez, e o réu continua preso em Portugal<sup>50</sup>.

Em 1793 no dia 24 de Janeiro, Álvaro Xavier Botelho após ter lido o depoimento de Antônio de Melo e visto todas as suspeitas que envolviam as testemunhas, concedeu ao réu a soltura da prisão em que se achava, mas com a condição de não se afastar da casa de José dos Santos Pereira, alcaide dos cárceres. Uma espécie de prisão domiciliar. Em maio do mesmo ano, o mesmo inquisidor chamou para depor Camilo Maria Toneles, tenente coronel do Regimento de

<sup>46</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 5.851, fl.74.

<sup>47</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 5.851, fl.75.

<sup>48</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 5.851, fl.85.

<sup>49</sup> Aquele que é encarregado pelo testador de fazer cumprir o testamento no todo ou em parte.

<sup>50</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 5.851, fl.86.

Extremos, que fora destacado para cumprir serviço no Rio de Janeiro. E perguntado se o dito cirurgião possuía inimigos que pudessem lhe prejudicar, respondeu que, há alguns anos o cirurgião Antônio de Melo Lobo se queixou com ele que Félix José de Araújo o andava seguindo, até que em uma certa noite, Félix o atacou violentamente com socos e pontapés. O motivo? Ciúmes por causa de uma mulher, que ele não lembra o nome. Chegando os novos testemunhos ao Tribunal e ilibado por falta de provas foi proferida uma Ordem que mandava Félix em degredo para Santa Catarina, ficando por este modo em sossego o dito cirurgião <sup>51</sup>.

Outras testemunhas deram outros depoimentos sobre o caso. Eustáquio Mauricio Teixeira Coelho, carcereiro da cidade do Rio de Janeiro, afirmou que Maria Rosa de Santa Ana era prostituta, e que, Félix José de Araújo não saía de sua casa <sup>52</sup>.

Uma ordem de prisão é lançada para os mentirosos. Todos os setes deveriam ser presos, em celas separadas para que se tornassem incomunicáveis entre si, a fim de deporem no Tribunal de Lisboa. Félix José de Araújo estava com o Regimento em Minas Gerais, e assim que soube das prisões de sua mãe e irmã, deu baixa no exército e desapareceu sem deixar vestígios. Notícias dele nunca mais se teve. A ordem de prisão de Manoel Luiz Gonçalves não pode ser cumprida pois este já havia falecido. No dia 28 de Maio de 1793, em Lisboa, Ana Joaquina de Santa Clara, Maria Teresa da Silva, José da Silva Costa, Maria Rosa de Santa Ana e Luísa Barreto da Piedade depuseram o mesmo testemunho que haviam dito antes <sup>53</sup>.

Ficou concluído então, pelos inquisidores, que todos os denunciantes haviam mancomunado de propósito para que pudessem prejudicar Antônio de Melo Lobo e que era moralmente impossível sete pessoas em um mesmo dia denunciarem de outra sobre culpas cometidas três ou quatro anos atrás. Além do fato de Félix José de Araújo, José da Silva Costa, Ana Joaquina de Santa Clara, Maria Tereza da Silva, Maria Rosa e Luiza Barreto serem parentes muito próximos, tornava evidente aos olhos dos inquisidores que haviam tramado por vingança. No parecer do Tribunal, os réus haviam dado testemunhos mentirosos, ainda que sob juramento. Conclusão: as testemunhas ficaram detidas em Portugal <sup>54</sup>.

Finalmente no dia 2 de Setembro de 1794 em Lisboa, o inquisidor Álvaro Xavier Botelho mandou vir diante de si Antônio de Melo Lobo e lhe noticiou que estava absolvido de todo crime

---

<sup>51</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 5.851, fl.87.

<sup>52</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 5.851, fl.110.

<sup>53</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 5.851, fl.123.

<sup>54</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 5.851, fl.201.

que constava. Mas antes que pudesse voltar ao Brasil e rever sua filha, deveria jurar manter segredo de tudo o que passou e viu nos cárceres da Inquisição. O que prontamente jurou<sup>55</sup>.

### Conclusão

Apesar de todo o aparato religioso e da auréola divina com que o tribunal da inquisição se revestiu, apesar das funções “santas” que alegou, foi uma instituição vinculada ao estado. Respondeu aos interesses da coroa, nobreza e clero. Transmitia à massa dos fiéis, aos leigos, uma mensagem de medo e terror, que tornava a maioria da sociedade submissa e obediente.<sup>56</sup>

Dos processos encontrados no acervo online do *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, o caso de Antônio de Melo Lobo foi, de longe, o processo mais detalhado e longo que encontrei. Nesse processo é possível esclarecer uma questão: mesmo com a severidade do Tribunal, houve aqueles que enganaram ou tentaram enganar o *Tribunal do Santo Ofício*, mesmo que a mensagem de medo e terror que ela transmitia aos fiéis os tornasse, independente da categoria social, submissos e obedientes. No início desse trabalho, escrevi que não podemos olhar o passado com os olhos do presente e isso serve também para a análise da ação dos inquisidores. Os inquisidores do século XVI ou do início do século XVIII não tinham a mesma mentalidade do final do Setecentos. As ideias e pensamentos mudaram, tanto que no final do século XVIII, período em que se desenrola o processo de Antônio de Melo Lobo, os inquisidores possuíam uma posição de desconfiança maior frente aos acusadores. Muito devido ao Regimento de 1774, onde foi alterado o peso conferido a cada etapa processual, com a diminuição da importância dada à delação e a ampliação do direito de defesa do acusado.

Os vários casos de blasfêmia que tenho pesquisado levaram-me a concluir ainda que, indiferente do século, a luta contra o pecado e o pecador permaneceu, mas em moldes distintos. Afinal, o blasfemador não era só aquele que se arriscava a desencadear a cólera divina: ele representava também uma ameaça à frágil harmonia social de um mundo que apoiava seus pilares sobre o solo ainda firme da religião. Tanto os portugueses quanto os colonos nascidos na América portuguesa mantinham com Deus, Jesus Cristo, a Virgem e os santos, de uma forma geral, uma relação de grande intimidade e até de familiaridade, tratando-os, não raro, quando não os atendessem, com rudeza e aspereza. Ainda que as sentenças fossem distintas, o julgamento nos séculos XVI, XVII e XVIII baseava-se na mesma ideia, o arrependimento. Aquele que se arrependia deveria abjurar de leve suspeito e confessar determinadas vezes durante o mês.

---

<sup>55</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 5.851, fl.217.

<sup>56</sup> NOVINSKY, Anita Waingort. *A Inquisição*. 2ª edição São Paulo: Brasiliense, 1983.

Muitos acusados de blasfêmia defendiam-se dizendo que foram denunciados por má fé: alegavam que o acusador pretendia tão somente colocá-los em dificuldades perante o Tribunal. É normal que eles assim o tenham feito como forma de astúcia e numa tentativa de sobrevivência frente a um poder que lhes suplantava. É possível que, em muitos casos, isso de fato tenha acontecido, mas, devemos também lembrar que a blasfêmia era uma prática corrente e cotidiana; uma simples praguejada contra Deus pelo fato de ter topado com uma pedra era já motivo suficiente para ser denunciado aos inquisidores. Eram termos corriqueiros, ditos muitas vezes sem a intenção de agredir ou desacreditar a Igreja. Palavras em que, muitas vezes, o denunciado sequer se lembrasse de tê-las proferido. Blasfemar era parte integrante da cultura de grande parte dos cristãos, um ato do dia a dia.

A Inquisição portuguesa foi abolida em 1821; desaparecia assim uma instituição que procurou controlar durante séculos as culturas das populações e manter a ortodoxia da Igreja com o apoio do Estado. Porém, prosseguiu existindo centralizada em Roma, com jurisdição sobre o conjunto universal da cristandade e cujas decisões só produzem efeitos *interna corporis*. Em 1908, a mesma foi reorganizada sob o nome de "Sagrada Congregação do Santo Ofício" com o encargo, entre outros, de examinar amplamente todas as manifestações que pudessem ameaçar a pureza da fé. Em 1965, após o Concílio Vaticano II, o órgão foi novamente reformado durante o pontificado de Paulo VI sendo substituído pela "Congregação para a Doutrina da Fé"<sup>57</sup>, que existe até os dias atuais com a função de difundir a doutrina católica e defender aqueles pontos de tradição que possam estar em perigo, como consequência de doutrinas novas não aceitáveis pela Igreja Católica. A tarefa da Congregação para a Doutrina da Fé é promover e salvaguardar a doutrina sobre a fé e a moral católica em todo o mundo: Por esta razão, tudo aquilo que, de alguma maneira, tocar este tema cai sob a sua competência<sup>58</sup>. Assim, ao relacionar as tarefas realizadas pela Congregação com os Regimentos<sup>59</sup> do Santo Ofício português, pode-se dizer que se a Inquisição não existe mais nos moldes que vigoraram no Antigo Regime, sobrevive, contudo, como órgão normativo que procura salvaguardar a doutrina da fé.

---

<sup>57</sup> Foram abdicadas as práticas de outrora e restringidas as ações contra teólogos e clérigos. Não há o uso de torturas ou aplicação de penas de morte; mas teólogos e clérigos divergentes são advertidos ou mesmo excomungados quando suas ações e obras não condizem com as premissas da Cúria Católica. Foram exemplarmente julgados e condenados pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé: Edward Schillebeeckx, professor de teologia; Hans Küng, professor de Dogma e Teologia Ecumênica; o reverendo Charles Curran; o jesuíta John J. McNeill, o reverendo Anthony Rosnik e o teólogo brasileiro Leonardo Boff.

<sup>58</sup> Artigo 48 da Constituição Apostólica sobre a Cúria Romana, promulgada pelo Papa João Paulo II, em 28 de Junho de 1988.

<sup>59</sup> Anos de publicação: 1552, 1613, 1640 e 1774.

# O desenvolvimento da extrema direita na França e a formação do Front National

## The development of the extreme right in France and the formation of the Front National

Guilherme Ignácio Franco de Andrade<sup>1</sup>

Mestrando em História

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste

guilherme\_andrade@hotmail.com

Recebido em: 18/03/2014

Aprovado em: 28/08/2014

**RESUMO:** O artigo tem a intenção de investigar o crescimento dos movimentos de extrema direita na Europa e a radicalização do pensamento político, procurando desenvolver de forma sintética o processo histórico ocorrido na França. Podemos observar que a constituição da ideologia de extrema direita passa por diversas transformações ao longo dos últimos dois séculos, registrando avanços em popularidade em alguns momentos, mas também apresentando diversas vezes um retrocesso nos projetos elaborados pelos movimentos radicais, que o levaram ao próprio fracasso e destruição. O objetivo do artigo é fazer um levantamento historiográfico sobre o processo de formação e consolidação da extrema direita na França, visto que hoje o país apresenta um dos maiores partidos de extrema direita, o Front National, liderado por Marine Le Pen.

**PALAVRAS-CHAVE:** Extrema direita, Fascismo, França.

**ABSTRACT:** The following article intends to investigate the growth of far-right movements in Europe and the radicalization of political thought, trying to develop synthetic forms the historical process occurred in France. We can observe that the constitution of the ideology of the extreme right goes through several transformations over the past two centuries, logging advances in popularity in some moments, but also presenting several times a setback in projects prepared by radical movements that led to the failure itself and destruction. The aim of the paper is to make a historiographical survey of the process of formation and consolidation of the extreme right in France, whereas today the country has one of the biggest parties of the extreme right Front National, led by Marine Le Pen.

**KEYWORDS:** Extreme right, Fascism, France.

Para muitos, e até para alguns dentro da própria academia, o surgimento da extrema direita e dos grupos radicais, tem relação direta, ou indireta, com o processo ocorrido durante a 2ª Guerra Mundial, relacionando automaticamente a extrema direita como grupo político herdeiro

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Campus Marechal Cândido Rondon. Sob orientação do Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil. Bolsista Capes.

do fascismo e nazismo. Embora no Brasil os estudos sobre a extrema direita estejam em franca expansão – vide, por exemplo, os estudos publicados por historiadores vinculados ao Geint<sup>2</sup> –, raros são os trabalhos dedicados à questão por parte da historiografia brasileira. Deste modo, o artigo busca traçar um panorama historiográfico, ainda que não seja exaustivo, sobre o fenômeno da extrema direita francesa, a fim de contribuir para os estudos deste relevante tema no interior da produção historiográfica no Brasil.

A extrema direita na Europa tem duas fases para os pesquisadores. A primeira fase, que vai de 1945 ao ano 1980, e a segunda, que corresponde da década de 80 até os dias de hoje. Em relação à primeira fase da ideologia da extrema direita europeia (embora na academia aja um debate contínuo sobre o que significa exatamente ser um partido de extrema direita), existe um consenso sobre alguns aspectos que compõem a sua base ideológica, tais como o nacionalismo, a xenofobia e seu posicionamento contrário a imigração.<sup>3</sup>

Para alguns pesquisadores, o nascimento da extrema direita na França teria ocorrido a partir da Revolução Francesa, em 1789, era composto por grande parte da nobreza, destituída de seus títulos e propriedades, por setores da classe média alta, que se sentiam confortáveis e lucravam com o regime absolutista, e por grupos ultraconservadores que rejeitavam as mudanças no país. Outro setor que, naquele ensejo, perdeu espaço dentro da política e viu sua força e influência diminuírem drasticamente foi a Igreja Católica, pois a revolução deu os primeiros passos para o Estado Laico. Então podemos considerar o período pós revolução francesa como marco histórico para os primeiros esboços de um pensamento de extrema direita, uma vez que então se constituíram os primeiros blocos políticos que se opunham à criação da República e aos princípios básicos de Liberdade, Igualdade e Fraternidade<sup>4</sup>.

Durante o século XIX, a Igreja Católica e as ligas formaram as grandes forças de oposição à república e ao desenvolvimento do liberalismo. Durante esse período, tanto a Igreja, como os setores radicais, possuíam como projeto político o retorno da monarquia, acreditando que essa forma de governo possibilitaria que tais grupos retomassem posições políticas importantes. Embora fosse considerada uma oposição que fizesse presença, que incomodasse os republicanos,

---

<sup>2</sup> Geint - Grupo de Estudos de Integralismo e outros movimentos nacionalistas, que hoje abarca a maioria dos pesquisadores sobre a Extrema Direita, o GEINT também tem seus GT- História dos Partidos e dos Movimentos de Direita na Anpuh Nacional e em várias Anpuh Regional.

<sup>3</sup> DAVIES, P. *The National Front In France: Ideology, Discourse, and Power*. New York: Routledge, 1999, p. 151.

<sup>4</sup> Ver em IRVINE, W. *Royalism, Boulangism, and the Origins of the Radical Right in France*. New York and Oxford, Oxford University Press, 1989, p. 21; ver também DAVIES, P. *The Extreme Right in France, 1789 to the Present: From the Maistre to Le Pen*. New York and London, Routledge. 2002, p. 27.

esses grupos, com o passar do tempo, sofreram um processo de envelhecimento, sendo necessária uma renovação em sua base<sup>5</sup>.

No final do século XIX, o caso Dreyfus<sup>6</sup> e o surgimento do grupo nacionalista *Action Française*, de Charles Maurras, colaboram para o processo de rejuvenescimento dos grupos da extrema direita. Outros fatores que colaboraram com o desenvolvimento do nacionalismo francês foram o acirramento das disputas entre as nações europeias, assim como as disputas por colônias e a guerra Franco-Prussiana. Como consequência desse crescimento, em 1880 surgiu uma nova proposta, uma nova vertente, um grupo de extrema direita que fugia das tradições monarquistas de seus antecessores: o Boulangismo. Tratava-se de um movimento cuja proposta alardeava a ascensão das massas ao poder, tendo o general George Boulanger como líder. Tal grupo defendia a criação de um governo forte, baseado no apelo ao povo, fonte de toda a autoridade, fugindo da característica monarquista dos grupos anteriores<sup>7</sup>.

O movimento foi caracterizado por ser um dos primeiros modelos proto-fascistas na Europa. Para o historiador William Irvine, o Boulangismo representava uma ameaça à república, pois propunha um golpe de estado, substituindo a democracia da república por uma ditadura<sup>8</sup>. Vários adeptos do movimento boulangista fizeram parte de partidos e grupos de esquerda, por isso existe uma certa discussão na academia se o Boulangismo poderia ser um movimento de extrema esquerda, argumento refutado por Irvine: “o Boulangismo pode ser melhor entendido como a coalescência das forças fragmentadas da esquerda”<sup>9</sup>. Existiam também discussões sobre uma possível articulação entre o general Boulanger e seus laços conflitantes, com parcelas da nobreza francesa<sup>10</sup>.

O Boulangismo, enquanto movimento político, incorporou novas características à ideologia da extrema direita, as quais se tornariam marcantes e presentes em quase todos os movimentos de extrema direita conhecidos no século XX e XXI<sup>11</sup>. O general Boulanger e Edouard Drumont<sup>12</sup> adicionaram à extrema direita o antissemitismo, que teve uma rápida aceitação entre os católicos franceses, setor este que se transformou em principal aliado na

---

<sup>5</sup> IRVINE, *Royalism, Boulangism, and the Origins ...*, p. 22.

<sup>6</sup> Ver em BEGLEY, L. *O Caso Dreyfus: Ilha do Diabo, Guantánamo e o pesadelo da história* São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

<sup>7</sup> WINOCK, M. *Histoire de l'extrême-droite en France*. Paris: Seuil, 1994, p. 11.

<sup>8</sup> IRVINE, W. *French Royalists and Boulangism - French Historical Studies*, Duke University Press, 1988, p. 395 – 406.

<sup>9</sup> \_\_\_\_\_. *French Royalists and Boulangism ...*, p.395.

<sup>10</sup> Ver em RÉMOND, R. *Les droites en France*. Paris: Aubier, 1982; ver também WINOCK, M. *Nationalisme, antisémitisme et fascisme en France*. Paris; Seuil, 1990.

<sup>11</sup> IRVINE, W. *Royalism, Boulangism, and the Origins...*, p. 22 e 73.

<sup>12</sup> Edouard Drumont foi um intelectual antissemita francês, um dos precursores do fascismo, em sua principal obra *A França Judia “La France Juive”*. Drumont foi um dos mais virulentos difamadores de no caso Dreyfus.

disseminação da corrente antisemita. Logo, o boulangismo foi o primeiro movimento de extrema direita a acusar os judeus e a maçonaria de controlar a república parlamentar<sup>13</sup>.

No início do século XX, com a ascensão do fascismo italiano e do nacional socialismo, surgiria uma terceira tendência que iria adicionar mais corpo à ideologia dos grupos de extrema direita. Alguns pequenos grupos franceses começaram a desenvolver um projeto fascista para a realidade histórica francesa. Os líderes desses novos movimentos foram Pierre Drieu La Rochelle e Robert Brasillach<sup>14</sup>.

Nesse caldeirão de movimentos e ideias, a extrema direita procurou tomar forma durante a ascensão do nazi-fascismo. Os processos históricos ocorridos na França deram abertura para várias tentativas de construção de um projeto sólido para a extrema direita, que por vezes haviam fracassado na tentativa de consolidação, mas não tiveram corpo suficiente para permanecer no cenário político. Com um número considerável de militantes e diversos movimentos de extrema direita, Petain, Laval e a Action Française teriam base material suficiente para implantar a Revolução Nacional, como apontaremos na sequência do texto. (apresentar o nome completo na primeira vez que aparecem)

O movimento *Action Française*<sup>15</sup>(AF) foi fundado em 1899, por Maurice Pujo e Henri Vaugois, ambos militantes de diferentes movimentos nacionalistas. Em seu início, foi criado um jornal chamado *Revue de L'action Française*<sup>16</sup>. Segundo Remond<sup>17</sup>, o jornal tinha caráter nacionalista e antisemita, característica influenciada pelo Boulangismo. Uma de suas principais tarefas era combater os intelectuais da extrema esquerda e o desenvolvimento das propostas socialistas na França<sup>18</sup>.

A AF, enquanto movimento político, no final do século XIX, era bastante limitado e não possuía muita representatividade. A revista *Revue de L'action Française* só ganharia mais corpo com a entrada de Charles Maurras, que se tornou o principal intelectual do grupo. Sob a influência de Maurras, a AF se tornaria um movimento preparado para um assalto aos valores da democracia e a todas as instituições que representassem a 3ª República<sup>19</sup>.

O movimento, com a influência de Maurras, iria se tornar monarquista, contra revolucionário, antidemocrático, ultra nacionalista e católico ortodoxo. Esse novo *corpus*

<sup>13</sup> DAVIES, P. *The Extreme Right in France...*, p.74.

<sup>14</sup> DAVIES, P. *The Extreme Right in France...*, p. 116

<sup>15</sup> Ação francesa.

<sup>16</sup> Revista da ação francesa.

<sup>17</sup> RÉMOND, R. *Action française*. In Lawrence D. Kritzman (editor). *The Columbia History of Twentieth-Century French Thought*. New York: Columbia University Press. 2006, p. 8.

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. *Action Française*, p. 9.

<sup>19</sup> SHIELDS, J. G. *The Extreme Right in France: From Pétain to Le Pen*. London and New York, Routledge, 2007, p. 16.

ideológico sustentava o fim dos valores democráticos e das instituições pertencentes à 3ª República. Na compreensão do grupo, a forma como a 3ª República era conduzida ameaçava os valores culturais franceses e os interesses da nação<sup>20</sup>. Seu objetivo maior era substituir os princípios universais, liberdade, igualdade e fraternidade, por seu slogan, “trabalho, família e pátria”<sup>21</sup>.

A Segunda Guerra Mundial teve início em 1939, após Inglaterra e França declararem guerra à Alemanha nazista, para conter o avanço expansionista do III Reich, que anteriormente já havia anexado a Áustria, a Tchecoslováquia (atualmente República Tcheca e Eslováquia) e a Hungria. Até esse período, França e Inglaterra permaneceram neutros à expansão do território alemão, porém a invasão da Polônia ligou o sinal de alerta para as potências aliadas conterem os planos expansionistas alemães. Na primavera de 1940, a Alemanha seguiu sua guerra expansionista, conseguindo derrotar Noruega, Dinamarca, Holanda (Países Baixos) e a Bélgica. Depois de sucessivos ataques e invasões a outras nações, em 1940, a França foi invadida com extrema facilidade pelo exército alemão. Este episódio da História da França, para Marc Bloch, é considerado por muitos franceses como um dos piores períodos da história contemporânea do seu país<sup>22</sup>. Para muitos historiadores, a derrota francesa é alvo de debate e cheio de controvérsias: muitos creditam a derrota francesa à falta de capacidade de comando das lideranças políticas e do alto escalão do exército<sup>23</sup>. Outros acreditam que a “facilidade” com que o exército alemão derrotou as tropas francesas foi resultado de uma certa simpatia de certos grupos políticos e militares pelo regime nazista. Dessa forma, a ocupação era vista com bons olhos.

Concluída a invasão alemã, o território francês foi ocupado em diferentes zonas. A parte sul se tornou uma zona livre, o norte ficou sendo administrado pelos alemães, incluindo a capital Paris. O governo provisório ocupou a zona livre, abaixo da cidade de Vichy, se tornando a nova sede do governo.<sup>24</sup> Com a derrota da França para os alemães, e grande faixa do país ocupado pelas tropas alemãs, se tornava necessário um debate entre os políticos franceses sobre quais as melhores formas de se lidar com ocupação. Sendo de grande preocupação, quais seriam as melhores saídas, quais as formas e acordos necessários para que a população francesa não sofresse com a repressão e o abuso de poder dos soldados nazistas<sup>25</sup>.

---

<sup>20</sup> SHIELDS, J. G. *The Extreme Right in France...*, p. 22. Winock igualmente reitera essa perspectiva. Para tanto ver em WINOCK, M. *Nationalisme, antisémitisme et fascisme en France*. Paris: Seuil, 1990.

<sup>21</sup> PÉTAINE, *Discours aux Français*, p. 89, 90, 152.

<sup>22</sup> BLOCH, M. *A Estranha Derrota*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011, p. 36.

<sup>23</sup> \_\_\_\_\_. *A Estranha Derrota*, p. 36.

<sup>24</sup> HOBBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 36.

<sup>25</sup> KEDWARD, H.R. *Occupied France: Collaboration and Resistance 1940- 1944*. Blackwell, Oxford, 1989, p. 4-5.

A Alemanha governaria a França através de um representante militar. Esse representante possuía liberdade para controlar a política e a economia do país. Em geral, a única exigência do governo alemão para as autoridades francesas era que o representante do governo provisório mantivesse a ordem e a estabilidade. O Marechal Pétain, durante o tempo que permaneceu como autoridade central do governo colaboracionista, controlava todas as regiões ocupadas na França, com ajuda de um grande aparato repressivo militar, e com uma grande máquina de propaganda. Isso era considerado importante pelos alemães, principalmente pelo embaixador responsável pela tutela da França, Otto Abetz<sup>26</sup>.

No início da ocupação os diversos partidos discutiam propostas, formas de governo e práticas políticas que fossem viáveis dentro de uma possível submissão à Alemanha. Nesse momento de fragilidade e instabilidade política, os grupos de extrema direita se aproveitaram para construir um projeto chamado de “Revolução Nacional”, com caráter reacionário, antiparlamentarista, antiliberal e nacionalista autoritário<sup>27</sup>.

Neste contexto, a constituição de 10 de julho de 1940, definida na reunião dos políticos em Vichy, em uma votação que reunia os deputados e senadores, concedeu plenos poderes para Pétain, que colocou fim a 3ª República, criando o novo Estado Francês. No dia seguinte à Assembleia, Pétain suspendeu a Câmara dos Deputados e dos Senadores, lançando mão dos plenos poderes que a nova Constituição lhe conferia. Do mesmo modo, Pétain depôs o presidente em exercício, Albert Lebrun, abolindo o cargo de presidente<sup>28</sup>. Como novo chefe de Estado, Pétain se intitulou como chefe supremo, unificando os poderes executivos e legislativos, e dispôs de plena liberdade para nomear ou demitir membros do governo, proclamar e implantar leis sem precisar passar por votação, além de controlar a política econômica e fiscal. Isto sem mencionar o apoio que Pétain adquiriu junto às forças militares, controlando todo o aparato repressivo estatal<sup>29</sup>.

O novo governo ficou conhecido por “Revolução Nacional”, dada a influência da AF no processo de composição do governo, pautado na ideologia proposta por Barrès e Maurras, do estado nacionalista. A ideia de estado da AF, desenvolvida no final do século XIX e início do XX, foi construída sobre o princípio fundamental do nacionalismo. Na compreensão de Maurras, a França por muito tempo teve que suportar as pressões externas para o desenvolvimento do capitalismo e do liberalismo econômico. De acordo com esse discurso, os políticos republicanos

---

<sup>26</sup> KEDWARD, *Occupied France*, p. 6.

<sup>27</sup> SHIELDS, *The Extreme Right in France*, p. 16.

<sup>28</sup> \_\_\_\_\_. *The Extreme Right in France*, p. 17.

<sup>29</sup> \_\_\_\_\_. *The Extreme Right in France*, p.17.

teriam abandonado aquilo que Maurras definia por *Moi National*<sup>30</sup>, o conceito do “Eu Nacional”, que defendia o desenvolvimento do “ser social”. Este equivaleria ao cidadão focado apenas no bem estar da nação, um francês dedicado integralmente à causa de seu país, uma sociedade homogênea, livre das influências exteriores<sup>31</sup>.

A Revolução Nacional se apresentava como antiliberal, devolvendo ao Estado o poder de controlar a economia, regulamentar as importações, exportações e impostos. O governo colaboracionista discursava sobre o retorno de uma (pretensa) França “gloriosa”, demonstrando apreço ao trabalho manual, o labor no campo e a agricultura familiar como algo virtuoso, ressaltando os valores das mulheres francesas, a ideia utópica de patrões e trabalhadores trabalhando em conjunto, cada um sabendo se posicionar e se conformar com seu lugar dentro da sociedade, ideias parecidas àquelas difundidas pelo nacional-socialismo na Alemanha. Esse discurso de harmonia, de submissão à uma estrutura hierarquizada, de aceitar as condições sociais determinantes como algo insuperável, é a mais evidente preocupação em sufocar a luta de classes<sup>32</sup>, entretanto, a recusa à proposta liberal não significava romper com o capitalismo, uma vez que não se observou, por exemplo, o abandono da estrutura capitalista do Estado e o financiamento das elites por parte dos aparelhos estatais. Assim como na Alemanha, o Marechal Pétain disponibilizaria para as indústrias, prisioneiros para o trabalho forçado<sup>33</sup>.

O governo de Vichy, influenciado pela presença da AF e, principalmente, de Maurras, iniciou uma caçada aos considerados “inimigos internos”, ou seja, aqueles sujeitos que poderiam atrapalhar o desenvolvimento da Revolução Nacional<sup>34</sup>. Alinhado com o pensamento nacional-socialista e com o controle total do poder, Pétain utilizou-se do aparato repressivo do Estado para perseguir sistematicamente as minorias, entre eles os judeus, comunistas, estrangeiros e imigrantes, acusados de ações antipatriótica<sup>35</sup>.

Após a queda dos regimes nazifascistas na Europa e na França e com o fim do governo provisório de Vichy, a direita fascista francesa se encontrava foi desarticulada e ficou fragmentada. Um dos principais motivos para o enfraquecimento político da extrema direita deveu-se ao seu colaboracionismo com a ocupação nazista. Muitos dos militantes da extrema direita haviam apoiado o regime autoritário e colaboracionista de Vichy. Assim, as ideias dos grupos de extrema direita geravam uma forte rejeição pela população que outrora fora oprimida.

---

<sup>30</sup> Eu Nacional.

<sup>31</sup> DAVIES, *The Extreme Right in France...*, p. 19.

<sup>32</sup> JACKSON, J. *France – The dark years 1940 -1944*. New York, Oxford University Press, 2001, pg.149

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_. *France – The dark years 1940 -1944*, p. 360.

<sup>34</sup> SHIELDS, *The Extreme Right in France...*, p. 22.

<sup>35</sup> BARUCH, M. *Le Régime de Vichy*, Paris: La Découverte, 1996, p. 17; ver RÉMY, D. *Les Lois de Vichy*. Paris: Romillat, 2004, p. 31–47.

Para o historiador Peter Davies<sup>36</sup>, no pós guerra a direita e a extrema direita passaram por seu período político mais difícil. O Marechal Phillipe Petain foi sentenciado à pena de morte, mas conseguiu reverter sua pena para prisão perpétua, e ficou preso até sua morte, em 1951. Outro líder do governo de Vichy, Pierre Laval, que foi primeiro ministro na França durante a ocupação nazista, foi condenado e executado na França em 1945. Outros membros do governo colaboracionista de Vichy foram exilados ou presos. Contudo, apesar das complicações políticas, faz-se necessário salientar que a extrema direita não sumiu completamente do cenário político. Na década de 50, dois movimentos iriam surgir para mostrar que a extrema direita não estava extinta: o primeiro foi o movimento da Argélia Francesa e o segundo movimento foi o *Poujadismo*.

O movimento para uma Argélia Francesa surgiu na década de 50, durante as revoltas que eclodiram nas colônias francesas em busca da independência. Ela foi providencial para que a extrema direita conseguisse se rearticular e se mobilizar no cenário político. O conflito da Argélia se mostrou a melhor oportunidade para o renascimento da extrema direita, procurando apagar o legado de Vichy e incorporar outras novas questões e criar uma nova identidade. Essa mobilização da direita influenciou uma variedade de associações e organizações, que foram criadas para fazer campanhas contra a independência da Argélia e das outras colônias francesas na África. Para Davies<sup>37</sup>, esse movimento foi capaz de recriar um sentimento de paixão e nacionalismo que havia se perdido depois da 2ª Guerra, gerando um grande debate entre os partidos, já que o partido socialista era a favor da independência das colônias. Para a direita e os grupos nacionalistas, a perda das colônias seria determinante para o rebaixamento da França como potência mundial, perdendo mais espaço para outras potências, como Estados Unidos, União Soviética e Inglaterra<sup>38</sup>.

O movimento “Argélia Francesa” atraiu muitos rótulos, mais notavelmente os de “ultranacionalista”, “fascista” e “ultradireitista”. Ele incorporou forças intransigentes no exército, as quais incluíam descendentes de franceses que haviam nascido na Argélia, mas lutavam a favor da França, além de pequenos grupos neofascistas. Ainda que tal mistura gerasse certas tensões no interior das forças armadas francesas, havia algo em comum a unir todos esses grupos: a busca pela manutenção da Argélia como território pertencente à França.

Durante o conflito, segundo os historiadores, morreram em torno de um milhão de pessoas, inclusive o exército francês foi acusado de ter utilizado métodos bárbaros de tortura,

<sup>36</sup> DAVIES, P. *The National Front In France...*, p. 122.

<sup>37</sup> \_\_\_\_\_. *The National Front In France*, p. 124.

<sup>38</sup> MONTAGNON, P. *La Guerre d'Algérie: genèse et engrenage d'une tragédie*, Paris: Pygmalion/Gérard Watelet, 1984, p. 127–28.

dignos da Gestapo<sup>39</sup>. Ainda na década de 50 surgiu outro movimento fascista na França: o poujadismo, derivado de Pierre Poujade, livreiro que formou essa organização bastante ativa e agressiva. O grupo, liderado por Poujade, mostrou-se politicamente atuante entre os anos de 1954 e 1958, organizando-se, em especial, em torno da defesa de comerciantes e artesãos. Esse movimento da pequena burguesia envolveu diretamente camadas sociais que, no passado, teriam apoiado o regime de Vichy. Como em outros movimentos facistas, podemos observar que grande parcela da pequena burguesia apoiava os regimes autoritários<sup>40</sup>.

O *Poujadismo* era antisocialista, anti-intelectual (acadêmico ou de vanguarda) e antieuropeu. Os poujadistas declaravam a necessidade de afirmar uma ideia de identidade francesa como algo primordial e se posicionavam contra tudo que supostamente representasse uma ameaça à soberania nacional: a imigração, a Europa, as autoridades fiscais. A base social de apoio dos poujadistas – a pequena burguesia, como mencionado anteriormente – foi acusada de controlar a inflação da IV República. Vale destacar que nas eleições de 1956, os poujadistas conseguiram 52 assentos na Assembleia Nacional. Entre os eleitos, encontrava-se o jovem Jean Marie Le Pen<sup>41</sup>.

A importância do *poujadismo* reside no fato de se tratar do primeiro movimento de pequena burguesia de caráter fascista na Europa, no Pós Guerra. Diferentemente do fascismo tradicional, que aboliu outros partidos políticos, o *Poujadismo* não se colocava contra as tradições democráticas e republicanas, mas acreditava que dentro do jogo democrático o Estado funcionava como interventor para garantir o poder da burguesia. Ele foi considerado, por alguns pesquisadores, como um dos primeiros movimentos de extrema direita no formato contemporâneo, por já se preocupar com os problemas da imigração e com os choques culturais, uma crítica ao que se conhece hoje como multiculturalismo<sup>42</sup>. Todavia, é preciso ressaltar que o *Poujadismo* não conseguiu se constituir em um movimento de massas. Em sua curta duração, podemos considerá-lo como um movimento de pequenos burgueses<sup>43</sup>.

A década de 1960 pode ser analisada como um divisor de águas na direita francesa. Com o fracasso do *poujadismo* enquanto movimento político, e a decadência de organizações como a Organisation Armée Secrète (OAS), Argélia Francesa, os grupos extremistas precisavam de uma nova reorganização no cenário político francês. Nas eleições entre 1965 e 1967, a extrema direita

---

<sup>39</sup> SIMMONS, H. G. *The French National Front: The Extremist Challenge to Democracy*. Oxford: Westview, 1996, p. 37.

<sup>40</sup> \_\_\_\_\_. *The French National Front...*, p. 38.

<sup>41</sup> \_\_\_\_\_. *The French National Front...*, p. 41.

<sup>42</sup> \_\_\_\_\_. *The French National Front...*, p. 43.

<sup>43</sup> BORNE, D. *Petits bourgeois en révolte? Le Mouvement Poujade*, Paris: Flammarion, 1977, p. 152–53.

obteve diversos fracassos, não conseguindo se estabelecer enquanto movimento<sup>44</sup>, o que gerou uma fragmentação dos grupos e expôs sua fraqueza e desorientação política<sup>45</sup>.

Segundo o historiador James Shields, o modo operacional da esquerda francesa e dos partidos socialistas, que já tinha estabelecido seus modelos ideológicos e dispunha de vários aparelhos de hegemonia, influenciava substancialmente a imprensa, a educação e a academia. Em contrapartida, como uma tentativa de impedir o desenvolvimento das ideologias marxistas na França, os intelectuais de direita procuraram desenvolver uma resposta, criando o movimento que ficou conhecido como *Nouvelle Droite*, ou seja, a Nova Direita<sup>46</sup>. O primeiro ideólogo dessa Nova Direita foi Alain de Benoist, mestre pela Universidade de Sorbonne. Ele era professor e jornalista e atuava como militante do movimento “Ação Europa”. Benoist procurou desenvolver o novo modelo da extrema direita, que ironicamente foi baseado em conceitos formulados por um dos maiores intelectuais marxistas, o fundador do partido comunista italiano, Antonio Gramsci. A influência da teoria marxista de Gramsci para Benoist, foi a apropriação de conceitos sobre o Estado, a hegemonia, sociedade civil e a formação do consenso, conceitos estes que deveriam ser apropriados pela nova direita, a serem usados para uma nova formação da hegemônica cultura da extrema direita<sup>47</sup>.

O Front National (FN) foi o primeiro partido de extrema direita de relevância que surgiu na Europa após a 2ª Guerra Mundial<sup>48</sup>. Porém, como indicamos anteriormente, a extrema direita permaneceu ativa na França mesmo após o fim do governo de Vichy<sup>49</sup>. Um dos problemas que percebemos em algumas pesquisas desenvolvidas sobre o tema, é que vários autores consideram o FN como um fenômeno isolado, de modo que o partido costuma ser visto com deboche ou desprezo, ou mesmo como um ressurgimento do fascismo a partir dos anos 1990. Entretanto, podemos perceber que o projeto fascista nunca deixou de existir e permaneceu ativo na França através do FN, dos neofascistas, neonazistas e de outros grupos extremistas.

A direita francesa se encontrava em situação delicada na década de 1970, em particular porque os movimentos conservadores não conquistavam a confiança e o respeito por parte da grande maioria da população. Isto resultava, pois, do fato de que vários integrantes e representantes dos grupos de direita terem apoiado e colaborado com o regime de Vichy durante

---

<sup>44</sup> SHIELDS, J. *The Extreme Right in France...*, p.143.

<sup>45</sup> DUPRAT, F. *Les Mouvements d'extrême-droite en France depuis 1944*, Paris: Albatros, 1972, p. 119.

<sup>46</sup> SHIELDS, J. *The Extreme Right in France...*, p.143.

<sup>47</sup> \_\_\_\_\_. *The Extreme Right in France...*, p.144.

<sup>48</sup> STOCKEMER D, e LAMONTAGNE B, *Right wing Extremism in France – Departmental differences in the vote for the national front. Romanian Journal of Political Science*, v 7, n. 2, p. 45-65, 2007. p. 49.

<sup>49</sup> HAINSWORTH, P. *The extreme right in France: The rise and rise of Jean-Marie Le Pen's Front National. Representation*, v. 40, 2004, p. 35.

a ocupação alemã na 2ª Guerra. Fator que pesava e marginalizava as tentativas de recuperação política da direita, as lembranças do governo de Pétain ainda permaneciam frescas na memória da população francesa. Neste ensejo, após várias tentativas de organização partidária, ou de outros movimentos conservadores, a direita estava desorganizada, dividida em pequenas facções<sup>50</sup>. Sendo assim, Jean-Christian Petitfils<sup>51</sup> coloca que, durante o período do pós-guerra até a década de 70, os grupos conservadores haviam falhado em suas tentativas de representação política e de união partidária.

A criação do FN foi inspirada no sucesso eleitoral do partido neofascista italiano, *Movimento Sociale Italiano* (MSI). O início do FN começou sob liderança de Jean-Marie Le Pen e Bruno Megret. De início, o FN foi uma mistura de várias vertentes do pensamento conservador, incluindo os nostálgicos de Vichy<sup>52</sup> e os anti-Gaule<sup>53</sup>, neofascistas, intelectuais e ativistas, sob a liderança de Jean-Marie Le Pen. Esta configuração do FN reafirma a ideia, defendida por Paulo Fagundes Vizentini, de que os partidos de extrema direita na Europa apresentavam particularidades distintas:

os partidos de extrema-direita tinham uma composição etária curiosa. Eram formados por pessoas acima de 60 anos e que haviam sido nazistas no passado; e depois seguia-se a faixa de pessoas de meia idade, onde a pirâmide reduzia-se drasticamente; abaixo, uma ampla base social de jovens entre dezesseis e vinte e quatro anos. [...] Fora essa exceção, normalmente os partidos viviam uma vida vegetativa e semi-clandestina; veteranos de guerra, entre outros, que tinham seus clubes e associações e que utilizavam certas causas periféricas (cabe salientar que essa é uma forma de retomar-se a linha política)<sup>54</sup>.

Ademais, por ter diversos grupos de pequeno porte, a extrema direita até então havia falhado em suas tentativas de conseguir representação parlamentar. Este fracasso vinculava-se, igualmente, à aversão diante do discurso xenófobo e da postura agressiva contra a imigração alardeada pelo FN,

na França, um partido de extrema direita, o Front National, que procura negar a sua identidade neonazista, mas que a todo o momento faz referência ao passado do regime de Vichy, ganha base de apoio social, a ponto de políticos de esquerda, socialistas ou comunistas, serem obrigados às vezes, nas suas circunscrições eleitorais, a defender políticas restritivas à imigração.<sup>55</sup>

<sup>50</sup> DAVIES, *The National Front In France...*, p. 33.

<sup>51</sup> PETITFILS, J.-C. *L'Extrême droite en France*, Paris: Presses Universitaires de France, 1983, p. 95.

<sup>52</sup> Governo provisório, formado durante a ocupação alemã na França, a partir da cidade de Vichy e liderado por Philippe Pétain, de 1940 a 1944.

<sup>53</sup> Opositores ao presidente francês Charles de Gaulle, que ocupou o cargo durante a ocupação nazista na França em 1944 no exílio e também foi presidente entre 1959 a 1969.

<sup>54</sup> VIZENTINI, P.F. O ressurgimento da extrema-direita e do neonazismo: a dimensão histórica e internacional. In: MILMAN, Luis; VIZENTINI, Paulo F. (Org.). *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto alegre: Editora da Universidade (UFRGS): CORAG, 2000. Pg. 51.

<sup>55</sup> \_\_\_\_\_. *O ressurgimento da extrema-direita e do neonazismo...*, p. 15.

O FN, enquanto partido, precisou construir uma plataforma, um estatuto partidário, ou seja, a formalização institucional do partido e sua base hierárquica. A sua estrutura foi construída por André Dufraisse e Victor Barthelemy, ambos membros do governo de Vichy, que haviam colaborado diretamente com as forças alemãs. Após entrarem no FN, Dufraisse e Barthelemy começaram a trazer membros do seu antigo partido, o partido fascista francês PPF, de Jacques Doriot. Um dos primeiros camaradas de *Parti Populaire Français* (PPF) a entrar no FN foi Paul Malaguti, que logo se tornaria um conselheiro regional<sup>56</sup>. Assim como outros membros, ele também foi membro do governo de Vichy e participou, ao lado dos nazistas, do massacre da vila de Montfleury, em Cannes, em 1944. Malaguti trouxe para o partido seu amigo, Pierre Bousquet, que serviu na Waffen SS e foi membro do PF, de Marcel Bucard. Outros intelectuais e militantes do governo de Vichy logo integraram o partido em seu início, como por exemplo Roland Gaucher e François Brigneau, que pertenciam ao partido colaboracionista de Marcel Déat, o *Rassemblement National populaire* (RNP).

O *Poujadismo* também deu sua contribuição para a formação do FN, com seus membros Marcel Bouyer e Jacques Tauran, os monarquistas da *Action Française*, George-Paul Wagner e Jean François Chiappe, assim como outras organizações, através de seus membros que se filiaram a esse novo partido. Os membros da OAS, Jean Reibold, Jean-Marie Curutchet e George Bidault, que moravam na França também se filiaram a FN<sup>57</sup>.

Podemos citar outros movimentos que deram corpo a FN, como as ligas fascistas e o comitê de Tixier-Vignancour, a *Alliance républicaine pour les libertés et le progrès*<sup>58</sup> (ARLP) e o *Mouvement pour la révolution*<sup>59</sup> (MPLR). Os movimentos estudantis anticomunistas também forneceram membros para o FN, os militantes da FEN e da JN, em sua grande maioria, se filiaram a FN<sup>60</sup>. Como esses grupos atuavam principalmente entre os jovens universitários e estudantes, logo foi criado o grupo *Front National de la Jeunesse*<sup>61</sup> (FNJ), uma célula do partido direcionada para a criação de base militante e eleitoral, pensando na renovação do quadro de membros.

---

<sup>56</sup> MAYER, N; SINEAU, M. France: The Front National. In: AMSBERGER, Helga. *Rechtsextreme Parteien*, Leverkusen: Leske & Budrich, 2002, p. 43.

<sup>57</sup> CAMUS, J-Y. Origine et formation du Front National (1972 – 1981). In: MAYER, N; PERRINEAU, P. *Le Front National à découvert*. Paris: Presses de la FNSP, 1989, p. 18.

<sup>58</sup> Aliança Republicana para liberdade e o progresso.

<sup>59</sup> Movimento pela Revolução.

<sup>60</sup> MAYER; SINEAU, *France: The Front National...*, p. 45.

<sup>61</sup> Frente Nacional da Juventude.

A criação do FN despertou interesse de vários grupos de extrema direita e, como boa parte desses grupos atuantes se filiou ao partido, logo outros grupos perceberam que se juntar à legenda seria interessante para construir um projeto mais concreto. O FN recebeu vários membros de grupos neofascistas e neonazistas em sua fundação, como o grupo neonazista Mark Frederiksen *Fédération d'action nationaliste et Européenne*<sup>62</sup> (FANE) e o grupo negacionista de François Duprat, *Groupes nationalistes révolutionnaires*<sup>63</sup> (GNR).

O FN, em seu "programa de governo", tinha uma estrutura política e ideológica baseada em torno da defesa da identidade nacional, pois para seus membros, ela estava ameaçada pela imigração, globalização, multiculturalismo e pela internacionalização do comércio. Em seu alegado plano de defender a França, lançavam-se contra seus "inimigos internos" (anteriormente judeus, maçons e protestantes, agora imigrantes, principalmente árabes e muçulmanos) e os "inimigos externos" (expeculação internacional e as forças das multinacionais). O antissemitismo, outrora a marca dos partidos e grupos extremistas, foi endossado pelo FN ao tempo em que o partido foi presidido por Jean Marie Le Pen (1972-2011): seus comentários negando ou minimizando a existência do Holocausto judeu são sintomáticos daquela atitude. Em 2009, diante do Parlamento Europeu, o deputado Jean Marie Le Pen, em seu discurso, reafirmou que "*Eu limitei-me a dizer que as câmaras de gás foram um detalhe da história da II Guerra Mundial, o que é um fato*"<sup>64</sup>, repetindo o discurso que já havia feito em outras três oportunidades (Le Pen já foi condenado duas vezes a pagar multas por seus comentários antissemita)<sup>65</sup>. Porém, hoje podemos perceber uma mudança significativa em alguns partidos, de forma que o antissemitismo é substituído pela islamofobia e até mesmo alguns grupos apoiam o Estado de Israel e acreditam que ele seja um braço forte no combate contra o Islã.

A segunda fase da extrema direita tem início na década de 1980. O islamismo se tornou alvo dos partidos, como "o novo inimigo" no imaginário da extrema direita, particularmente a Front National. Em 1990 a revista do partido, *Identité*, dedicou um dos seus números para tratar da emergência do islamismo na França, denunciando a sua pretensa incompatibilidade com a cultura europeia. No mundo acadêmico, durante algum tempo, a islamofobia não era vista como uma característica básica da ideologia da extrema direita, mas a tendência acadêmica era a de

---

<sup>62</sup> Federação da Ação Nacionalista e Europeia.

<sup>63</sup> Grupos Nacionalistas Revolucionários.

<sup>64</sup> LE PEN, J-M, discurso no Parlamento Europeu, 2009.

<sup>65</sup> Captado em: <http://www.verdade.co.mz/internacional/1348-le-pen-reafirma-que-camaras-de-gas-foram-qum-detalheq-da-segunda-guerra> Acesso: 20 de maio. 2014.

considerar a rejeição do Islã apenas como uma dimensão de “xenofobia” e de ver as narrativas “antimuçulmanas” simplesmente como um componente do discurso contra a imigração<sup>66</sup>.

O FN defende valores tradicionais e instituições sobre as quais, segundo ela, devem se basear a identidade francesa (família, exército, autoridade do Estado, catolicismo)<sup>67</sup>. Até hoje muitos membros do partido mantêm conexões com grupos neonazistas e neofacistas na Europa, mesmo que oficialmente o FN negue qualquer tipo de ligação com esses grupos, para ter respeitabilidade entre o meio político. Mas, individualmente e, principalmente, a ala mais jovem (e também a mais radical) é quem mais se aproxima desses grupos. Existem diversos grupos que fazem panfletagem para o FN, ajudando nas campanhas políticas e, geralmente, agindo como tropa de choque nas passeatas do partido, como o *Front National de la Jeunesse* (Frente Nacional da Juventude) e *Renouveau Étudiant* (Renovação Estudantil)<sup>68</sup>.

Durante as décadas em que Jean Marie Le Pen liderou o FN, o partido conheceu períodos de altos e baixos. Do ponto de vista eleitoral, o partido alcançou maior destaque no pleito de 2002, quando o FN disputou o segundo turno das eleições presidenciais francesas. No entanto, após vários problemas judiciais envolvendo o líder do partido e seu ex-braço direito, Bruno Megret – que diziam respeito às finanças do partido e até mesmo os direitos sobre o uso do nome “Front National” – Le Pen deixou a vida política, legando a presidência do partido para a sua filha, Marine Le Pen, e para Bruno Gollnisch, intelectual do FN.

Na condição de nova liderança do partido, Marine Le Pen aparentemente deu cara nova para a legenda. Em seus primeiros meses como presidente do FN, procurou demonstrar à mídia e à sociedade francesa que muitas coisas iriam mudar a partir de sua chegada. O discurso de Marine Le Pen apregoa uma espécie de “renovação” política. É preciso destacar que, em sua primeira eleição para presidência da República francesa, Marine Le Pen colocou o FN como terceiro maior partido da França, obtendo 6,5 milhões de votos (17,9%), margem muito superior aos votos que seu pai recebeu em 2002 (4,8 milhões no primeiro turno e 5,5 milhões no segundo turno)<sup>69</sup>.

Há também um aspecto “populista”<sup>70</sup> na ideologia do FN, mais presente desde a ascensão de Marine Le Pen. Em seu programa político, a nova líder do partido tem tentado se aproximar das massas e obter progresso eleitoral entre as classes trabalhadoras. Abandonando o discurso do ultraliberalismo que marcou o partido sob os ditames de Jean-Marie Le Pen, o partido, nos

<sup>66</sup> DAVIES, P.; LYNCH, D. *The Routledge Companion to Fascism and the Far Right*. Londres, Routledge. 2002

<sup>67</sup> HAINSWORTH, *The extreme right in France...*, p. 44.

<sup>68</sup> DECLAIR, E. *Politics on the Fringe: The People, Policies and Organization of the French National Front*. Durham: Duke University Press.1999, p.66.

<sup>69</sup> Dados disponíveis em <http://www.electionresources.org/fr/president.php?election=2012>

<sup>70</sup> O conceito de populismo nacionalista é utilizado pelos pesquisadores europeus para tratar de políticos como Silvio Berlusconi, Jean Marie Le Pen, Jorg Haider.

últimos anos, exibe mais preocupações sociais, pleiteando salários mínimos, uma semana mais curta de trabalho, melhorias no estatuto dos funcionários públicos e defesa do sistema de segurança social, conforme seu último programa de governo.<sup>71</sup> Assim como outros exemplos da chamada doutrina "populismo nacional", utilizada, entre outros, por Silvio Berlusconi na Itália<sup>72</sup>.

Durante sua campanha foi possível perceber que Marine Le Pen compartilha traços em comuns com seu pai, incluindo um acentuado carisma e um discurso de caráter populista. No entanto, o FN tem mostrado uma postura diferente perante à realidade francesa. Marine Le Pen apresenta um discurso contrário ao neoliberalismo e apóia um Estado forte, que empregue um rígido controle fiscal e financeiro. Por outro lado, há um esforço no sentido de se desvincular de grupos neonazistas, que pregam a supremacia racial. O FN, sob a batuta de Marine Le Pen, adotou um tom mais "sereno", em termos, como forma de recuperar a "cultura" francesa, raízes e identificação com a terra,

As artes e a língua são uma dimensão essencial da nossa identidade. Mais do que em outros países, a cultura é inseparável da história e influência da França. A França é uma das mais velhas civilizações, é herdeira das maiores civilizações que ocorreram na história, ela reuniu uma cultura própria e original. Ao longo dos séculos o espírito de inovação continuou a enriquecer a civilização francesa. Toda política nacional genuína deve ser baseado neste grande trunfo, nesse valor, e ter como ambição manter ela no auge da vida francesa<sup>73</sup>.

A importância de se investigar o crescimento dos grupos de extrema direita, principalmente o Front National, é por se tratar de um fenômeno inerente à atual conjuntura da política francesa. Pode ser elucidado em seu rendimento nas últimas eleições na Europa, que tem revelado ao mundo motivos para se preocupar e abrir os olhos para um fenômeno político em crescimento. Tal fato representa o crescimento expressivo dos partidos de extrema direita no continente. Podemos observar que nas últimas eleições esses partidos têm recebido um número considerável de votos e, conseqüentemente, conseguindo colocar seus representantes no parlamento, proporcionando, assim, seu crescimento no cenário político europeu. O crescimento dos partidos de extrema direita na Europa hoje pode ser associado com um descontentamento de parte da população com seus representantes, que não encontraram saídas para a recessão econômica e uma forma de combater o aumento do desemprego. Seus cidadãos, que por muito tempo tiveram prosperidade econômica e qualidade de vida, hoje sentem medo pelo futuro ameaçado. Essa falta de perspectiva dos jovens em relação ao futuro e esse medo do amanhã funcionam perfeitamente para a extrema direita encaixar seu discurso de combate à imigração,

<sup>71</sup> FRONT NATIONAL, *Le projet complet du Front National*. 2012. Captado em: <http://www.frontnational.com/le-projet-de-marine-le-pen/> acesso: 20 de maio. 2014.

<sup>72</sup> DAVIES, *The National Front in France...*, p. 104.

<sup>73</sup> FRONT NATIONAL, *Avenir de la nation*, 2012. Captado em: <http://www.frontnational.com/le-projet-de-marine-le-pen/avenir-de-la-nation/culture/> acesso: 20 de maio. 2014.

pois o FN, em seus discursos, atrela o crescimento do excessivo número de imigrantes, já existentes no mercado de trabalho, como principal fator do desemprego dos jovens franceses, mesmo que os trabalhos executados pelos imigrantes, que compõem a maior faixa do proletariado, seja composta, em sua maioria, por subempregos (pedreiros, linhas de produção, limpeza, etc), trabalhadores sem vínculo legal, privados dos direitos trabalhistas, em situação muitas vezes precárias e salários baixos, não sendo disputados por trabalhadores franceses, pois são serviços desprezados pelos europeus (brancos)<sup>74</sup>.

A recessão econômica que assola a Europa tem obrigado alguns países a procurar medidas para amenizar a situação. A crise é resultado de um longo processo de endividamento e pagamento de juros dos países para financiar o próprio capital. A crise é de responsabilidade dos governantes, que em primeiro lugar financiaram e privilegiaram as ações da burguesia e agora, durante a crise, utilizam a máquina do Estado para salvar bancos e multinacionais da falência. Uma das saídas encontradas pela Comunidade Europeia são os planos de austeridade. Um dos órgãos responsáveis pelas mudanças na economia da União Europeia é a *Troika*, formada por três elementos, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>75</sup>.

Os planos de austeridade da UE e a *Troika* obrigaram os países com maiores problemas econômicos, como Grécia e Portugal, a terem controles mais rigorosos sobre a economia. Nesse plano de reconstrução dos países é exigido um calendário de privatizações, planos de reformas estruturais, aumentos fiscais e cortes previdenciários. O pacote de austeridade prevê, entre outras medidas, colocar funcionários públicos numa reserva de trabalho, recebendo 60% do salário base, antes de serem demitidos depois de um ano ou dois. Prevê ainda a diminuição do salário mínimo, o que afeta diretamente as pensões, para além de outras medidas, como o aumento da jornada de trabalho e extensão da idade da aposentadoria. A França hoje possui uma das maiores taxas de desemprego da UE, tendo aproximadamente seis milhões de desempregados, o que corresponde a 10% da população (na EU, esse número chega há 26,5 milhões)<sup>76</sup>.

Para Flecker<sup>77</sup>, o avanço da globalização e a competição industrial no mundo trouxeram complicações para pequenas empresas e indústrias na França. Como resultado desse processo, ele descreve como o trabalho e as condições de vida se deterioraram. Em primeiro lugar, para as classes trabalhadoras, e segundo, por causa do agravamento da crise econômica para as classes médias. O autor procura explicar os processos e as representações dos indivíduos que sofrem de

<sup>74</sup> FLECKER, J. *Changing Working Life and the Appeal of the Extreme Right*. Great Britain: Ashgate. 2007, p. 35.

<sup>75</sup> \_\_\_\_\_. *Changing Working Life and the Appeal ...*, p.36.

<sup>76</sup> Grécia (27%) e a Espanha (26,9%) lideram a lista, seguidos por Portugal (17,3%).

<sup>77</sup> FLECKER, *Changing Working Life and the Appeal ...*, p. 5.

insegurança social e econômica. Outro fator importante a se considerar, segundo Willians<sup>78</sup>, é o descrédito da população nas ideologias que se apresentam como sendo de esquerda, como o PS (partido socialista), e também a decepção com o partido conservador UMP (União por um Movimento Popular), que depois de sucessivos anos no poder (1995 a 2012)<sup>79</sup>, não conseguiram encontrar soluções para a recessão econômica, o que criou oportunidades para que o FN e outros grupos conseguissem expandir suas bases de apoio, atraindo eleitores antes vinculados à esquerda.

Na França o sistema eleitoral é distrital, existindo 599 distritos. Cada distrito corresponde ao número de 100 mil habitantes. Para concorrer à presidência é necessário, no mínimo, 500 assinaturas de prefeitos, para que sua candidatura seja válida. O partido que tiver maior número de deputados e controlar o maior número de distritos tem direito a indicar o presidente da câmara. Na última eleição, a candidata do FN no pleito presidencial, recebeu 17,9% (6,6 milhões) dos votos no primeiro turno, sendo considerada uma marca histórica alcançada pelo partido, agora presidido por Marine Le Pen. Tal margem poderia ter sido superior, já que as intenções de votos em relação às pesquisas antes da eleição eram apontadas entre 22% a 26% dos votos. Posteriormente, Marine foi candidata à deputada para a região de Hénin-Beaumont e recebeu 49,89% dos votos, mas não foi suficiente para vencer o socialista Phillippe Kemel, que obteve 50,11%. O partido venceu em duas regiões, elegendo, assim, dois deputados.

Em outros países da Europa a extrema direita continua ganhando espaço. Na Grécia, o partido de extrema direita, “Aurora Dourada”, recebeu 7% dos votos na última eleição (2012) e conquistou 19 cadeiras no parlamento<sup>80</sup>. Na Holanda, o partido de extrema direita, “Partido pela Liberdade” (PVV), conseguiu 24 cadeiras no parlamento nas eleições de 2010. Na Noruega, o parlamento tem 41 deputados do Partido do Progresso, que teve entre seus membros afiliados, Anders Behring Breivik, responsável pelo recente massacre de 77 pessoas. Na Áustria, a extrema direita possui dois representantes, o “Partido Liberal da Áustria”, que ocupa 34 vagas no parlamento e a “Aliança pelo Futuro da Áustria”, que possui 21 cadeiras<sup>81</sup>.

O ano de 2014 tem sido marcante para o FN. Nas duas eleições que o partido participou obteve seu melhor retrospecto em sua História. Nas eleições municipais francesas de 2014, o FN alcançou sua melhor marca em uma eleição. Pela primeira vez conseguiu eleger 14 prefeitos, sendo 8 deles vencidos no primeiro turno da eleição, e elegeu cerca de 1500 vereadores

<sup>78</sup> WILLIAMS, M. A new era for French far right politics? Comparing the FN under two Le Pens. *Análise Social*, vol. XLVI, n.201, 2011, p. 4.

<sup>79</sup> Jacques Chirac foi presidente de 1995 a 2007 e Nicholas Sarkozy de 2007 a 2012.

<sup>80</sup> ART, David. *Inside the Radical Right: The Development of Anti-Immigrant Parties in Western Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 45.

<sup>81</sup> GIVENS, T. *Voting Radical Right in Western Europe*. Cambridge: Cambridge University Press. 2005, p.65.

municipais. Nas eleições para o parlamento europeu, o FN foi o partido mais votado na França, conseguindo vencer a UMP e o PS, elegendo 23 deputados europeus. Nessa eleição, o partido de Marine Le Pen liderou a formação de um *Europartido*, exclusivo para grupos de extrema direita, chamado *Alliance of European National Movements*<sup>82</sup> (AEMM), composto por nove partidos<sup>83</sup>.

Esse crescimento, ainda que combatido diariamente pela esquerda, por partidos liberais, por diversos meios de comunicações e intelectuais europeus, é, muitas vezes, descredenciado, minimizado, tratado como casos restritos, mas deve constituir objeto de uma investigação minuciosa, de fôlego, sem olhar ingenuamente para tal movimentação política. Devemos estudar e nos aprofundar nas condições históricas em que a extrema direita foi forjada.

Enquanto a política tradicional, partidos tradicionais, que ainda mantém suas raízes no projeto neoliberal, não conseguem encontrar soluções para os atuais problemas sociais, políticos e culturais que a França atravessa, o FN vai continuar explorando os pontos fracos de ambos os projetos, a direita clássica, representada pela UMP, e o partido de esquerda, PS.

---

<sup>82</sup> Aliança dos Movimentos Nacionais Europeus.

<sup>83</sup> Front National (Bélgica), Movimento Social Republicano (Espanha), Front National (França), Fiamma Tricolore (Italia), Partido Nacional Renovador (Portugal), British National Party (Inglaterra), Nationaldemokraterna (Suécia), Jobbik (Hungria) e Aurora Dourada (Grécia).

## As cartas jesuíticas como fonte de estudo da ação missionária

### The Jesuit letters as a source of study of missionary activity

Márcia Campos

Mestranda em História do Brasil  
Universidade Salgado de Oliveira  
[saquamarciacampos@hotmail.com](mailto:saquamarciacampos@hotmail.com)

Recebido em: 01/06/2014  
Aprovado em: 29/06/2014

**RESUMO:** O presente artigo tem como objeto de estudo as *cartas jesuíticas* como fonte privilegiada para entender o pensamento dos primeiros missionários enviados pela *Companhia de Jesus* ao Brasil e reconstruir um olhar sobre a experiência por eles vivida. Através de um “outro olhar”, condizente com estudos recentes, o missionário pode ser visto não como o vencedor ou dominante que se impõe, mas como um agente que via na evangelização e conversão a única forma de conquistar e garantir a ocupação das novas regiões agregadas à esfera de ação católica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jesuítas, Cartas, Missionação

**ABSTRACT:** The present article has as its object of study the *jesuit letters* as a privileged source to understand the thinking of the first missionaries sent out by the *Society of Jesus* to Brazil and rebuild a look about the experience for them. Through a "different look", concerning to recent studies, the missionary cannot be seen as the winner or ruler who imposes itself, but as an agent who saw evangelism and conversion the only way to win and ensure the occupation of new regions aggregated to the sphere of the catholic action.

**KEYWORDS:** Jesuits, Letters, Missionary Work.

#### A reconstrução do olhar sobre a ação missionária

Nas cartas, os missionários apareciam como os companheiros de Jesus que queriam, segundo os Exercícios Espirituais, ser colocados ao lado do Cristo pobre e padecer com ele. Mas para esse seguimento, os padres precisavam saber o que fazer para alcançar seus fins. As cartas constituíam assim um espaço de tensão, de negociação, de recuos e principalmente de ação.<sup>1</sup>

O presente artigo utiliza como fonte privilegiada as *cartas jesuíticas* escritas pelos missionários da *Companhia de Jesus* que atuaram nas primeiras missões enviadas ao Brasil. Fonte preciosa para entender o pensamento desses homens em seu tempo, as *cartas* refletem o pensamento dos membros da *Companhia de Jesus* em relação ao trabalho missionário, aos índios aldeados e aos que não aceitaram o aldeamento, ao processo de conquista e à atuação das

<sup>1</sup> LONDONO, Fernando Torres. *Escrevendo cartas. Jesuítas, escrita e missão no século XVI*. São Paulo: Revista Brasileira de História, v.22, n. 43, 2002, p. 29-30.

monarquias católicas no espaço ultramarino, em momento de grande efervescência cultural, política, social e religiosa pelo qual passava a sociedade. Conforme nos descreveu Peláez

Apesar de la oposición de algunos historiadores a una forma tradicional de narración histórica que deja de lado la historia estructural, lo que sí es cierto es que el relato nunca ha podido ser totalmente abandonado. Su valor se reafirma actualmente cuando los historiadores han emprendido una búsqueda de nuevas formas narrativas.<sup>2</sup>

Apesar de sua estrutura narrativa, pois baseia-se em relatos cuja personalidade de seus autores tornam-se muitas vezes evidentes, essa fonte é uma preciosidade para que possamos entender o pensamento desses homens em seu tempo e reconstruir um olhar sobre a experiência vivida. É uma fonte insubstituível na reconstituição de um passado, que nos serve como narrativa de atividades humanas relevantes para a nossa pesquisa e que nos ajuda a interpretar e reproduzir fatos por nós escolhidos para compor a reconstrução da realidade passada. Como nos afirma Falcon

Explica-se a partir daí por que de uma maneira ou de outra os historiadores de todas as obediências teóricas postulavam então o caráter imprescindível das fontes documentais, enquanto restos, ou testemunhos, documentos/monumentos, de uma realidade (passada) que compete ao historiador recriar/reproduzir, ou interpretar/analisar, a partir do material documental por ele achado/descoberto/produzido.<sup>3</sup>

Nesse sentido, tão importante quanto ser um “instrumento insubstituível” na reconstituição de um passado, faz-se necessário avaliar o contexto histórico em que essas cartas foram escritas, bem como analisar o universo sócio-político do autor e daqueles a quem essas cartas foram destinadas. Para utilizar documentalmente as cartas jesuíticas devemos levar em conta que são relatos parciais da realidade que descrevem, e que se faz necessária uma cuidadosa análise observando a parcialidade inerente a essa documentação, bem como a interferência de suas compilações.

Serafim Leite já apontava para essa interferência

O fato de as cartas serem traduzidas e, depois de censuradas, serem editadas para edificação de um público leigo, na Europa, acompanhava-se da sua remessa para todas as conquistas, de modo que um missionário chinês podia ler sobre a ação de um indiano ou brasileiro, e vice-versa.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> PELÁEZ, Maria Cristina Navarrete. *Las Cartas Annuas jesuítas y la representación de los etíopes en el siglo XVII*. In: Chavez Maldonado, María Eugenia (edit). *Genealogías de la diferencia: tecnologías de la salvación y representación de los africanos esclavizados en Iberoamérica colonial*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2008, p. 88.

<sup>3</sup> FALCON, Francisco J.C. *A identidade do historiador*. In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca digital da FGV, 1996, vol. 1, nº 1, p. 17.

<sup>4</sup> LEITE, Serafim. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, v. 1, p. 53-60.

Como se depreende da análise de Serafim Leite, ele mesmo um jesuíta, as cartas que nos chegaram passaram por três processos distintos: a tradução, a censura e a edição.<sup>5</sup> Em cada passo deste percurso foram depuradas informações, com realce ao que edificava e redução da importância, ou mesmo omissão, do que depunha contra o trabalho missionário da Companhia.

Outra questão que deve ser analisada ao se utilizar as cartas jesuíticas como fonte de pesquisa diz respeito à política da *Companhia de Jesus* para a escrita e circulação de cartas, sua composição formal e a relação com a tradição do gênero epistolográfico – obras escritas em forma de cartas ou epístolas de valor histórico, literário e documental.

Ao analisar as cartas jesuíticas de Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, bem como de outros jesuítas, padres e irmãos que atuaram como missionários no Brasil, não podemos deixar de percebê-las como importante estratégia de produção literária, de fortalecimento e disseminação do pensamento jesuítico e das atividades desenvolvidas pela *Companhia de Jesus*, no âmbito da Monarquia Católica portuguesa e dos avanços da Reforma protestante.

#### Para Pécora, as cartas

não são absolutamente uma tábua em branco impressionada por acontecimentos vividos pelos missionários – nem objetivamente, como representação ou notícia da gente e terra do Brasil; nem subjetivamente, como impacto sentimental ou expressivo dessa notícia em certa mentalidade católica européia (...), devem ser vistas, antes de mais nada, como um mapa retórico em progresso da própria conversão.<sup>6</sup>

A nossa preocupação em compreender a estrutura retórica das cartas se faz necessária para que possamos entender melhor o contexto literário e cultural daquela época e analisar de maneira mais apropriada as narrativas das quais são compostas. Entender essa retórica não se trata apenas de buscar uma justificativa para saber se existe veracidade ou não no discurso desses missionários, mas nos ajuda a entender a visão desse missionário no contexto em que ele estava inserido.

Num primeiro momento, podemos observar como a correspondência jesuítica é articulada a partir de uma relação dialógica de um destinador que envia informações a um destinatário; nessa relação dialógica, era comum os membros da *Companhia de Jesus* se tratarem como “amigos ou irmãos em Cristo”, o que pode ser entendida como uma relação *familiaris*, mais objetiva e

<sup>5</sup> O próprio Inácio de Loyola, em carta a Pedro Fabro, já demonstrava sua preocupação com a escrita das cartas, e a necessidade da censura e edição das mesmas, diante de tantos assuntos desnecessários enviados pelos irmãos. “Falam nelas de assuntos que não vêm ao caso. Sabendo esses amigos que temos cartas de um ou de outro, passamos vergonha e damos mais desedificação do que edificação.” Cf.: LOYOLA, Inácio. *Carta ao PE. Pedro Fabro*. In: *Cartas Santo Inácio de Loyola, nos 450 anos da morte de Santo Inácio*. Organização e seleção de Antonio Jose Coelho, S.J. Braga, Portugal: Editorial do Apostolado da Oração, 2006, p. 253.

<sup>6</sup> PÉCORA, Alcir. *Arte das Cartas jesuíticas do Brasil*. In: *Voz Lusíada. Anais do Encontro Internacional Nóbrega-Anchieta*. São Paulo: Green Forest do Brasil, 1999, v. 1, p. 31-32.

amigável, ou *negotialis*, quando são discutidas medidas administrativas e doutrinárias que envolvem a ação evangelizadora.

Nesse sentido, segundo Hansen a correspondência jesuítica cumpre as funções propostas pelas *Constituições*, quando

Fornecer informações sobre o andamento da ação, tratando tanto de negócios exteriores quanto interiores à Ordem e propaga e reforça internamente o controle, a obediência e a piedade da sua *devotio moderna*. No primeiro sentido, evidencia-se como uma espécie de mecanismo de captação de dados que, ao informar os superiores sobre problemas da Ordem, que vão desde a falta de roupas e alimentos e o pedido de livros até o desânimo ou o martírio de algum padre, também realimenta os mecanismos de correção e aperfeiçoamento da disciplina, já evidentes no simples ato de se escrever a carta, cumprindo-se determinação superior.<sup>7</sup>

Nos dois casos, *familiaris ou negotialis*, o discurso trata de matéria de informação sobre as atividades missionárias, com elementos doxológicos e teórico-doutrinários, podendo ser ao mesmo tempo conceituada como “carta” ou “epístola”. Em relação a doxologia, as cartas procuravam exaltar a glória de Deus, com uma exaltação tradicional que geralmente dava início aos temas e discussões típicas das *bijuelas*, cartas que tratavam de assuntos internos à ordem: “Que o amor e a graça do Nosso Senhor Jesus Cristo sempre vos proteja e ampare”.

Grosso modo, é preciso observar que as epístolas jesuíticas não são apenas uma descrição da ação missionária, mas a sua principal estratégia de atuação, com um forte caráter retórico e teológico-político. Segundo Eisenberg,

a reprodução e expansão das atividades missionárias jesuíticas dependiam também da publicidade de seus feitos para além dos limites da Companhia, buscando assim o reconhecimento daqueles que lhes prestavam ajuda política e financeira: o papado e os reis católicos europeus.<sup>8</sup>

Portanto, para escrever essas correspondências havia uma regulamentação imposta pela *Companhia de Jesus* expressa nas *Constituições*, cuja circulação e leitura deveria atender a determinadas especificações, que são elas: informação, reunião de todos em um e experiência mística devocional.<sup>9</sup> Entender a sua estrutura retórica e formal é essencial no entendimento de seu conteúdo.

As *Constituições* da *Companhia de Jesus* estão divididas em dez partes, sendo que a oitava parte, intitulada “Fomento da União entre os membros da Companhia”, trata justamente das

<sup>7</sup> HANSEN, João Adolfo. O nu e a luz: cartas jesuíticas do Brasil. Nóbrega – 1549-1558. *Revista Inst. Est. Bras.*, São Paulo, 1995, p. 88.

<sup>8</sup> EISENBERG, José. *As Missões jesuíticas e o pensamento político moderno*. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 50.

<sup>9</sup> PÉCORRA, Alcir. *Arte das Cartas jesuíticas do Brasil*, p. 39.

normas que regem as correspondências dos membros da Ordem. No parágrafo 673, Loyola fez questão de atribuir à correspondência um importante instrumento de unidade:

Concorrerá também de maneira muito especial para esta união [da cabeça com os membros em geral], a frequente correspondência epistolar entre súditos e superiores, com o intercâmbio de informações entre uns e outros, e o conhecimento das notícias e comunicações vindas das diversas partes. Este encargo pertence aos superiores, em particular ao Geral e aos Provinciais. Eles providenciarão para que em cada lugar se possa saber o que se faz nas outras partes, para consolação e edificação mútuas em Nosso Senhor.<sup>10</sup>

De fato, a correspondência entre os membros da Companhia atingiu os objetivos iniciais, permitindo que a unidade da Companhia fosse mantida e que novas estratégias fossem traçadas através de informações enviadas pelas cartas. Além do estabelecimento de regras em relação à escrita das correspondências, Loyola determinou que as cartas fossem escritas em línguas modernas, visando facilitar o entendimento entre todos, uma vez que os jesuítas provinham de partes diferentes da Europa.<sup>11</sup> Entre as regras determinadas pelas *Constituições*, os irmãos deveriam escrever dois tipos de cartas, atendendo a interesses diferentes: As chamadas “cartas edificantes” e as *bijuelas*. Nas cartas edificantes, como o próprio nome já diz, os jesuítas deveriam narrar notícias de convencimento em relação a sua prática pastoral na colônia, buscando, entre outras coisas, conquistar a simpatia do leitor, seja ele religioso ou leigo, e atrair novos “adeptos” para o trabalho missionário. Nas *bijuelas*, os missionários tratavam de vários assuntos, buscando informar ao provincial, e este ao Geral, sobre as atividades desenvolvidas pelo trabalho missionário. É o que Branco chamou de ‘*governo pela pena*’:

De fato, não se pode negar que uma certa unidade no modo de proceder foi então mantida através da correspondência, pois, conforme determinava o texto das *Constituições*, os jesuítas enviavam com a maior brevidade e regularidade possível, as cartas que informavam ao Geral sobre as atividades que desenvolviam. Por conseguinte, embora pouco se ausentasse da cidade eterna, Inácio de Loyola exerceu sobre os destinos da Companhia um verdadeiro *governo pela pena*, que se estendeu aos seus sucessores, particularmente aqueles que dirigiram os destinos da ordem inaciana durante o século XVI, Diego Laynez (1556-1565); Francisco Borgia (1565-1572); Everardo Mercuriano (1573-1580) e Claudio Aquaviva (1580-1615).<sup>12</sup>

Para definir o aspecto formal da epistolografia jesuítica, o fundador da *Companhia de Jesus*, Inácio de Loyola tomou como base a tradicional *Ars Dictaminis medieval*, do século XI, utilizando esse estilo retórico nas cartas edificantes. Essa tradição, que dizia respeito a sistematização da

<sup>10</sup> *Constituições da Companhia de Jesus*. [anotadas pela Congregação Geral XXXIV e Normas Complementares aprovadas pela mesma Congregação]. São Paulo: Edições Loyola, 1997, p. 211.

<sup>11</sup> A medida foi facilmente implantada, pois a maior parte dos jesuítas falava línguas neolatinas, principalmente o espanhol e o português. Cf.: EISENBERG, José. *As Missões jesuíticas e o pensamento político moderno*, p. 48-49.

<sup>12</sup> BRANCO, Mário Fernandes Correia. *Para a maior glória de Deus e serviço do reino: as cartas jesuíticas no contexto da resistência ao domínio holandês no Brasil do século XVII*. Tese (Doutorado) – UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010, p. 14. Grifado no original.

escrita epistolográfica, defendia a divisão da epístola em cinco partes: *salutatio*, *benevolentiae captatio*, *narratio*, *petitio* e *conclusio*. Muitos pensadores, como os humanistas, discordavam da tradição *ars Dictaminis medieval* e defendiam a ideia de que a “carta” deveria ser um espaço para uma conversação informal (*sermo*), o que gerou uma oposição entre o modelo formal (*contentio*) e o informal (*familiaris/sermo*).<sup>13</sup>

Segundo Pécora, buscando maior flexibilidade em relação a instituição epistolar, Loyola optou por um modelo mais flexível do gênero, utilizando dois tipos de cartas, seguindo a oposição *sermo/contentio* (a primeira mais informal/*familiaris* e a segunda mais formal): Para as cartas edificantes a *ars Dictaminis*, e para as *bijuelas* um estilo mais coloquial, baseado na antiguidade clássica.<sup>14</sup> Os humanistas chamavam esse estilo flexível de *ars epistolandi*, que possibilitava ao autor da escrita escrever de acordo com a ocasião. Para ajudá-lo na organização da escrita epistolográfica e na redação final do texto das *Constituições*, Loyola contou com o valoroso trabalho do padre jesuíta Juan Alphonso de Polanco. Foi Polanco quem estruturou o arquivo geral da Companhia – o *Archivum Romanum Societatis Iesu* (ARSI).<sup>15</sup>

Desde a sua chegada na Companhia, Polanco demonstrou grande preocupação com o fluxo e arquivamento das correspondências, bem como com o formato e conteúdo das cartas. Para ele, era necessário registrar quais informações deveriam constar nessas cartas, definir os assuntos a serem tratados entre seus pares, estabelecendo uma rede de informações realmente eficiente. Polanco cuidou também para que essas correspondências tivessem a mais ampla divulgação possível, principalmente aquelas com inegável apelo de edificação religiosa contido nos relatos dos missionários, contribuindo para o fortalecimento da fé católica nas regiões em que o movimento reformista crescia. Afinal, esses relatos representavam um importante instrumento de promoção do trabalho desenvolvido pela *Companhia de Jesus* e legitimavam o seu poder dentro da Igreja. “Os relatos exaltavam as virtudes e a importância da atividade missionária; eram lidos nas cortes, na Cúria Papal e nas casas dos jesuítas”.<sup>16</sup>

O trabalho desenvolvido por Polanco para manter essa complexa rede de informações era realizado com a ajuda de um pequeno grupo, que o auxiliava no recebimento, classificação e distribuição das cartas. Que não eram poucas, pois, conforme previa as normas estabelecidas nas *Constituições*, as Cartas deveriam ser enviadas a cada quatro meses. Somente, a partir de 1565, foi definido pela Congregação Geral que as cartas de edificação e de notícias deveriam ser enviadas anualmente, passando a ser, em função disso, chamadas de cartas anuais.

<sup>13</sup> PÉCORA, Alcir. *Arte das Cartas jesuíticas do Brasil*, p. 36.

<sup>14</sup> \_\_\_\_\_. *Arte das Cartas jesuíticas do Brasil*, p. 38.

<sup>15</sup> BRANCO, Mário Fernandes Correia. *Para a maior glória de Deus e serviço do reino*, p. 17.

<sup>16</sup> EISENBERG, José. *As Missões jesuíticas e o pensamento político moderno*, p. 57.

À frente do controle de toda correspondência que chegava à sede dos inicianos em Roma, Polanco agia como um ‘autêntico filtro’, classificando as cartas trocadas entre os membros da Companhia, para depois distribuir as suas cópias. Segundo Branco, alguns pesquisadores imputaram a ele o corte nos textos originais de algumas cartas, conforme relata:

Sua atenção sobre o conteúdo das cartas era absoluta, pouca coisa escapava aos seus olhos zelosos e atentos. Movido, quem sabe, por escrúpulos excessivos, Polanco suprimiu trechos preciosos das cartas dos missionários recebidas em Roma, nas quais estes haviam deixado registradas suas impressões e percepções sobre a terra e a gente que encontravam em seu trabalho de evangelização nos confins da cristandade. Por outro lado, não se pode negar que estes relatos estivessem inevitavelmente matizados por uma visão etnocêntrica, para não dizer mais especificamente europocêntrica.<sup>17</sup>

Mas, podemos entender esse ‘cortes’ como condizentes com o momento pelo qual passava a *Companhia de Jesus*: uma jovem ordem religiosa, que fazia um trabalho missionário inovador e que qualquer mal entendido poderia destruir a sua imagem. O próprio fundador da Companhia, Inácio de Loyola, já havia sido preso e processado algumas vezes pela Inquisição, sob a acusação de *alumbramento*. Os Exercícios Espirituais criados por Loyola eram muito semelhantes com os métodos dos alumbrados, que pregavam a união espiritual com Deus através da iluminação da alma e orações mentais. Para a Igreja essa religiosidade introspectiva ia contra os seus dogmas, que determinava que a devoção só poderia ser mediada pela Igreja e os sacramentos. Segundo Franco, o modo de vida de seu fundador e dos seus companheiros foram colocados em causa desde antes da fundação da Companhia, a partir de um fenômeno conhecido como “antijesuítismo”.

A biografia militar e o modo de vida austero de Inácio de Loyola e do seu primeiro grupo de seguidores incomodaram o *statu quo* religioso da época, não deixando de despertar reações. Não é excessivo afirmar que o antijesuítismo começa por ser, em primeiro lugar, um anti-iniguismo ou antiloiolismo.<sup>18</sup>

Colocando a oposição aos jesuítas como já presente nos processos contra Inigo, antes que existisse a Companhia e antes que este se tornasse Inácio, o que só ocorreria em Roma, Franco realça o comportamento típico de muitos setores católicos do século XVI, em especial na Espanha, que muito bem poderia ser classificado como neofobia, ou ao menos uma desconfiança *a priori* de qualquer mística distinta das práticas mais corriqueiras.<sup>19</sup>

Nesse sentido, qualquer descuido poderia representar um grande prejuízo para o desenvolvimento da ação missionária da *Companhia de Jesus* nas colônias conquistadas pela

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_, *Para a maior glória de Deus e serviço do reino*, p. 25.

<sup>18</sup> FRANCO, José Eduardo. *O mito dos jesuítas, em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI e XVII)*. Volume I das origens ao Marquês de Pombal. Lisboa: Gradiva, 2006, p. 57.

<sup>19</sup> Quanto a esse sentimento de desconfiança contra o novo, em especial em matéria de mística, podemos lembrar as perseguições a São João da Cruz e a Santa Teresa d’Ávila como exemplos do século XVI que também dão conta desse sentimento.

Monarquia católica. Como representantes do Papa, a ordem inaciana deveria estar acima de quaisquer suspeitas. Por isso, o secretário Polanco agia com muito cuidado em relação às correspondências que chegavam de todas as regiões em que havia trabalho missionário desenvolvido pelos jesuítas. A Companhia estava sob constante suspeita, e a Inquisição estava à espreita, movida pelo sentimento de desconfiança descrito, investigando não somente infiéis, mas também às ordens religiosas e seus seguidores. O Santo Ofício estava “caçando os seus demônios.”

Outro aspecto importante a ser destacado, é a rigorosa censura contra a palavra escrita praticada pelos tribunais espanhóis e portugueses, especialmente em Portugal.<sup>20</sup> Por isso, as correspondências vindas das colônias portuguesas representavam motivo de grande preocupação para Polanco, tanto que suas intervenções também atingiram as cartas enviadas do Brasil. Em 1553, para evitar maiores problemas com a escrita das cartas portuguesas, Polanco enviou uma carta para Manoel da Nóbrega, provincial da colônia portuguesa na América, expondo os critérios a serem utilizados na redação das correspondências, aproveitando também para reclamar da falta de freqüência das cartas e solicitar algumas informações sobre o andamento do trabalho missionário no Brasil.

E quanto ao que se deverá escrever direi aqui os pontos que deverão abordar. Nas cartas que poderão ser mostradas [aos de fora], se dirá em quantas partes existem residências da Companhia, quantos vivem em cada uma delas e em que se ocupam, tocando-se no que seja assunto de edificação; também como se vestem, de que se alimentam e como estão alojados além de discriminar o trabalho que cada um executa. Quanto à região em que habitam, deve-se informar o clima e a temperatura. Quanto á vizinhança [nativos], quem são, como se vestem, de que se alimentam, como são suas casas, quais são os seus costumes, quantos cristãos pode haver entre eles, quantos do gentio e quantos são mouros. E, por fim, como a outras pessoas se escreve por curiosidade, dando-lhes muitas informações particulares, o mesmo se faça com nosso Padre Mestre, para que melhor se saiba como prover, e também se satisfará a muitos senhores principais, devotos, que desejam saber algo sobre o que acima indiquei.<sup>21</sup>

A queixa de Polanco tinha procedência, pois as cartas não tinham uma boa freqüência, e isso não se devia a falta de interesse dos jesuítas em se comunicar com seus superiores ou às normas que determinavam a periodicidade das cartas, mas principalmente a pouca disponibilidade de uma boa rede de comunicação e transporte. É certo que havia uma recomendação para que os provinciais enviassem as cartas com maior regularidade para Roma,

<sup>20</sup> Ainda de acordo com Boxer, “No Brasil, a Inquisição portuguesa não chegou a estabelecer um tribunal, mas enviava visitantes para observar possíveis desvios de conduta e doutrinas suspeitas. Por causa disso, os missionários portugueses no Brasil tinham de enviar seus catecismos, gramáticas e dicionários a Portugal para censura, impressão e publicação”. Cf.: BOXER, Charles R. *A Igreja militante e a expansão Ibérica 1440-1770*. São Paulo: Companhia das letras, 2007, p. 107 e 114.

<sup>21</sup> LEITE, Serafim. *Cartas do Brasil e mais escritos do padre Manuel da Nóbrega. (Opera Omnia)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000, p. 514.

afim de que possíveis dificuldades no trabalho missionário pudessem ser rapidamente solucionadas. Mas havia ainda o problema com a circulação dessa correspondência, que deveria levar em conta o tempo e a distância entre um lugar e outro. Segundo Eisenberg, mais de 600 cartas foram escritas entre os anos de 1549 e 1610, uma média de 10 cartas por ano.<sup>22</sup> Poderiam ser mais se não fossem os transtornos com o transporte e o tempo de viagem.

Para que essas cartas chegassem aos seus destinos, o provincial tinha que considerar as dificuldades com o transporte da região por via terrestre e a travessia oceânica, levando em conta os obstáculos comuns desse tipo de viagem: tempestade, naufrágios e ataques piratas. Devido a dificuldade com o transporte transoceânico, o tempo de viagem poderia levar mais de seis meses até que uma correspondência chegasse ao seu destino. Para evitar que essas correspondências se perdessem, era recomendado que a mesma carta fosse enviada com cópias, podendo seguir um destino diferente para que pelos menos uma delas não se perdesse.

No caso das províncias mais distantes, para onde muito missionários eram enviados, como é o caso da colônia portuguesa no Brasil, Roma não dispunha de muito conhecimento para tomar as decisões sobre as práticas a serem adotadas pelos missionários nesses locais. Cabia aos irmãos e padres jesuítas através das correspondências prestarem essas informações. Em carta enviada ao padre Geral, Anchieta já alertava para a falta de um transporte regular e as dificuldades de comunicação

No ano de 1558, no fim do mês de Maio escrevi, Reverendo em Cristo Padre, o que se passou, assim acerca de nós outros, como da conversão e doutrina dos índios, e de então a esta hora, nunca achámos ocasião de poder escrever, visto neste último tempo não partir daqui navio algum, porque mais é para se compadecer de nós outros, que para se irar, que tanto tempo carecemos das cartas dos nossos Irmãos, e vimos a tanta falta, que até para dizer missa, nos faltou vinho por alguns dias.<sup>23</sup>

Na verdade, a maior preocupação em relação a essa freqüência irregular das cartas era com a diluição do poder central em relação às províncias. O controle sobre as províncias se fazia através dessas cartas, a partir das notícias que chegavam e que dependiam das decisões do poder central para possíveis soluções. Por isso, como esse ciclo de troca de correspondências<sup>24</sup> demorava por vezes mais de meia década para ser completada, muitas vezes as decisões eram tomadas pelos próprios provinciais, sem a ciência do poder central em Roma.

<sup>22</sup> EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*, p.48.

<sup>23</sup> ANCHIETA, José de. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)*. XI — *Carta de S. Vicente (1560)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 144.

<sup>24</sup> Segundo determinação de Inácio de Loyola, para ser completo o Ciclo de troca de correspondências deveria ter a seguinte constância: os reitores dos Colégios e propósitos locais deveriam escrever aos provinciais sempre que fosse possível ou necessário, devendo escrever ao Geral duas vezes por ano. Os provinciais deveriam escrever ao Geral sempre que houvesse navegação. Os missionários deveriam escrever aos provinciais uma ou duas vezes por semana e uma carta anual ao Geral, as Cartas Anuas. Unindo a “cabeça” (o Geral) aos membros (os missionários).

A frequência irregular das cartas também prejudicou a comunicação entre Roma e a missão no Brasil, fazendo com que muitas vezes os missionários tivessem que agir, sem esperar a determinação de seus superiores. Devido a essa dificuldade na comunicação, decisões foram tomadas adaptando o ‘modo de proceder’ da Companhia à realidade da missão no Brasil. Nesse novo ambiente, longe de Roma e sem o retorno de seus superiores através das cartas, os jesuítas tiveram que revisar suas práticas de conversão, decidindo entre seus membros como agir diante das adversidades, muitas vezes discordando do modo de proceder determinado por Roma. Nos relatos de Nóbrega e Anchieta muitas vezes tornam-se evidentes essa discordância entre o Geral e os missionários que estavam à frente da província. Preocupado em desenvolver um trabalho temporal e espiritual que sustentasse a ação evangelizadora na província, Nóbrega em carta a Inácio de Loyola, em 1556, expressou o seu descontentamento em relação as determinações da Companhia.

E nestes termos nos tomaram as Constituições, que este anno de 56 nos fez Nosso Senhor mercê de no-las mandar, pelas quaes entendemos não devemos ter cargo nem gente para doutrinar na fé; ao menos em nossa conversação tão bem não poderem os Irmãos ter bens temporaes nenhuns, si não fôr collegio. Para transformar a casa de São Paulo de Piratinin em Colégio, não dá, afinal o ferreiro que trabalha nela é velho e doente, as vacas foram adquiridas para os meninos da terra e são suas, e a esmola D’El Rei é incerta. Se for casa, não dá para se viver de esmolas naquele lugar, pois a gente é miserável.<sup>25</sup>

Ao analisar as cartas desses missionários em terras tão distantes, identificamos não somente o teor edificante e as informações necessárias para o bom funcionamento da Companhia, mas as relações de poder existentes dentro da Ordem criada por Inácio de Loyola. Dentro da hierarquia da Companhia, o provincial era designado pela sede dos inacianos em Roma para ficar a frente do trabalho missionário nas províncias. Ele governava todas as casas, os Colégios e as Residências dos padres, mas cada casa tinha o seu superior. O poder do provincial era temporário, seu mandato era de apenas três anos e a sua autoridade em relação à província era restrita. Como o poder era “colegial”, o provincial deveria consultar seus conselheiros para discutir os problemas locais e buscar as possíveis soluções, para depois apresentá-las a Roma. Mas como observamos, muitas vezes Roma tomava conhecimento dos assuntos da província meses depois. O que dificultava uma ação rápida e efetiva, e facilitava uma certa autonomia de decisão por parte do provincial.

Em relação às correspondências, os provinciais como Nóbrega e Anchieta tinham um poder limitado em relação a circulação das cartas, o que fica evidente ao se observar o monopólio que Roma tinha sobre toda a informação que se originava dessas províncias. O provincial não

<sup>25</sup> NÓBREGA, Manoel da. *Cartas jesuíticas 1. Cartas do Brasil 1549-1560*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira, 1931, p.153.

estava autorizado a ler as cartas enviadas pelo padre Geral a algum membro da sua província, nem ler as cartas enviadas pelos padres locais ao Geral.

Nesse contexto, as cartas nos revelam como eram estabelecidas as relações de poder na *Companhia de Jesus*, entre o Centro e as províncias, em que o Geral deveria “ser, para todos os membros da Companhia, a cabeça, de quem emana sobre todos eles o impulso que é necessário para o fim que a Companhia persegue”.<sup>26</sup>

Sendo assim, podemos concluir que a correspondência epistolar é uma das chaves centrais do sistema jesuíta. Responsável por sustentar a união administrativa do grupo, de ser um importante agente unificador, com forte conotação espiritual, mas também com grande poder de informação, as cartas visavam a comunhão dos membros da Companhia no amor a Deus, e por isso deveriam conter mensagens edificantes e consoladoras, criando uma espécie de identidade de grupo. Além disso, elas eram importantes para que fosse realizada uma adaptação das regras da Companhia às condições locais.

Grosso modo, a correspondência entre os jesuítas cumpre suas funções iniciais e nos fornece muitas informações sobre o trabalho missionário realizado nessas províncias, sendo uma fonte de indiscutível importância para o historiador que busca informações a respeito dos fatos, do imaginário e dos sentimentos que permeiam a vida dos missionários da *Companhia de Jesus*. Como afirma Hansen

São práticas que evidenciam os atos da invenção do agente histórico da correspondência e o éthos aplicado por ele a anúnciação como decoro estilístico adequado à conformação dos destinatários e assuntos determinados. Não são mera técnica aplicada do exterior, mas categorias de pensamento que modelam a *forma mentis* dos agentes da correspondência. Como imitação verossímil de discursos das instituições portuguesas contemporâneas, dramatizam enunciados teológicos-políticos da *devotio moderna* da Companhia na Conquista.<sup>27</sup>

Como podemos observar, a correspondência epistolar tinha a função de manter a unidade do grupo, reforçada pela idéia de pertencimento, de manutenção do éthos, estabelecendo “uma rede horizontal de relações, ligando entre si aqueles que foram divididos”.<sup>28</sup> Nesse sentido, Inácio de Loiola sempre teve um grande empenho para que as informações e trocas de cartas também fossem responsáveis pela união dos membros da *Companhia de Jesus*. Seria de sua autoria a escrita de mais de sete mil cartas, que teria redigido até a sua morte em 1556. Em carta enviada ao

<sup>26</sup> *Constitutions*, VIII, cap. II, § 666, p. 563.

<sup>27</sup> HASSEN, João Adolfo. *O nu e a luz: cartas jesuíticas do Brasil*, p. 88.

<sup>28</sup> CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620*. Bauru, SP: Edusc, 2006, p. 73.

padre Pedro Fabro, em 10 de dezembro de 1542, Inácio comenta sobre a importância das cartas para a união da Companhia e faz recomendações sobre a sua escrita.

Neste ponto, para ajudar-me a não errar, direi o que faço e espero fazer daqui por diante, no Senhor, ao escrever aos membros da Companhia A carta principal escrevê-la-ei uma vez, narrando factos edificantes; depois, relendo e corrigindo e ainda pensando em todos os leitores dela, volto a escrever, atendendo melhor ao que se declara. Porque a escrita fica e dá testemunho, sem se poder corrigir e explicar facilmente como quando se fala.<sup>29</sup>

Seus conselhos foram enviados com cópia para todas as casas, tornando-se um importante instrumento de preservação da escrita epistolar e manutenção da unidade da Companhia. Nos arquivos da ordem inaciana várias são as cartas preservadas que prestam um testemunho de uma história vivida. Cartas que servem, como poucas outras fontes, para entender o pensamento desses homens em seu tempo e reconstruir um olhar sobre a experiência por eles vivida.

---

<sup>29</sup> LOYOLA, Santo Inácio. *Carta ao PE. Pedro Fabro*, p. 254.

## A questão das identidades e a historiografia: uma interpretação crítica de *Rubro Veio*

### The question of identity and historiography: a critical interpretation of *Rubro Veio*

Walderez Simões Costa Ramalho

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[walderezramalho@gmail.com](mailto:walderezramalho@gmail.com)

Recebido em: 23/03/14

Aprovado em: 25/06/14

**RESUMO:** Este artigo é um exercício de crítica historiográfica. Analisa-se a obra do historiador Evaldo Cabral de Mello, *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*, com o objetivo de discutir questões relacionadas ao tema das identidades culturais no âmbito dos estudos em historiografia. Após demonstrar como o autor pernambucano compreende o conceito de identidade com relação ao conhecimento histórico, será feito um contraponto à sua posição, afirmando a centralidade desse tema no desenvolvimento da narrativa em debate. O eixo teórico deste exercício está fundado na hermenêutica histórica desenvolvida por Paul Ricoeur, que fornece elementos importantes para essa discussão. Como conclusão, discute-se alguns pontos que reforçam a importância de *Rubro veio* para pensarmos o Brasil e seus desafios para o século XXI.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia, Identidade, Hermenêutica.

**ABSTRACT:** This article is an exercise in critical historiography. It analyzes the work of the historian Evaldo Cabral de Mello, *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*, in order to discuss some aspects related to the problem of cultural identity in the context of the studies in historiography. After demonstrating how the author understands the concept of identity in relation with historical knowledge will be a counterpoint of his view, claiming the centrality of this issue in his own narrative here in discussion. The theoretical bases of this text is grounded on the historical hermeneutics developed by Paul Ricoeur, which provides important elements for this discussion. In conclusion, we discuss some points that reinforces the importance of *Rubro veio* for we think about Brazil and its challenges for the XXI century.

**KEYWORDS:** Historiography, Identity, Hermeneutics.

#### Introdução

O tema central deste artigo gira em torno da complexa relação entre a teoria e história da historiografia e a questão das identidades culturais. Tal tema vem sendo objeto de ampla discussão acadêmica, materializada na produção de livros, dissertações, teses e artigos de periódicos no Brasil e no mundo. Trata-se de uma questão bastante polêmica, ainda em aberto e

em constante reformulação, e fundamental para situar o papel do conhecimento histórico para as sociedades da modernidade tardia. Este texto pretende oferecer uma contribuição a esse debate, a partir de uma leitura crítica de uma obra seminal: *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*<sup>1</sup>, do historiador Evaldo Cabral de Mello (Recife, 1936).

A obra de Evaldo Cabral como um todo representou inovações significativas, entre as quais citamos: a renovação da tradição regionalista; a defesa da narrativa como o elemento central do discurso histórico; a questão do federalismo e do republicanismo no Brasil; etc. Neste texto, vamos problematizar um aspecto específico, qual seja, a sua crítica à concepção de identidade nacional e até mesmo pernambucana (a despeito do fato de que toda a sua produção está ligada à história de Pernambuco). Para tanto, selecionei o livro *Rubro veio* por considerá-lo o mais adequado para este debate. Além de propor um trabalho centralizado nos conceitos de “imaginário social” e “representações coletivas”, *Rubro veio* trata diretamente da maneira como os pernambucanos percebiam a experiência holandesa através das “deformações” (expressão do próprio Evaldo Cabral) impostas pelo imaginário local – o que levanta questões sobre a relação entre história e identidades. A intenção deste artigo é discutir essa relação pela exposição e crítica teórica da posição defendida por Evaldo Cabral – que, como se verá nas páginas seguintes, passou por uma revisão ao longo do tempo.

*Rubro veio* é uma narrativa sobre o imaginário nativista pernambucano fundado a partir da Guerra de Restauração contra os holandeses (1645-1654). O conceito de *imaginário social* de Cornelius Castoriadis (1982) centraliza a análise de Evaldo Cabral. Como afirma o historiador pernambucano, “o imaginário não é uma superestrutura ideológica mas uma dimensão constitutiva e reprodutiva das próprias relações sociais, é o processo pelo qual os grupos sociais se instituem como tais”.<sup>2</sup> Um mundo social-histórico, nos termos de Castoriadis, é instituído não apenas pelas condições materiais de produção ou do tipo de organização social que o define, mas também – e sobretudo – pelo sistema de valores, crenças e imagens que uma sociedade constrói para dar sentido a si mesma e ao mundo. O imaginário social se define, portanto, como o processo ativo de construção de imagens/figuras/formas/representações que um grupo social formula para si e para os outros. Nas palavras de Castoriadis,

O imaginário de que falo não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de

---

<sup>1</sup> A 1ª edição foi publicada em 1986. Neste texto, utilizei a 3ª edição revista, de 2008

<sup>2</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3 ed. São Paulo: Alameda, 2008, p.14.

“alguma coisa”. Aquilo que denominamos “realidade” e “racionalidade” são seus produtos.<sup>3</sup>

Apreender o imaginário significa perscrutar os discursos e narrativas que um mundo social-histórico produziu sobre si mesmo. Nesse sentido, o estudo do imaginário nativista pressupõe analisar a cultura histórica dos pernambucanos. Não é por acaso que as fontes privilegiadas por Evaldo Cabral são justamente as narrativas históricas sobre a Guerra de Restauração contra a Holanda, analisadas a partir do entrecruzamento entre o eixo sincrônico (pela ligação com o contexto histórico-social mais amplo e as demais produções num determinado período de tempo) e o diacrônico (pela comparação entre as obras no decorrer dos séculos, permitindo a elucidação das transformações pelas quais os pernambucanos conceberam a si mesmos a partir daquele mesmo fato fundador). Dessa forma, o autor reconstitui os *topoi* do imaginário nativista, evidenciando tanto as “deformações” que o imaginário impôs sobre os acontecimentos da Restauração, como também as mutações que tais representações sofreram no transcurso da história. As temáticas centrais do imaginário pernambucano estão divididas por capítulos, como a crença de que a guerra foi feita “à custa do sangue, vida e fazenda” dos pernambucanos; a construção do panteão restaurador; a mutação da açucarcocracia em “nobreza da terra”; a grandeza e opulência da Olinda *ante bellum*; o papel exercido pela Providência divina; as responsabilidades da conquista holandesa; e a reabilitação do período holandês pela historiografia oitocentista.

A tese central do livro é definida nos seguintes termos:

A noção segundo a qual a restauração fora empreendida e sustentada pela gente da terra representou o tópico fundador da percepção local do domínio holandês. Ao longo de dois séculos e meio, ela teria de sofrer, por sua vez, as repercussões das conjunturas políticas, econômicas e sociais por que Pernambuco passou.<sup>4</sup>

O imaginário não se coloca em oposição à realidade, mas compõe com ela uma relação dialética, pela qual um dinamiza e confere inteligibilidade ao outro. É por isso que o movimento narrativo de *Rubro veio* se configura como uma constante “ponte-aérea” – metáfora do próprio Evaldo Cabral – entre as questões de crítica histórica (relacionadas aos aspectos empíricos) e os temas envolvendo o imaginário social (pela análise crítica das narrativas da Restauração), “sempre em busca da reciprocidade de perspectiva entre as concepções do cronista ou do historiador e as representações coletivas”.<sup>5</sup> Nesse mesmo sentido, Stuart Schwartz assinala que a obra de Cabral

<sup>3</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.13.

<sup>4</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*, p.13.

<sup>5</sup> \_\_\_\_\_. *Rubro veio*, p.14.

de Mello caracteriza-se como uma narrativa que entrelaça história e historiografia para captar o imaginário nativista local.

Seu principal objeto de estudos, como historiador, sempre foi o imaginário dos pernambucanos, e a forma como sua luta contra os holandeses tornou-se o *leitmotiv* de sua autocompreensão e uma imagem de si próprios que eles desejavam projetar. É por isso que *Rubro veio* pode ser tido como o coração do projeto e, ao mesmo tempo, em seu entrelaçamento entre história e historiografia, o livro mais sofisticado e ambicioso de Evaldo.<sup>6</sup>

Luiz Felipe de Alencastro considera *Rubro veio* como uma obra situada “no andar de cima da narrativa histórica”<sup>7</sup>, já que se trata de um trabalho alicerçado na interpretação crítica da historiografia nativista pernambucana entre os séculos XVII e XIX. Assim, a questão da narratividade constitui um elemento central deste livro: não só como a forma do discurso propriamente dito, mas pelo papel de fonte histórica privilegiada, de um lado, e como mecanismo central da explicação, de outro. Em outras palavras, *Rubro veio* pode ser interpretado como uma “metanarrativa histórica de Pernambuco”, tendo como eixo central a constituição imaginária da sociedade local fundada na experiência da Guerra de Restauração.

Em suma, o imaginário nativista é definido no livro como a fonte das “representações mentais” que os pernambucanos construíram para si ao longo de dois séculos de história, num processo que envolveu transformações substanciais, como a passagem de uma visão aristocrática no século XVII para outra mais popular no decorrer do XIX, entre outras. E é o trabalho do imaginário – construído no plano da linguagem e do simbólico – que mobilizou a história da região, pelo menos no mesmo nível que as necessidades propriamente materiais daquela sociedade. Por exemplo: a Guerra dos Mascates (1710-1711) foi um acontecimento real, mas motivado também por fatos do imaginário, como a ideia da mutação da açucarocracia em “nobreza da terra”, a qual afirmava uma suposta ancestralidade que os ligavam aos primeiros nobres colonizadores da capitania<sup>8</sup>, o que desempenhou um papel fundamental para a constituição de um dos grupos beligerantes. Para dar conta desse trabalho, uma vez que o seu objeto pertence à longa duração, Evaldo Cabral lança mão de seu profundo domínio das fontes de todo o período estudado, reorganizando-as segundo as grandes temáticas do discurso

---

<sup>6</sup> SCHWARTZ, Stuart. O sexteto pernambucano. In: SCHWARCZ, Lília M. (org.). *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Fundação Perseu Abramo, 2008, p.21.

<sup>7</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Desagravo de Pernambuco e glória do Brasil: a obra de Evaldo Cabral de Mello. In: SCHWARCZ, Lília M. (org.) *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Fundação Perseu Abramo, 2008, p.37.

<sup>8</sup> Evaldo demonstra, através da sua crítica histórica (isto é, baseado em dados empíricos) que tal suposição não correspondia à realidade histórica, pois os primeiros senhores ou eram cidadãos de origem popular, ou cristãos-novos. Ver MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*, p. 130- 133.

nativista, para assim destrinchar e reconstituir a estrutura do imaginário social pernambucano, juntamente com suas transformações históricas mais significativas.

A questão que este artigo coloca é de saber se é legítimo realizar uma leitura de *Rubro veio* sob a chave do conceito de identidade regional e nacional. Na medida em que o autor trabalha com as noções de imaginário social, representações coletivas, crítica histórica, etc., não estaria também se referindo ao modo como os pernambucanos imaginaram/construíram a sua identidade local? A questão é tão mais relevante uma vez que Evaldo Cabral de Mello é muito conhecido pela sua posição crítica e negativa acerca desse conceito, por considerá-lo “anti-histórico”, conforme veremos na próxima seção.

### Identidade em Evaldo Cabral de Mello

A partir dessa breve apresentação do livro, é preciso concentrar as atenções no problema específico das identidades (nacional e regional) no interior do discurso de *Rubro veio*, e também apoiado em duas entrevistas concedidas por Evaldo Cabral de Mello. Trata-se de saber como o autor opera com o conceito de identidade, para em seguida problematizar essa concepção a partir da noção de *identidade narrativa*, elaborada pelo filósofo Paul Ricoeur.<sup>9</sup>

Em relação à identidade nacional, é bastante conhecida a posição crítica de Cabral de Mello. O autor concebe a formação da nação brasileira, processo efetivado durante o Segundo Reinado, como uma imposição abusiva de uma versão unitária e monarquista forjada a partir do Rio de Janeiro. A obra de Evaldo Cabral de Mello constitui uma importante contribuição para esse debate, pois oferece uma forma alternativa de pensar o Brasil, desde uma perspectiva que enfatiza as diversidades regionais – especialmente, no seu caso, de Pernambuco – sem aceitar como dado inelutável a ideia de unidade nacional. Desse modo, o autor rejeita veementemente a concepção hegemônica (imperial) da identidade nacional brasileira, compreendendo-a como uma cosmovisão fechada, centralista, que comprometeu inclusive a democracia por não aceitar as divergências ou singularidades regionais. “Para ele [Evaldo Cabral de Mello], a identidade nacional era uma invenção, e afirmava sem hesitação: ‘somos todos provincianos’. Seu projeto sempre fora abertamente regionalista”.<sup>10</sup>

A fundação do *Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro* (IHGB), em 1838, cuja produção foi marcada pelo questionamento sobre o que era o Brasil e quem eram os brasileiros, foi um fato marcante para o debate e a construção de uma identidade especificamente brasileira. Uma vez

---

<sup>9</sup> Cf. RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Tradução de Luci Moreira Cesar. Campinas: Papyrus, 1991; \_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

<sup>10</sup> SCHWARTZ, Simon. *O sexteto pernambucano*, p.14.

consolidado o Estado, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a nação brasileira, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das nações, que norteou o pensamento político e a vida social durante o século XIX. É, portanto, à tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da nação que se entregaram os letrados reunidos em torno do IHGB.<sup>11</sup>

O grande problema, para Evaldo Cabral, é que somente o IHGB poderia discorrer sobre essa questão, sempre à luz da perspectiva monarquista, que apresentava a formação de uma nação una e indivisível como um fato inexorável, naturalizando a centralidade do Rio de Janeiro. O historiador pernambucano qualifica essa leitura como fechada, opressora, de cima para baixo, que abafa as divergências e as diversidades regionais, sempre sob o prisma da unidade total (territorial, político, cultural, etc.) próprio de uma posição *imperialista* – no duplo sentido de um regime político imperial, quanto o de possuir uma tendência a se expandir sobre as demais regiões e culturas. Essa exclusividade do IHGB em tratar das questões nacionais fica mais evidente se se lembrar, na esteira de Evaldo Cabral de Mello, dos outros espaços de discussão e construção do conhecimento histórico, como o *Instituto Arqueológico Geográfico Pernambucano* (IAGP, 1862), os quais ficavam responsáveis apenas por produzir as visões locais, enquanto que o “IHGB-RJ” era o único autorizado a conectar todas elas e desvendar-lhes o sentido, garantindo assim a hegemonia da “versão oficial” da história nacional. É nesse sentido que o autor cria a provocativa expressão “imperialismo historiográfico do Rio”.<sup>12</sup>

Em contrapartida, Evaldo Cabral apresenta outra maneira de pensar a questão, não em termos de unidade ou de necessidade histórica, mas levando em conta as peculiaridades do regional, e até mesmo a contestação à perspectiva imperialista. Enquanto historiador do regional, rótulo que ele mesmo assume em suas entrevistas<sup>13</sup>, o autor quer escapar à “leitura saquarema” que deixou Pernambuco na sombra, sem nenhum papel de destaque. Para ele, o Nordeste não é imperial e centralizador: é republicano e federalista. Evaldo inclusive valoriza o IAGP por já nascer com a preocupação de responder à

(...) necessidade de uma versão pernambucana dos acontecimentos cruciais da *nossa* história, evitando que ela fosse tratada sob critério estranho, no caso, imperial; ou, ao menos, corrigindo-se as deformações da perspectiva unitária e

<sup>11</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988.

<sup>12</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*, p.58.

<sup>13</sup> Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. O acaso não existe: depoimento. [19 de maio de 2005]. In: *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Entrevista concedida a Lília Schwarcz e Heloísa Starling.

fluminense da *História geral do Brasil*, de Varnhagen (1854), com sua condenação da república de 1817.<sup>14</sup>

A utilização do pronome em primeira pessoa em referência aos pernambucanos poderia dar a entender que Evaldo Cabral, embora recuse a ideia de uma identidade nacional nos termos desenvolvidos pelo IHGB, aceita sem grandes problemas a existência de uma identidade regional. Todavia, a questão da identidade pernambucana também é rejeitada pelo autor como uma categoria adequada para a sua interpretação da história. Na verdade, a questão das identidades históricas foi objeto de uma reflexão e mudança de posição por parte de Cabral de Mello.

Apesar de não ser a intenção deste texto avaliar o conjunto da obra de Evaldo Cabral, vale a pena registrar uma discordância sobre esse tema em duas entrevistas suas. Na primeira, concedida a Tiago dos Reis Miranda em 1990, Evaldo diz explicitamente que uma das razões pelas quais se pode dizer que existe uma unidade temática de seus livros subjaz na questão: “como se formou a nossa identidade regional?”. Desse ponto de vista, *Rubro veio* ocuparia um lugar de destaque.

O Nordeste açucareiro desenvolveu, com anterioridade a outras populações regionais do Brasil, uma identidade própria, e neste aspecto não foi pequeno o papel desempenhado pela guerra e pela ocupação holandesas, como eu espero ter demonstrado em *Rubro veio*.<sup>15</sup>

A partir desta passagem, fica evidente que o autor admite a noção de identidade regional como um conceito importante no conjunto de sua análise, e especialmente no caso de *Rubro veio*. A construção da identidade pernambucana seria uma das preocupações do seu livro, em função dos eventos relacionados à guerra e a ocupação holandesa. Todavia, numa segunda entrevista, registrada na coletânea *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*, em 2005, há uma evidente mudança de posição, que contrasta com a perspectiva defendida na entrevista de 1990.

Não, não e não, não há identidade pernambucana nenhuma. Identidade é um conceito que abomino. O que é identidade? É aquilo que permanece igual a si mesmo. É, portanto, o conceito mais anti-histórico que você pode conceber.<sup>16</sup>

Portanto, se num primeiro momento Cabral de Mello situa o tema da identidade regional como o eixo central da sua obra como um todo (e de *Rubro veio* em particular), posteriormente o autor nega-o categoricamente, colocando-o inclusive no campo do anti-histórico. A identidade regional de Pernambuco não poderia ser uma questão relevante, já que *Rubro veio* se ocuparia das mudanças relativas às representações coletivas sobre a Restauração contra a Holanda. Identidade

<sup>14</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*, p.57, grifo meu.

<sup>15</sup> MIRANDA, Tiago C. P. Dos Reis. Conversas do Recife, em Lisboa: entrevista com Evaldo Cabral de Mello. *Revista de História*. São Paulo, n. 122, p. 135-146, jan/jul. 1990, p.10.

<sup>16</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *O acaso não existe*, p.160.

e mudança se colocam como noções antagônicas, e a História deve se ater apenas à segunda. Percebe-se claramente que há um forte contraste entre as duas entrevistas. Como entender essa aparente contradição? É possível conciliar essas duas concepções? O que interessa aqui não é o que levou Evaldo Cabral a reformular o seu pensamento, mas sim entender de que forma o conceito de identidade funciona no interior do discurso de *Rubro veio*. A referência a essas entrevistas vale, porém, como uma boa maneira de indicar como o autor compreende a relação entre identidades e história.

No entanto, essa discordância sobre a questão da identidade pernambucana é também perceptível quando se compara as diferentes edições de *Rubro veio*. É o que nos indica as pequenas modificações do texto feitas pelo autor entre a 1ª edição, de 1986, e a 3ª edição, de 2008. Elas podem ser vistas logo no prefácio, no qual Evaldo Cabral retira integralmente um excerto bastante significativo, que pode ser encontrado na 1ª edição do livro:

Dessa experiência [a Restauração Pernambucana], derivara a singularidade da história pernambucana no conjunto da história brasileira (...). Nesta perspectiva, a restauração tornara-se como que a experiência fundadora da *identidade provincial*.<sup>17</sup>

Fica claro que, na primeira versão do livro, o problema da identidade pernambucana ocupava um lugar importante. O processo de Restauração contra a Holanda teria fundado uma série de versões e imagens que fundaram a “identidade provincial”. Na 3ª edição, porém, além da retirada dessa passagem pelo autor, houve um abandono quase total da expressão “identidade”, o que indica a sua mudança de postura frente a essa questão. O termo só aparece uma única vez: no parágrafo final do prefácio desta mesma 3ª edição, encontra-se a seguinte orientação de Evaldo Cabral ao leitor:

A leitura de *Rubro veio* pode criar a falsa impressão de que o autor buscou contribuir para a literatura sociológica e antropológica que se afana em perseguir e descrever identidades regionais e locais. Não foi essa a intenção.<sup>18</sup>

Portanto, de uma afirmação explícita da identidade regional pernambucana, o autor passa a negociar com o leitor uma interpretação que recuse esse mesmo conceito. Passados 22 anos entre as edições, e 15 entre as entrevistas, percebe-se claramente que houve uma mudança substancial pelo autor sobre a forma como ele compreendia o tema da identidade pernambucana. O estudo do imaginário da Restauração não significa, de acordo com a segunda versão, em reconstituir uma identidade regional, mas “apenas que as representações, verdadeiras ou falsas, de

<sup>17</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*, 1ª edição, 1986, p.14, grifo meu.

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. *Rubro veio*, p.19.

um grupo social acerca do seu passado podem ser tão relevantes para explicar seu comportamento quanto seus interesses materiais”.<sup>19</sup>

Entretanto, cabe aqui perguntar: a ideia de identidade não diz respeito justamente às representações dos grupos sociais sobre o seu passado? Onde está a diferença que justificaria essa mudança de posição? A resposta está na associação feita pelo autor entre identidade e igualdade absoluta, sentido que tornaria esse conceito “anti-histórico” por não dar conta das mudanças advindas pela influência do tempo. Identidade, de acordo com Evaldo Cabral, pressupõe igualdade no tempo, o que não coaduna com a História, que trata das mudanças e transformações.

As representações mentais surgidas outrora em Pernambuco em torno da guerra holandesa são indispensáveis para entender a contestação do poder colonial que ali teve lugar até às revoluções liberais do século XIX, *mas deixaram de ser a partir de então socialmente atuantes*.<sup>20</sup>

É na segunda parte desta citação que reside a mudança de Evaldo Cabral de Mello sobre o tema da identidade regional (e por extensão nacional) em *Rubro veio*. A identidade, vista como permanência integral e continuidade ininterrupta no tempo, não pode fazer sentido para um trabalho de História, que enfatiza as mudanças e as transformações na explicação narrativa do passado. Não há identidade pernambucana porque as representações coletivas sobre esse grupo social se transformaram historicamente, até chegar ao ponto de, atualmente, elas terem deixado de existir. Para Evaldo Cabral de Mello, o pernambucano foi “abrasileirado”, indicando que o imaginário nativista foi apropriado e, em seguida, absorvido pela ideia da unidade nacional, processo consolidado durante o Segundo Reinado.

Pode-se concluir que o conceito de identidade, de acordo com Cabral de Mello, pressupõe permanência, igualdade, unidade e continuidade total de uma comunidade no tempo – o que o aproxima da ideia de uma “essência” fixa e invariável que definiria um modo próprio de ser e agir no mundo. Desse modo, não poderia haver qualquer identidade que pudesse resistir a um estudo histórico mais profundo. Mas seria essa a forma mais adequada de se trabalhar com o conceito de identidade? Haveria alguma alternativa à concepção essencialista das identidades culturais que pudesse torná-la mais acessível e útil ao trabalho do historiador?

### Uma releitura de *Rubro veio*

Em contraposição à concepção essencialista de identidade, assiste-se cada vez mais, no âmbito da teoria da história e historiografia (bem como nas outras áreas das Ciências Sociais) uma

---

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. *Rubro veio*, p.19.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. *Rubro veio*, p.19, grifo meu.

utilização “não-essencialista” deste mesmo conceito.<sup>21</sup> A identidade não é mais vista como uma essência fixa, imutável, absoluta, objetiva, inata, metafísica; ela é compreendida como uma construção, um processo nunca definitivo, historicamente determinado (e não biologicamente), sujeito a transformações e mudanças. A identidade não é uma substância invariável de uma personalidade, mas um discurso sobre si e/ou o outro. Ela não é uma descrição objetiva de um modo de vida estático e natural, mas uma representação imaginária que norteia as ações e as percepções que um grupo tem sobre si mesmo.<sup>22</sup> Uma representação identitária, longe de ser algo inócuo, interfere diretamente na realidade norteando as ações dos sujeitos históricos, já que se trata da forma como eles compreendem a si próprios, a imagem construída de si mesmo. Essa visão não-essencialista das identidades culturais valoriza inclusive as mudanças e as diferenças na sua própria constituição, já que se trata não do que um sujeito (indivíduo ou comunidade histórica) é, mas antes como ele se representa, o que ele se tornou e o que pode se tornar. Tomando o exemplo da identidade nacional, José Carlos Reis assinala:

Essa identidade não é nem essencial nem natural, nem ontológica, mas uma “imaginação compartilhada”, criada em múltiplas linguagens, divergentes, discordantes, mas sobretudo “interlocutoras” umas das outras. A nação não seria só uma entidade política, mas um sistema de representação cultural.<sup>23</sup>

A construção discursiva das identidades pode ser feita em diversos suportes, como a música, as artes plásticas, a literatura, e também a historiografia. “A história é o discurso que representa as identidades de indivíduos, de grupos e nacionais, e a crítica historiográfica é a própria ‘vida do espírito’ de uma nação”.<sup>24</sup> De acordo com Paul Ricoeur, é através da operação de composição narrativa que se realiza o processo de identificação. A intriga, na medida em que sintetiza elementos heterogêneos do mundo da ação numa ordem lógica e conferindo assim um sentido para a experiência do tempo, torna possível ao leitor compreender-se na sua condição histórica; em outras palavras, a formular narrativamente a sua identidade. Através da narração, defende Ricoeur, é possível construir uma representação identitária que não se reduz à fixação de uma essência, mas a situa em relação ao tempo – o que implica em integrar as diferenças e mudanças na composição de uma identidade. A dialética concordância-discordância que constitui a intriga repercute na personagem, enquanto encontramos nela, de um lado, a concordância da

---

<sup>21</sup> Cf. REIS, José Carlos. Introdução. In: *Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006; WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Thomas Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 6ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

<sup>22</sup> Além dos autores citados na nota 21, cf. HALL Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: LP&A Editora, 2011.

<sup>23</sup> REIS, José Carlos. *Teoria & História: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p.265.

<sup>24</sup> REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil 2*, p.20.

unidade singular de uma vida, e de outro, a discordância dos acontecimentos fortuitos que tendem a romper essa unidade e continuidade. E ao designar-se em 3ª pessoa na narrativa, o sujeito é capaz de reconhecer-se e, desse modo, situar-se na sua condição temporal. A identidade, de acordo com Ricoeur, se apresenta como a narração da história de uma vida: a sua *identidade narrativa*.<sup>25</sup>

É por isso que toda compreensão de si é sempre uma interpretação de si, uma vez que “não há compreensão de si que não seja *mediatizada* por signos, símbolos e textos; a compreensão de si coincide, em última análise, com a interpretação aplicada a estes termos mediadores”.<sup>26</sup> A única forma de dar conta da identidade do sujeito é através da mediação operada pela narração. Dizê-la é responder à questão *Quem* fez tal ação?, *Quem* é o agente? “A história narrada diz o *quem* da ação. A *identidade* do quem é apenas, portanto, uma *identidade narrativa*”.<sup>27</sup> Paralelamente à dimensão objetiva da identidade (a *mesmidade* ou identidade-*idem*, que em sua forma pura se converte na postura essencialista), Ricoeur contrapõe a sua dimensão subjetiva, narrativa propriamente dita, que não se apoia em nenhuma noção de substância imutável na sua formulação (a sua *ipseidade* ou identidade-*ipse*). A ipseidade do personagem – a sua identidade narrativa – pode incluir a mudança e a mutabilidade dentro da coesão de uma vida, já que se configura segundo o modelo de composição da intriga (concordância-discordância) que busca integrar uma vida humana em sua condição temporal. Além disso, a identidade-*ipse* permite a constante refiguração de uma história de vida por todas as histórias que um sujeito ou uma comunidade conta sobre si mesmo, fazendo dessa vida um “tecido de histórias narradas”. Dessa forma, a ipseidade leva a um *si* constituído no tempo pela narração, diferentemente da mesmidade pura que desemboca num *eu* abstrato, formal, essencialista, não passível de transformação.

Portanto, a (segunda) posição de Evaldo Cabral sobre a questão da identidade pernambucana deve ser relativizada. Pois se realmente não há qualquer referência a uma identidade essencialista e imutável na sua obra, por outro lado, é perfeitamente plausível afirmar que *Rubro veio* representa uma releitura rica e inovadora da ipseidade de Pernambuco – e também do Brasil, conforme se afirma no final deste artigo. O fato de ter ocorrido mudanças estruturais no imaginário nativista, como tão bem demonstra o autor, não significa que não haja qualquer forma de identidade, uma vez que a ipseidade integra tais transformações numa unidade narrativa. Nesta perspectiva, o que o autor chama de “representações mentais” construídas pelo imaginário não se opõem à ideia de identidade pernambucana; elas são a sua própria expressão.

<sup>25</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*.

<sup>26</sup> \_\_\_\_\_. *Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II*. Porto-Portugal: Editora RÉS, s/d, p.40, grifo do autor.

<sup>27</sup> \_\_\_\_\_. *Tempo e Narrativa*, v.3, p.424, grifos do autor.

De fato, não poderia haver um “caráter” definitivo, original e genuíno da sociedade pernambucana que permanecesse fixo e inalterável ao longo do tempo. Esta posição essencialista já foi amplamente discutida e rejeita pelas Ciências Sociais em geral.<sup>28</sup> No entanto, a formulação da ideia de caráter enquanto imagem de si, só pode se dar pela composição e apropriação das narrativas que uma cultura produziu sobre si própria – o que repercute decisivamente na realidade prática, orientando as ações e as representações dos sujeitos históricos.

Essa noção de caráter relaciona-se intimamente com o imaginário social, pois é este que fornece as ferramentas e os mecanismos de construção e instituição de um caráter coletivo. É o próprio Evaldo Cabral quem diz: “À força de reivindicarem um determinado caráter coletivo, nacional, regional ou de classe, as sociedades acabam por se convencer da sua realidade, passando a agir de acordo com tais modelos”.<sup>29</sup> Neste sentido, a interpretação de Evaldo Cabral não poderia fugir do tema geral das identidades históricas – com a ressalva de se compreender o conceito desde o ponto de vista não-essencialista.

O caráter é constituído, de acordo com Ricoeur, pelos hábitos e pelas identificações adquiridas.<sup>30</sup> Os hábitos, que se ligam aos elementos sedimentados do caráter, são caracterizados, em relação aos pernambucanos, pela bravura, valentia, heroísmo, catolicismo, republicanismo e a busca pela autonomia, elementos que se manifestariam, de acordo com a historiografia analisada em *Rubro veio*, em todos os pernambucanos, homens, mulheres e crianças. É essa sedimentação que confere ao caráter um aspecto de permanência no tempo, ou seja, o recobrimento do *ipse* pelo *idem*. “Mas esse recobrimento não elimina a diferença das problemáticas: mesmo como segunda natureza, meu caráter sou eu, eu próprio, *ipse*; mas esse *ipse* anuncia-se como *idem*”.<sup>31</sup> Isto significa que não se pode compreender o caráter como algo puramente estático, uma “essência”, mas construído historicamente e sujeito às mudanças engendradas através das narrativas que expressam o imaginário social.

Em relação às identificações, forma pela qual o outro entra na composição do caráter, entra em jogo os valores, normas, modelos, ideais, heróis, pelos quais a pessoa ou a comunidade se reconhecem. “A identificação com figuras heroicas manifesta claramente essa alteridade assumida”.<sup>32</sup> No caso de *Rubro veio*, basta pensar no panteão da Restauração (Fernandes Vieira – branco reinol; Vidal de Negreiros – branco mazombo; Henrique Dias – negro; Felipe Camarão – índio), forjado para representar a sociedade pernambucana, abarcando inclusive a segmentação

<sup>28</sup> Cf. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença*.

<sup>29</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*, p.208.

<sup>30</sup> RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*, p.145.

<sup>31</sup> \_\_\_\_\_. *O si-mesmo como um outro*, p.146.

<sup>32</sup> \_\_\_\_\_. *O si-mesmo como um outro*, p.147.

dos dois estratos brancos que a constituem, fato bastante expressivo de uma sociedade marcada pelos conflitos entre pernambucanos e não-pernambucanos (principalmente portugueses, mas também baianos ou cariocas). Essa tetrarquia foi uma ideia caríssima ao imaginário nativista, fonte de inspiração tanto no contexto dos Mascates, quanto na Revolução de 1817, ou na Confederação do Equador de 1824. O panteão reflete, inclusive, o elemento racista constitutivo desse imaginário pois, como lembra Evaldo Cabral, o mestiço está excluído, já que as etnias se apresentam separadas. O mestiço estava à margem do sistema açucarocrático, sempre tratado como “sub-humano”, e representava, inclusive, uma ameaça potencial ao mesmo sistema. Além disso, o mestiço é encarnado na figura do vilão, Calabar, e sua traição é associada pelos cronistas à sua origem racial.

Mas não é só de permanências e/ou continuidades que a ipseidade de Pernambuco é reconstituída em *Rubro veio*. Entre suas transformações, pode-se destacar o aspecto de fidelidade, que nos séculos XVII e XVIII foi uma das grandes temáticas do discurso nativista. Ele fora forjado para capitalizar o fato de que os pernambucanos expulsaram os holandeses sem o consentimento da Coroa portuguesa, mas a seguir entregaram a capitania à soberania do seu “Rei natural”, sem qualquer ajuda do Reino. A intenção era tentar o seu apoio na querela contra os mascates e, depois da derrota no conflito, amenizar os castigos e as restrições por parte da Coroa. “Mas a revolução de 1817 veio demonstrar não ser assim tão sólida a lealdade dos netos dos restauradores. O adesismo da administração foi geral”.<sup>33</sup> O tópico ficara comprometido, pois os acontecimentos de 1817 mancharam a tal lealdade dos pernambucanos, donde não voltará mais a ser utilizado, dado também o caráter antilusitano mais acentuado do nativismo oitocentista. Na leitura aqui proposta, isto não significa a morte ou perda total da identidade regional, mas a sua adaptação aos diferentes contextos históricos. Esse exemplo mostra como a identidade narrativa dos pernambucanos em *Rubro veio* permite considerar as mutações internas dessa mesma comunidade na percepção que tem de si própria, caracterizando-a como uma ipseidade rica e dinâmica.

Nessa chave de leitura, pode-se afirmar que *Rubro veio* é uma narrativa que aborda de forma direta o tema das identidades na historiografia, a despeito da recusa de Evaldo Cabral em trabalhar com esse conceito. Essa rejeição se explica, como foi colocado acima, pela concepção essencialista do conceito de identidade que o autor utiliza. Entretanto, se se considerar a identidade não como mesmidade pura, mas antes uma construção narrativa e em relação íntima com o imaginário social, fica claro que esta obra se constitui como uma expressão crítica da identidade narrativa de Pernambuco. Ou melhor, uma “metanarrativa” já que ela se constrói pela

---

<sup>33</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*, p.106.

discussão da cultura histórica pernambucana. Como já foi mencionado, as fontes privilegiadas em *Rubro veio* não são outras senão as narrativas que os letrados compuseram sobre a experiência holandesa, as quais se enraizaram na tradição oral e na memória local, como o autor demonstra largamente ao longo do livro<sup>34</sup>. É principalmente – embora não exclusivamente<sup>35</sup> – através delas que Evaldo Cabral consegue perceber e dar forma à estrutura do imaginário. Os cronistas, desde frei Calado e Rafael de Jesus no século XVII, Jaboatão e Loreto Couto no XVIII, chegando a frei Caneca e Fernandes Gama no XIX, são revisitados e interpretados por todo o livro, demonstrando como os grandes *topoi* do discurso nativista – a Restauração como empreendimento exclusivo dos pernambucanos; a formação da “nobreza da terra”; o panteão restaurador; a atuação da Providência Divina; etc. – refletiu e conferiu aos pernambucanos um caráter peculiar e um modo próprio de agir e representar-se no mundo. Isso autoriza uma interpretação de *Rubro veio* como uma (meta)narrativa de Pernambuco que se articula através da mediação das outras narrativas que também fazem referência àquele mundo social-histórico, caracterizando-o como um “tecido de histórias narradas”.

É preciso ainda destacar que *Rubro veio*, na medida em que focalizou as singularidades históricas de Pernambuco sob a ótica do imaginário, trouxe como um dos seus temas principais a forma como se construiu naquele mundo social-histórico certo sentimento de pertencimento e de visão de mundo – em outras palavras, de uma identidade local. Nesse sentido, a leitura proposta neste artigo segue a mesma linha que George Silva do Nascimento, quando diz que “escrever sobre Pernambuco não foi apenas o inventário de uma história, de um passado, mas a procura da distinção deste passado, das características singulares da história de um determinado espaço e da construção da sensação de pertencimento”<sup>36</sup>.

Muito mais que abrir uma polêmica contra Evaldo Cabral de Mello, a intenção deste artigo é demonstrar que o tema das identidades culturais constitui-se como um dos objetos privilegiados para o campo da História e da Historiografia. Não se trata de um falso problema, como por vezes o historiador pernambucano parece sugerir. Deve-se ter em vista, contudo, a dissociação de sentidos entre a concepção essencialista e a não-essencialista das identidades culturais: enquanto a primeira faz referência a uma substância fixa e imutável que permanece contínua e integralmente a mesma ao longo do tempo, rejeitando as diferenças, a segunda está ligada à noção de representação, construída historicamente através dos discursos e narrativas, que

<sup>34</sup> Ver, por exemplo, MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*, p.26-27 e 245-249.

<sup>35</sup> O autor também considera as fontes materiais, iconográficas, os monumentos, festas e comemorações envolvendo a Guerra de Restauração.

<sup>36</sup> NASCIMENTO, George Silva do. Evocação pernambucana: o *Rubro veio*, de Evaldo Cabral de Mello. *Tempos Históricos*. Cascavel, v.17, 1º semestre de 2013, p.123.

pressupõem as mudanças na sua composição. Este segundo sentido é o que se coloca nos debates mais atuais sobre a questão. Desse modo, pode-se afirmar que a recusa de Evaldo Cabral de Mello em trabalhar com o conceito de identidade – ao menos na sua “segunda versão” demonstrada acima – se explica pela concepção essencialista do conceito pelo autor. Todavia, a formulação não-essencialista se aproxima fortemente daquilo que Evaldo Cabral chama de “representações coletivas” sobre a Restauração pernambucana, fonte de construção das imagens de si que os pernambucanos construíram ao longo da história, e que o autor demonstra de modo tão rico, instigante e inspirador. Ao contrário do que o historiador defende no prefácio da 3ª edição do livro, é possível construir uma leitura de sua obra sob o signo da identidade não-essencialista, narrativa e integrada ao tempo e à história.

### Conclusão

A identidade narrativa construída em *Rubro veio*, que dá conta do ser pernambucano, não seria mais interessante se não contivesse também uma dura crítica contra a imposição de outra identidade, a nacional-imperial, que sufocou as diversidades regionais a favor de uma unificação opressora, que não é própria dos pernambucanos, mas que no final acabou vencendo e “abrasileirando” esse mesmo pernambucano. Evaldo Cabral de Mello acusa a ideia de identidade nacional, relembramos, como uma construção imperialista, que forçou o solapamento das divergências e discordâncias regionais para a instauração de uma unidade total, empreendendo um nivelamento imposto de cima para baixo, opressor, que atua em nome da subordinação das demais regiões em nome do centro, o Rio de Janeiro. É fácil perceber como Evaldo toma essa identidade nacional também no sentido da mesmidade pura, que não aceita as diferenças. Em contraponto a essa mesmidade, compreendemos que *Rubro veio* também pode ser lido como uma obra que reconstrói uma ipseidade nacional que dá conta dessas fissuras, oferecendo um projeto alternativo de Brasil, que não se imponha a partir do centro, mas que surja da diversidade inerente à experiência histórica.

Não é possível, no curto espaço deste trabalho, expor os argumentos que Evaldo Cabral de Mello desenvolve em outros livros<sup>37</sup>. Basta assinalar que a crítica à versão oficial da história construída pelo IHGB, exposta em *Rubro veio* e condensada na ácida expressão “imperialismo historiográfico do Rio”, traz implicações importantes para se repensar o Brasil a partir das suas diversidades e peculiaridades regionais. Além de questionar a legitimidade de uma nação centralizada em um único eixo, essa perspectiva pode enriquecer a ideia de Brasil, coadunando com a perspectiva atual de valorizar as diferenças na unidade. Em nossa leitura, é este o

---

<sup>37</sup> Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004, 264p.

horizonte de expectativa aberto pela obra de Evaldo Cabral – não a busca de separatismo, mas sim de ressignificação da nação em termos mais plurais e abertos.

Tudo isso nos permite dizer que *Rubro veio* insere-se na discussão acerca da identidade nacional no âmbito da historiografia brasileira, ao submetê-la a uma crítica forte e muito bem articulada. Não podemos entender essa crítica como uma negação absoluta, mas antes no sentido de uma reconstrução que dê conta das especificidades regionais, inclusive para torná-la mais rica, dinâmica, republicana e democrática. É um projeto bastante atual, necessário inclusive para o pleno desenvolvimento do país como um todo, e não apenas do eixo Rio – São Paulo. O próprio fato do Estado de Pernambuco ter hoje um crescimento do PIB maior que o da média nacional<sup>38</sup>, dá ainda mais credibilidade à “proposta evaldiana” de fazer o Brasil pluralizar-se e reinventar-se a si mesmo.

Para tanto, seria preciso dar prosseguimento a essa abordagem regional para as outras partes do Brasil. Luiz Felipe de Alencastro resumiu muito bem essa ideia, ao sugerir que “além de admirado, o autor deve ser um historiador imitado. Com *Rubro veio* debaixo do braço e uma problemática regional na cabeça, os historiadores podem empreender um extraordinário avanço das ciências sociais brasileiras”<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> Cf. PIMENTEL, Thatiana. *PIB pernambucano cresceu 3,2% no 2º semestre de 2013, aponta pesquisa*. Recife: 13/09/2013. Disponível em: [http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2013/09/13/internas\\_economia,462131/pib-pernambucano-cresceu-3-2-no-2-trimestre-de-2013-aponta-pesquisa.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2013/09/13/internas_economia,462131/pib-pernambucano-cresceu-3-2-no-2-trimestre-de-2013-aponta-pesquisa.shtml) < Acesso em: 01/12/2013.

<sup>39</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Desagravo de Pernambuco e glória do Brasil*, p.44.

# A imprensa como fonte para estudos radiofônicos<sup>1</sup>

## The press as a source for radio studies

Carla Drielly dos Santos Teixeira

Mestranda em História

Universidade Estadual Paulista – Campus de Assis

[carladrielly\\_pp@hotmail.com](mailto:carladrielly_pp@hotmail.com)

Recebido em: 31/03/2014

Aprovado em: 01/07/2014

**RESUMO:** O surgimento do rádio causou agitação no universo da imprensa, até então dominado pela escrita. As folhas viam-se às voltas com um novo concorrente, seja no que tange ao alcance do público consumidor do produto noticioso, seja na captação de verbas publicitárias. Entre proximidades e diferenças, um caminho inventivo encontrado por muitos jornais constituiu a formação de condomínios comunicacionais formados pelo meio impresso e eletrônico, dando início a um processo que se tornaria tendência ao longo do século XX, somando, posteriormente, a televisão e a internet. Circunstâncias que tornam os jornais fonte imprescindível nos estudos sobre a radiodifusão. Este artigo se ocupará com uma breve história do rádio, o estudo e análise histórica do jornal como fonte para a pesquisa sobre o meio eletrônico, sugestões teórico-metodológicas e de pesquisa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rádio, Jornal, Mídia.

**ABSTRACT:** The emergence of radio caused a stir in the world of media, until then dominated by writing. The leaves could be seen dealing with a new competitor, either in regard to the scope of the consuming public of the news product, whether in attracting advertising dollars. Between proximities and differences found an inventive way for many newspapers was the formation of communication condos formed by printed and electronic media, beginning a process that would become a trend over the twentieth century, adding later, television and the internet. Circumstances that make them indispensable source newspapers in studies on broadcasting. This article will deal with a brief history of radio, study and historical analysis of the newspaper as a source for research on electronic media, theoretical and methodological suggestions and research.

**KEY-WORDS:** Radio, Newspaper, Media.

### No ar: uma breve história do rádio no Brasil

O mundo ocidental foi marcado no entre-duas-guerras pelo surgimento do rádio, que causou agitação no universo da imprensa, até então dominado pela escrita. Nos Estados Unidos, as

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada em seção de comunicação durante o evento VI Encontro do CEDAP – Preservação do Patrimônio e Democratização da Memória. Realizado na UNESP/Assis entre 16 e 18 de outubro de 2012.

primeiras experiências de radiodifusão foram realizadas ainda durante a Primeira Guerra Mundial, o que resultou no surgimento de emissoras de rádio em 1920. A partir de então, iniciou-se naquele país o efetivo crescimento do meio, considerando que ao final de 1924 já contava com 530 emissoras. O Estado não interveio em nada: nem na autorização prévia para execução do serviço de radiodifusão, nem nos impostos sobre os emissores. Situação que perdurou até 1927, quando foi criada a *Federal Radio Commission*, órgão responsável por regular o serviço, vigiar a potências das emissoras e distribuir licenças, controlando a moralidade do comércio que possa ser feito. Mudanças que afirmaram o peso esmagador da propaganda: em vez da publicidade voltar a estar dependente de programas pré-estabelecidos, a exemplo de outros países, nos EUA as emissões foram concebidas desde o início para estar a serviço da publicidade, que a esta altura já havia assegurado o seu espaço no setor radiofônico, – consequências que iriam reverberar, posteriormente, na história da televisão norte-americana.

Nos países europeus, esse processo foi mais lento e as primeiras transmissões realizadas por estações aconteceram apenas em 1922. A princípio, sobretudo na Europa Ocidental, o Estado levou vantagem sobre a emissão de natureza privada, detendo o monopólio das ondas radiofônicas. Determinaram-se rapidamente dois modelos de radiodifusão: o norte-americano, em que o liberalismo econômico se colocou como dogma, tendo como base o serviço de emissão praticado por empresas comerciais, porém sob concessão do Estado; e o europeu, centrado em emissoras públicas estatais<sup>2</sup>.

O caso Francês torna-se relevante e original, pois se situa a meio caminho entre os dois modelos: o do liberalismo absoluto e o de um forte domínio do Estado, de forma que em 1926 a paisagem tornou-se bastante confusa, repleta de conflitos entre os postos de emissões estatais e privados, especialmente no que diz respeito à divisão das frequências. Em dezembro deste mesmo ano, um decreto-lei tenta colocar ordem nessa situação por meio da criação de um Serviço de Radiodifusão. Continuando a reafirmar o monopólio, decidiu-se diferenciá-lo e manter os postos privados “a título provisório” – situação que se estendeu até à Segunda Guerra Mundial à espera de um estatuto que nunca se concretizou. Assim, no início dos anos de 1930, a situação está quase definida: existem 13 postos privados (dos quais 4 estão em Paris e 9 na Província) e 14 postos

---

<sup>2</sup> JEANNENEY, Jean-Noël. *Uma história da comunicação social*. Trad.: Catarina Gândara e Ana Isabel Silva. Lisboa, Portugal: Editora Terramar, 1996, p. 121-127.

estatais<sup>3</sup>. Como era de se esperar, assim que se definiram estes dois setores, o fosso entre o público e o privado aumentou, principalmente devido à aplicação do princípio “para posto privado, dinheiro privado; para o posto público, dinheiro público”.

A maneira como os governos se comportaram diante do poder do então novo meio de comunicação foi um dos critérios que diferenciou o desenvolvimento do rádio de um país para o outro. Nos Estados Unidos, o papel político da radiodifusão foi asseverado durante as eleições presidenciais de 1932, quando Roosevelt usou o rádio para se dirigir ao público com um tom mais pessoal. No entanto, foram os regimes totalitários que fizeram uso mais enfático do meio, como na Alemanha nazista, com apoderação progressiva das ondas hertzianas desde 1933, data da ascensão de Hitler ao poder.

No Brasil, os primeiros experimentos com o rádio datam do final do século XIX, quando Landell de Moura, padre e cientista, realizou uma transmissão em ondas hertzianas na Avenida Paulista, em São Paulo<sup>4</sup>. No entanto, a primeira transmissão oficial aconteceu apenas em 1922, durante a Exposição Nacional Comemorativa do Centenário da Independência, realizada na cidade do Rio de Janeiro. Os equipamentos foram instalados pela empresa norte-americana Westinghouse, que montou uma estação transmissora no alto do Corcovado, com aparelhos receptores instalados nos pavilhões da Exposição e nas cidades de São Paulo, Petrópolis e Niterói. Na ocasião foram transmitidos o discurso do Presidente da República, Epitácio Pessoa, e a ópera “O Guarany”, de Carlos Gomes, diretamente do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, causando espanto e encantamento no público presente. Ao leitor, é importante destacar que exposições nacionais constituíam uma prática comum do período: por tratar-se de um evento com projeção internacional, as exposições eram a oportunidade para que fossem exibidas as novidades tecnológicas. Para o Brasil, tratava-se de uma ocasião para mostrar-se ao resto do mundo como uma nação moderna, próspera e desenvolvida com relação aos países europeus<sup>5</sup>.

Apesar de todo brilhantismo atribuído à primeira transmissão radiofônica, Edgar Roquette Pinto, um dos pioneiros do meio radiofônico no Brasil, afirmou em depoimento que poucas pessoas se interessaram pela transmissão, repleta de chiados e interferências em meio a uma multidão onde

---

<sup>3</sup> \_\_\_\_\_, *Uma história da comunicação social*, p. 127-9

<sup>4</sup> TAVARES, Reynaldo C. *Histórias que o rádio não contou*. 2ª Ed. São Paulo: Harbra 1999, p. 19-25.

<sup>5</sup> AZEVEDO, Lia Calabre. *No tempo do rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil, 1923-1960*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2002, p. 47-8.

não se ouvia nada: “era uma curiosidade sem maiores consequências”<sup>6</sup>. Roquette Pinto era médico, antropólogo e teve papel fundamental para o início do serviço radiofônico no Brasil. Foi membro da Academia Brasileira de Ciências, da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Letras. Fundou o Instituto Nacional de Cinema Educativo, a Revista Nacional de Educação e o Rádio Escola do Distrito Federal. Trajetória que lhe conferiu relações sociais e políticas que possibilitaram a implantação da primeira estação radiodifusora do país, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. A Roquette Pinto é atribuído grande valor no meio radiofônico principalmente devido aos seus esforços para levar o empreendimento adiante: após a Exposição Nacional os aparelhos seriam desmontados e devolvidos aos Estados Unidos. Com o apoio de Henrique Morize, então presidente da Academia Brasileira de Ciência, foi possível colocar em funcionamento a primeira estação de rádio carioca, com finalidades estritamente culturais e educativas, nos moldes das que estavam surgindo em alguns países europeus<sup>7</sup>.

De início, a falta de recursos financeiros constituiu sério problema enfrentado pelas emissoras brasileiras. O modelo de Rádio-Sociedade/Clube foi adotado na tentativa de sanar as dificuldades econômicas. O estatuto das emissoras previa a existência de associados que deveriam contribuir com uma determinada quantia mensal; mais que uma opção, foi a única saída encontrada, já que a legislação em vigor centralizava nas mãos do governo tanto o poder de concessão de canais de transmissão, quanto a autorização para irradiação de textos comerciais. Sob caráter experimental, foi aprovado pelo presidente Arthur Bernardes, em 05 de novembro de 1924, o Decreto 16.657<sup>8</sup>, que regulamentou “os serviços de radiotelegrafia e de radiotelegrafia”, os serviços de radiodifusão ou *broadcasting*, como era denominado na época, que foram incluídos nos serviços de radiotelegrafia. O governo reservava “para si o direito de permitir a difusão radiotelefônica (*broadcasting*) de anúncios e reclames comerciais”.

Ao longo da década de 1920, o setor radiofônico brasileiro desenvolveu-se de maneira lenta, chegando ao decênio seguinte contando com apenas 16 emissoras em todo o país. Quando o jornal paulistano *O Estado de S. Paulo* (OESP) anunciou em suas páginas o novo transmissor da Rádio Sociedade Record, a insatisfação do presidente da emissora, Jorge Alves de Lima, é registrada e

---

<sup>6</sup> Depoimento disponível na internet: <<[http://webeduc.mec.gov.br/midiaseducacao/material/radio/radio\\_intermediario/swf/radiobr01.swf](http://webeduc.mec.gov.br/midiaseducacao/material/radio/radio_intermediario/swf/radiobr01.swf)>>. Acesso em: 24 dez. 2013.

<sup>7</sup> ROQUETTE-PINTO, Vera Regina. *Roquette-Pinto, o rádio e o cinema educativos*. Captado em: <<<http://www.usp.br/revistausp/56/02-veraregina.pdf>>>. Acesso em: 24 dez. 2013.

<sup>8</sup> Retirado da internet: <<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16657-5-novembro-1924-529666-publicacaooriginal-1-pe.html>>>. Acesso em 24 dez. 2013.

publicada no diário. A crítica de Alves de Lima diz respeito aos atrasos do serviço de radiodifusão brasileiro, cujo material importado sofria altas taxas para entrar no país, o que tornava a instalação de uma emissora em um empreendimento caro e com nenhum retorno financeiro. Cita a América do Norte, que na ocasião contabilizava mais de 700 estações transmissoras, e o Japão, também com número significativo, ao passo que, na América Latina, apenas a Argentina contava com um serviço radiofônico desenvolvido. No Brasil, a pequena quantidade de emissoras em funcionamento constituía um problema para o crescimento do meio. O diário destaca a situação da cidade de São Paulo, uma das mais importantes do país, que contava com três emissoras, Rádio Clube de São Paulo, Rádio Sociedade Record e Rádio Educadora Paulista, apenas a última citada em funcionamento<sup>9</sup>.

O empreendimento radiofônico era caracterizado neste período pelos altos custos de instalação e manutenção das estações transmissoras, o que nem sempre possibilitava o funcionamento regular. A legislação não permitia a veiculação de propaganda publicitária, o que restringia as possibilidades de obter rendimento financeiro por meio do serviço de radiodifusão. Para além dos custos relacionados à emissão, os aparelhos custavam caro, o que contribuía para dificultar a difusão do meio e o consumo de sua programação. Na cidade de São Paulo, em agosto de 1924, um aparelho de rádio era vendido por 1:200\$000 réis, enquanto uma família de trabalhadores composta por cinco membros recebia em média 500\$000 réis por mês<sup>10</sup>. Para além dos valores astronômicos, os aparelhos adquiridos deveriam ser registrados junto à agência dos correios, com pena de multa e prisão para inadimplentes. Medida que permaneceu em vigor até a década de 1940, quando foi extinta devido ao completo descumprimento por parte dos proprietários de aparelhos radiofônicos. O registro obrigatório foi uma maneira de o Estado tentar controlar a existência de transmissões e captações clandestinas, assim como informar quadros estatísticos oficiais sobre o número de aparelhos de rádio existentes no país<sup>11</sup>.

O período compreendido entre 1923 e 1932 é considerado como experimental para a radiodifusão brasileira. A ausência de regularidade nas emissões atrelada à legislação limitadora não permitia a expansão do meio, legado ao descrédito de possíveis anunciantes quanto ao poder do rádio como veículo publicitário. Renato Murce, por exemplo, apresentou-se no rádio pela primeira

---

<sup>9</sup> *O Estado de S. Paulo*, 29/05/1931.

<sup>10</sup> TOTA, Antônio Pedro. *A locomotiva no ar: rádio e modernidade em São Paulo, 1924-1934*, São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/PW, 1990, p. 28.

<sup>11</sup> AZEVEDO, Lia Calabre. *No tempo do rádio*, p. 54.

vez em 1924, mas recebeu seu primeiro pagamento apenas em 1929<sup>12</sup>. As ondas eram usadas pelos artistas como meio para divulgar seus trabalhos, com objetivo de atrair o público para seus shows em teatros e circos, preconizando o poder de divulgação do meio que seria explorado pela publicidade no decênio posterior.

Dificuldades de sobrevivência das emissoras à parte, o rádio não demorou a demonstrar seu poder de atuação no país. Durante as eleições presidenciais de 1930, a Rádio Educadora Paulista possuía entre seus associados o candidato à Presidência da República, Júlio Prestes. Deixando de lado seus princípios culturais e educativos, a emissora realizou campanha efetiva pró-candidato paulista, ficando proibida a menção a Getúlio Vargas e à Aliança Liberal dentro da emissora<sup>13</sup>. Essa capacidade de mobilização política tornou-se evidente e incontestável durante o levante Constitucionalista de 1932, em São Paulo, quando instalou-se uma “guerra no ar” entre as emissoras do Rio de Janeiro e de São Paulo. A carioca Rádio Philips e a paulistana Record, que até então realizavam transmissões conjuntas, tornaram-se inimigas após o início do movimento, ocasião em que estas passaram a servir como armas na batalha, ocupando lados opostos durante o confronto. O rádio afirmou-se como um excelente meio para propaganda ideológica, com as estações rivais empenhadas em desmentir as notícias produzidas pelo campo inimigo. A Rádio Record passou a irradiar informações revolucionárias durante a madrugada, às duas da manhã, traduzida para o alemão, inglês e francês<sup>14</sup>, buscando atingir com suas ondas regiões que não eram alcançadas pelas emissões diurnas.

Se durante a década de 1920 o rádio ficou legado ao segundo plano pelas autoridades governamentais, na década seguinte foi acompanhado com atenção pelo governo provisório de Getúlio Vargas. O Decreto-Lei nº 20.047, de 27 de maio de 1931, determinou os serviços de radiocomunicação no território, nas águas e no espaço aéreo nacional como de exclusiva competência e monopólio da união, ficando reservado o direito de suspender o funcionamento de emissoras, ou desapropriá-las, quando assim o exigir o interesse geral. O decreto determinava também que estrangeiros não poderiam assumir cargos administrativos nas empresas de radiodifusão, funções que deveriam ser desempenhadas por pessoas nascidas em território nacional; determinava,

---

<sup>12</sup> MURCE, Renato. *Bastidores do rádio: fragmentos do rádio de ontem e de hoje*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 21.

<sup>13</sup> TOTA, Antônio Pedro. *A locomotiva no ar*, p. 63-4

<sup>14</sup> *O Estado de S. Paulo*, 18 jul. 1932.

ainda, a promoção da unificação dos serviços de radiodifusão, no sentido de constituir uma “rede nacional” que atenderia aos objetivos de ampliação do serviço de radiodifusão no Brasil<sup>15</sup>.

A proposta dessa rede nacional foi complementada no ano seguinte, após a assinatura, em 1º de março de 1932, do Decreto-Lei 21.111, que permitiu e condicionou a propaganda publicitária em sua técnica e conteúdo. Inicialmente, dez por cento do tempo total de cada programa poderiam ter publicidade com duração máxima de trinta segundos intercalados entre os programas. Posteriormente, foi admitida a veiculação durante vinte por cento do tempo total de irradiação de cada programa, com duração máxima de sessenta segundos, podendo ser ampliada para setenta e cinco segundos nos dias úteis, das 7h00 às 16h00. Sobre o conteúdo da propaganda comercial, ficou regulado que deveria ser veiculado de maneira concisa, clara e conveniente à apreciação dos ouvintes, não sendo permitida a reiteração de palavras ou conceitos; definia, também, as bases do “programa nacional”, que seria destinado e ouvido em todo o território nacional, em horas determinadas, tratando de assuntos educacionais, políticos, sociais, religiosos, econômicos, financeiros e artísticos. Para a transmissão do programa, seria escolhida uma dentre as estações integrantes da rede nacional que ficaria encarregada de transmitir o “programa nacional”, que seria simultaneamente retransmitido pelas demais estações da rede<sup>16</sup>.

Segundo a historiadora Maria Helena Capelato, em qualquer regime, a propaganda política é estratégia para o exercício do poder, mas adquire força muito maior nos de tendência totalitária, porque o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto de informações e as manipula<sup>17</sup>. Ao regular o serviço de radiodifusão, Vargas tinha como objetivo criar o “Programa Nacional” para fins de propaganda política do governo. Esse controle exercido pelo Estado sobre o novo meio de comunicação adquiriu contornos nítidos após o início do Estado Novo, quando o veículo foi valorizado de maneira mais intensa como instrumento de propaganda política do regime.

O rádio firmou-se no campo da comunicação social ao longo da terceira década, conquistando prestígios junto aos ouvintes graças a programas humorísticos, musicais, transmissões esportivas, radio-jornalismo e as primeiras novelas. O uso político do rádio pelo governo Vargas

---

<sup>15</sup> Sobre o Decreto-Lei 20.047: <<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20047-27-maio-1931-519074-publicacaooriginal-1-pe.html>>> Acesso em: 07 set. 2012.

<sup>16</sup> Sobre o Decreto-Lei 21.111: <<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21111-1-marco-1932-498282-publicacaooriginal-81840-pe.html>>> acesso em: 05out. 2013.

<sup>17</sup> CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2009, p.76

esteve voltado à reprodução de discursos, mensagens e notícias oficiais. O programa *A Hora do Brasil* – criado em 1931 e reestruturado após a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), já na vigência do Estado Novo – possuía em sua gênese três finalidades: informativa, cultural e cívica. Também transmitia discursos oficiais e atos do governo, procurando estimular o gosto pelas artes populares, sempre exaltando o patriotismo ao rememorar os feitos gloriosos do passado. Muito se insistia no fato de que o rádio deveria estar voltado para o homem do interior com o objetivo de colaborar para seu desenvolvimento e sua integração na coletividade nacional<sup>18</sup>.

O modelo brasileiro de radiodifusão nasceu condicionado às funções ideológicas governamentais em detrimento das questões econômicas. A obrigatoriedade de concessão do Estado para a realização do serviço radiofônico e a finalidade exclusivamente educacional das emissões é contrária ao regime de acumulação, que somente pode ser classificado como comercial a partir da adoção do entretenimento, da publicidade e da comercialização dos aparelhos receptores. Situação que passou a existir a partir de 1932 com a criação de emissoras comerciais e a vinda para o Brasil de agências de propaganda americanas, encarregadas de promover a venda dos bens de consumo. A legislação em vigor durante toda a década de 1930 utilizou conceitos que se fixaram no setor: o rádio adquiriu caráter de bem público, a serviço público, de interesse nacional e com propósitos educacionais. Ao governo, cabia conceder o uso do espaço eletromagnético, enquanto o concessionário poderia usá-lo para gerar lucro (modelo empresarial), porém com tempo determinado para usufruto e dentro das limitações legais impostas pela legislação<sup>19</sup>.

A década de 1940 é marcada pela presença cada vez mais constante do rádio no cotidiano da sociedade brasileira. A Segunda Guerra Mundial despertou o interesse da população pelas transmissões radiofônicas, o meio mais rápido de se obter informações sobre o conflito, ao passo que a credibilidade dos locutores de rádio junto ao público ouvinte também cresceu conforme a popularização do meio. A predominância da audiência era feminina durante o dia. Isso possibilitou ao rádio adquirir destacado papel no cotidiano do lar, criando uma “cultura familiar radiofônica” que também contemplava horários com programações destinadas ao público infantil e masculino<sup>20</sup>.

O período “áureo” da radiodifusão brasileira, geralmente atribuído ao final da década de 1940 e início da seguinte, trouxe diversas inovações que posteriormente seriam apropriadas pela televisão,

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_, *Multidões em cena*, p. 87-9.

<sup>19</sup> JAMBEIRO, Othon. *Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação*. Salvador: EDUFBA, 2004, p. 62-3.

<sup>20</sup> AZEVEDO, Lia Calabre. *No tempo do rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil, 1923-1960*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2002, p. 70-80.

como a ostentação de um *glamour* que criava um ambiente especial. A Rádio Nacional era como a “Hollywood brasileira”, que transformava sonhos em realidade, tornando a vida um conto de fadas. Os artistas que se apresentavam em grandes emissoras de rádio logo assumiam posição de destaque nos jornais, fazendo-se conhecidos em todo o país. Aperfeiçoamentos técnicos também possibilitaram mais eficácia nas transmissões radiofônicas. Muitas emissoras deste período passaram a operar em ondas curtas, o que permitiu a muitas delas contar com mais de uma estação de transmissão e alcançar quase a totalidade do território nacional, situação que se encontrava concatenada aos interesses das multinacionais que se instalavam no país<sup>21</sup>.

As verbas publicitárias substituíram o modelo de clubes e sociedades como forma de sobrevivência das emissoras. No entanto, é certo que para a captação de tais verbas, o alcance do público-consumidor é essencial. Para melhorar os índices de audiência, as estações difusoras brasileiras buscavam apresentar uma programação popular que agradasse os ouvintes. Esse movimento que buscava o público em casa rendeu fama e reconhecimento a muitas emissoras – a Rádio Nacional, a Rádio Tupi e a Mayrink Veiga, por exemplo. Assim, o caráter educativo-cultural, permeado pela “missão civilizatória do rádio”, preconizada por Roquette Pinto nos primeiros anos de serviço radiofônico no Brasil, foi substituído, dando lugar à informação e diversão. Premissas essenciais que levariam rumo à consolidação da indústria de entretenimento brasileira<sup>22</sup>, desdobrando uma situação que se consolidaria definitivamente nas décadas seguintes, com o advento da televisão e sua consequente popularização entre os brasileiros.

### **Das ondas do rádio ao papel dos jornais: as folhas como fonte para a pesquisa**

Ao tratar da história política renovada, o setor dos meios de comunicação não é o mais arduamente trabalhado, mesmo sendo claro o papel desempenhado pela mídia na evolução dos comportamentos políticos e tendências culturais. A vida política de um país se reflete inevitavelmente na produção da informação a ser veiculada pelos meios de comunicação. Os obstáculos específicos responsáveis por provocar o atraso da pesquisa são facilmente observados: a diversidade extrema dos objetos de estudo, sua dispersão e a ausência de acervos com o conteúdo audiovisual veiculado pelo rádio e televisão<sup>23</sup>. Essa Situação abre caminho ao historiador para a utilização de outras fontes,

---

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. *No tempo do rádio*. p. 80-92.

<sup>22</sup> \_\_\_\_\_. *No tempo do rádio*. p. 93.

<sup>23</sup> JEANNENEY Jean-Noël. A Mídia. In.: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 213-230.

como a história oral, publicações de memorialistas que atuaram nos primórdios do serviço de radiodifusão no país e a utilização da imprensa, fonte de muitos trabalhos sobre o tema.

A imprensa escrita tem sido amplamente empregada nos trabalhos de história, às voltas com a atenção de historiadores e cientistas sociais que passaram a melhor perceber e precisar o destacado papel que o jornal assumiu mediante práticas bem definidas dentro do campo político, além de constituir um terreno fértil para estudos historiográficos ocupados com temáticas culturais, econômicas e religiosas. Embora haja obstáculos pontuais a serem vencidos no que tange a determinadas análises, os dados e informações oferecidos por este tipo de fonte constitui um grande manancial para a pesquisa histórica já que a imprensa registra, comenta e participa da história, sempre em sintonia com o percurso do homem através dos tempos<sup>24</sup>.

A história inicial da imprensa brasileira tem sido dividida em três períodos. A primeira, chamada de fase pré-capitalista, corresponde à segunda metade do século XIX. Em seus primeiros anos de existência, os jornais apenas prestavam pequenos serviços informativos. A segunda fase, no final do século XIX, iniciou-se quando a imprensa passou a incorporar a opinião política. Nesse momento, surgem as primeiras folhas oposicionistas, abolicionistas ou republicanas, as quais se beneficiavam da liberalização e implantação das primeiras tipografias no Brasil, o que proporcionou avanços técnicos e o aumento do número de publicações e tiragens – data deste período a fundação de jornais importantes e que teriam vida longa na história dos meios de comunicação do país, como *O Estado de S. Paulo* (Fundado como *A Província de S. Paulo*, adotando o atual nome após o advento da República) e o carioca *Jornal do Brasil*, ambos em circulação até os dias atuais. Na última fase, iniciada com a consolidação da República, no início do século XX, a imprensa nacional se firmou, apresentando características empresariais e comerciais. As notícias começaram a tornar-se mercadorias comercializadas como qualquer outro produto<sup>25</sup>.

Mudanças substanciais foram aplicadas ao jornalismo brasileiro deste início de século, que passou a tomar a notícia como sua prioridade, processo que precedeu o novo impulso editorial na cobertura dos fatos. Nesse momento, os linotipos<sup>26</sup> a gás foram substituídos pelos movidos a motor

---

<sup>24</sup> CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e peronismo*. Campinas/ SP: Papirus / Fapesp, 1998, p. 74-80.

<sup>25</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967 p. 251-275; BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. São Paulo: Martins, 1967, p. 46-86

<sup>26</sup> Máquina inventada por Ottmar Mergenthaler, em 1890, na Alemanha, composta de um teclado como o da máquina de escrever, que funde em bloco cada linha de caracteres tipográficos. As três partes distintas – composição, fundição e teclado – ficam unidas em uma mesma máquina. A capacidade de produção é de 6 a 8 mil toques/hora.

elétrico; novas rotativas permitiram a impressão de várias edições diárias e os clichês<sup>27</sup>. A imprensa começou a pautar-se pelo jornalismo informativo e o relato político menos engajado, oferecendo ao leitor uma visão ampla dos acontecimentos fora do Brasil e, sobretudo, incorporando às pautas ocorrências locais<sup>28</sup>. De acordo com Sodré<sup>29</sup>, a imprensa de caráter artesanal subsistia apenas no interior, em pequenas cidades, enquanto nas capitais não havia lugar para este tipo de imprensa, o que tornava o jornal uma empresa, grande ou pequena, e a informação uma mercadoria a ser vendida. A invenção do teletipo<sup>30</sup> permitiu que o noticiário estrangeiro fosse publicado no Brasil e no exterior simultaneamente, o que representou importante avanço para o fortalecimento das agências internacionais de notícias, dos periódicos nacionais e, também, das agências de propaganda. Mudanças que trouxeram as notícias internacionais para a primeira página dos diários. Data da virada do século a fundação do *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, jornal que teve importante participação política durante o século XX.

No entanto, é a partir de 1920 que há o surgimento de uma imprensa mais moderna, com substituição de maquinário e o aparecimento da rotogravura<sup>31</sup>. A publicidade dava seus primeiros passos como uma renda para as folhas. Jornais importantes para o cenário da imprensa brasileira foram fundados nessa década, como é o caso da *Folha da Manhã* (que posteriormente adotou o nome de *Folha de S. Paulo*), *O Globo*, *O Jornal* e o *Diário de S. Paulo*<sup>32</sup>, estes últimos compondo os “Diários Associados”, o maior conglomerado jornalístico da América Latina durante a primeira metade do século XX, de propriedade do advogado e jornalista Assis Chateaubriand.

As transformações na tecnologia e na produção da imprensa durante a década de 1930 ocorreriam à luz do início do processo nacional de desenvolvimento industrial, dos meios de transportes, centros

---

Suas matrizes (superfícies impressoras) são em baixo-relevo, justapostas em um componedor, utensílio no qual o tipógrafo vai juntando à mão, um a um, os caracteres que irão formar as linhas de composição.

<sup>27</sup> Chapa em relevo, com texto ou imagens, usada na impressão tipográfica, normalmente de zinco, cobre ou magnésio.

<sup>28</sup> BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*, p. 51-2; 131.

<sup>29</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da imprensa no Brasil*, p. 275.

<sup>30</sup> Espécie de máquina de escrever eletromecânica, utilizada para a transmissão de mensagens mecanografadas, de funcionamento simples. Tornou-se obsoleta somente com a utilização da comunicação via satélite e, sobretudo, com o advento da internet.

<sup>31</sup> Processo de impressão fotomecânica e comercial utilizado na indústria gráfica e originário de um método conhecido desde o século XV, chamado de água-forte. Difere dos outros métodos pela necessidade de que todo o original passe por um processo de reticulação, incluindo o texto, mais complicado do que os realizados na tipografia ou no *offset*. A impressão é rotativa e se dá em diversos tipos de superfície, em forma cilíndrica de cobre que imprime em bobinas de papel ou folhas soltas e individuais utilizando, nesse caso, chapas planas que envolvem o cilindro. O termo é usado para nomear os trabalhos impressos por meio desse processo.

<sup>32</sup> TASCHNER, G. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 25-33.

urbanos e dos meios de comunicação. Elementos essenciais para que a imprensa nacional adquirisse importantes avanços técnicos. As empresas jornalísticas aprimoraram recursos técnicos, adaptaram o conteúdo à linguagem coletiva, reduzindo o abismo de expressão entre o que diz o jornal e o que fala o povo<sup>33</sup>. A introdução, ainda que bem parcial, de alguns elementos das técnicas de redação, sobretudo oriundos da imprensa norte-americana, como alguns próprios do que depois se consubstanciaria no chamado *lide*<sup>34</sup>, eram inseridas, arrefecendo, em certa medida, o uso ampliado da técnica chamada de “nariz de cera”. Esta era caracterizada como a parte de um texto, extensa, opinativa, demonstrativa da erudição despropositada do autor da matéria, pouco objetiva e com base na narração cronológica dos acontecimentos reportados. Essas mudanças tiveram completa efetivação no fazer da imprensa brasileira a partir da década de 1950.

A influência norte-americana se fazia presente no jornalismo do período por meio das agências internacionais de notícias. Os jornais brasileiros não mantinham correspondentes internacionais. Muito devido ao alto custo financeiro para manter esse tipo de profissional em terras estrangeiras e também pela incipiente especialização dos jornalistas à realização de tal tarefa, fatores que contribuíram para que as folhas nacionais recorressem aos serviços prestados por essas agências, que tiveram penetração tímida no início do século XX, chegando a 1930/1940 como fontes essenciais de informações sobre o exterior. Receber boletins das agências de notícias significava a incorporação dos importantes avanços tecnológicos adquiridos na época. A invenção do telégrafo foi fundamental para a efetivação do serviço. As folhas passaram a dedicar espaços à publicação de noticiário internacional, além de contribuir para a consolidação da presença cultural norte-americana no Brasil. Os serviços adquiridos conferiam aos diários brasileiros o caráter de exclusividade noticiosa junto ao público leitor, reafirmando suas posições no campo jornalístico. As principais fornecedoras de informações às folhas brasileiras desta época foram as agências *Havas* (França), *United Press Internacional* e *Associated Press*, ambas norte-americanas<sup>35</sup>.

As assimilações das transformações no fazer jornalístico, inclusive na inclusão de novos equipamentos, em muito dependiam de elementos da propriedade e organização dos jornais, os quais

---

<sup>33</sup> BAHIA, Juarez. *Jornal, a história e a técnica*, p. 213.

<sup>34</sup> Palavra adaptada de “lead” do inglês. Técnica que adotava o formato de pirâmide invertida e possui como objetivo introduzir o leitor no assunto e prender sua atenção; nele, já na abertura do texto jornalístico seria necessário responder algumas questões básicas como: quem?, o que?, quando?, onde?, como? porque?. Ademais, essa técnica tornou-se útil para fins de editoração e ajuste do espaço gráfico do jornal. Quando havia necessidade, cortava-se o texto começando de baixo pra cima, sem prejudicar o principal da matéria, localizado no início do texto.

<sup>35</sup> SOTANA, Edvaldo Correa. *A paz sob suspeita: representações jornalísticas sobre a manutenção da paz mundial, 1945-1953*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010, p. 82-6.

aproximavam ou distanciavam muitas empresas jornalísticas desta primeira metade do século. Sem dúvida, a formação, experiência empresarial e atuação cultural de proprietários, dirigentes e colaboradores possibilitavam, em maior ou menor grau, as proximidades e os distanciamentos entre os jornais, em termos tanto de organização, quanto do fazer jornalístico. Ademais, a presença do rádio assolava a predominância da imprensa enquanto órgão responsável pela circulação da informação. As folhas viam-se às voltas com um novo concorrente, seja no que tange ao alcance do público-consumidor do produto noticioso, seja na captação de verbas publicitárias, fonte de renda dos jornais e das empresas de rádio a partir da década de 1930. Entre concorrência e diferença, um caminho inventivo encontrado por muitos jornais foi a formação de condomínios comunicacionais formados por empresas de jornal e rádio, dando início a um processo que seria tendência ao longo do século XX, somando, posteriormente, a televisão e a internet. Circunstâncias que tornam as folhas fonte imprescindível nos estudos sobre o rádio.

A proximidade entre os meios tornou o jornal uma das principais fontes de informação histórica sobre o rádio. No entanto, o periódico deve ser considerado como um documento suspeito, o que torna necessário determinar os interesses políticos e econômicos do órgão de imprensa ao noticiar determinado fato, cuidando sempre da diferenciação entre imprensa oficial e oficiosa, opinião do jornal e opinião pública. Sem cair em maniqueísmos que reduzem os jornais a “fonte suspeita” ou “depósito da verdade”, é função do historiador interrogar os mortos e fazer reviver as personagens do passado, procurando entendê-las em sua época, o que torna a história viva, capaz de evidenciar as transformações do homem no tempo. A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Ao historiador cabe perceber o jornal como agente da história, apreendendo o movimento das ideias e a circulação dos agentes que aparecem em suas páginas. Os fatos contidos nos jornais são fabricados e não dados, o que impõe limites na objetividade da notícia, já que para a construção do fato jornalístico interferem não apenas elementos subjetivos do autor que produz a notícia, mas também os interesses aos quais o órgão noticioso está vinculado<sup>36</sup>.

Conhecer a história através da imprensa pressupõe um trabalho com método rigoroso, tratamento adequado de fonte e reflexão teórica. Tais elementos são essenciais para que o historiador não corra o risco de repetir para o leitor, sem o charme do jornal, a história que ele conta. É nessa

---

<sup>36</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 20-3.

máxima que reside o divisor de águas entre a história do historiador e a relatada e comentada nos jornais.

### Considerações teórico-metodológicas

A imprensa tornou-se espaço de representação de momentos particulares da realidade, o que torna sua existência fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A leitura dos discursos expressos nos jornais abre caminhos para acompanhar o movimento das ideias que circulam em determinado período, permitindo a análise do ideário e das práticas políticas em voga. Na produção do documento, pressupõe-se um ato de poder em que estão implícitas relações a serem desvendadas ao longo da pesquisa. A análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social: grupos que se aproximam e se distanciam segundo as conveniências do momento. A opinião do jornal está presente nos editoriais, mas também no noticiário e até mesmo na forma pela qual o periódico se apresenta.

Ao utilizar a imprensa como fonte de informação sobre radiodifusão é necessário, também, tomar o jornal como objeto de análise, uma vez que consideramos os órgãos de imprensa como agentes que possuem interesses políticos com relação ao mercado midiático, o que significa dizer, de acordo com Pierre Bourdieu<sup>37</sup>, que eles, bem como as empresas de radiodifusão e seus idealizadores, são produtores de bens políticos, ou seja, enunciam e anunciam problemas, soluções, acontecimentos, prognósticos e projetos políticos à população em plena concorrência com os demais agentes políticos, ansiando, enfim, pela conquista do poder simbólico<sup>38</sup>.

Em termos teóricos, há os férteis conceitos de “representação” e “apropriação”, ambos elaborados por Roger Chartier para o desenvolvimento de uma história social da cultura e em franco diálogo com a sociologia da prática de Pierre Bourdieu. O conceito de “representação” é definido pelo historiador francês como um tipo de classificação que possa organizar a apreensão do mundo social enquanto categoria de percepção do real. Uma representação é variável, posto que é decorrente da disposição do grupo e/ou classe social que a engendra. Contudo, ela aspira à universalidade, ainda que encetada por interesses grupais, os quais são atravessados por relações de poder e dominação, quer no interior do grupo e/ou classe social, quer no contato com os demais grupos sociais que compõem a sociedade. Logo, uma representação *não é uma classificação neutra*, uma vez que aspira

---

<sup>37</sup> BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 173-180.

<sup>38</sup> Poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização. Só se exerce se for reconhecido, ou seja, ignorado como arbitrário.

impor uma visão social particular de um mundo como geral, sempre dentro de um campo de luta e concorrência. Por esse motivo, essa luta é considerada pelo historiador tão válida quanto a luta econômica<sup>39</sup>.

Já o conceito de “apropriação” deve ser compreendido como uma prática de produção de sentidos, dependente das relações entre texto, impressão de texto e modalidades de leitura, as quais são diferenciadas por relações sociais distintas. Nessa direção, Chartier ressalta que o pesquisador deve dar atenção especial aos sentidos das formas materiais organizadoras das leituras, uma vez que as formas, os dispositivos técnicos – visuais e físicos – podem comandar, se não a imposição do sentido do texto, os usos que podem ser investidos e as apropriações que podem suscitar.<sup>40</sup> A localização da notícia em determinada parte do jornal, assim como o uso de fotografias e charges em suas proximidades, são fatores determinantes para a imposição de sentido junto ao leitor.

Do material jornalístico a ser consultado, deve-se apreender o intento, por parte dos agentes envolvidos na sua produção, ao elaborar uma representação acerca do rádio como tecnologia, como meio de comunicação e seu desenvolvimento no Brasil, sempre às voltas com as fusões entre jornal/rádio, fator determinante para a postura do jornal ao representar o meio eletrônico em suas páginas; os esquemas de apropriação – expressos nas formas utilizadas na composição e divulgação daquele material – precisam ser percebidos para a análise das visões de mundo que os produtores buscavam suscitar junto ao público leitor.

Os periódicos devem ser tomados como narradores, comentaristas e participantes do mundo político e social, já que influenciam as práticas políticas e são por elas influenciados. Contudo, não se pode descuidar da análise de sua organização e funcionamento, de sua atuação pública e privada e de suas estratégias.

Do ponto de vista metodológico, podemos falar que há hoje três amplas e distintas correntes de abordagem dos periódicos, quais sejam: a sociológica; a discursiva e a histórica. Como consta da ampla coletânea de artigos organizada por Sérgio Porto<sup>41</sup>, há alguns pesquisadores que acreditam na impossibilidade de associação daqueles três tipos de abordagens, enquanto outros defendem ser possível questionar os periódicos com base em preocupações ligadas pelo menos a duas daquelas três

---

<sup>39</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988, p. 17.

<sup>40</sup> \_\_\_\_\_. *A História Cultural*, p. 123-138.

<sup>41</sup> PORTO, S. (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora da UnB, 2002.

correntes de abordagens, sobremaneira excluindo a discursiva e associando a abordagem sociológica à histórica, enriquecendo o enfoque historiográfico.

Indicações sugeridas por Renée Zicman<sup>42</sup> tornam-se fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa utilizando os jornais. A autora considera que nas relações entre história e imprensa devem ser sublinhadas as seguintes vertentes interpretativas: a “história da imprensa” e a “história através da imprensa”. Na primeira, o pesquisador deve buscar reconstruir a evolução histórica dos órgãos da imprensa, cuidando em destacar as suas principais características dentro de um determinado período. Já na segunda perspectiva, o pesquisador tomará os materiais publicados pela imprensa como fonte primária para a realização de seu estudo, sem descuidar da história do órgão de imprensa consultado:

Toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de imprensa consultados. Mesmo quando não se faz História da Imprensa propriamente dita – mas antes o que chamamos de História Através da Imprensa – está-se sempre ‘esbarrando’ nela, pela necessidade de historicizar os jornais<sup>43</sup>.

Indicações metodológicas elaboradas por Pierre Albert, citadas e aceitas por Zicman, são de grande utilidade para o desenvolvimento da pesquisa. Albert aponta que o historiador, no estudo da imprensa, deve considerar as três seguintes dimensões: “atrás do jornal”, “dentro do jornal” e, por fim, “em frente ao jornal”. A primeira dimensão é caracterizada por tudo aquilo que concorre para a realização do jornal e que intervém no seu controle, como a sociedade proprietária, empresa editorial e corpo de redatores e jornalistas. A dimensão “dentro do jornal” compreende as características formais de publicação, o estilo de apresentação das matérias e notícias, o quadro redacional – distribuição dos artigos e pelas diferentes colunas e seções que compõem uma edição –, a parte redacional – colunas e seções mais importantes –, a publicidade e as principais tendências de publicação. A dimensão “em frente ao jornal” está relacionada ao consumo do jornal e seu público-leitor alvo. Zicman considera que estas três dimensões definem a caracterização geral dos jornais consultados e a análise de conteúdo do discurso da imprensa. Portanto, são análises ocupadas com a forma e o conteúdo da imprensa, elementos constitutivos da natureza propriamente da imprensa e que seguem em relação de interdependência e de interdeterminação<sup>44</sup>.

---

<sup>42</sup> ZICMAN, Renée B. *História através da imprensa - algumas considerações metodológicas*. Projeto História, n. 4. São Paulo: PUC, 1981, p. 89.

<sup>43</sup> \_\_\_\_\_. *História através da imprensa*, p. 90.

<sup>44</sup> \_\_\_\_\_. *História através da imprensa*, p. 91.

### Sugestões práticas

No Brasil, há acervos periódicos espalhados por todo o território, geridos por instituições diversas: universidades, museus, centros de documentação, bibliotecas, arquivos públicos e privados. A internet também se tornou uma ferramenta fundamental para a localização e acesso às fontes periódicas. Nos últimos anos, as empresas jornalísticas têm disponibilizado seu acervo completo para acesso online. Alguns são gratuitos, caso da *Folha de S. Paulo* – que também digitalizou as edições completas de seus antigos órgãos, *Folha da Manhã* e *Folha da Noite*, disponível para acesso no site do jornal. Os exemplares do *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, assim como outros títulos, podem ser acessados no site da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, com prédio instalado na cidade do Rio de Janeiro, onde abriga vastíssima coleção e um *Catálogo de Periódicos Brasileiros Microfilmados*, de grande importância para os pesquisadores. Outros periódicos como *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* disponibilizaram seu acervo online, no entanto, a consulta só pode ser feita mediante a realização de um cadastro no site do jornal e o pagamento de uma taxa.

O primeiro passo é localizar a fonte e averiguar as condições de acesso. Nem sempre os materiais estão organizados. Muitas vezes, a falta de algumas edições ou a má conservação do original dificulta a consulta, exigindo que o pesquisador se dirija a diversos acervos em busca de exemplares. Neste trabalho, foram indicadas algumas sugestões para os primeiros passos na realização da pesquisa sobre o rádio utilizando a imprensa como fonte. Deste ponto final em diante, a aventura é sua.

# Paulo Emílio Salles Gomes, o Deus-herói civilizador em duas publicações póstumas\*

## Paulo Emilio Salles Gomes, the civilizing God-hero on two posthumous publications

Julierme Sebastião Morais Souza

Mestre em História

UEG/ UFU

[Juliermemorais27@gmail.com](mailto:Juliermemorais27@gmail.com)

Recebido em: 08/04/2014

Aprovado em: 10/10/2014

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo refletir acerca da maneira pela qual o legado intelectual do crítico e historiador de cinema brasileiro Paulo Emílio Salles Gomes (1916-1977) foi projetado em duas ocasiões; a saber: na publicação de um dossiê na revista *Ensaaios de Opinião*, em 1978, e no lançamento da coletânea de artigos do crítico intitulada *Paulo Emílio: um intelectual na linha de frente* (1986). Nesse intento, defendemos a ideia de que o legado do crítico é difundido como resposta às carências de orientação temporal dos agentes envolvidos com as publicações supracitadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Paulo Emílio; Deus-herói; carências de orientação temporal.

**ABSTRACT:** This paper intends to discuss about how the intellectual legacy of the Brazilian critic and cinema historian Paulo Emilio Salles Gomes (1916-1977) was considered on two occasions; namely: the publication of a dossier in the magazine *Ensaaios de Opinião* in 1978, and on the launching of the collections of his critical opinion texts, entitled *Paulo Emílio: um intelectual na linha de frente* (1986). Thus, we claim the idea that his legacy is widespread as the critical response to the lacks of temporal orientation of those involved in the aforementioned publications.

**KEY-WORDS:** Paulo Emílio; God-hero; lack of temporal orientation.

### Introdução

Michel de Certeau ao tecer comentários acerca da construção de biografias de santos moldadas sob um ideário cristão, afirma:

Na hagiografia a individualidade conta menos que o personagem. [...] A construção da imagem efetua-se a partir de elementos semânticos. Desta

---

\*Este ensaio é fruto de uma investigação preliminar empreendida em nossa pesquisa de doutoramento acerca da eficácia político-estética da fortuna crítica de Paulo Emílio Salles Gomes. Por outro lado, também é fruto das reflexões empreendidas em nossa dissertação de mestrado. Cf. MORAIS, Julierme. *A eficácia política de uma crítica: Paulo Emílio Salles Gomes e constituição de uma teia interpretativa da história do cinema brasileiro*. 278 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História Social, Uberlândia, 2010.

maneira, para indicar no herói a fonte divina de sua ação e da heroicidade de suas virtudes, a vida de santo, frequentemente, lhe dá uma origem nobre. [...] O santo é aquele que não perde nada do que recebeu. O relato não é menos dramático, mas não há devir senão manifestação. Seus lugares sucessivos se repartem essencialmente entre um tempo de provações (combates solitários) e um tempo de glorificações (milagres públicos)<sup>1</sup>.

Alguns anos depois, o cineasta Glauber Rocha, ao se referir à *persona* do crítico e historiador de cinema brasileiro Paulo Emílio Salles Gomes, argumenta: “A Cinemateca de São Paulo era a Catedral, Paulo Emílio Salles Gomes, o Papa, enquanto os cardeais e padres brigavam nos bares e clubes de cinema da província”<sup>2</sup>. Essas duas reflexões são de extrema valia aos nossos propósitos. Por um lado, o cineasta cinemanovista praticamente expõe uma interpretação consensual entre diversos pesquisadores de cinema brasileiro acerca de Paulo Emílio. De outro, o historiador jesuíta francês reflete claramente sobre o processo operatório de heroificação/mitificação de sujeitos históricos, cujas biografias são tomadas como *magistra vitae*.

Na esteira desses argumentos é oportuno enfatizar que, desde sua morte a 9 de setembro de 1977, Paulo Emílio Salles Gomes e seu espólio, aos moldes propostos por Certeau e Glauber, são demasiadamente lembrados nas rodas de conversa, pesquisas, palestras, conferências, minicursos, mesas redondas, congressos, aulas, festivais de cinema, encontros acadêmicos e muitas outras atividades relacionadas a algum tipo de conhecimento sobre o cinema brasileiro, sua história, o estágio do arquivamento de suas produções e suas relações econômicas, políticas e socioculturais. Nesse sentido, podemos chegar à ilação de que não há quem se lance ao conhecimento mínimo sobre cinema, especialmente o brasileiro, que desconheça a existência de Paulo Emílio, seja como historiador, como crítico aguerrido e militante pró-cinematografia nacional, ou mesmo enquanto um dos notáveis especialistas da Sétima Arte que o país já conheceu.

Até este ponto de nossa reflexão nenhuma problemática mais séria. Possuir esclarecimento acerca de quem foi Paulo Emílio não é demérito para nenhum estudioso de cinema ou sua história, ou mesmo cinéfilo, pois, reconhecidamente, ele foi um dos maiores conhecedores brasileiros da arte inventada pelos irmãos Lumière. Entretanto, a partir do momento em que um neófito ou mesmo um pesquisador experiente prescinde de uma análise mais detalhada da formação intelectual e da atuação institucional do crítico, bem como de sua inserção em um lugar sociocultural, político e econômico, diversas reflexões históricas sobre aquilo que ele publicou, disse, escreveu e/ou incitou alguém a escrever tornam-se instantaneamente problemáticas.

---

<sup>1</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2007, p. 210.

<sup>2</sup> ROCHA, Glauber. *Revolução do cinema novo*. Rio de Janeiro: Alhambra/Embrafilme, 1981, p. 289.

Essa dificuldade tende a ganhar vulto se esse mesmo pesquisador tomar os textos de e sobre Paulo Emílio, ao mesmo tempo, como fonte histórica e produção historiográfica. Isso porque, a partir das reflexões de Michel de Certeau<sup>3</sup>, os pesquisadores na seara dos estudos históricos já têm acesso à clara noção de que, nas diversas intervenções que constituem a prática historiadora, o estudioso é atravessado insistentemente por intersubjetividades inúmeras e condicionamentos específicos atrelados ao seu lugar social de produção. Em função disso e de nossa desconfiança em determinados acontecimentos muito bem arranjados, que na parcela esmagadora das vezes não atendem fins reflexivos mais profundos atinentes à ordem dos eventos, pretendemos problematizar neste artigo como têm sido projetados, a partir de 1978, o legado e a *persona* intelectual de Paulo Emílio Salles Gomes.

Nesse intento, procuramos demonstrar a maneira pela qual Paulo Emílio teve sua *persona* intelectual alçada ao *status* de Deus-herói civilizador por meio de um processo de mitificação em duas publicações acadêmicas — o sexto volume de *Ensaio de Opinião* (1978) e a coletânea de artigos *Paulo Emílio: um intelectual na linha de frente* (1986). Para tanto, buscamos descortinar o fato de que tais publicações trazem à baila o debate acerca da memória de Paulo Emílio e, assim, projetam suas reflexões de maneira estratégica, em consonância e como respostas às circunstâncias históricas na qual estão inseridas<sup>4</sup>, isto é, às carências de orientação temporal de seus autores e organizadores.

A adoção do conceito de carências de orientação temporal se baseia nas ideias do teórico alemão Jörn Rüsen. Defendendo uma matriz disciplinar, pensada como um conjunto sistemático de princípios determinantes da ciência da história como disciplina especializada, bem como as carências de orientação temporal dos indivíduos como o ponto de partida dessa matriz, Rüsen afirma:

O melhor ponto de partida parece ser aquele que, na vida corrente, surge como consciência histórica ou pensamento histórico [...]. Esse ponto de partida instaura-se na carência humana de orientação do agir e do sofrer os efeitos das ações no tempo. A partir dessa carência é possível constituir a ciência da história, ou seja, torná-la inteligível como resposta a uma questão, como solução de um problema, como satisfação (intelectual) de uma carência (de orientação). Pode-se chamar esse ponto de partida da reflexão sobre os fundamentos da ciência da história, resumidamente, de *interesses*. Trata-se do interesse que os homens têm — de modo a poder viver — de orientar-se no fluxo do tempo, de assenhorear do passado, pelo conhecimento, no presente. Interesses são determinadas carências cuja satisfação pressupõe, da parte dos

<sup>3</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*.

<sup>4</sup> Cabe notar ainda que não é nossa intenção refutar o conteúdo dos textos que compõem essas publicações/celebrações, tampouco desmerecê-las via negação das proposições dos autores, mas, sim, procurar entender suas historicidades específicas, cuja exposição e problematização revelam os meandros sociais, políticos, econômicos e culturais nos quais estiveram inseridas.

que as querem satisfazer, que esses já as interpretem no sentido das respostas a serem obtidas<sup>5</sup>.

Com tais argumentos, Rüsen quer dizer que os interesses que norteiam a tentativa de reconstituição histórica devem ser compreendidos enquanto carências de orientação da prática humana da vida no seu tempo presente, que reclamam determinado tipo de pensamento histórico, bem como se articulam na forma de interesse cognitivo pelo passado. Nessa medida precisa, o teórico alemão nos munuiu de subsídio teórico para defendermos que as carências de orientação temporal dos sujeitos envolvidos nas publicações de *Ensaio de Opinião* (1978) e *Paulo Emílio: um intelectual na linha de frente* (1986) incitam o processo de mitificação e transformação da *persona* de Paulo Emílio Salles Gomes em Deus-herói civilizador.

Para operacionalizar nossas reflexões, dividimos o presente artigo em três seções: uma primeira, na qual nos propomos apresentar ao leitor quem foi Paulo Emílio Salles Gomes, bem como expor sinteticamente os lugares nos quais ele atuou intelectualmente; uma segunda, cujo propósito se dá no sentido de problematizar como as publicações mencionadas projetam o legado do crítico; e uma terceira, em que nosso foco incide diretamente nas carências de orientação temporal que incitaram seus organizadores e autores a promoverem um processo de mitificação e transformação da *persona* de Paulo Emílio em Deus-herói civilizador. Em suma, com base nessas seções que se complementam, de modo a tecer um quadro preciso em consonância com nossos propósitos, acreditamos ser possível fazer um “acerto de contas” com aquilo que nos chega em publicações sobre Paulo Emílio Salles Gomes.

### **Paulo Emílio: uma síntese biográfica<sup>6</sup>**

Paulo Emílio nasceu na cidade de São Paulo no dia 17 de dezembro do ano de 1916. Filho do médico Francisco de Salles Gomes e Gilda Moreira de Salles Gomes, em 1933 concluiu o ginásio cursado no colégio *Liceu Rio Branco*, no bairro Higienópolis, na capital paulista. De vestibulando do curso de medicina, passou a vestibulando de Ciências Sociais, uma vez que sua aptidão pelas Ciências Humanas já afluara. Tal reformulação de percurso levou o jovem Paulo Emílio ao encontro do marxismo, via mediadora de sua integração à *Juventude Comunista*.

Em função dessa escolha política, entre 1934 e 1935, o então jovem de 19 anos mesclou atividades meramente intelectuais e ações de engajamento político. Participou ativamente de reuniões e comícios da *Aliança Nacional Libertadora* (ANL), escreveu textos para periódicos de cunho esquerdista — *Vanguarda Estudantil*, *A Plateia* e *Correio Paulistano* —, enveredou-se, ao lado

---

<sup>5</sup> RÜSEN, Jörn. *Razão histórica – Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da UNB 2010, p. 30.

<sup>6</sup> Praticamente todas as informações dessa seção foram retiradas da única biografia sobre Paulo Emílio. Cf. SOUZA, José Inácio de Mello. *Paulo Emílio no paraíso*. São Paulo: Editora Record, 2002.

de seu amigo de uma vida toda, Décio de Almeida Prado, na função de editor de periódico, lançando a revista *Movimento*, e tentou fundar sem êxito, junto com Oswald de Andrade, uma espécie de clube de literatos, pintores, escultores e musicistas chamado *Quarteirão*, que previa a reunião de alguns remanescentes modernistas da Semana de Arte Moderna de 1922 e novos adeptos da elite intelectual da capital paulista.

Na verdade, Paulo Emílio, um indivíduo de origem burguesa, demonstrava não se identificar com sua classe social, bem como buscava se orientar na sociedade paulistana derrotada, após a tentativa da *Revolução Constitucionalista* de 1932<sup>7</sup>. Como resposta a tal inquietude existencial, de modo a alimentar seu eixo de orientação sociocultural no contexto paulista dos anos de 1930, aderiu, por um lado, politicamente ao marxismo, que despertou-lhe o gosto pelo comunismo e, por outro, às propostas estéticas modernistas.

Sua relação com a política logo lhe rendeu um fruto espinhoso. No dia 5 de dezembro de 1935, pouco após o *Levante Comunista*<sup>8</sup>, a ditadura Varguista recrudescceu a repressão às esquerdas e Paulo Emílio foi preso. Após cerca de um ano e meio em presídios da capital paulista, com outros colegas de prisão fugiu por um túnel e viajou pouco tempo depois para um exílio forçado em Paris, onde permaneceu por dois anos, a partir de 1937. Por lá construiu amizades fraternas que influenciaram os rumos de seu destino intelectual. Por um lado, estabeleceu contato com Victor Serge e Andrea Caffi, dissidentes de esquerda que alteraram de maneira percuciente suas opções políticas. Por outro lado, foi acolhido por Plínio Sussekind Rocha<sup>9</sup>, a quem Paulo Emílio ficou devendo a revelação do cinema como arte moderna e os ensinamentos quanto ao itinerário cineclubístico da capital francesa, no qual as sessões com películas francesas, soviéticas e alemãs eram assistidas e discutidas pelos dois horas a fio.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) prontamente Paulo Emílio retornou ao Brasil, reavivando mais ativamente sua relação com Décio de Almeida Prado, então graduado em Filosofia e Sociologia pela *Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas* da *Universidade de São Paulo* (FFLCH-USP). Nessa meia dúzia de anos, o crítico e historiador se bacharelou em Filosofia pela FFLCH, coordenou a fundação do *Clube de Cinema de São Paulo*, que contou com membros como Décio de Almeida Prado e Lourival Gomes Machado, além de colaborar na seção de cinema da seminal revista *Clima*<sup>10</sup>, que reuniu em seu entorno jovens

<sup>7</sup> Sobre o constitucionalismo, Cf. MALUF, Nagiba M. Rezek. *Revolução de 32: o que foi, por que foi*. São Paulo: Edicon, 1986; VILLA, Marco Antônio. *1932: Imagens de uma Revolução*. São Paulo, IOESP, 2009.

<sup>8</sup> Acerca do *Levante*, Cf. ARAGÃO, José Campos de. *A Intentona Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1973; SODRE, Nelson Werneck. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

<sup>9</sup> Um dos membros fundadores do *Chaplin Club* e considerado um dos maiores críticos de cinema do Brasil.

<sup>10</sup> Sobre a revista *Clima*, Cf. PONTES, Heloísa. *Destinos Mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

intelectuais do quilate de Ruy Coelho, Gilda de Mello Souza, Alfredo Mesquita e Antonio Candido.

A política continuou com sua chama acesa no cotidiano de Paulo Emílio. Nesse período, devido à influência de Serge e Caffi, já estava liberto de qualquer tipo de ortodoxia marxista, se engajou no *Grupo Radical de Ação Popular* (GRAP), de atividade prática na luta contra Getúlio Vargas e dentro de uma linha ideológica marxista independente. Tal atividade desdobrou-se na chamada *Frente de Resistência*, à frente da qual o crítico contribuiu na organização do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores* (1945) e posteriormente promoveu sua fusão com a *União Democrática Socialista* (UDS). Em balanço sintético de suas atividades políticas, saltam aos olhos sua participação efetiva em comícios e reuniões, a preparação e a apreciação de manifestos, bem como intervenções e negociações políticas ancoradas na defesa da democracia e do socialismo a contrapelo do Estado Novo Varguista (1937-1945).

Por fim, em 1946, o crítico recebeu bolsa do governo francês para estudar cinema no *Institut des Hautes Études Cinématographiques* (IDHEC), de Paris, e partiu novamente para a França. Naquele país, frequentou as aulas de cinema no IDHEC, trabalhou no *Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros* (IFHEB), exerceu cargos importantes na *Federação Internacional dos Arquivos do Filme* (FIAF) e contribuiu como correspondente internacional d'*O Estado de São Paulo*, *Jornal Paulistano*, *Revista Anhembi* e *Clube de Cinema de São Paulo*, participando de festivais de cinema na Europa, como os de *Cannes* e *Veneza*. Além de tais empreendimentos, Paulo Emílio estreitou relações com importantes nomes da cultura cinematográfica francesa, entre eles o crítico e teórico de cinema, que seria um dos mentores intelectuais da *Nouvelle Vague* francesa, André Bazin, o então secretário geral da *Cinemateca Francesa* Henri Langlois, e antigos colaboradores do cineasta Jean Vigo: Claude Aveline e Henri Stork<sup>11</sup>.

Essas relações intelectuais e institucionais tecidas na Europa proporcionaram a organização do acervo da *Filmoteca*, do então recém-criado *Museu de Arte Moderna* (MAM) de São Paulo, bem como sua admissão na FIAF e o estabelecimento de diversas parcerias que auxiliaram na preparação do *I Festival Internacional de Cinema de São Paulo*, na ocasião das comemorações do *IV Centenário da cidade de São Paulo*, em 1954. Justamente para o festival, em maio do mesmo ano, Paulo Emílio retornou em definitivo para o Brasil. Além de começar a escrever na coluna de

---

<sup>11</sup> Esses dois foram essenciais colaborando na pesquisa de Paulo Emílio acerca da produção fílmica do cineasta francês Jean Vigo, publicada originalmente na França em 1957. Utilizamos para consulta a edição mais recente, Cf. SALLES GOMES, Paulo Emílio. *Jean Vigo*. São Paulo: Cosacnaify/Edições SESC-SP, 2009, 2 vols.

cinema do *Suplemento Literário* d'O Estado de São Paulo<sup>12</sup>, o crítico passou a proferir palestras, ministrar aulas e participar de conferências e debates por todo o país, sobretudo em São Paulo. Até por volta de 1960, Paulo Emílio organizou cursos para dirigentes de Cineclubes, participou ativamente da *I Convenção Nacional da Crítica Cinematográfica*<sup>13</sup> e retomou a prática efetiva na organização do acervo da *Filmoteca* do MAM, colaborando na sua transformação em *Cinemateca Brasileira*<sup>14</sup>, em 1956, mesmo ano em que se tornou o primeiro curador-chefe da instituição.

Sua faceta de professor universitário apareceu em 1961, quando foi convidado por Antonio Candido a se integrar aos intelectuais da FFLCH-USP para ministrar um seminário de Teoria Literária sobre personagens ficcionais. A partir de então, de maneira conjunta, Paulo Emílio desenvolveu atividades na *Cinemateca Brasileira*, na USP e na crítica cinematográfica. Em 1964, pelas mãos de Darcy Ribeiro, fundou o curso de cinema da recém-criada *Universidade de Brasília* (UnB), passando a se desdobrar entre São Paulo e a capital federal. Na UnB, até seu pedido de demissão devido ao agravamento da repressão por parte do governo militar, além de aulas de história do cinema brasileiro e história do cinema, orientou pesquisas e contribuiu na fundação da *I Semana do Cinema Brasileiro*, em 1965.

De volta exclusivamente a São Paulo, especialmente à USP, Paulo Emílio tornou-se professor-colaborador da FFLCH e, pouco tempo depois, participou da organização e fundação da *Escola de Comunicações Culturais* (ECC), atual *Escola de Comunicações e Artes* (ECA), onde encontrou lugar privilegiado para ensinar, pesquisar e orientar pesquisas sobre cinema brasileiro. Paralelamente, contribuiu com órgãos da imprensa, como a revista *Visão* e o tablóide *Brasil Urgente*<sup>15</sup>. Em 1972, na FFLCH, defendeu sua tese de doutorado acerca do cineasta Humberto Mauro, influenciando uma interpretação segundo a qual Mauro é considerado um dos maiores cineastas brasileiros<sup>16</sup>.

---

<sup>12</sup> Acerca do *Suplemento Literário*, Cf. LORENZOTTI, Elizabeth. *Suplemento Literário, que falta que ele faz!:* 1956-1974 do artístico ao jornalístico: vida e morte de um caderno cultural. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

<sup>13</sup> Ocasão na qual apresentou duas teses: “Uma situação colonial?” e “A ideologia da crítica brasileira e o problema do diálogo cinematográfico”. Respectivamente Cf. SALLES GOMES, Paulo Emílio. Uma situação colonial? In: \_\_\_\_\_. *Crítica de cinema no suplemento literário*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 286-291, vol. 2; \_\_\_\_\_. A ideologia da crítica brasileira e o problema do diálogo cinematográfico. In: CALIL, Carlos Augusto & MACHADO, Maria Teresa Machado (Orgs.). *Paulo Emílio: um intelectual na linha de frente*. São Paulo/Rio de Janeiro: Brasiliense/EMBRAFILME, 1986, p. 331-334.

<sup>14</sup> Com relação à *Cinemateca Brasileira*, Cf. CORREIA JÚNIOR, Fausto Douglas. *A Cinemateca Brasileira: das luzes aos anos de chumbo*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

<sup>15</sup> Nesse ínterim, Paulo Emílio publicou, em colaboração com Adhemar Gonzaga, a quem coube a parte iconográfica, *70 Anos de cinema brasileiro*, publicado pela Editora Expressão e Cultura em 1966. Posteriormente, em 1980, o texto foi republicado com o título *Panorama do cinema brasileiro: 1896/1966*. Cf. SALLES GOMES, Paulo Emílio. *Panorama do cinema brasileiro: 1896/1966*. In: \_\_\_\_\_. *Cinema: trajetória no subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 35-79.

<sup>16</sup> Para uma apreciação do trabalho de Paulo Emílio sobre o cineasta, Cf. SALLES GOMES, Paulo Emílio. *Humberto Mauro, Cataguazes, Cinearte*. São Paulo: Perspectiva, 1974. Em 1973, o crítico lançou o influente ensaio “Cinema:

Com efeito, além das atividades supracitadas, o crítico participou como ator ou narrador em alguns curtas e longas-metragens brasileiros<sup>17</sup>, escreveu roteiros para filmes<sup>18</sup>, se engajou esteticamente na causa cinemanovista, bem como capitaneou grande parte das reivindicações dessa corporação de cineastas frente ao poder público, sempre pautado pelo engajamento político-ideológico em prol do cinema brasileiro. Entretanto, em 9 de setembro de 1977 toda essa atividade de Paulo Emílio é paralisada por um ataque cardíaco fulminante. A partir de então, o legado e *persona* do crítico passaram a ser objeto de inúmeras celebrações.

### A projeção do legado pauloemiliano em duas ocasiões expressivas

Menos de um ano depois da morte de Paulo Emílio, publicado pela editora Inúbia, surge no sexto volume da revista *Ensaios de Opinião*<sup>19</sup> um dossiê organizado pelos renomados críticos e teóricos Antonio Candido (literatura) e Jean-Claude Bernardet (cinema) dedicado à memória do crítico e historiador. Entre os artigos, de tom quase apologético, assinado por ex-alunos e sujeitos que foram muito próximos do crítico, três motes fundamentais emergem para o primeiro plano do debate: a personalidade firme de Paulo Emílio, aliada à elocução de suas convicções político-ideológicas; sua defesa incondicional do cinema brasileiro, atrelada sensivelmente ao diálogo com ideais cinemanovistas; e sua atuação na esfera acadêmica, sempre em busca do melhor ângulo analítico sobre o cinema. Vejamos como esses temas aparecem no dossiê.

No que tange aos artigos sobre a personalidade do crítico e suas convicções políticas, salta aos olhos “Paulo Emílio, preso político”, de Victor de Azevedo, bem como a edição na íntegra do “Discurso de Formatura, 1944”, redigido por Paulo Emílio na ocasião na qual foi o orador de sua turma que se bacharelou em filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). No primeiro artigo, Victor de Azevedo encaminha o leitor para a atmosfera política da década de 1930, momento conturbado para um jovem

---

trajetória no subdesenvolvimento”, publicado originalmente no primeiro número da revista *Argumento*. De lá pra cá o ensaio continua sendo reeditado em diversos locais. O principal foi na coletânea homônima do texto publicada em 1980. Cf. SALLES GOMES, Paulo Emílio. Cinema: trajetória no subdesenvolvimento. In: \_\_\_\_\_. *Cinema: trajetória no subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 81-101.

<sup>17</sup> Os curtas são: *Acaba de chegar ao Brasil o Bello Poeta Francez Blaise Cendrars* (1972), de Carlos Augusto Calil, *Exposição de Henrique Alvin Corrêa* (1973), de Chico Botelho e Ella Durst, *Sistema do Dr. Alcatrão e do professor Penna* (1973), de Luiz Alberto Pereira, *Nitrato* (1975), de Alain Fresnot, e *Tem Coca-Cola no Vatapá* (1976), de Pedro Farkas e Rogério Corrêa. Já os longas se restringem a: *Gimba, presidente dos valentes* (1963), de Flávio Rangel, *Morte em três tempos* (1964), de Fernando Coni Campos, e *O Brasil, os índios e finalmente a USP* (1988), de Marcelo Tassara.

<sup>18</sup> Diversos não foram publicados. Gostaríamos de destacar o único publicado, *Capitu*, baseado em *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, escrito em parceria com Lygia Fagundes Telles. A Editora Cosac Naify reeditou recentemente o roteiro. Utilizamos essa versão. Cf. SALLES GOMES, Paulo Emílio & TELLES, Lygia Fagundes. *Capitu*. 2ª. Ed. São Paulo: Cosacnaify, 2008.

<sup>19</sup> Desdobramento do jornal *Opinião*, empreendimento de Fernando Gasparian, a revista *Ensaios de Opinião* teve seus dois primeiros números lançados em 1975 sob o título *Cadernos de Opinião*. Sem periodicidade fixa, a revista teve fim em 1979. Cf. HARTMANN, Roberta Lopes. Uma leitura inicial de Cadernos de Opinião e ensaios de opinião. *Boletim de Pesquisa NELIC*, v. 5, n. 6/7 – Polêmicas, p. 93-98, 2003. Captado em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/nelic/issue/view/2001>. Acesso em: 15 ago. 2011.

comunista como Paulo Emílio. Neste viés analítico, Azevedo revive os acontecimentos de trinta sob a ótica do crítico, procurando demarcar o fato de sua prisão em 1935 na onda repressão varguista ao *Levante Comunista*, sua fuga do presídio Maria Zélia por um túnel “cinematográfico”, bem como seu voluntariado em Paris, a partir de 1937. Nessa trajetória são acentuados o ideal marxista independente do então jovem neófito, após seu contato com o dissidente da Revolução Russa Victor Serge, e ainda a generosidade do primeiro, ao conseguir que o revolucionário fosse admitido como colaborador de *O Estado de São Paulo*<sup>20</sup>.

Na transcrição do “Discurso de Formatura, 1944” redigido por Paulo Emílio, novamente o ideal marxista independente, bem como a coragem para o combate contra o fascismo emerge para uma superfície muito bem organizada que vai ao encontro do texto anterior. Desse modo, aquele que se depara com o “Discurso” do então bacharelado em filosofia percebe suas convicções políticas mais amadurecidas, sem perder a sensibilidade, tampouco a capacidade de prospectar para o futuro um país mais democrático, mais igualitário e sem exploração de classe<sup>21</sup>.

A defesa incondicional do cinema nacional e o diálogo com os ideais cinemanovistas aparecem significativamente no artigo “O espírito do pai: Paulo Emílio, Glauber Rocha e o Cinema Novo”, de Raquel Gerber. Nele, a interlocução do crítico com a corporação de cineastas cinemanovistas na década de 1960 é exposta de modo dialético, de forma que os conceitos utilizados e as pretensões político-estéticas, tanto de Paulo quanto dos cinemanovistas, se retroalimentem. As colocações de Gerber partem do depoimento afetivo — da orientanda que foi incitada pelo mestre a se enveredar na pesquisa sobre Glauber Rocha e o cinema novo —, passando pela rápida análise da postura de conscientização da necessidade de se lutar por um legítimo cinema nacional, mesmo que em moldes industriais, empreendida por Paulo Emílio, e chegando ao casamento de suas ideias com as de Glauber Rocha, tomado como epicentro do movimento cinemanovista. Nesse momento, a argumentação de Gerber é interessante, pois a pesquisadora afirma:

Para Paulo Emílio, era significativa a liberdade da imaginação criadora para o rompimento do estado de subdesenvolvimento e dependência. Era como se a natureza do “ser colonizado” implicasse uma estética a ser destruída. A partir da destruição dos processos narrativos tradicionais impostos pela indústria cinematográfica estrangeira, trabalhando o tempo, chegar, como propõe Glauber Rocha, a um cinema sobre o subversivo fluxo do inconsciente<sup>22</sup>.

E continua até finalizar:

---

<sup>20</sup> AZEVEDO, Victor. Paulo Emílio, preso político. *Ensaios de Opinião*, Rio de Janeiro, Inúbia, vol. 6, 1978, p. 13-16.

<sup>21</sup> SALLES GOMES, Paulo Emílio. Discurso de Formatura. *Ensaios de Opinião*, p. 17-20.

<sup>22</sup> GERBER, Raquel. O espírito do pai: Paulo Emílio, Glauber Rocha e o Cinema Novo. *Ensaios de Opinião*, p. 8.

Para Paulo Emílio, não importavam tanto as teorias do e sobre o Cinema Novo, mas os filmes. [...] Pelo fato de o Cinema Novo ter surgido de uma grande amizade, da qual Paulo Emílio participou, significou-lhe que poderia surgir ainda, depois do salve-se quem puder, uma comunhão cuja face nova ainda não se revelou. Paulo Emílio talvez pressentisse que a grande revolução seria a da libertação do inconsciente, um processo que ainda se estaria vivendo<sup>23</sup>.

Depreende-se das colocações da autora o postulado de uma relação unificada, na qual Paulo Emílio e corporação de cineastas cinemanovistas compactuam dos mesmos ideais, mesmo que de modo não esclarecido. Sob esse prisma, a imaginação criadora, tão defendida pelo crítico em seus ensaios sobre cinema, ganha expressão vívida e legítima na proposição cinemanovista, mesmo que um diagnóstico preciso seja impossível de ser identificado. Em vista disso, Gerber trata de consertar essa lacuna explicativa estabelecendo uma teleologia no processo histórico, pois, “um processo que ainda estaria vivendo” fecha os argumentos da autora.

No âmbito de artigos sobre a atuação de Paulo Emílio na Universidade, merece destaque o ensaio “Paulo Emílio em banca de tese”, de Lígia Chiappini Moraes Leite. Procurando recriar a ambiência da arguição do crítico em sua banca de doutoramento, Lígia Chiappini traça um quadro preciso, muito bem alinhado e enaltecendo a capacidade do mestre em mudar os rumos de debates complexos. Dois momentos merecem destaque. Primeiro, quando Chiappini recria a performance de Paulo Emílio na ocasião de sua defesa de tese de doutoramento, frisando:

Desde o início, Paulo conquistara a atenção de todos, vencendo o cansaço próprio dos finais das defesas de tese. Sua palavra foi ganhando o silêncio, até atingir um clímax dramático. À representação teatral dissimulada que acaba sendo toda a cerimônia desse tipo, Paulo contrapunha o verdadeiro teatro. Toma conta do palco e muda o rumo do espetáculo, trazendo novo alento a todos nós: banca, público e candidata, confundidos agora no único papel possível — plateia exclusiva de Paulo Emílio Salles Gomes<sup>24</sup>.

A partir de então, todas as linhas urdidas pela pesquisadora vão ao encontro de uma problematização que, ao mesmo tempo, esclarece os redirecionamentos de conteúdo propostos pelo mestre ao seu trabalho e realça sua capacidade de complacência. Isso é notório nos argumentos finais, quando a pesquisadora trata de um encontro *a posteriori* com Paulo Emílio, transcrevendo-o da seguinte forma:

Lembro de haver dito, ainda algo mais ou menos assim: “Os doutores de hoje são quando muito os bacharéis da sua geração. Para vocês, a tese era o resultado de todo um processo, de um tratamento longamente amadurecido; para nós, um título. Por exemplo, quando penso que eu e você somos doutores, sinto-me ridícula — doutora em anedota”. Ele riu do meu ceticismo e mostrou-me um outro lado do problema: “pelo menos agora há mais gente na canoa;

<sup>23</sup> GERBER, Raquel. O espírito do pai: Paulo Emílio, Glauber Rocha e o Cinema Novo. *Ensaios de Opinião*, p. 11-12.

<sup>24</sup> LEITE, Lígia Chiappini. Paulo Emílio em banca de tese. *Ensaios de Opinião*, p. 27.

naquele tempo éramos tão poucos. O nível acaba melhorando...” Concordemos ou não, o importante é sublinhar que, nesse comentário, Paulo Emílio revelava aquela mesma tolerância que sempre soubera ter como homem e como intelectual, no contato com o outro. E a mesma capacidade de extrair ouro de ossos, como o alquimista de Lima Barreto. Foi esse, aliás, o trabalho que fez com minha tese. E com muitas outras, em inúmeras bancas de que participou, sempre com observações bem humoradas e profundas. As suas arguições, se publicadas, diriam, sem esforço algum, tudo aquilo que eu, penosamente, tento dizer aqui. Elas mostrariam claramente que as lições de Paulo Emílio não eram só sobre Cinema, Literatura, Artes, Cultura. Eram também lições de vida<sup>25</sup>.

É evidente a proposição segundo a qual o crítico e seu legado devem ser tomados como “lições da História”. Essas lições, naturalmente, são expostas de modo estratégico e, ao mesmo tempo explicitam as carências de orientação temporal dos colaboradores do dossiê lançado em *Ensaio de Opinião*, que veremos mais adiante.

Em 1986 foi lançada pela editora Brasiliense, em conjunto com a Embrafilme, a coletânea de ensaios de Paulo Emílio intitulada *Paulo Emílio: um intelectual na linha de frente* (1986), organizada por Carlos Augusto Calil e Maria Teresa Machado, procurando construir interpretações acerca das várias facetas intelectuais do crítico, bem como das temáticas mais debatidas por ele. Entre inúmeras problemáticas, duas características pujantes merecem destaque: primeiro, a força de suas convicções políticas, aliada ao fato de sua reinterpretação do marxismo e, segundo, a maneira com a qual lidava com o objeto fílmico, especialmente o brasileiro.

No tocante à força de suas convicções políticas e sua remodelação do marxismo, o artigo assinado por Antonio Candido é bastante emblemático. Intitulado “Informe político”, a contribuição reforça as colocações de Victor Azevedo em *Ensaio de Opinião*, escrito quase uma década antes, porém dá um salto quantitativo e qualitativo quanto às informações e reflexão proposta, uma vez que Candido traz pra o centro do debate, simultaneamente, um Paulo Emílio militante político e um Paulo Emílio intelectual de esquerda teoricamente muito bem formado. Não lançando mão de destacar uma ruptura de interpretação do marxismo por parte do crítico a partir de sua primeira estadia em Paris — de stalinista ortodoxo para independente e humanista —, o autor não prescinde de salientar que foi influenciado política e ideologicamente pelo homenageado.

Nessa medida precisa, à importância política de Paulo Emílio é atribuído um raio de alcance significativo, sobretudo quando Candido alega: “A função que lhe coube foi dar corpo à aspiração confusa de setores da nossa geração, sugerindo rumos que pautaram o comportamento de muita gente”<sup>26</sup>. Finalizando a exposição, o autor deixa muito claro que, embora a significação

---

<sup>25</sup> LEITE, Ligia Chiappini. Paulo Emílio em banca de tese. *Ensaio de Opinião*, p. 28.

<sup>26</sup> CANDIDO, Antonio. Informe político. *Paulo Emilio...*, p. 70.

política do crítico seja exorbitante, sua importância cultural a extrapola, uma vez que promoveu uma revolução no modo de encarar o cinema nacional, preservar seus filmes, mostrar sua dignidade e analisá-lo<sup>27</sup>.

A crítica de cinema, notadamente exposta no sentido de elucidar a maneira com a qual Paulo Emílio lidou com o objeto fílmico, em especial o brasileiro, consiste na principal preocupação da coletânea. É exatamente nesse sentido que se dão as contribuições de Ruy Coelho, Zulmira Ribeiro Tavares, Roberto Schwarz, Ismail Xavier e Jean-Claude Bernardet, todos intelectuais de reconhecido valor acadêmico no cenário nacional.

Em “A revelação do cinema”, discutindo o papel desempenhado por Paulo Emílio na legitimação do filme como objeto de alta cultura, Ruy Coelho salienta o influxo de Plínio Sussekind Rocha e os contatos travados em Paris na modelação das convicções estéticas do amigo, como também esboça sua fluidez entre modernistas da envergadura de Mário de Andrade e catedráticos do patamar de Jean Maugué e Roger Bastide. No entanto, salta aos olhos do observador a seguinte menção ao crítico:

Sua ação didática foi, portanto, altamente relevante. Ensinou uma fração de público, que se poderia designar com o antipático termo elite, a ver filmes correntes com olhar armado de novos instrumentos críticos. Deu alento e criou círculos de informação para aqueles que já consideravam o cinema forma de arte respeitável. Clima deu-lhe a possibilidade de demonstrar como se podia concretizar na prática uma crítica de cinema firmada no conhecimento técnico e nos pressupostos estéticos que fundavam a obra fílmica. Na verdade, era estender à crítica cinematográfica as mesmas exigências que se impunham à crítica musical ou literária. Relendo o que Paulo Emílio escreveu, no entanto não encontro tom de sisudez circunspecta. Ao contrário, mantém-se num registro coloquial, em que abundam galicismos, não só léxicos como mesmo de sintaxe. A seriedade está no nível de abordagem e na riqueza conceitual que o inspira<sup>28</sup>.

Subjaz às colocações a concepção de que o conhecimento técnico na abordagem do específico fílmico é uma característica fundamental nos escritos de Paulo Emílio, mas que aparece desatada de um academicismo exacerbado.

Exatamente nesse prisma, as colocações de Coelho vão ao encontro do texto “O antes e o depois”, escrito por Zulmira Ribeiro Tavares. Colocando em suspeição análises da fortuna crítica de Paulo Emílio que promovem um corte em sua trajetória — um antes: crítico de cinema estrangeiro e um depois: crítico de cinema brasileiro —, Tavares defende a ideia de que, mesmo nos anos de 1940, o crítico já demonstrava afinidade com reflexões sobre o cinema brasileiro. Dessa forma, aquilo que surgira em seus anos de juventude pela via indireta das manifestações

---

<sup>27</sup> CANDIDO, Antonio. Informe político. *Paulo Emílio...*, p. 71.

<sup>28</sup> COELHO, Ruy. A revelação do Cinema. *Paulo Emílio...*, p. 115.

cinematográfica externas, na maturidade se expressou pela necessidade de uma militância cultural pró-cinema brasileiro, mesmo que tal empresa fosse em favor de “filmes ruins”, vistos como forma distorcida encontrada para uma realidade social desatendida e sufocada se expressar. Finalizando, a pesquisadora ratifica:

Em suma: na sua análise de filmes o desejo surge como parte integrante do instrumental crítico, vertido no próprio texto. [...] Paulo se autointroduz no andamento da crítica, não para retirar a ela sua pretensão à objetividade, não por adulação narcisista do próprio eu — nada disso. Simplesmente tal atividade, praticada com um gosto vivo pela descoberta, é que torna possível ao seu autor realizar uma espécie de “varredura” em toda a extensão do campo social, descobrindo-se a si mesmo como uma amostra de enfoque (privilegiada todavia apenas pela proximidade) [...] <sup>29</sup>.

Esse instrumental crítico de Paulo Emílio enfatizado por Tavares é redirecionado por Roberto Schwarz, em “Um homem de seu tempo: testemunhos”, para a análise do componente imaginativo em seus textos. Ancorando-se na premissa segundo a qual “[...] o que Paulo Emílio busca adivinhar é algo como o estilo espiritual do indivíduo, a fisionomia que preside à sua inquietação científica, artística ou social”<sup>30</sup>, o pesquisador defende que sua prosa, ao traçar retratos de intelectuais e artistas de seu tempo, sem, porém, cultuar heróis, se concentra em intelectuais e não obras, pois,

[...] a nitidez da imaginação é um polarizador da conduta, da escrita, e, sobretudo, um elemento de comunicação e transmissão: ela, que faz a estatura incomum dos retratados, inspira igualmente o movimento expositivo, que por sua vez conquista o leitor para esta ordem de exigências, onde autorrealização, rigor, acaso e irrelevância ou, com sorte, relevância, se dão as mãos de um modo apropriado à condição moderna<sup>31</sup>.

Tal imaginação, componente essencial delineado por Schwarz, recebe a companhia da ênfase nas situações concretas, bem como da militância incondicional pró-cinema brasileiro, no ensaio “O observador cinematográfico”, assinado por Ismail Xavier. Nele, o crítico e teórico de cinema procura mapear três momentos da atuação de Paulo Emílio na imprensa escrita: antes de 1964, no jornal *Brasil, Urgente*; em 1968, na revista *Realidade* e em *A Gazeta*; e entre 1973 e 1975 no *Jornal da Tarde*. Defendendo a ideia de que, para o crítico, a força do cinema, tratado por um viés de concepção de cultura avesso a hierarquias, residiria justamente no fato de que possui vocação para se transformar em assunto de interesse geral, Xavier trata a defesa do contato exclusivo com o filme brasileiro e a imaginação nos textos de Paulo Emílio, da seguinte maneira:

[...] na defesa do contato exclusivo com o filme nacional, [Paulo] destaca a oposição entre recepção passiva — colocada inteira ao lado do consumo do

<sup>29</sup> TAVARES, Zulmira Ribeiro. O antes e o depois. *Paulo Emílio...*, p. 185.

<sup>30</sup> SCHWARZ, Roberto. Um homem de seu tempo: testemunhos. *Paulo Emílio...*, p. 189.

<sup>31</sup> \_\_\_\_\_. *Paulo Emílio...*, p. 192.

filme estrangeiro, sobre o qual não influímos, não devolvemos a experiência — e recepção ativa — colocada em conexão exclusiva com o cinema brasileiro diante da qual nossa resposta é vista como momento essencial de um processo de que, queiramos ou não, fazemos parte. [...] Sua preocupação maior é com a definição de um tecido de cultura popular urbana que sente necessário legitimar, tal como já ocorrido com o folclore de origem rural. No limite, sua reflexão quer esboçar um processo no qual o cinema brasileiro possa ser reconhecido como um sistema, num sentido não distante do encontrado em Formação da Literatura Brasileira, de Antonio Candido. [...] Paulo Emílio trabalha a imaginação em termos prospectivos, antecipando, encontrando continuidades de modo a poder vislumbrar o sistema de formação e antever a sua consciência<sup>32</sup>.

As colocações de Xavier ganham um contorno mais enfático nos argumentos de Jean-Claude Bernardet presentes em “Memória e ideologia”. Bernardet concebe que, em Paulo Emílio, optar pelo cinema brasileiro, seja como realizador ou como espectador, não consiste numa escolha exclusivamente de domínio da ideologia, pois torna-se a única via diante da impossibilidade concreta de compreender os filmes estrangeiros, sobretudo em função da língua. A língua, definidora da identidade nacional, promove um rompimento com o universal, opção indispensável, já que o universal se reduz ao estrangeiro que domina e oprime as manifestações nacionais<sup>33</sup>.

### **O Deus-herói civilizador ou à guisa de conclusão**

Oito anos separam a publicação de *Ensaio de Opinião* e a coletânea *Paulo Emílio*: um intelectual na linha de frente, porém as inúmeras questões por elas alçadas ao debate não se dissociam, apesar de resguardarem suas devidas particularidades temáticas e intencionais, obviamente ligadas às suas respectivas historicidades. À luz disso, vale mencionar, tais ocasiões de celebração do legado de Paulo Emílio Salles Gomes, além de se proporem a explicitar (e revigorar, é claro) sua contribuição não somente para a seara da cinematografia nacional, mas também para a cultura brasileira no geral, são construídas no fito de construir respostas a carências de orientação temporal de seus autores. Tais carências de orientação consistem, por um lado, num esvaziamento da perspectiva nacional-popular no campo político-estético de produção de filmes e ideias sobre eles e, por outro, nas remodelações de um projeto de modernização cultural paulista oriundo dos anos de 1950.

Surgida no início do decênio de 1960, o ideal de um cinema nacional-popular recebeu tratamento pelos cineastas cinemanovistas, tanto no sentido de expressão da consciência da defasagem cultural – entre as classes sociais, quanto como profundo apelo de transformação do

---

<sup>32</sup> XAVIER, Ismail. O observador cinematográfico. *Paulo Emílio...*, p. 220-221.

<sup>33</sup> BERNARDET, Jean-Claude. Memória e ideologia. *Paulo Emílio...*, p. 317.

cinema em instrumento de descoberta e reflexão da realidade nacional sem concessões estéticas<sup>34</sup>. Entretanto, tais características político-estéticas da produção nacional já não formulam o quadro com o qual os agentes que celebram a memória de Paulo Emílio se deparavam no momento de urdidura das respectivas publicações. Tanto em 1978 quanto em 1986, o cinema brasileiro carregava marcas de um processo histórico que remontava ao menos às duas décadas antecedentes. No decorrer delas, três características do esmaecimento do ideal político-estético de cunho nacional-popular saltam aos olhos.

A primeira consiste no processo de reconfiguração de parâmetros temáticos e estéticos, pós-1964, no interior do próprio cinema novo, sobretudo com relação à aversão ao gênero cômico e ao privilégio do Brasil rural. Num contexto de inquietudes e incertezas proporcionado pelo golpe civil-militar, os casos exemplares dessa reconfiguração são Luís Sérgio Person em *São Paulo S/A* (1965), que representa na tela as relações sociais, políticas e econômicas em todas as suas contradições num ambiente metropolitano como a capital paulista<sup>35</sup>, e Joaquim Pedro de Andrade em *Macunaíma* (1969), que se utiliza do gênero cômico, inclusive trazendo para o *casting* do filme o ator Grande Otelo, e atribui maior atenção à metrópole urbana num preciso diálogo com o tropicalismo<sup>36</sup>.

A segunda pode ser notada no surgimento cinema marginal, quatro anos após o golpe militar. Abandonando as premissas básicas do viés nacional-popular do nacionalismo esquerdista, os “cineastas marginais” radicalizam em sua postura e, por consequência, reconfiguram os parâmetros político-estéticos do cinema novo. O caso emblemático desse processo é *O bandido da*

---

<sup>34</sup> Esta não concessão estética — que também se traduz na aversão à comédia e ao ambiente urbano —, malgrado a tentativa de lançar na tela nossas mazelas sociais, representadas com base no simbolismo do cangaceiro, do homem simples camponês e de tradições religiosas, crenças e costumes nordestinos, produz um efeito que Jean-Claude Bernardet enfatizava em 1967. Esse efeito consiste na produção de filmes cujo conteúdo hermético não alcança parcela significativa de público, transformando-se em produtos da e para a classe média. BERNARDET, Jean-Claude. *Brasil em tempo de cinema*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>35</sup> Com relação a essa mudança temática, que também consiste numa mudança de paradigma estético, Maria Rita Eliezer Galvão ratifica que foi uma ruptura, afirmando: “Ao deslocar-se para outras ‘zonas sociais’, o Cinema Novo desloca toda a sua problemática: basicamente, seus autores voltam-se para si próprios e a sua classe, embora relutem durante um bom tempo em admitir (pelo menos em textos escritos) que esta mudança implica ruptura”. BERNARDET, Jean-Claude & GALVÃO, Maria Rita. *Cinema: repercussões em caixa de eco ideológica* (As ideias de “nacional” e “popular” no pensamento cinematográfico brasileiro). São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 224. Com isso Galvão nos instiga a pensar num outro elemento dessa ruptura temática: a autorrepresentação promovida pelas cineastas, pois, no ambiente urbano, a burguesia, a classe média e a intelectualidade são representados nos filmes cinemanovistas num processo de autoanálise. Isso pode ser percebido no documentário de Arnaldo Jabor, *A opinião Pública* (1967), no clássico glauberiano *Terra em transe* (1967) ou no filme-alegoria de Joaquim Pedro de Andrade, *Os Inconfidentes* (1972). Acerca do filme de Joaquim Pedro e sua proposta de representação dos intelectuais brasileiros, sugerimos a leitura do segundo capítulo do competente trabalho de Alcides Freire Ramos. Cf. RAMOS, Alcides Freire. *Canibalismo dos fracos: cinema e história do Brasil*. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 131-187.

<sup>36</sup> Sobre as representações do rural e do urbano nos filmes cinemanovistas, Cf. RAMOS, Alcides Freire. Para um estudo das representações da cidade e do campo no cinema brasileiro (1950-1968). *Fênix — Revista de História e Estudos Culturais*. Uberlândia, Vol. 2, Ano II, nº. 2 Abril/Maio/Junho de 2005, p. 1-13. Captado em: [www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br). Acesso em: 18 ago. 2012.

*luz vermelha* (1968), de Rogério Sganzerla. Como enfatiza acertadamente Alcides Freire Ramos, ao analisar a película:

[...] o Cinema Marginal propõe um outro “olhar” para o Brasil. Isto ocorre de duas maneiras. A primeira pelo questionamento da ideia de modernização/progresso material e espiritual defendida pela ditadura militar, o que pode ser observado, no filme, pela reiteração da desigualdade, do mau gosto, da boçalidade, etc. A segunda pela crítica das crenças e atitudes da esquerda do período, que concentrava suas atenções sobre camponeses pobres, operários e intelectuais de classe média, ou seja, sobre os grupos que possuíam alguma forma de organização e estavam integrados à vida econômica. Por este motivo, o ponto de vista adotado é o dos excluídos e sem esperança. A narrativa se organiza com base no olhar daqueles que não conseguiram inserir-se de acordo com as opções sociopolíticas oferecidas naquele período tanto pela esquerda como pelos militares. Neste sentido, a existência pura e simples dos marginalizados surge como uma forma de negar os “modelos” de análise até então vigentes. Ao colocar o “lixo urbano” em cena, o filme de R. Sganzerla explicita as contradições inerentes ao processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, nos anos sessenta e setenta<sup>37</sup>.

Ao contrário das produções cinemanovistas, que focalizaram entes sociais possuidores de representação no processo histórico brasileiro — por exemplo: os trabalhadores rurais explorados representados por Glauber Rocha em *Deus e o diabo na terra do sol* (1964), mas que do lado de fora da tela do cinema já possuíam representação empírica nas ligas camponesas —, a proposta de reconfiguração ideológica e estética do “Cinema Marginal” lança luz aos “marginalizados” — prostitutas, bandidos, vagabundos, delinquentes etc. — que não dispunham de representação social no contexto de modernização nacional, pós-AI-5. Portanto, esse “novo olhar” para o Brasil, bem como a negação dos modelos cinematográficos anteriores de análise da realidade social, caso não se configurem numa redefinição do nacional-popular cinemanovista, ao menos sinalizam claramente o processo de seu esgotamento.

A terceira característica pode ser recortada ao final dos anos de 1970 e funde em um só componente os elementos da diversificação da produção, da aproximação mais sistemática do cinema brasileiro com o audiovisual — especialmente a televisão e as produções universalistas hollywoodianas — e da ultrapassagem do caráter endógeno presente nos filmes cinemanovistas. Nesse contexto, a denominada pornochanchada, com suas comédias eróticas, cujos motes recorrentes percorrem a malandragem, o adultério, o homossexualismo — e a bissexualidade feminina, incorpora uma proposta estética muito próxima da linguagem televisiva e se beneficia das reservas de mercado aos filmes brasileiros conquistando uma parcela significativa de público.

Nadando nessa mesma corrente, porém não alcançando o prestígio de público das comédias eróticas, por um lado, as produções pejorativamente designadas pelo epíteto cinemão

---

<sup>37</sup> RAMOS, Alcides Freire. Para o estudo das representações..., p. 12.

também travam diálogo mais acentuado com os recursos linguísticos da TV e do cinema de Hollywood e, por outro, o cinema independente, assim como as produções de cineastas com origem no cinemanovismo ou sob seu raio de influência, se articulam em propostas menos herméticas, mas continuam restritos a seu “gueto”<sup>38</sup> e encarando a TV e Hollywood como adversários.

Em suma, malgrado sua tentativa de atribuir ao cinema novo o papel de matriz estética de todos os filmes e/ou movimentos bem sucedidos que o procederam, da qual discordamos sensivelmente, Ismail Xavier sintetiza de maneira percuciente essa terceira característica de esvaziamento do nacional-popular cinemanovista, quando afirma:

[...] o cinema brasileiro, de 1972/1973 para cá, não facilita a tarefa de quem queira mapeá-lo, marcar períodos, encontrar estéticas aglutinadoras. No fim do Governo Médici, o cinema dito marginal já perdeu o fôlego enquanto movimento, está rarefeito. O Cinema Novo é antes uma sigla para identificar um grupo de pressão, aliás hegemônico junto a Embrafilme, do que uma estética. Na política de produção e no debate cultural, o dado é a consolidação da polaridade entre o *cinemão*, projeto de mercado ajustado aos protocolos de comunicação dominantes, e os estilos alternativos presentes no curta e no longa-metragem. [...] No período, prevalece a invenção de caminhos pessoais e muitas opções borram as fronteiras a princípio nítidas<sup>39</sup>

À luz desse processo histórico, ou seja, com a história a seu favor, os colaboradores do dossiê sobre Paulo Emílio em *Ensaio de Opinião* e da coletânea *Paulo Emílio: um intelectual na linha de frente* se propõem a revigorar suas perspectivas intrinsecamente ligadas a um ideal de cinema nacional-popular, corporificado nos juízos político-estéticos de cineastas cinemanovistas. Como enfatiza Michel de Certeau,

[...] a imagem do passado mantém valor primeiro de representar *aquilo que falta*. Com um material que, para ser objetivo, está necessariamente aí, mas conotativo de um passado na medida em que, inicialmente, remete a uma ausência e introduz também a falta de um futuro. Um grupo, sabe-se, não pode exprimir o que tem diante de si — o que ainda falta — senão por uma redistribuição do seu passado. Também a história é sempre ambivalente: o lugar que ela destina ao passado é igualmente o modo de *dar lugar a um futuro*<sup>40</sup>.

Em face dessas considerações, pode-se ratificar: numa conjuntura prática sensivelmente desfavorável na lide cinematográfica — demonstrada pelo processo em curso de massificação da

---

<sup>38</sup> É digna de destaque a autocrítica, já no findar dos anos de 1980, dos próprios cineastas cinemanovistas com relação ao caráter endógeno de seus filmes e o processo de guetificação em que se inseriram. Um exemplo límpido dessa autoavaliação nos é dado por Carlos Diegues. O cineasta afirma: “Durante muitos anos, tentamos construir o mundo através do cinema. Não foi possível. De raiva, resolvemos destruí-lo. E ele, nem te ligo, continuou igualzinho. Aí botamos o mundo entre parênteses e inventamos outro de brincadeira. Um gueto onde nada de fora pudesse entrar para perturbar o brinquedo”. DIEGUES, Carlos. *Cinema brasileiro: idéias e imagens*. Porto Alegre: UFRGS/MEC/SESU/PROED, 1988, p. 11.

<sup>39</sup> XAVIER, Ismail. *Cinema brasileiro moderno*. 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 80.

<sup>40</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*, p. 93.

televisão, do surgimento das novas tecnologias da comunicação, de abandono do ideal de arte fortemente atrelado à concepção nacional-popular e de adesão aos parâmetros universalistas das produções culturais, estando entre elas o cinema e sua matriz hollywoodiana —, a saída encontrada pelos colaboradores das celebrações a Paulo Emílio é a redistribuição do passado e a projeção de um sentido futuro (teleologia) aos elementos de sua fortuna crítica. Nesse sentido, a remodelação de um projeto de modernização cultural, intrinsecamente ligado ao lugar social dos autores das duas publicações/celebrações a Paulo Emílio, também nos diz muito.

No pós-guerra a cidade de São Paulo tornou-se a corporificação mais emblemática das experiências oriundas de um projeto de modernização do país, promovendo uma aliança interessante entre poder econômico, poder político e esfera intelectual. Sob esse amálgama, no campo sociocultural, em que a arte passa a ser considerada mais um produto da sociedade moderna, despontam, especialmente no decênio de 1950, iniciativas empresariais — *Companhia Cinematográfica Vera Cruz* e Museu de Arte Moderna (MAM), criados por Francisco Matarazzo Sobrinho; Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), iniciativa de Franco Zampari; TV Tupi e Museu de Arte Moderna de São Paulo (MASP), fundados por Assis Chateaubriand — que moldam os gostos, o ritmo de vida e a sociabilidade dos indivíduos, fundando novas identidades e reconfigurando as já existentes<sup>41</sup>. Inseridos nesse mesmo campo sociocultural — onde Paulo Emílio contribuiu na fundação e, simultaneamente, se construiu enquanto intelectual —, os autores das publicações de celebração do legado e *persona* de Paulo Emílio se veem como herdeiros de um projeto de modernização cultural ainda em curso, porém de nova roupagem: fragmentada em sua estrutura e proposições.

Como salientam João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais, a crença na modernização no pós-guerra até o decênio de 1980 passa do otimismo para a desilusão, pois:

Entre 1945 e 1964, vivemos os momentos decisivos do processo de industrialização, com a instalação de setores tecnologicamente mais avançados, que exigiam investimentos de grande porte; as migrações internas e a urbanização ganham ritmo acelerado. O ano de 1964 marca uma inflexão, com a mudança do modelo econômico, social e político de desenvolvimento, e esta transformação vai se consolidando a partir de 1967-68. Mas nesse período (1964-1979), as dimensões mais significativas dessa mudança não eram perceptíveis, deixando a impressão de uma continuidade essencial do progresso, manchada, para muitos, pelo regime autoritário. A partir de 1980 (“a década perdida”), finalmente, a nova realidade se impõe. Malgrado hesitantes tentativas de reinversão, consolida-se nas suas expressões limítrofes (estagnação

---

<sup>41</sup> Acerca desse processo, Cf. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura*. São Paulo: Edusc, 2001.

econômica, superinflação, desemprego, violência, escalada das drogas etc.) [...]”<sup>42</sup>.

Reverberando no campo das aspirações de modernização cultural, tal redimensionamento da questão atinge profundamente os agentes remanescentes do projeto gestado em meados do século do século XX, bem como aqueles que se inseriram nele, mesmo após sua consolidação, gerando um processo complexo. Esse, por sua vez, reverbera no debate atinente ao papel dos intelectuais revolucionários. Conforme ressalta Marcelo Ridenti,

O acerto de contas com os anos de 1960 colocava a intelectualidade brasileira dos anos de 1980 na fronteira entre uma (auto)crítica que poderia redundar na continuidade do engajamento contra a ordem estabelecida, agora num patamar superior — o intelectual ao mesmo tempo dilacerado pelas contradições da modernidade e engajado prazerosamente no processo de transformação, sem renunciar à sua individualidade —, ou uma (auto)crítica que envolveria o desaparecimento do intelectual inconformista, tendência que ganharia cada vez mais força nos anos seguintes<sup>43</sup>.

Dessa maneira, se, nos decênios de 1950 e 1960, o peso normativo do passado devia ser afastado, dando margem aos domínios do presente (um momento novo, cuja experiência se espraiaria no futuro revolucionário), na virada dos anos de 1970 para 1980 esse futuro já havia chegado, sendo preciso postergá-lo. O recurso à teleologia, assim, é a válvula de escape das obras/celebrações a Paulo Emílio para justificar suas considerações acerca do cinema brasileiro e o legado do crítico, pois procuram — estabelecer uma relação entre o *passado*, representado pela tríade: Paulo Emílio, projeto de modernização cultural e perspectiva nacional-popular cinemanovista, *presente*, empiricamente comprovado pelo esgotamento da tríade, e *futuro*, exposto como necessidade de reposição da tríade.

Para Mircea Eliade, um aspecto do mito, como modelo exemplar, é sua capacidade em desvelar a sacralidade da obra criadora dos deuses ou heróis civilizadores, descrevendo as diversas irrupções do sagrado no mundo<sup>44</sup>. Colocada sob esses termos, a função primordial dos mitos consiste em fixar modelos exemplares de todos os ritos e atividades humanas significativas. Em vista disso, pode-se afirmar que os agentes envolvidos nas duas publicações de celebração ao crítico se veem na iminência de edificar um sistema de sentido em que seu homenageado ainda tenha lugar de destaque. O mais interessante é que esse destaque é conquistado por meio de um processo de endeusamento/heroificação via ritualização mitológica de um acontecimento da

---

<sup>42</sup> MELLO, João Manuel Cardoso de & NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lília M. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 560-562, vol. 4.

<sup>43</sup> RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos de 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 160.

<sup>44</sup> ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

origem, representado pelas ações de Paulo Emílio. Nesta medida, conforme expressa Mircea Eliade,

Todo mito, independentemente da sua natureza, enuncia um acontecimento que teve lugar *in illo tempore* e constitui, por isso, um precedente exemplar para todas as ações e situações que, depois, repetirão este acontecimento. Executados pelo homem, todo ritual ou ação datada de sentido repetem o arquétipo mítico. [...] O mito reintegra o homem numa época atemporal que é, de fato, um *illud tempus*, quer dizer, um tempo auroral, paradisíaco, além da história. Aquele que realiza um rito qualquer transcende o tempo e o espaço profanos: do mesmo modo, aquele que “imita” um modelo mítico ou simplesmente escuta ritualmente (participando nela) a recitação de um mito é arrancado ao devir profano e reencontra o Grande Tempo. Na perspectiva do espírito moderno, o mito — e com ele todas as outras experiências religiosas — anula a “história”. Mas há de se notar que a maioria dos mitos, pelo simples fato de enunciarem *o que se passou “in illo tempore”*, constituem, eles próprios, uma *história exemplar* do grupo humano que os conservou e do cosmos deste grupo humano<sup>45</sup>.

À luz das colocações de Eliade, nota-se que as respostas trazidas pelas publicações que celebram a memória de Paulo Emílio constituem-se num processo de, ao mesmo tempo, suspensão do legado do crítico e tentativa de viabilização das assertivas que propõem sua necessária reposição. A história suspensa pelos agentes dos rituais de celebração consiste, por um lado, no próprio legado de Paulo Emílio, colocando-o em um lugar atemporal e, por outro, no processo de dissolução prática de suas concepções sobre cinema brasileiro (de cunho nacional-popular) e do projeto de remodelação de um projeto de modernização cultural. Com tal empreendimento, os agentes desses rituais de celebração ao crítico instauram uma teleologia no processo histórico em curso, defendendo a reposição das perspectivas sobre cinema brasileiro e posições ideológicas defendidas pelo Deus-herói civilizador Paulo Emílio.

Desse modo, o crítico, tomado como Deus-herói civilizador, tem suas ações sacralizadas enquanto modelo exemplar, que devem ser repostas num futuro próximo. Concordando com Jacques Le Goff, acreditamos que,

[...] como a escatologia se constrói muitas vezes por referência às origens, implícita ou explicitamente (como o fim dos tempos aparece muitas vezes como um retorno à origem dos tempos e como o fim do mundo é posto em relação com a criação do mundo), a escatologia mantém também relações estritas com o mito<sup>46</sup>.

Em vista disso, pode-se afirmar que o futuro, isto é, a reposição da tríade Paulo Emílio, projeto de modernização e perspectiva nacional-popular cinemanovista, aparece em *Ensaio de Opinião* e em *Paulo Emílio: um intelectual na linha de frente por meio da articulação inevitável com*

<sup>45</sup> ELIADE, Mircea. *Tratado de história das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 350-351.

<sup>46</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990, p. 330.

a escatologia, na qual o crítico tomado como Deus-herói é tratado como empreendedor da ação de origem, fundadora de uma legítima tradição cinematográfica nacional — seja no campo das ideias, seja influenciando as produções cinematográficas cinemanovistas —, cuja reposição no *telos* ainda se concretizará. Como bem frisa Michel de Certeau,

[...] a imagem do passado mantém o seu valor primeiro de representar aquilo que falta. Com um material que, para ser objetivo, está necessariamente aí, mas é conotativo de um passado na medida em que, inicialmente, remete a uma ausência e introduz também a falta de um futuro. Um grupo, sabe-se, não pode exprimir o que tem diante de si, o que ainda falta senão por uma redistribuição do seu passado. Também a história é sempre ambivalente: o lugar que ela destina ao passado é igualmente um modo de dar lugar a um futuro<sup>47</sup>.

À luz dessas considerações de Certeau, bem como daquilo já ressaltado por Eliade, nota-se não ser despreziosa a proposta em celebrar o legado e a *persona* de Paulo Emílio, procurando revigorar e até mesmo superestimar sua postura de militante marxista avesso à ortodoxia, sua atuação institucional e suas reflexões sobre as perspectivas estéticas do cinema brasileiro, sua história e as amarras das quais seus agentes deveriam se desvencilhar. É justamente nesse viés, com efeito, que insurge a redistribuição do passado — casamento da revolução cinemanovista e a imaginação criadora proposta por Paulo Emílio —, servindo de projeto às aspirações de um grupo de intelectuais “órfãos” do Deus-herói civilizador, cujo modelo exemplar deve ser celebrado, ao mesmo tempo em que cede lugar a um futuro no qual suas proposições se realizarão.

Com base no exposto, não é demais enfatizar que o dossiê sobre Paulo Emílio em *Ensaio de Opinião* e a coletânea *Paulo Emílio: um intelectual na linha de frente* expressam uma postura estratégica como resposta a carências de orientação temporal dos “órfãos” do Deus-herói civilizador da crítica cinematográfica nacional. Por essa gama de considerações, sempre que um pesquisador da história do cinema brasileiro se depara com informações sobre Paulo Emílio Salles Gomes, ou mesmo com sua fortuna crítica, deve se preocupar em analisar tais dados aos moldes propostos por Jacques Le Goff, que reelaborando as proposições de Michel Foucault<sup>48</sup>, acentua que a documentação histórica deve ser tratada como monumento, ou seja, resultado de esforços sociais, políticos, econômicos e sociais de determinados grupos para impor determinada imagem de si ao futuro<sup>49</sup>.

---

<sup>47</sup> CERTEAU, Michel. *A escrita da história*, p. 93.

<sup>48</sup> FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do Saber*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

<sup>49</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*, p. 548.

# A cidade no museu: práticas culturais no Instituto do Museu Jaguaribano

## The city at the museum: cultural practices in Jaguaribano Museum Institute

Alex da Silva Farias

Mestrando em História Cultural  
UECE/MAHIS/FUNCAP  
alexsfarias@yahoo.com.br

Recebido em: 01/05/2014

Aceito em: 25/11/2014

**RESUMO:** A proposta inicial deste artigo é de desenvolver uma releitura sobre o patrimônio histórico local, a partir do conjunto arquitetônico da cidade de Aracati e levantar questões sobre as representações das práticas culturais dos museus de cidade no interior do estado e fora dos grandes centros urbanos. O objeto da pesquisa é o Instituto do Museu Jaguaribano, museu de e da cidade de Aracati, do qual indago como esta instituição de preservação da memória local se apropriou da história de sua cidade. A metodologia desenvolvida foi a análise do discurso da historiografia local e o pressuposto teórico aqui discutido tem como foco os estudos orientados para a representação da memória e do patrimônio na narrativa do discurso.

**PALAVRAS CHAVE:** Cidade, Museu, Práticas culturais.

**ABSTRACT:** The initial purpose of this article is to develop a new reading on the local heritage, from the architectural ensemble of the city of Aracaty and raise questions about the representations of cultural practices of museums in the city within the state and outside major urban centers. The object of the research is the Institute of Museum Jaguaribano, museum and city Aracaty, which inquire how this institution for the preservation of local memory appropriated the history of your city. The methodology was discourse analysis of local historiography and the theoretical assumption discussed here focuses on the oriented representation of memory and heritage in narrative discourse studies.

**KEYWORDS:** City, Museum, Cultural Practices.

### Introdução

“As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa”<sup>1</sup>. Este trecho nos faz refletir sobre as permanências e rupturas na temporalidades e no cotidiano dos espaços urbanos. Lugar de coisas

<sup>1</sup> CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Rio de Janeiro: Biblioteca Folha de São Paulo, 2003, p. 20.

produzidas, ele nos leva a ter um olhar mais atento sobre as práticas culturais<sup>2</sup> exercidas nas cidades<sup>3</sup> do interior e fora dos grandes centros urbanos. Tais práticas merecem atenção, pois sua ação é uma leitura das representações e das transformações no espaço urbano. As representações também são práticas culturais, cultural não somente no sentido social mais coletivo, pois são narrativas que compõe a definição do lugar.

Localizada a 149 km de Fortaleza no litoral leste do Estado, Aracati tem grande valor histórico para o Estado<sup>4</sup>, tanto pela sua influência na economia e cultura colonial como pelo estado de conservação de seu patrimônio histórico, fundamental para a construção da história do Ceará. A história da cidade Aracati remonta ao período colonial quando o então Capitão-mor Pero Coelho de Sousa ergue um forte, em 1603. Edificação que viabilizou tanto o fluxo de emigrantes como a fixação da população às margens do rio Jaguaribe, aumentando o comércio e a comunicação na região que se em torno do então povoado de São José do Porto dos Barcos do Jaguaribe.

Durante o século XVIII a atividade portuária ascendeu sua produção mercantil, principalmente no período das charqueadas tanto produziu como exportou. Em 24 de fevereiro de 1748, foi elevada à Vila de Santa Cruz dos Barcos do Jaguaribe pelo Conselho Ultramarino e Vila Sede em 20 de junho de 1780, somente tornou-se cidade através de Lei provincial em 25 de outubro em 1842 quando governava o Ceará o brigadeiro José Joaquim Coelho<sup>5</sup>.

Fazendo uma releitura dos espaços urbanos da cidade de Aracati, e de sua narrativa<sup>6</sup> história, percebo que seu conjunto arquitetônico refletiu o florescimento econômico e cultural pelo qual a cidade passou, “tampouco foi considerada a expansão dos interesses metropolitanos na organização do capital mercantil, e ainda, a sua relação com a formação de uma elite senhorial

---

<sup>2</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Difel: Rio de Janeiro, 1987.

<sup>3</sup> Análise a cidade não como uma unidade homogênea, mas como uma categoria de e com função coletiva distinta, é fonte de cultura material e imaterial cujos traços urbanos demonstram o processo de formação e a ocupação da cidade em diferentes formas. Ver PESAVENTO, Sandra Jathay. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n.53, São Paulo, 2007.

<sup>4</sup> O conjunto arquitetônico do centro histórico de Aracati passou a ser considerado patrimônio nacional e foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em abril de 2000, conforme LISTA DOS BENS CULTURAIS INSCRITOS NO LIVRO DO TOMBO (1938-2012). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Departamento de Articulação e Fomento – DAF. Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação. Copedoc. Coordenação de Documentação e Informação – Codin. Arquivo Central do IPHAN – Seção do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Fevereiro de 2013.

<sup>5</sup> LIMA, Abelardo Costa. *Terra Aracatiense*. Aracati: Biblioteca de História do Ceará – I. 2ª edição, 1979.

<sup>6</sup> A narrativa é um produto que tem como método um discurso que pode ou não representar um evento histórico, varia de acordo com o fim em si mesmo ou como meio para este fim, são representações dos diferentes modos de construção do cotidiano. Seu significado é a consciência centrada em uma estrutura cujos processos significam uma sucessão de eventos predestinados, ver WHITE, Hayden. A questão da narrativa na teoria contemporânea. In: MORAIS, Fernando; SILVA, Rogério forastieri da (org.). *Nova história: em perspectiva*, v. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

urbana e mercantil no Ceará”<sup>7</sup>. Seu patrimônio<sup>8</sup> histórico e cultural urbano se manteve preservado até nossos dias, isto só foi possível tanto pela ascensão econômica que proporcionou o consumo de bens e produtos, durante o século XIX, como pelo declínio e estagnação econômica que a cidade suportou<sup>9</sup>.

Por outro lado a consciência de preservação dos seus bens históricos por parte de uma elite cultural local também contribuiu para a conservação do próprio patrimônio histórico do município. Reflito então sobre como a história desta cidade, foi apropriada por sua instituição de preservação da memória local, o Instituto do Museu Jaguaribano<sup>10</sup>, trago algumas considerações sobre como esta instituição significou a função social de lembrar o grupo de si, dos seus e dos outros.

Refiro-me aqui que a narrativa da história local transmitidos através de suas instituições de memória, os museus de cidade<sup>11</sup>, é uma construção. De outra forma a desconstrução desta narrativa é necessária para demonstrar o uso da memória<sup>12</sup>, das lembranças e do esquecimentos<sup>13</sup> como instrumento de poder, de dominação e controle da história local.

Segundo White<sup>14</sup>, a narrativa é a um só tempo modo de discurso e o produto deste discurso. É a partir deste pensamento que observo como que a narrativa da história da cidade de Aracati seguiu um determinado discurso produzido em um momento, sob um sentimento de

---

<sup>7</sup> OLIVEIRA. Almir Leal de. As carnes secas do Ceará e o mercado Atlântico no século XVIII. In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antônio César de Almeida (org.). *Temas Setecentistas: Governos e populações no Império Português*. Curitiba: UFPR – FCHLA/Funart; Araucária, 2008, p. 511.

<sup>8</sup> Logo no primeiro momento é comum se identificar o patrimônio como monumento. O termo é usado de forma inadequada, seu conceito mudou no tempo, não é uma invenção moderna passando a significar valor histórico, artístico, cultural e arquitetônico. É um meio de expressão, de representação e de criação do passado por isso desperta o interesse da sociedade em estudá-los. O patrimônio mudou de perspectiva, antes o foco era a nação agora é a sociedade, hoje a ação preservacionista não opera mais no físico e sim na ação cultural, articulando questões de interesse coletivo e individual. Conforme RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPHAN), n. 24, Cidadania, Ministério da Cultura, 1996.

<sup>9</sup> CASTRO. José Liberal de. Pequena informação relativa à arquitetura antiga no Ceará. *Revista Aspectos Históricos*, n. 5, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. UFC, Fortaleza, 1977.

<sup>10</sup> Fundado em 15 de novembro de 1968, localizado no Edifício do Solar do Barão do Aracati, na Rua Coronel Alexanzito, nº. 743 em Aracati, Ceará.

<sup>11</sup> Os museus de cidade são instituições urbanas, nostálgicas, imutáveis, míticas e de restrita leitura das contradições históricas, que permitem uma discussão sobre as intencionalidades na construção e perpetuação da história local. Ver MENESES, Ulpiano T. Bezerra. O Museu de cidade e a consciência de cidade. In: *Museu e Cidade*. Livro do Seminário Internacional. RJ: Museu Histórico Nacional, 2003; \_\_\_\_\_. O museu na cidade x a cidade no museu – uma abordagem histórica dos museus de cidade. *Revista Brasileira de História* v. 5, n. 8/9, São Paulo, 1985.

<sup>12</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

<sup>13</sup> RICOUER, Paul. Memória pessoal, memória coletiva. In: *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

<sup>14</sup> WHITE, *A questão da narrativa na teoria contemporânea*.

nostalgia e glorificação do passado e que davam continuidade a mesma estrutura social da elite intelectual<sup>15</sup> que o criou, desejosa de perpetuar seu passado e eleger um presente ilustre.

### **Narrativa, Discurso e Patrimônio**

A influência do pensamento dos fundadores<sup>16</sup> interferiu na narrativa da história da cidade, pois alterou ordem do seu discurso sob um horizonte de expectativa para a cidade e que permitiu a chance da elite conservar seu passado ilustre.

Este discurso de patrimônio histórico e cultural estava presente no meio intelectual local deste 1937<sup>17</sup> e foi aceito pela coletividade. Se pensarmos que os discursos de patrimônio cultural tanto individual como coletivamente são construídos e que sua prática de preservação<sup>18</sup> se efetiva a partir de um determinado momento deste discurso. Não há, portanto, patrimônio que não possua ao mesmo tempo as condições individual e coletiva. Esta concepção de patrimônio não dependia apenas da vontade dos seus fundadores nem da ação deliberada de indivíduos ou grupos, mas do significado de um discurso erudito que foi apropriado e resignificado pela instituição na cidade.

Neste sentido o conceito de patrimônio foi usado para determinar uma construção simbólica do passado da cidade, pois sua apropriação foi produzida por práticas orientadas para uma representação da memória da cidade, definida por um determinado grupo social. Através da seleção do acervo da exposição e dos sócios.

A ação da memória individual ou coletiva como dos atos de lembrar e esquecer também devem ser considerados como práticas culturais na memória institucional<sup>19</sup>, pois implicam na representação da história da cidade. Percebo, portanto que os seus membros e sócios<sup>20</sup> comungavam o mesmo sentimento de pertencimento, pois o que os unia eram os laços de

---

<sup>15</sup> INTELLECTUAIS DESENVOLVER; CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Difel: Rio de Janeiro, 1987.

<sup>16</sup> Conforme Estatuto de 1984 no capítulo 02 em Parágrafo único: São considerados sócios fundadores os que se associaram a ideia da organização do Instituto no ato de sua fundação e assinaram a respectiva ata. Ver INSTITUTO do Museu Jaguaribano. *Estatuto*. Imprensa Oficial do Ceará, 1984, p. 4.

<sup>17</sup> O primeiro bem tombado na cidade foi a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário ainda pelo SPHAN em 24/01/1957 obedecendo a legislação de 1937.

<sup>18</sup> O processo de preservação do patrimônio cultural no Brasil surge por volta de 1934, em a iniciativa de intelectuais engajados no movimento modernista, do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Mario de Andrade também foi um dos percussores deste projeto, criando em 1936 o “Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN)” e em 1937 o decreto-lei nº. 25 de 30/12/37 que o institui como o órgão como responsável pela preservação patrimonial da União. Com a elaboração da Carta de Veneza as práticas de preservação do patrimônio histórico e cultural expandem-se e em 1979 o SPHAN é elevado a Instituto denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

<sup>19</sup> GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita de história*. Rio de Janeiro: Editora FGC, 2004.

<sup>20</sup> Os sócios são classificados em: efetivos, beneméritos e honorários, conforme INSTITUTO do Museu Jaguaribano, *Estatuto*, p. 10.

fidelidade ao patrimônio, de maneira que as homenagens e comemorações<sup>21</sup> serviam para celebrar o sentimento de continuidade e pertencimento.

O Museu Jaguaribano, como museu da cidade nos permite desenvolver uma discussão sobre suas práticas culturais constatada em sua seleção dos objetos, homenagens e exaltação de um determinado passado da história da cidade. Eram desenvolvidas atividades<sup>22</sup> durante as “datas festivas do Brasil, do Ceará e da zona Jaguaribana”,<sup>23</sup> além de homenagens aos heróis nacionais e homens ilustres da cidade, privilegiando “o culto dos feitos singulares da história do Ceará e do nordeste e, em particular da zona Jaguaribana”<sup>24</sup>.

Aqui percebo que há uma estratégia clara em ampliar sua rede de relacionamento com seus sócios tornando-os membros da sua diretoria. Observo que este discurso de preservação tanto privilegiou como priorizou apenas os bens do município de Aracati, desprezando ou negligenciando os demais e considerando a si como o centro de toda a cultura erudita da região Jaguaribana<sup>25</sup>, esquecendo e omitindo os municípios de sua vizinhança.

Na inauguração em 22 de dezembro de 1968, o então prefeito Ruperto Cavalcante Porto, em solenidade fez agradecimentos a Secretaria de Cultura do Estado; a Diocese de Limoeiro do Norte; a Prefeitura Municipal de Aracati; o Conselho Comunitário de Aracati; a diretoria do Instituto do Museu Jaguaribano e representantes do IPHAN e do SESI. Ainda o historiador Raimundo Girão, secretário de cultura do Estado; o escritor Braga Montenegro; a Museóloga Nair de Carvalho do Museu Nacional e o arquiteto João Barros Maia da Secretaria de Cultura do Município.

Na ocasião a museóloga Nair de Carvalho que cortou a faixa simbólica de inauguração, em seguida discursou o secretário de cultura do Estado o historiador Raimundo Girão, que destacou o objetivo, finalidades e valor histórico do Museu Jaguaribano em sintonia com o plano de desenvolvimento do governo de Plácido Castelo.

Seu funcionamento permaneceu constante até 1972 quando o SESI negou acesso ao museu, alegando o uso do edifício para residência de seus servidores, impedindo a manutenção e

---

<sup>21</sup> Destina-se a transmitir as gerações futuras o sentimento de continuidade e manifestam o interesse em igualar-se com um segmento da sociedade. Forma-se da repetição de certos rituais a fim de conservar coletivamente os saberes, ver CANDAU, Joel. O jogo social da memória e da identidade (2): fundar, construir. In: *Memória e identidade*. Contexto, 2011.

<sup>22</sup> Exposições de jornais, fotografias livros e documentos do Aracati e região Jaguaribana e de outras partes do Brasil e Exposições de artes de artistas do município.

<sup>23</sup> INSTITUTO do Museu Jaguaribano, *Estatuto*, p.09.

<sup>24</sup> INSTITUTO do Museu Jaguaribano, *Estatuto*, p.09.

<sup>25</sup> O Instituto do Museu Jaguaribano considera por Zona Jaguaribana a área que compreende os limites do município abrangendo: Icó, Itaíçaba, Jaguaretama, Jaguaribana, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Óros, Palhano, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte, conforme INSTITUTO do Museu Jaguaribano, *Estatuto*, p.7.

recuperação das peças do acervo além da biblioteca e cômodos do Solar, ou seja, do Museu Jaguaribano e do Arquivo do Jaguaribe. Durante cinco anos o Museu Jaguaribano permaneceu fechado.

Em vista disto o Instituto do Museu Jaguaribano pôs como obrigação principal para a próxima gestão do período o acesso ao Museu Jaguaribano e ao Arquivo do Jaguaribe. O então prefeito Abelardo Costa Lima e também sócio do Museu Jaguaribano, manteve contato com o diretor da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) o Dr. José Flávio Costa Lima, junto com o novo diretor do Instituto do Museu Jaguaribano o Senhor Antero Pereira Filho, conseguiram liberar o Solar do Barão de Aracati para o Museu Jaguaribano.

Em 1980 o Instituto do Museu Jaguaribano firmou contrato de comodato com Serviço Social da Indústria (SESI) por um período de quatro anos a partir de 1980, a fim de fixar sua sede. Logo em 1983 tombou o edifício, e no ano de 2000 o SESI doa para uso oficial do Instituto do Museu Jaguaribano o Solar do Barão de Aracati, que durante o governo de Lúcio Alcântara, passou por reformas em 2005 e foi reaberto em 2009.

### Uma Cidade em Formação

Não é fruto do acaso, muitos museus brasileiros estarem fisicamente localizados em edifícios que um dia tiveram uma identificação com residência de indivíduos poderosos. Este motivo também contribuiu para significar o imaginário do imóvel como “casa de rico”, o que nos leva a pensar sobre uma história da cidade sem conflitos, sem seca ou enchentes. Por outro lado nos leva a confirmar que o “museu do Aracati”, era um local de e que somente valorizou a memória dos grandes artistas, líderes, políticos e militares.

O uso do Solar do Barão de Aracati<sup>26</sup>, para abrigar o Museu Jaguaribano é outro ponto importante, pois segundo seus fundadores foi necessário tanto para justificar a importância histórica do bem como para legitimar seus heróis. Esta estreita relação entre a instituição e as classes privilegiadas tem favorecido uma concepção museal que impôs uma representação do imóvel.

Muito dos sócios tem publicações mais específicas novamente o Dr. Hélio Ideburque Carneiro Leal autor de “A Igreja de Nossa Senhora do Rosário – A Igreja a Matriz” onde narra a construção, trajetória das igrejas do município; ainda sobre as igrejas da cidade, publica “Capela de Cristo Rei, Colégio Marista de Aracati e o Bem-aventurado Padre Marcelino José Bento

---

<sup>26</sup> O Historiador, Antero Pereira Filho afirma que o Solar teria em maior parte de sua existência pertencido ao Barão de Messejana, e depois em homenagem ao Dr. José Pereira da Graça Filho, o Solar do Barão de Aracati. Ver PEREIRA FILHO, Antero. *Sobrado do Barão*. Desfazendo um Equívoco, 21 de junho de 2008. [online]. Disponível via Internet via [www. url: http://luacheia.art.br/site](http://luacheia.art.br/site). Capturado em 28 de abril de 2011.

Champagnat” considerando os eclesiásticos da paróquia. “Singelo documentário de alguns atentados ao patrimônio cultural de Aracati 1940 – 1994” é outra obra em que o autor expõe publicamente os avanços e atentados ao patrimônio histórico e cultural do e no município. “Bandas de Música de Aracati” é uma leitura sobre as primeiras e principais bandas e filarmônicas das diversas agremiações na cidade, “Casa de Câmara e Cadeia de Aracati”, trata sobre a trajetória da criação e instalação da Casa de Câmara e Cadeia em Aracati. A trajetória de vida do Dr. Hélio Ideburque Carneiro Leal se confunde com a própria do museu, já era escritor de livros de direito, mas como historiador foi a partir do Museu Jaguaribano.

Outro autor foi o senhor Antônio Figueiredo Monteiro<sup>27</sup> (1909-1988) como todos os outros também foi diretor do Museu Jaguaribano e apresentava aos domingos na “Rádio Cultura de Aracati” o programa “Momento da Cultura”, publicou “Crônicas Históricas” e “História do Aracati”. O senhor Antero Pereira Filho<sup>28</sup> continua a lista de intelectuais e eruditos da cidade que escrevendo sobre a história da cidade com vários artigos publicados, dentre tais: “A maçonaria em Aracati 1920-1949”; “Ponte Presidente Juscelino Kubitschek” e “Histórias de assombração do Aracati”.

As exposições periódicas e permanentes não refletiam nem o passado nem o cotidiano da cidade, muito menos mencionam a história dos outros municípios da região Jaguaribana. São, portanto a confirmação de um discurso nacionalista e conservador local. Vincularam-se a dar maior visibilidade aos objetos que afirma e confirma seu prestígio social.

Assim como os sistemas de exclusão<sup>29</sup>, apoiou-se sobre um suporte institucional para reforçava seu campo de atuação. Conforme as primeiras doações<sup>30</sup>, oriundas da paróquia, da diocese e de algumas famílias abastadas, os objetos eram na maioria religiosos, louças e utensílios domésticos, móveis e mobiliários, geralmente para uso e guarda. Os objetos presentes no museu foram o resultado de uma multiplicidade de construções sociais e representações coletivas, que recontam história da cidade por famílias que ostentavam e legitimavam seu poder.

O Instituto do Museu Jaguaribano mantém parceria com escolas públicas e particulares da região, aproximando professores e alunos da instituição. Sempre se preocupou com o ensino e a

---

<sup>27</sup> Antônio Figueiredo Monteiro (1909-1988), professor, jornalista, historiador, radialista, contador e funcionário público federal concluiu o Curso de Humanidades da Phenix Caixeiral; foi componente do jornal do Grêmio, escreveu ensaios em revista foi redator, tendo como colaboradores Gustavo Barroso, Monteiro Lobato e Raquel de Queiróz.

<sup>28</sup> Atuou como presidente do Instituto do Museu Jaguaribano durante duas diretorias (1976-1979/1982-1985). A história da cidade e do povo aracatiense são os objetos de seus e artigos crônicas publicados na imprensa local.

<sup>29</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Ed. Loiola, 2001.

<sup>30</sup> Ainda em 1972 o Sr. Hélio Idelburque Carneiro Leal doa a biblioteca que pertenceu a seu pai o Desembargador Cláudio Idelburque Carneiro Leal ao museu, conforme INSTITUTO do Museu Jaguaribano. *Assembleia Geral*, 13 de outubro de 1973.

educação da cidade, haja vista que o seu quadro de diretores era composto por professores da rede pública e particular embora priorizasse somente da sua região metropolitana, pois era unanime entre seus diretores a necessidade e importância do uso pedagógico do museu para o ensino da cidade.

Do mesmo modo o museu mantém apoio à cultura e a arte, pois tem a “finalidade de reunir, para divulgar, trabalhos de artistas aracatienses e difundir as artes plásticas do município”,<sup>31</sup> como pode ser constatado no empenho dos diretores em manter as exposições<sup>32</sup> de fotografias, jornais, documentos antigos e trabalhos de artistas da principalmente do município.

### **Considerações Finais:**

O crescimento das cidades brasileiras no século XIX estava ligado às transformações decorrentes do desenvolvimento capitalista, isto implicou na incorporação de valores, condutas, e costumes nos modos de vida urbana. É neste momento que a cidade serve de formato pelos fundadores do Instituto do Museu Jaguaribano para manter e confirmar a história do município transmitida através do seu museu de cidade. Usando as lembranças, esquecimentos e reconhecimento como formas de perpetuação da memória local.

Ao analisar as transformações nas últimas décadas o Instituto do Museu Jaguaribano assumiu o papel de instituição cultural que provocou interferência no passado da cidade. Esta prática contribuiu para ampliar seu campo de atuação e confirmar sua imagem e seu papel, pois seus atos ao lembrar e esquecer devem, portanto ser considerados práticas ou ações humanas dentro da memória institucional.

Foi através do significado do patrimônio no entendimento destes fundadores e de sua da função social de lembrar o grupo e também os outros de si, que percebo como as práticas culturais de seu discurso interferiu na narrativa da história local.

---

<sup>31</sup> INSTITUTO do Museu Jaguaribano. *Assembleia Geral*, 09 de outubro de 1980, p. 09.

<sup>32</sup> A VII exposição de fotografias do Aracati Antigo; a IV exposição de jornais antigos do Aracati e outras regiões do país; as exposições I, II e III de livros raros, papéis e documentos antigos; e as exposições de Arte, II e III em 15 de novembro de 1980 e 1981; além das homenagens e publicações.

## As cartas do Padre Baltasar Barreira: fontes para o estudo da religião na Costa da Guiné (Século XVII)

Father's letters Baltasar Barrier: sources for the study of religion in the Guinea Coast (Century XVII)

Jeocasta Juliet Oliveira Martins

Mestranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

jeocasta@hotmail.com

Recebido em: 16/06/2014

Aprovado em: 11/07/2014

**RESUMO:** Este artigo analisa o percurso geográfico, a vida e as cartas que o Padre Baltasar Barreira escreveu quando foi enviado como superior da primeira missão jesuíta para a região da Guiné, no século XVII. O objetivo deste texto não é realizar uma abordagem idealizada deste missionário jesuíta, pretende-se demonstrar como suas cartas podem ser utilizadas como fonte histórica para o estudo da religião na Costa da Guiné. Os esforços deste artigo vão no sentido de demonstrar como fontes europeias podem e devem ser utilizadas na construção da História da África.

**PALAVRAS-CHAVE:** Missionarismo, religião, Guiné.

**ABSTRACT:** This paper analyzes the geographical backgrounds, life and letters that Father Baltasar Barreira wrote when he was sent as superior of the first Jesuit mission to the region of Guinea, in the seventeenth century. The aim of this paper is not to perform an idealized this Jesuit missionary approach seeks to demonstrate how your cards can be used as a historical study of religion to the Guinea Coast source.

**KEYWORD:** Missionarismo, religion, Guinea.

### Introdução

Sem dúvida os impulsos por trás do que se conhece como “Expansão Marítima” surgem de uma mistura de fatores econômicos, estratégicos, políticos e religiosos.

Entre os motivos religiosos que inspiraram dirigentes portugueses a incentivarem as navegações estão o fervor empenhado na cruzada contra os muçulmanos e o desejo de universalizar a fé cristã.<sup>1</sup> A motivação religiosa que impulsiona as descobertas portuguesas está claramente expressa em três bulas papais (Dum diversos 1452/ Romanus Pontifex 1455/ Inter Coetera 1456), que reforçam o poder e o dever de Portugal de fornecer assistência religiosa (enviar missionários, erigir dioceses, apresentar candidatos ao bispado e aos demais benefícios

<sup>1</sup> BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 34.

eclesiásticos) aos territórios “descobertos”.<sup>2</sup> Neste sentido, é fácil compreender a razão que levou as Ordens Religiosas a acompanharem logo os primeiros povoados, no sentido de fornecerem os primeiros serviços religiosos e catequizarem as comunidades locais, ajudando no projeto de tentativa de colonização.

É neste contexto de viagens marítimas e divulgação do catolicismo que se insere o Padre Baltasar Barreira<sup>3</sup>, jesuíta português que percorreu diferentes regiões do Atlântico Português, foi um dos religiosos mais influentes no processo missionário do reino de Angola e o superior da missão enviada à Guiné do Cabo Verde, em 1604.

Este artigo pretende analisar a vida e o discurso de um missionário que pode ser caracterizado como um “homem atlântico”<sup>4</sup>, na medida em que se deslocou por este espaço e construiu representações sobre o mesmo. Representações que podem ser acessadas através das correspondências enviadas com periodicidade ao Rei e ao superior da Ordem em Lisboa. Pretende-se demonstrar que através do estudo do *stock cultural*<sup>5</sup> do Padre Baltasar Barreira e de um trabalho metodológico com suas cartas podemos acessar o universo cultural das populações nativas. Mostrando, portanto, que suas cartas são fontes importantes para os historiadores que estão envolvidos no trabalho de construção de uma História da África.<sup>6</sup> Logo, a intenção deste artigo não é fortalecer uma visão idealizada, que tende a supervalorizar a vida e as ações do Padre Baltasar Barreira e tampouco realizar um julgamento negativo de suas ações. A intenção é demonstrar como suas cartas são importantes fontes a disposição do historiador.<sup>7</sup>

---

<sup>2</sup> RECHEADO, Carlene. *As missões franciscanas na Guiné (Século XVII)*. 118f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa. Setembro de 2010. p.7-18.

<sup>3</sup> O nome deste padre aparece nas fontes grafado de duas formas distintas: Baltazar e Baltasar. Com a finalidade de padronizar o texto, utilizarei neste artigo, Baltasar, uma vez que, foi a forma mais frequente.

<sup>4</sup> Entende-se por “homem atlântico” o homem que viveu no contexto que muitos historiadores definem posteriormente de “Mundo Atlântico”. A perspectiva de um “Mundo Atlântico”, de uma “Atlantic History”, é a perspectiva de uma História das interconectividades, ou seja, a ideia de que a partir da exploração e conhecimento do Atlântico foi desenvolvido um grande intercâmbio (demográfico, econômico, social e cultural). Neste sentido, pode-se pensar a “Atlantic History”, como uma “connected history”, no sentido de fazer aparecer às conectividades, as conexões. Entre os defensores da “Atlantic History”/ “Conected History” estão Russel Wood e Serge Gruzinski. Para um estudo mais aprofundado do tema, cf. A.J.R. Russel Wood. *Sulcando os mares: Um historiador do Império português enfrenta a Atlantic History*. *HISTÓRIA*, São Paulo, v. 28, n. 1, 2009. GRUZINSKI, Serge. *Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories*. *Topoi*. Rio de Janeiro, março, n. 2, 2001.

<sup>5</sup> Entendido, na acepção de José da Silva Horta como um saber constituído, registrado e codificado, só assimilável pelos membros de uma dada cultura, únicos detentores do código. In: HORTA, José da Silva. *A representação do africano na literatura de viagens, do Senegal a Serra Leoa (1453-1508)*. *Revista de História dos Mares*, n. 2, Lisboa, 1991, p.209.

<sup>6</sup> Acreditamos, portanto, que o estudo destas cartas tem um papel mediador, uma vez que, as “representações” presentes nestas correspondências pertencem a História da Europa e a História da África. Logo, como afirma José da Silva Horta, elas tem um posicionamento de charneira. In: HORTA, José da Silva. *Entre história europeia e história africana, um objecto de charneira: as representações*. DE ACTAS DO COLÓQUIO ‘CONSTRUÇÃO E ENSINO DA HISTÓRIA DE ÁFRICA’, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1995, p.197.

<sup>7</sup> Beatriz Heintz e Adam Jones ressaltam a importância da utilização de relatos de viagem e cartas missionárias como fontes disponíveis para o historiador na construção da História da África. Apontam que ao trabalhar com este tipo

## Os fragmentos da Vida de um Padre

Baltasar Barreira nasceu na Vila de Sacavem, Lisboa, em 1538. Era filho de pais nobres, seus pais chamavam-se Rodrigo de Carmona e Margarida Fernandes. Sobre sua infância e sobre o período anterior a sua entrada na Companhia há poucos registros.<sup>8</sup>

Barreira estudou na Universidade de Coimbra (famosa e única em Portugal no período). Por influência de um fidalgo, amigo de seu pai, fez uma viagem à Sevilha. Em Sevilha, resolveu mudar seu projeto de vida. Retornou à Coimbra e começou a procurar uma Ordem Religiosa para ingressar. Procurou primeiro aos franciscanos, mas por fim ingressou na Companhia de Jesus, em 1556. Kursou seis anos de humanidades, com formação em Filosofia e Teologia. Durante a sua formação foi influenciado pelo ideal de conversão formulado pelos jesuítas, baseado nos princípios metodológicos do Padre Suarez, que previam determinadas regras como a exigência de uma boa pregação da Fé, sem violação da lei natural e a aquisição de proselitismo sincero. O padre Suarez afirmava que os missionários não podem forçar os “infieis” a abandonarem os seus “rituais”. Por isso, o padre determina que a catequização deva começar pelo “Rei gentio” que, “uma vez conhecedor de Deus, tem o poder público de obrigar os seus súditos a essa crença.”<sup>9</sup> Este ideal de conversão formulado pelo Padre Suarez serviu de referência para os jesuítas, inclusive para o Padre Baltasar Barreira, como veremos ao estudar seu programa de missão em Cabo Verde, Guiné e Serra Leoa.

Após concluir sua formação foi professor de humanidades da segunda classe do Colégio de Évora, em 1559. Em Évora, o Padre Baltasar Barreira entrou em contato com o fervor missionário da época. Entre o período de 1559 a 1563, alguns episódios importantes influenciaram a vida religiosa do Padre Barreira: a embaixada enviada pelo *mani Congo*<sup>10</sup> a Lisboa solicitando missionários e relações comerciais, a partida da primeira expedição de jesuítas para Angola e a influência do Padre Cornélio Gomes (que retornou, em 1555, da primeira missão dos jesuítas no Congo e publicou, em 1556, o primeiro catecismo em Kikongo).<sup>11</sup> Acredita-se,

---

de fonte, o historiador deve estar atento ao filtro cultural do viajante, ter atenção a intenção e direcionamento da obra e cautela diante de traduções dos textos. Para mais informações sobre este debate, cf. JONES, Adam; HEINTZE, Beatrix. Introduction. *Paideuma*, v. 33, 1987.

<sup>8</sup> As informações sobre a vida do Padre Baltasar Barreira foram retiradas dos seguintes textos: LEITÃO, José Augusto Duarte. *A Missão do Padre Baltasar Barreira no Reino de Angola (1580-1592)*. *Lusitana Sacra*, 2ª série, 1993. CASTRO, Graça Maria Correia de. *O percurso Geográfico e Missionário de Baltasar Barreira em Cado Verde, Guiné, Serra Leoa*. Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Lisboa, 2001.

<sup>9</sup> CASTRO, *O percurso geográfico e missionário de Baltazar Barreira em Cabo Verde, Guiné, Serra Leoa*. p. 37-38.

<sup>10</sup> Título pelo qual era denominado o chefe político do Reino do Congo. Reino relativamente forte e estruturado, formado por grupos bantos e que abrangia grande extensão da África Centro Ocidental. In: SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p.62.

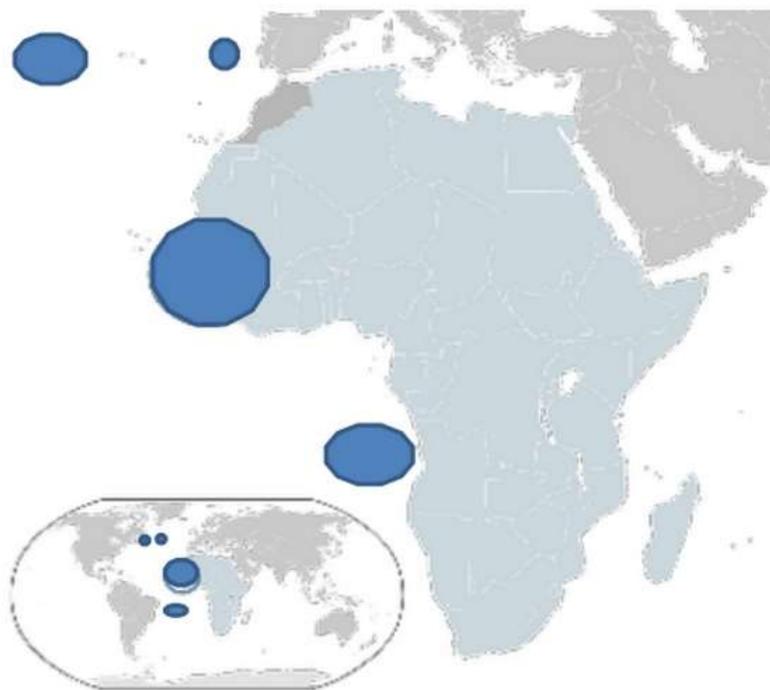
<sup>11</sup> DUARTE LEITÃO, *A Missão do Padre Baltasar Barreira no Reino de Angola (1580-1592)*, p.48.

portanto, que o contexto de valorização da missão marcou a vida e o interesse do Padre Baltasar Barreira que, alguns anos depois, foi enviado para realizar missões na África.

Em 1569, o Padre Baltasar Barreira dedicou-se a socorrer as vítimas da peste bubônica que perturbava Lisboa. Em 1570, foi enviado para os Açores integrando o grupo de jesuítas responsáveis por fundar o Colégio da Ilha. Retornou a Portugal para ser Mestre de noviços em Évora. Em 1579, com 41 anos, foi para Angola para fortalecer a missão, já que dois dos missionários enviados, em 1575, com Paulo de Novais, haviam falecido. Durante o tempo que esteve em Angola, de 1579 a 1592, construiu a igreja de São Paulo de Luanda, atuou como chefe militar e parceiro de Paulo de Novais na luta contra o *Ngola* e atuou de forma ativa no comércio de escravos.

Em 1592 retornou para Portugal e em 1603 assumiu novamente o posto de chefe dos noviços. Em 1604, desembarcou na Ilha de Santiago, com 66 anos de idade, como superior da primeira missão de jesuítas enviados a “Guiné do Cabo Verde”.<sup>12</sup> Em 1612, o Padre Baltasar Barreira faleceu em Santiago, Cabo Verde.

O objetivo de escrever sobre a vida do Padre Barreira está relacionado com a intenção de demonstrar como este religioso percorreu diferentes espaços, teve acesso a distintos ambientes culturais e produziu durante suas viagens um *corpus* epistolar que serve como uma importante fonte para o historiador.



**Mapa 1-** Este mapa foi incluído com o objetivo de demonstrar a localização dos espaços geográficos percorridos pelo Padre Baltasar Barreira nas missões de 1570 (Açores), 1579 (Angola) e 1604 (Guiné do Cabo Verde).

<sup>12</sup> GONÇALVES, Nuno da Silva. Os jesuítas Portugueses e a Serra Leoa/ A Atividade do Padre Baltasar Barreira. *Brotéria*. nº141. 1995, p. 549.

## Missionários na Costa da Guiné

Diante da dificuldade de analisar todo o percurso e ação missionária do Padre Baltasar Barreira este artigo trabalha com os anos entre 1604 a 1612, período em que o padre esteve envolvido na Missão da Guiné. Para analisar as representações construídas por este jesuíta durante esta missão, foi utilizado um conjunto de 21 cartas produzidas pelo padre e destinadas a sete entidades (Padre Antonio Mascarenhas- Provincial da Companhia de Jesus em Portugal, Padre Manuel de Barros- Companheiro de Missão em Cabo Verde, Conde Meirinho- Mor, Padre João Álvares- Assistente da Companhia de Jesus da Província de Portugal em Roma, Padre André Álvares – Procurador Geral da Companhia de Jesus em Portugal, Rei Felipe II- Rei da União Ibérica e Padre Jerónimo Dias- Provincial dos Jesuítas). As cartas utilizadas na elaboração deste artigo encontram-se na obra monumental do Padre António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, no volume quatro, da segunda série África Ocidental.

Antes de realizar uma análise do discurso produzido pelo Padre Baltasar durante esta missão, é importante destacar o contexto histórico em que os missionários foram enviados. De 1580 a 1640, a Coroa portuguesa esteve unida a Coroa de Castela, o que significava que Felipe II de Espanha, I de Portugal, passava a tomar as decisões referentes a estes Reinos e a seus respectivos “Impérios”. Antonio Correia e Silva, afirma que durante este período:

Cada vez mais se aprofundava a linha de divisão e antagonismo entre a Península Ibérica, católica e obstinada em defender os seus “direitos históricos”, e o Norte europeu, protestante e ávido em conquistar ele também, quinhões do comércio e das terras exclusivamente repartidas entre os ibéricos. A união ibérica vai aprofundar até o extremo o antagonismo atrás referido.<sup>13</sup>

Entre os resultados desta União podemos citar: o aumento da capacidade de defesa militar e ao mesmo tempo uma intensificação das violações do exclusivismo, principalmente por parte da Inglaterra e das Províncias Unidas. Isto é perceptível, no final do século XVI e início do XVII, na região da Guiné, onde ocorreu um aumento da pirataria e contrabando. Ingleses, franceses e “holandeses” desviavam suas rotas do arquipélago de Cabo Verde com a finalidade de evitar o pagamento de impostos. Esta atitude prejudicava os interesses da elite cabo verdiana que se encontrava em crise econômica e também prejudicava os ganhos da Coroa. Diante disto, a elite de Cabo Verde percebe a necessidade de iniciar um processo de colonização do litoral africano. Esta elite solicita, então, uma presença mais efetiva da Coroa na região e o envio de religiosos. Exemplo disto é o relato de viagem produzido pelo mestiço, cabo verdiano, André Álvares Almada, em 1594, em que afirma:

---

<sup>13</sup> SILVA, Antonio Correia e. Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.) *História Geral de Cabo Verde*. Volume II. Lisboa (Portugal): Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia (Cabo Verde): Instituto Nacional de Cultura.1995. p.14-15.

Povoando-se [refere-se a região da Guiné] resultará muito serviço a Nosso Senhor na Cristandade que haverá, e permitirá, que pois a Europa está tão confinada de muitas heresias, a Sua Santa Fé se aumenta e acrescenta na terra destes gentios; e se acrescentará a fazenda de sua majestade. Abrindo esta porta aos vassallos se fecharão aos estrangeiros, os quais enriquecem as suas terras com o que destas partes levam; e dela podem correr para a Costa da Malagueta, e cessarão os Franceses e Ingleses.<sup>14</sup>

Diante da crescente presença de piratas e corsários na região e da pressão da elite local de Cabo Verde é enviada a primeira missão jesuíta. Cabe ressaltar que esta missão não alcançou os êxitos esperados, nem tampouco, conseguiu ajudar a efetivar a colonização da região. Uma vez que, apesar da Região da Guiné ter sido ostensivamente reivindicada pelos portugueses como sua área de domínio, esta região “não estava, no entanto ligada à Coroa Portuguesa por nenhum laço real e efetivo de dependência política.”<sup>15</sup>

Foi neste contexto histórico que, em 1604<sup>16</sup>, ao ser indicado pela Companhia de Jesus como superior da Missão enviada a “Guiné do Cabo Verde”<sup>17</sup>, missão composta por três sacerdotes (Padre Manuel Barros, Padre Manuel Fernandes e o próprio Baltasar Barreira) e um irmão (Pedro Fernandes), Baltasar Barreira agradeceu a indicação e afirmou ter força e saúde para ajudar a curar o “desamparo de tantos milhares de almas”<sup>18</sup> e reforçou seu espírito de missionação, ao afirmar:

Eu, pela bondade do Senhor, tenho mais saúde, que quando fui a Angola, e vim de lá, mais do que quando fui a Castela, e tornei, e tanto que dá neste Colégio matéria de louvar a Deus; ao qual ajunto, que me acho melhor no mar que na terra, e nas terras quentes que nas frias.<sup>19</sup>

Através deste trecho percebe-se o espírito cruzadista do Padre Baltazar, este espírito influenciou seu olhar durante o início da missão, que tendia a descrever como os padres eram bem recebidos e como o processo de conversão seria um sucesso.

---

<sup>14</sup> ALMADA, André Álvares de. *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde (1594)*. Leitura, introdução, modernização do texto e notas de Antonio Luís Ferronha. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses.1994.p.132.

<sup>15</sup> SILVA. *Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico*, p.11.

<sup>16</sup> É importante salientar que neste mesmo ano, 1604, com a finalidade de aumentar a presença institucional e burocrática lusa na costa, Cacheu foi elevada a condição de cidade.

<sup>17</sup> “Guiné do Cabo Verde”, “Rios de Guiné”, “Rios de Guiné do Cabo Verde” são expressões que foram utilizadas pelos viajantes nas próprias fontes do período das navegações portuguesas, para denominar o espaço geográfico que compreendia todos os portos e rios entre o Rio Senegal e a Serra Leoa. Este espaço também incluía Cabo Verde. In: HORTA, José da Silva. “O nosso Guiné”: representações luso-africanas do espaço guineense (sécs. XVI-XVII). ACTAS DO CONGRESSO INTERNACIONAL “ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES.” Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005. p. 2.

<sup>18</sup> “Carta do Padre Baltazar Barreira ao Padre Antonio Mascarenhas”, 16/3/1604. In: BRASIO, Antonio Padre. *Monumenta Missionária Africana. África Ocidental (1570-1600)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1965, IV, p.35,37. A partir deste momento, será utilizado *MMA*, para abreviar a referida obra.

<sup>19</sup> CARTA do Padre Baltazar Barreira ao Padre Antonio Mascarenhas, p.35-36.

Ao chegar a Santiago<sup>20</sup>, ele descreve uma recepção entusiasmada do povo e das autoridades, “fomos recebidos com grande aplauso e alegria de toda a terra”<sup>21</sup>, descreve uma visão favorável do clima e espaço, “é muito menos doentia que antes, (...), e acho mais tolerável que Angola, além de outras comodidades a que leva vantagem”<sup>22</sup>, descreve a qualidade da terra, “porque tudo o que quer plantar e semear se dá muito bem”<sup>23</sup>, e conclui que “pelo que tenho visto nesta terra, não duvido de nossa ficada nela”<sup>24</sup>. Percebe-se, portanto, como o padre manifestava-se confiante no futuro da missão e as suas grandes expectativas iniciais. Expectativas que são lançadas também sobre o território da Costa, Baltasar nesta mesma carta afirma, em relação à Guiné:

[...] e assim ainda contra minha vontade, fico esperando o mês de Outubro para ir com o beneplácito e parecer de todos [a Guiné], e de lá espero mandar tão boas informações da disposição daqueles Reis e gentilidade para receber nossa santa fé católica, que se tome assunto sobre nossa ficada e perpetuação nestas partes.<sup>25</sup>

Este otimismo inicial vai aos poucos sendo destruído. Uma vez que, o clima não se mostra tão tolerável e cómodo como afirmava o padre, prova disso é o falecimento de dois dos seus companheiros de missão, Padre Manuel Fernandes, em agosto de 1604 e do Padre Manuel de Barros em outubro de 1605. Além das dificuldades de adaptação ao espaço, Baltasar Barreira encontra também na Costa da Guiné outras dificuldades ao sucesso da missão: a presença de missionários islâmicos na região<sup>26</sup>, a dificuldade em combater as religiões africanas e o problema da subsistência dos padres e do fortalecimento da missão diante da pouca assistência financeira da Coroa.

A análise que se segue refere-se ao modo como foram representadas as “nações africanas” influenciadas pelo islamismo e como foram percebidas as praticas religiosas africanas pelo missionário. Tentando compreender como as religiões presentes naquela região ajudaram a estabelecer o fracasso da missão jesuíta.

### A ótica negativa sobre os islamizados

<sup>20</sup> Santiago era a principal ilha do arquipélago de Cabo Verde, onde estava localizada a cidade da Ribeira Grande. Era a sede do bispado de Cabo Verde, que foi criado em 1533, e que cobria o arquipélago e a costa.

<sup>21</sup> CARTA do Padre Baltazar Barreira ao Provincial de Portugal, 22/7/1604, *MM4*, IV, p. 41.

<sup>22</sup> CARTA do Padre Baltazar Barreira ao Provincial de Portugal, p. 46.

<sup>23</sup> CARTA do Padre Baltazar Barreira ao Provincial de Portugal, p. 47.

<sup>24</sup> CARTA do Padre Baltazar Barreira ao Provincial de Portugal, p. 46.

<sup>25</sup> CARTA do Padre Baltazar Barreira ao Provincial de Portugal, *MM4*, IV, p.46.

<sup>26</sup> Sobre a influência do islamismo na Guiné foram consultados os seguintes textos: SANTOS, Beatriz Carvalho. *Entre Mouros e Cristãos: os Mandingas da “Guiné do Cabo Verde. Sécs. XVI e XVII.* 105f. Dissertação (Mestrado em História). UFF. 2013.e MOTA, Thiago Henrique. *A outra cor de Mafamede: aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas luso-africanas. 1594-1625.* 281f. Dissertação (Mestrado em História). UFF. 2014. Com relação a dificuldade de propagação do catolicismo na região da Guiné devido a intensa concorrência dos missionários islâmicos (bexerins), foi consultado o artigo escrito por Vanicléia Silva Santos: Bexerins e jesuítas: religião e comércio na costa da Guiné (século XVII), publicado na *Revista Metis*, v. 10, nº19.

Em linhas gerais, ao observar os relatos de viagem e as cartas missionárias dos portugueses, é possível averiguar como eram vistos por uma ótica negativa os africanos islamizados. Nas cartas do Padre Baltasar Barreira, a construção desta imagem negativa fica clara. Quando é indicado como superior da missão para a Guiné, já demonstra que tem conhecimento sobre a presença do islamismo naquela região.<sup>27</sup> Uma vez que, ao aceitar a missão afirma que é necessário salvar as almas de muitos que estão sendo contaminados pela “maldita seita de Mafamede”.<sup>28</sup> Percebe-se, portanto, que o seu discurso será influenciado pelo contexto das cruzadas contra os muçulmanos. Logo, sua perspectiva sobre os povos africanos influenciados pelo Islã será extremamente pejorativa.

Além de representar os povos islamizados como falsos e traiçoeiros, o seu discurso tende a distinguir os islamizados dos “gentios”, reforçando a perspectiva de que os “gentios” são mais facilmente convertidos que os islamizados:

A disposição para se fazer fruto nesta gentildade em uns é grande e em outros não; daqueles que já receberam a seita de Mafoma não parece que há que tratar, os outros que somente a cheirarão e ainda tem ídolos que adoram pode haver mais esperança, e já um Rei destes me deu palavra que se faria cristão e escreveu sobre isso a Sua Majestade, mas os que estão mais dispostos para receber a nossa Santa Fé, são estes reinos da Serra Leoa e outros vizinhos a eles, por não terem notícia de Mafoma e de sua lei.<sup>29</sup>

Este ponto de vista está ligado ao fervor empenhado na cruzada contra os muçulmanos. Após longos anos de peleja dos cristãos na “reconquista e reintegração” da Península Ibérica, este processo ficou marcado na memória e no discurso de muitos homens ganhando muitos partidários ao longo dos séculos.<sup>30</sup> Durante a reconquista estes muçulmanos foram vistos como inimigos. Isto explica a preocupação de viajantes portugueses, cabo-verdianos e missionários em descrever de forma negativa a influência do islamismo na Guiné. Isto também explica o fato destes personagens descreverem os Jalofos e os Mandingas como povos de difícil conversão. Uma vez que, os portugueses já tinham um conhecimento sobre a religião islâmica e já haviam

---

<sup>27</sup> De acordo com Alberto da Costa e Silva, após a morte de Maomé, em 632, os árabes unificados por Maomé, abalaram o poder do Império Bizantino e conquistaram o Iraque, a Síria, a Palestina, a Pérsia, a Armênia, a Ásia Menor, o Egito e os litorais da África do Norte até a Tunísia. Acrescentaram a seus domínios, no final do século VII, o Afeganistão, a Índia e quase todo o norte da África. Os árabes islamizados acreditavam que era obrigação do crente, ampliar os territórios sob o governo dos fiéis, para isto realizavam a guerra santa (jihad). Vale ressaltar que a expansão do islamismo esteve intimamente ligada a expansão das rotas comerciais transaarianas. Isto não significa, contudo, que os árabes controlavam todo o comércio transaariano, já que grande parte deste comércio continuava na mão dos berberes islamizados. Estes berberes islamizados tiveram papel importante na difusão do islamismo na África. Uma vez que, eram eles que chegavam a diferentes espaços no território africano em busca de mercadoria e com a intenção de estabelecer comércio. Através deste contato difundiam também o islamismo. In: SILVA, Alberto da Costa e. Nas terras do Islame. In: *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

<sup>28</sup> CARTA do Padre Baltasar Barreira ao Padre Antonio Mascarenhas, 16/3/1604. In: MMA. 1965, IV, p.35.

<sup>29</sup> CARTA do Padre Baltasar Barreira ao Padre João Álvares, 01/8/1606. In: MMA. 1965, IV, p.172.

<sup>30</sup> Paiva, Daniela Rabelo Costa Ribeiro. *As descrições da cidade de Lisboa: escrita, poder e sociedade no Portugal dos Felizes*. 112f. Dissertação (Mestrado em História). UFF. 2013.

lutado, durante vários anos, contra os muçulmanos. O que não significa, que o discurso produzido pelos missionários de que os “gentios” seriam facilmente convertidos seja verdadeiro. Já que, “os poucos anos de missão iriam revelar que os povos da costa ocidental africana possuíam manifestações culturais e hábitos ancestrais bem enraizados, como a poligamia, cultos, rituais e algumas cerimônias fúnebres, de que não abdicavam facilmente”.<sup>31</sup> Acreditamos que a visão inicial dos jesuítas de que os “gentios” seriam facilmente convertidos, tem relação com uma interpretação otimista dos jesuítas e algumas primeiras conclusões ao chegarem à região.

Nas suas cartas, Baltasar Barreira identifica como islamizados os Fulas, os Jalofos e os Mandingas. Sobre os fulas, ele afirma: “Este Rio (Senegal) da banda do Norte, começando da costa, é povoado dos fulos, gente polida e guerreira, que segue a seita de Mafoma, a qual chegou de poucos anos a esta parte, do trato e comércio que com eles tem os Mouros de Berberia [...]”<sup>32</sup>. Na mesma carta, Baltasar afirma que os Fulas não bebem vinho e também não comem carne de porco.<sup>33</sup> A recusa ao vinho e a carne de porco está ligada a apropriação de alguns aspectos do islamismo pelos Fulas. Todavia, é importante observar, como destaca Thiago Mota, que estes povos islamizados não deixavam de associar ao islamismo alguns aspectos da sua tradição, costumes ancestrais como à descendência matrilinear e aspectos do código legal tradicional (juramento da água vermelha/juramento do fogo).<sup>34</sup> Fica claro, portanto, que estes povos não eram ortodoxos em relação à crença islâmica, já que quando os povos africanos entravam em contato com o Islã, eles se apropriavam dele de acordo com suas necessidades e culturas. Contudo, isto não significa que estes povos não possam ser caracterizados como islâmicos, uma vez que “nosso foco é na religião encarnada nas pessoas que a vivenciam e se identificam como muçulmanas, pois a auto atribuição e o reconhecimento pela comunidade envolvente são os principais referenciais na produção de identidades.”<sup>35</sup> Ou seja, estes povos reconheciam-se e eram identificados pelos outros como islamizados, isto faz com que eles sejam islâmicos, ainda que o Islã tenha sofrido alterações e acomodações entre eles.

Sobre os Jalofos, o padre faz apenas uma classificação rápida: “Depois dos fulos se segue os Jalofos; estes começam no rio Senegal da banda do Sul e correm ao longo da costa até os Barbacins (...) segue todos a seita de mafoma (...)”<sup>36</sup> Já sobre os Mandingas, encontramos mais referências em suas cartas:

<sup>31</sup> RECHEADO. *As missões Franciscanas na Guiné (Século XVII)*, p. 26.

<sup>32</sup> CARTA do Padre Baltasar Barreira ao Padre João Álvares, p.163.

<sup>33</sup> CARTA do Padre Baltasar Barreira ao Padre João Álvares, *MMA*, IV, p.164.

<sup>34</sup> MOTA. *Entre Mouros e Cristãos: os Mandingas da “Guiné do Cabo Verde”*. p.181-182.

<sup>35</sup> MOTA, *Entre Mouros e Cristãos: os Mandingas da “Guiné do Cabo Verde”*. p.180.

<sup>36</sup> CARTA do Padre Baltasar Barreira ao Padre João Álvares, p.163.

Estes descem por uma parte e outra do Rio Gâmbia mais de 200 léguas, da banda do Norte e da banda do Sul pelo Sertão. [...] Segue a Seita de Mafoma como os mais que atrás ficam, e tem mesquitas e escolas de leis e escrever, e muitos casizes que levam esta peste a outros reinos da banda do sul, enganando a gente com nominas que fazem de metal e de couro, muito bem lavrados, em que mete escritos cheios de mentiras, afirmando que tendo consigo estas nominas nem na guerra nem na paz haverá coisa que lhe faça mal.<sup>37</sup>

Através desta carta percebemos que Baltazar Barreira identifica que os Mandingas têm mesquitas e escolas, estas são informações preciosas, na medida em que ficamos sabendo que existiam locais onde as pessoas se reuniam por razões religiosas e também locais onde os Bexerins (pregadores do Islã) ensinavam e divulgavam o islamismo através do ensino da leitura e da escrita. Acreditamos, portanto, que o desenvolvimento do Islã deu-se através da propagação realizada pelos Bexerins e por meio de instituições como as mesquitas e escolas.

De acordo com o Padre Baltasar os casizes levavam a diversos reinos nominas que tinham a função de enganar os povos. Sabemos que estas nominas, correspondem às famosas “bolsas de mandingas”. Estas nominas eram colares de couro cozido, costuradas que continham dentro pequenas partes do Alcorão escritas em um pedaço de papel, que funcionavam como amuleto, talismã para quem os utilizava. Ou seja, as pessoas acreditavam que utilizando aqueles colares estavam protegidas, já que eles possuíam um caráter curativo e miraculoso, por isso eram distribuídos por figuras tão importantes, os Bexerins.

Existe uma preocupação evidente nas cartas do Padre Baltasar Barreira em identificar quais povos sofriam a influência do islamismo e como a concorrência islâmica acentuada na Guiné dificultava a conversão na região. Por isso, em várias cartas, o Padre fala de “quã falsa era a doutrina e ley deste ministro do diabo”<sup>38</sup> reclama da presença dos Bexerins e das dificuldades que eles representam a propagação do cristianismo:

Tem estes casizes quasi em todos os Reinos huã ou mais aldeas apartadas, em que vive com muytos privilégios que os portugueses não tem. São muy acatados de todos e consultados nas coisas da guerra e da paz, tratam em escravos que vendem aos Mouros de Berberia e aos Portugueses destas partes; e com este titulo entrão aonde querem, e semeão suas falsidades; e posto que as outras nações que estão para o Sul as não segue em tudo, hé todavia grande impedimento o que lhes ensinam para receber nossa Santa Fee.<sup>39</sup>

Percebemos através deste trecho e das leituras de outras cartas do Padre Baltasar Barreira que os Bexerins eram pregadores do Islã que também realizavam transações comerciais, ou seja, transitavam pela Guiné com objetivos comerciais e religiosos. Estes Bexerins eram bem recebidos por onde passavam, já que a população considerava que eles tinham importantes

<sup>37</sup> CARTA do Padre Baltasar Barreira ao Padre João Álvares, p.166.

<sup>38</sup> CARTA do Padre Baltasar Barreira ao Provincial de Portugal, 01/01/1610. In: *MMA*. 1965, IV, p.371.

<sup>39</sup> CARTA do Padre Baltasar Barreira ao Padre João Álvares, *MMA*, IV, p.166.

poderes, por isso quando uma guerra estava para começar eles sempre eram consultados, quando alguém estava doente o Bexerim socorria com seus conhecimentos das ervas, quando o povo estava abalado diante da falta de chuvas e colheitas perdidas a população contava com a ajuda do Bexerim. Por todos estes fatores, eles eram bem recebidos por toda parte e os jesuítas os consideravam como inimigos e parceiros do diabo.

Para o Padre Baltasar Barreira a presença do islamismo e principalmente dos Bexerins na Guiné representava um perigo e uma dificuldade para a expansão do cristianismo nesta região e para o sucesso da missão jesuíta pela qual ele era responsável. Por esta razão, ele se preocupa em descrever nas suas cartas quem eram os povos islamizados, como os Bexerins tinham poder nesta região e como era responsabilidade da Coroa enviar mais missionários e mais verbas para combater a disseminação do islamismo. Porém, é preciso destacar que os pedidos e esforços do padre não foram suficientes para dar a missão o sucesso esperado. É preciso compreender que a centralização por parte da Coroa portuguesa nos reinos da África Centro Ocidental fez com que a região da Guiné, de certa forma fosse legada a uma posição periférica e com isto poucos investimentos foram realizados. Além disso, a missão jesuíta também foi fragilizada pelas práticas religiosas africanas, como veremos no próximo tópico.

### **Práticas Religiosas Africanas**

O que é evidente nas cartas do Padre Baltasar é a preocupação em demonstrar que a Guiné estava dividida entre povos islamizados e os chamados “gentios”. Ao descrever os povos da Guiné, o principal corte operatório que ele estabelece é o dos povos já islamizados, sobretudo dos que se situavam a norte do Rio Gâmbia, sob a influência dos Mandingas. E os povos que viviam ao sul daquele rio, os “gentios”, enfoque do trabalho dos missionários. Por isso, o destino final da maior parte dos jesuítas que missionaram nesta região é a Serra Leoa, que se revelou para estes missionários o mais frutífero local de conversão.

A associação de alguns povos da Guiné com o termo “gentio” não é ingênua, tem relação com “a interpretação da genealogia bíblica, nela os Gentios e os Cristãos são amigos naturais por descenderem ambos de Sem e Jafet, por contraste da inimizade natural entre os Cristãos e os Mouros, pertencentes a geração de Cam;”<sup>40</sup> Vale ressaltar, no entanto, que o aumento da escravização dos negros foi acompanhada por uma construção ideológica que distorceu o texto bíblico e relacionou a questão da escravidão a maldição lançada por Noé contra os descendentes de Cam. Embora no texto bíblico expresse claramente que a maldição deveria cair sobre Canaã, e não sobre a África. A maldição de Cam foi utilizada com o intuito de justificar a escravidão e ao

---

<sup>40</sup> HORTA. *A representação do africano na literatura de Viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)*. p.262.

mesmo tempo de apresentar a escravidão como positiva, já que ela seria um meio de converter os descendentes amaldiçoados a “verdadeira” fé.

Os “gentios” para Baltasar Barreira são aqueles que não têm religião, são caracterizados pela ausência de lei, adoram ídolos, praticam encantamentos, feitiços e sortilégios e podem ser facilmente convertidos. Esta opinião inicial do padre vai aos poucos sendo modificada a medida que ele percebe que a conversão destes povos não é tão simples como ele imaginava.

No ano de 1610, depois de seis anos naquela terra, Baltasar Barreira vai alterando suas visões positivas. Se antes a terra era muito sadia e prometia grandes realizações, agora ele alegava que a companhia não queria aceitar a missão:

...que esta missão foy pretendida muitos anos sem a Companhia a aceitar, por entender que somente serviria de morrer nela os obreiros que mandasse [que se acetou por dar gosto a S. Magestade], que são mortos nella tantos e tâ bõs sogeitos, a má calidade da terra, e como pera haver gente que queira tresidir nella hé necessário fazerlhe favores, e não estreitarlhos mais que aos que vive e Europa e em terras sadias.<sup>41</sup>

Em 1612, ano de sua morte, o padre envia uma carta ao Provincial dos Jesuítas afirmando que seria melhor não fundar uma Casa ou Colégio na cidade de Santiago, o padre estava descontente com as atitudes do governador de Cabo Verde e cada vez mais descrente na possibilidade do sucesso daquela missão:

[...] daqui pode V. R collegir com quanta razão somos de parecer que não convem fundarmos casa nesta Ilha, a risco de termos nela a cada três anos Governador que nos caluniam como este, além de outros inconvenientes intoleráveis que em outra carta aponto; <sup>42</sup>

Antes desta frustração diante do fracasso da Missão, Baltasar Barreira escreve cartas que trazem informações sobre as práticas religiosas que ele percebe ao passar por Bissau, Guinala, Biguda e Serra Leoa. Descreve, principalmente, as práticas religiosas dos Beafares, Barbacins e dos povos que viviam na Região de Serra Leoa.

Sobre os Beafares, Baltasar Barreira afirma que ele está empenhado na “conversão desta gentilidade” <sup>43</sup> e que deseja que “pelo menos até a Pascoa ver se posso desarraigat alguns vícios de má costa que, são muy comuns na Guiné.” <sup>44</sup> Baltasar afirma que o Rei dos Beafares estava doente, no momento em que ele chegou, por esta razão ele teve que tratar com os principais do

<sup>41</sup> CARTA do Padre Baltasar Barreira ao Padre André Álvares, 08/01/1610. In: *MM4*. 1965, IV, p.402/403.

<sup>42</sup> CARTA do Padre Baltasar Barreira ao Provincial dos Jesuítas, 19/03/1612. In: *MM4*. 1965, IV, p.485.

<sup>43</sup> CARTA do Padre Baltasar Barreira ao Padre Manuel de Barros, 28/01/1605. In: *MM4*, 1965, IV, p.54.

<sup>44</sup> CARTA do Padre Baltasar Barreira ao Padre Manuel de Barros, p.58.

Reino e com o Loreguo, “que é a segunda pessoa depois delRej”<sup>45</sup>, sobre as questões de fé. O padre afirma que eles:

Aceitaram tudo o que lhes disse com mostras de grande alegria e diziam que elles querião ser os primeiros que se bautisassem e que elRej faria o mesmo, e facarião todos com huã só mulher, que hé a maior deficuldade que há na conversão desta gentilidade. Dizião mais que Deus nos trouxera aly não somente pera bem de suas almas, mas também para conservação e aumento de seu Reino e bens temporaes.<sup>46</sup>

Percebemos através deste trecho que o Padre reconhece que existiam algumas práticas que dificilmente eram alteradas e que dificultavam a tentativa de conversão, uma delas era a questão da união com várias mulheres. Na Guiné era permitido que o homem tivesse várias mulheres, desde que, conseguisse e tivesse meios para mantê-las. Concluímos a partir deste trecho que os representantes dos Beafares entendiam a aceitação da fé cristã como uma possibilidade de aumentar o seu Reino e conseguir benefícios. Ou seja, como uma possibilidade de negociação.

Barreira também cita outra prática que os Beafares tinham dificuldade em abandonar:

Entre outras coisas que procurei persuadir-lhes (...), foy que, se El Rei moresse, não matassem gente, porque tem por costume matar muitas de suas mulheres e de seus criados, e até o cavalo em que andava, por lhes meter o diabo em cabeça que aquelas que matão ande tornar a ser suas mulheres na outra vida, e o mesmo dos criados e cavalos.<sup>47</sup>

Nesta carta, o padre nos deixa informações importantes sobre as cerimônias fúnebres e sobre como os Beafares entendem a morte. Os Beafares acreditam que a comunidade corresponde a um espaço que sustenta constante relação entre os vivos e os mortos. Para eles, o universo se interliga, por isto quando o rei morre seu espírito ainda está vivo e por isso matam suas mulheres, criados e cavalos, para que todos estes continuem o servindo. Os Beafares acreditam que caso estas cerimônias não sejam realizadas, isto pode gerar uma insatisfação neste espírito. Esta insatisfação não é benéfica para a comunidade, porque o espírito tem o poder de interferir no mundo dos vivos, por isso, a comunidade tenta sempre satisfazer o espírito para que ele não cause nenhum infortúnio.

Ainda na terra dos Beafares, Barreira afirma que “desejo fundar a fé em um Reino destes, para que dele se estenda a outros.”<sup>48</sup> Entretanto, não consegue difundir o cristianismo da forma como esperava nestes Reinos.

<sup>45</sup> CARTA do Padre Baltasar Barreira ao Padre Manuel de Barros, p.55.

<sup>46</sup> CARTA do Padre Baltasar Barreira ao Padre Manuel de Barros, p.55/56.

<sup>47</sup> CARTA do Padre Baltasar Barreira ao Padre Manuel de Barros. MMA, IV, p.56.

<sup>48</sup> CARTA do Padre Baltasar Barreira ao Padre Manuel de Barros. p.58.

Já sobre os Barbacins, Baltasar Barreira observa que eles acreditam nos Janbacoses, “Jabacoses, que assim chamam os feiticeiros que adivinham, e curão cõ remédios, e cõ palavras aprendidas na escola de Satanás, e por esta causa era aly muy desejada a Companhia.”<sup>49</sup> Os Janbacoses eram sacerdotes das religiões tradicionais da Costa da Guiné e tinham como função principal identificar os feiticeiros e comedores de alma que provocavam enfermidades e mortes. Eles seriam os intermediários entre o mundo visível e o invisível, intercedendo junto aos ancestrais, e eram também responsáveis por realizar cerimônias e adivinhações.

Para compreender o significado e a função dos Jabacoses para as sociedades da Guiné, é necessário observar que a religião destes povos preocupava-se simultaneamente com o corpo e a alma. Sendo assim, acreditavam que se uma pessoa estava doente, esta doença tinha relação com uma desordem intencional (entre o corpo e a alma) que muitas vezes era provocada por um ser humano, reconhecido pela sociedade como feiticeiro, comedor de almas. Portanto, o significado da doença está ligado a esfera do sagrado e a doença só pode ser compreendida dentro do contexto em que vive o doente. Com o objetivo de identificar a causa sobrenatural da doença, a população se dirige ao Janbacose. O Janbacose identificava quem havia causado o mal a pessoa e ao mesmo tempo utilizava seus conhecimentos sobre as ervas para curar a mesma. Percebe-se, portanto, que os Janbacoses realizavam a cura do físico e do espiritual.

Além da presença dos Janbacoses, Baltasar Barreira aponta outras dificuldades para a conversão dos Barbacins. Entre elas: a dificuldade de aceitar o casamento com apenas uma mulher, além de “serem dados a idolatria, e não haver casa, nem caminho, nem lugar em que não tenham muytas chinas, que são os seus ídolos, nos quais creem e confiam como se tivesse na mão o que lhe pedem.”<sup>50</sup>

Já Serra Leoa, é a terra onde o padre Baltasar cria mais expectativas sobre a conversão. Diante disso, apresenta este espaço de forma extremamente favorável, afirma que a terra é sadia e de bons ares.<sup>51</sup> Afirma que o Rei de Serra Leoa, o recebeu com amor e alegria, construiu uma Igreja para o Padre e desejava participar das cerimônias.<sup>52</sup>

Em Serra Leoa, o Padre Baltasar Barreira batiza o Rei, que após o Batismo, passa a se chamar Filipe de Leão.<sup>53</sup> Para ser batizado o Rei tem que escolher uma mulher para se casar, o Rei aceita a condição e manda vir uma filha de seu vizinho para o casamento. Entretanto, ao saber das condições em que seria realizada a união, de acordo com princípios cristãos, a moça se

<sup>49</sup> CARTA ânua do Padre Baltasar Barreira ao Provincial de Portugal, 01/01/1610. In: MMA, 1965, IV, P.378.

<sup>50</sup> CARTA do Padre Baltasar Barreira ao Padre João Álvares, 01/08/1606. In: MMA, 1965, IV, P.172.

<sup>51</sup> CARTA do Padre Baltasar Barreira ao Provincial da Companhia de Jesus, 20/02/1606. In: MMA, 1965, IV, P. 97.

<sup>52</sup> CARTA do Padre Baltasar Barreira ao Provincial da Companhia de Jesus, p. 99.

<sup>53</sup> CARTA do Padre Baltasar Barreira ao Provincial da Companhia de Jesus, p.105.

recusa a casar e volta para sua terra.<sup>54</sup> Esta situação demonstra de certa forma a resistência de muitos povos a aceitar as modificações sugeridas pelo cristianismo. Nesta situação, uma mulher recusa-se a casar com o Rei de Serra Leoa, porque o casamento não seguia as regras locais. Mas ao mesmo tempo, demonstra o interesse do Rei de Serra Leoa de ser batizado, já que diante da insistência dele e de alguns portugueses, Baltasar Barreira aceita realizar o batismo, mesmo sem ter sido realizado o casamento. Já que, “do bom exemplo deste rei, depende a conversão de muitos reinos, especialmente os vizinhos a esta Serra.”<sup>55</sup>

Algum tempo após o batismo do Rei, o pai de Filipe Leão morre. Diante desta morte, Baltasar Barreira afirma:

Pois fiz menção do rei que morreu nesta terra, não quero passar sem dizer como querendo os outros seus filhos e a gente do reino matar algumas de suas mulheres a que chamam chinas, e alguns criados para os enterrar com ele, como se costuma fazer em todos os Reinos desta Guiné...<sup>56</sup>

Percebe-se que era costume em Serra Leoa, assim como entre os Beafares, o sacrifício de mulheres e criados que deveriam servir ao Rei no outro mundo, no mundo dos mortos. Mas após ser batizado, Felipe de Leão não permite que estes sacrifícios sejam na morte de seu pai. Depois do batismo de Felipe Leão, Baltasar consegue realizar o batismo de várias figuras importantes em Serra Leoa.

Notamos que a ação realizada pelo padre em Serra Leoa é distinta da ação realizada nas outras partes da Guiné. Em Serra Leoa é um tipo de ação em profundidade que o padre terá a oportunidade de realizar. Após a catequização do rei local, vários membros de sua família são batizados. Estes resultados vêm a persuadir Baltasar Barreira “de que a melhor base de fixação e o trabalho mais frutífero que poderiam fazer se centrava na área de Serra Leoa, onde pensa poder vir a constituir a tão ansiada cristandade da Guiné.”<sup>57</sup> Contudo, é importante ressaltar que o sucesso da missão em Serra Leoa é apontado por Baltasar Barreira em suas cartas, mas em fontes inglesas esta conversão por parte do rei de Serra Leoa e de seus familiares não aparece.

Nuno da Silva Gonçalves afirma que Paul Hair teve a oportunidade de analisar os diários de viagem ingleses, frutos do período em que navios ingleses sobre o comando de Willian Keeling, permaneceram na Serra Leoa, em 1607. De acordo, com Nuno da Silva, Paul Hair acredita que estes diários “constituem um suplemento e até uma retificação das informações que

---

<sup>54</sup> CARTA do Padre Baltasar Barreira ao Provincial da Companhia de Jesus, p.104.

<sup>55</sup> CARTA do Padre Baltasar Barreira ao Provincial da Companhia de Jesus, p.105.

<sup>56</sup> CARTA do Padre Baltasar Barreira ao Provincial da Companhia de Jesus, p. 102.

<sup>57</sup> SANTOS, Maria Emília Madeira. SOARES, Maria João. Igreja, Missionação e Sociedade. In: *História Geral de Cabo Verde*. Volume II. SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). Lisboa. Praia: ICT. 1995. P.445.

nos são transmitidas pela documentação portuguesa, especialmente a produzida pelos padres da Companhia.”<sup>58</sup>

Paul Hair analisa nestes diários ingleses que existe a descrição de contatos amistosos entre comerciantes ingleses e o rei de Serra Leoa (*Burê*- D. Filipe de Leão) e que os ingleses se referem ao rei de Serra Leoa com a sua denominação africana *Burê*. Além disso, Paul Hair observa que é muito curioso o fato dos ingleses desconhecerem que *Burê* tivesse sido batizado. Nuno da Silva Gonçalves afirma:

Paul Hair comenta que seria grande o espanto dos comerciantes ingleses se soubessem que nas cartas dos jesuítas divulgadas na Europa, D. Filipe de Leão era exaltado como exemplo de rei afriocano convertido ao cristianismo. Mas lembra, ao mesmo tempo, fazendo justiça aos jesuítas, que, embora o P. Barreira continuasse a manifestar até à morte a sua convicção na conversão sincera de D. Filipe, pelo contrário, o seu companheiro, P. Manuel Álvares, viria a manifestar, poucos anos depois, grande desilusão em relação à profundidade desta e de outras conversões.<sup>59</sup>

Percebe-se através dos estudos de fontes inglesa realizadas por Hair que é necessário relativizar o discurso do Padre Baltasar Barreira de que as principais figuras de Serra Leoa teriam passado por um processo rápido de conversão. Estes processos de conversão não foram tão simples, em Serra Leoa, como Barreira aponta em suas cartas. Mesmo assim suas cartas continuam sendo importantes referências para o estudo da religião nesta região, mas é preciso ter em conta a necessidade de realizar um trabalho metodológico serio com estes documentos.

### Considerações Finais

Hoje parece lógico afirmar que fontes europeias podem ser utilizadas para a construção da História da África. Entretanto, este nem sempre foi um posicionamento tão claro. Basta lembrar que em 1960, influenciados pelo contexto da descolonização, inúmeros pesquisadores rejeitaram os documentos europeus como fontes úteis para a construção da História da África. Entretanto, já em 1986, na Alemanha, importantes figuras como Adam Jones e Beatrix Heizte iniciaram uma longa defesa da utilização destas fontes.

Acredito que as cartas do Padre Baltasar Barreira constituem ainda um potencial a ser explorado e que podem e devem ser utilizadas na construção da História da África, desde que se realize um trabalho metodológico com estas fontes, perguntando-se sempre: Quem escreveu? Para quem escreveu? Com qual intenção escreveu? Onde se manifesta a presença do

---

<sup>58</sup> GONÇALVES, Nuno da Silva. Os jesuítas Portugueses e a Serra Leoa/ A Atividade do Padre Baltasar Barreira. *Brotéria*, n. 141. 1995, p. 563.

<sup>59</sup> \_\_\_\_\_. *Os jesuítas Portugueses e a Serra Leoa/ A Atividade do Padre Baltasar Barreira*, p. 565.

etnocentrismo nestas fontes? Quais obras foram consultadas e influenciaram a escrita da fonte utilizada? Estas são perguntas simples que devem ser permanentemente realizadas pelo historiador ao trabalhar com qualquer documento. Acredito que os esforços do historiador devem sempre caminhar no sentido de procurar metodologias para o trabalho com diversificadas fontes e não no sentido de descartar documentos que são relevantes para História.

## A polícia se arma, as caravanas passam: lei, poder e repressão aos ciganos (1898-1908)

If police gun, the trailer pass: law, power and repression gypsies  
(1898-1908)

Camila Similhana Oliveira de Sousa

Mestre em Ciências Sociais

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

similhana@yahoo.com.br

Recebido em: 31/03/2014

Aceito em: 09/05/2014

**RESUMO:** O presente artigo é produto da dissertação de mestrado defendida em julho de 2012 pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. O estudo foi articulado com base no diálogo entre História e Ciências Sociais para refletir acerca da repressão às minorias ciganas em Minas Gerais no período situado entre o fim do Império e os primeiros anos da República. Para viabilizar tal objetivo, foram empregadas as fontes documentais redigidas pela Secretaria de Interior de Minas Gerais, que fiscalizava a atuação da Chefia de Polícia, responsável por gerenciar a força pública no estado. Nesse ínterim, foram analisados os relatórios produzidos entre 1890 e 1908, caracterizados por uma diversidade de dados estatísticos e um grande universo de detalhes que permitiram estudar o contexto social, político e criminológico que permeava o período assinalado. Diante da documentação mencionada, procurou-se compreender a situação enfrentada pelos grupos ciganos que se deslocavam nas principais localidades mineiras, para então confrontá-la ao discurso das autoridades policiais e do Chefe de Polícia segundo a lógica que rege a construção estereotipada de elementos desviantes, conceito esse edificado por Howard Becker.

**PALAVRAS - CHAVE:** Ciganos, Lei, Repressão.

**ABSTRACT:** This article is a product of the dissertation defended in July 2012 by the Graduate Program in Social Sciences at the Pontifical Catholic University of Minas Gerais. The study was articulated based on dialogue between History and Social Sciences to reflect about the crackdown on Roma minorities in Minas Gerais in the period between the end of Empire and the early years of the Republic. To facilitate this objective, documentary sources employed were drafted by the Department of Interior of Minas Gerais, who was supervising the actions of the Chief of Police, responsible for managing the security forces in the state. Meanwhile, the reports produced between 1890 and 1908, characterized by a variety of statistical data and a large universe of detail that allowed studying the social, political and criminological that permeated the indicated period were analyzed. Given the aforementioned documentation, we tried to understand the situation faced by Roma groups who were traveling in the main mining towns, then to confront her speech to the police authorities and the Chief of Police following the logic that governs the stereotypical construction of deviant elements, this concept built by Howard Becker.

**KEYWORDS:** Gypsies, Law, Repression.

Abordar as invasões ciganas em Minas Gerais por meio da análise dos Relatórios da Chefia de Polícia entre 1890-1908 é narrar o fracasso das forças policiais locais do período; bem como as dificuldades dos órgãos estaduais em geri-las, especialmente no que se refere à Secretaria de Interior, responsável por administrar a Chefia de Polícia estadual e gerenciar os problemas relativos à atuação das forças de defesa locais.

O órgão estadual nomeado Chefia da Polícia estava subordinado ao presidente do estado (função correspondente ao atual cargo de governador estadual), chefe da força armada que atendia ao território mineiro. O Chefe de Polícia, por sua vez, embora subordinado ao governador estadual, ficava responsável por mobilizar e distribuir os corpos policiais sob a disciplina estabelecida pelo comandante geral. A análise dos relatórios elaborados pelos Chefes de Polícia permite observar que a articulação das forças de defesa locais era frágil, o que colaborou para que essas fossem permeadas por problemas de ordens diversas:

1-Nenhum dos Estados da União enfrenta como o de Minas Geraes momentosas dificuldades para conseguir boa organização policial. A vastidão do seu território, de superfície de quatro milhões de habitantes disseminados por 115 comarcas, 123 municípios, 724 districtos de paz e 16 exclusivamente policiaes [...] 2-[...] quase as autoridades encarregadas, tanto da policia preventiva como da judiciaria, possam, desassombradamente, agir quanto sua manutenção de ordem e da segurança publica, por immediata e ininterrupta vigilancia, sem descurarem, um só instante, da devida e promettida garantia a liberdade, a propriedade e aos direitos dos cidadãos<sup>1</sup>.

Observa-se que o Chefe de Polícia Aureliano Moreira Magalhães, responsável por aferir a descrição acima, aponta para a existência de um abismo entre as necessidades da população, as funções a serem exercidas pelas autoridades e as reais condições de colocá-las em prática. Um dos grandes problemas enumerados não apenas por Aureliano Moreira Magalhães no documento citado anteriormente, bem como pelos relatórios produzidos pelos outros chefes de polícia era a ausência de efetivo policial capaz de agir sobre os delitos que ocorriam, aspecto mais nítido da falta de investimentos destinados ao aparato repressivo:

Com a mudança da Capital do Estado e com inumeras diligencias ordenadas e promovidas em muitos municípios, alguns continuamente invadidos por numerosos bandos de ciganos, que tive de dispensar, contra elles agindo sem tréguas, avolumaram-se, em alta somma, as despesas policiaes de modo que a experiência e os algarismos demonstram que não pôde deixar o Congresso de elevar a verba das diligencias policiaes. Urgido por despesas novas e sempre crescentes, installada a nova Capital, vi desde logo que era e é impossível a Chefia desempenhar todo o serviço policial só com a verba actual de 30:000\$, ex-vi da lei de orçamento do Estado<sup>2</sup>.

O Chefe de Polícia de 1897 chama a atenção para o fato de que as forças policiais, já

<sup>1</sup> Relatório de 1897. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia.

<sup>2</sup> Relatório de 1897. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia.

muito debilitadas, se encontravam em situação ainda mais penosa com a transferência da capital para Belo Horizonte, o que tornava ainda mais vulneráveis as defesas dos demais municípios. Nos Relatórios da Secretaria de Polícia de 1898, em seção intitulada **Verbas diligencias policiaes**, o mesmo Chefe de Polícia argumentou que a mudança da capital mineira para Belo Horizonte e as “inúmeras diligencias ordenadas e promovidas em muitos municípios, alguns continuamente invadidos por numerosos bandos de ciganos, que tive de dispensar, contra elles agindo sem tréguas”<sup>3</sup>, aumentou as despesas policiais, exigindo que fossem requeridos mais investimentos por parte do governo estadual. Esse trecho chama a atenção uma vez mais para a debilidade do aparato repressivo mineiro do período demarcado, profundamente afetada por diferentes problemas. O questionamento que pode ser feito aqui é até que ponto a presença de ciganos de fato resultava na ocorrência de delitos ou se alguns dos delegados encontraram nos rótulos a respeito da presença cigana um mote para barganhar mais investimentos para o aparato repressivo.

### **Repressão policial e a presença de grupos ciganos**

Após um breve panorama acerca da atuação das forças de defesa locais em Minas Gerais, procurar-se-á traçar como essas se articularam frente à presença cigana nas diferentes localidades mineiras. Diante desse contexto, o município cuja documentação mostra-se mais farta entre fins do século XIX e início do século XX é São Domingos de Araxá. Localidade de intensa circulação de riquezas e de reconhecida força política, é descrita pela documentação como vulnerável em relação aos grupos ciganos supostamente presentes no seu entorno.

Reflexo disso se encontra na correspondência datada de 25 de julho de 1904, enviada pelo delegado de polícia de Araxá, Cesário Rodrigues Brandão, que, ao escrever ao Chefe de Polícia do estado de Minas Gerais Christiano Brazil, alegou “reclamação de alguns fazendeiros do lugar Pratinha, de existir ali uma manada de ciganos que tem praticado furtos de annimaes, ameaçando as pessoas a li rezidente”. Ainda que estivessem ausentes provas de que os roubos e as ameaças descritas fossem obra dos grupos ciganos, foi planejada em Araxá uma diligência para a retirada dos ciganos do local, composta por

[...] seis praças [...] a fim de mais conhecimento e fazer retirar do município os mesmos ciganos, constando-me também existir uma outra orla em numero mais no lugar denominado Arraial dos Crioulos para onde tambem devo seguir dando resultado a vossa Excelência destas diligencias<sup>4</sup>.

Ressaltando semelhante necessidade de intensificar as forças policiais também escreveu o

<sup>3</sup> Relatório de 1898. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia.

<sup>4</sup> Relatório de 1904. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia.

subdelegado de polícia Gabriel Martins, que atuava em Dores de Santa Juliana, localizada próxima a Araxá, ao delegado de Polícia de Araxá em 10 de Março de 1904, alarmado com a presença de um bando de ciganos formado por cerca de 20 componentes, o que deixava toda a população alarmada.

[...] em nome do Commercio, em nome das Familias, e em nome da tranqüilidade publica [...] pede-se vossa intervenção no cumprimento de vosso dever e energias providencias a fim de ser cohibido pela força das leis, abuso este praticado ha mais de um ano por diverças quadrilhas de ciganos e afora muitos armados [...] O abuso a que se refere é o de estar essa gente errante, francamente no logar com suas tropelias em desasocego publico, mas que vós, em honra de vosso logar sabereis corrigir, correspondendo, assim, a confiança em si depositada, com a investidura do cargo, e trasendo pois aos applausos do povo e tambem ao apoio dos vossos jurisdicionados, no desempenho de tão reclamada e justa missão<sup>5</sup>.

A presença cigana em território mineiro é automaticamente descrita como problemática, atribuída a supostos abusos e desassossego público, mesmo que não houvesse vias confiáveis que comprovassem a relação entre grupos ciganos e criminalidade. Os ciganos eram então identificados com todo o tipo de corrupção, dos homicídios às magias. Tal quadro, desse modo, colaborou para ressaltar os estereótipos vigentes, levando-os a serem vistos como elementos incivilizáveis. Ao descrever a presença desses grupos no território mineiro, é comum que os chefes de polícia empreguem verbos relacionados à presença de doenças, antecipando não apenas possível caráter delinquente como potencial força de contágio moral:

Dos municípios do Sul do Estado e do Triangulo Mineiro nos últimos mezes do anno passado afluíram a esta Chefia quase que ao mesmo tempo, reclamações de auctoridades policiaes e judiciárias, pedindo urgentes providencias contra grandes bandos de ciganos que infestavam aquellas zonas, pondo em sobressalto os seus habitantes com suas correrias, assaltos e crimes de toda ordem<sup>6</sup>.

Na citação anterior, os ciganos são enquadrados pelo Chefe de Polícia em um rótulo que os aproxima de uma criminalidade irremediável, provavelmente em decorrência de uma suposta impureza, o que, no dizer do Chefe de Polícia de Minas Gerais, torná-los-ia portadores de uma moléstia, daí serem mencionados como elementos sociais capazes de “infestar” determinadas localidades. Observa-se aí a presença de um estigma presente há longos séculos na memória social, isto é, a de que um cigano seria um elemento criminoso que deve ser mantido à distância, pois eram tidos como grande ameaça aos valores da época e elementos desencadeadores de decadência social.

No jogo de forças traçado para reprimir os grupos ciganos, surpreende que as diversas

<sup>5</sup> Relatório de 1904. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia.

<sup>6</sup> Relatório de 1905. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia.

menções ao provável apoio local de parte dos fazendeiros aos grupos ciganos. Por vezes, algumas dessas propriedades particulares serviam como base para os acampamentos dos bandos, conforme informado pelo Chefe de Polícia no Relatório de 1897, em Cataguazes:

No dia 25 de maio de 1897, o delegado de polícia de Cataguazes, baseado em informação fidedigna, avisou ao major Jacyntho Freire de Andrade, que se achava no Porto de Santo Antônio, de que a Aracaty havia chegado um bando de ciganos. Nesse mesmo dia seguiu o major Jacyntho Freire, em trem especial, com a força do seu commando, para Aracaty, onde teve noticia de que os ciganos achavam-se acampados em uma fazenda, dali distante uma légua<sup>7</sup>.

Embora o Chefe de Polícia não tenha se dedicado a explicar por quais motivos os fazendeiros locais apoiariam os bandos ciganos, a análise dos relatórios confrontada ao contexto político do período concede pistas para a compreensão desse fato. O conflito entre poder central e poder local se manteve após a independência e se estendeu depois da implantação da república. Profundamente dependente da força política e econômica das oligarquias regionais, o Estado brasileiro se eximia de arbitrar tais conflitos, possibilitando a essas forças políticas se apropriarem dos jogos políticos em níveis municipais e estaduais. De posse desse raciocínio, não é difícil imaginar que alguns dos grupos ciganos que estiveram presentes em Minas Gerais no período mencionado tivessem articulado acordos com facções do poder rural nas localidades mineiras, em troca da desestabilização de focos de ameaça à dominação política. Outra variação do apoio local aos grupos ciganos invasores sugerida pelos Relatórios da Chefia de Polícia é o possível acordo entre os bandos ciganos e outros grupos de natureza criminosa:

Chega ao meu conhecimento, que esses vândalos são chefiados por criminosos de homicídios e dentre estes pelo responsável pelo bárbaro assassinato do alferes Symphoriano dos Passos e pronunciado por delictos de igual natureza nas comarcas de Manhuassú, Viçosa e Ponte Nova, e cuja prisão me tem sido constantemente requisitada pelos respectivos juizes subordinados<sup>8</sup>.

Tendo em vista o grau de estigmatização impingido aos ciganos nos centros urbanos mineiros em fins do século XIX, é duvidoso que tivesse havido articulação entre grupos ciganos e quadrilhas de criminosos. De outro lado, não se pode dispensar a possibilidade desse tipo de aliança, considerando a violência com que as autoridades policiais expulsavam os ciganos das fronteiras urbanas do estado de Minas Gerais e a necessidade dos ciganos de se resguardarem frente a esse quadro, tal como acena a ordem emitida pelo Chefe de Polícia, quando esse acentua que

Deveis, pois, sem treguas, perseguir esses criminosos, capturando-os, bem como prender aquelles que para os accoutarem e protegerem, resistirem com armas ás vossas diligencias, ordens e mandados de prisões. Bem conheceis a

<sup>7</sup> Relatório de 1898. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia.

<sup>8</sup> Relatório de 1897. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia.

nossa lei, que para sua execução, ao mesmo tempo que exige a prudência e o não excesso nos meios de effectuar-se prisões, auctoriza que, em casos extremos, sejam garantidos os executores dos mandados de prisões, contra a violenta resistencia dos réos, podendo então, empregar o grau de força, que nulifique a mesma resistencia e evite o perigo de escolta<sup>9</sup>.

Observa-se que o Chefe de Polícia, embora inicie seu discurso de forma ponderada, aconselha o uso da violência, já que considera ser o combate aos grupos ciganos um caso extremo, que apenas se resolveria mediante o emprego da força. O uso da violência, segundo consta na fonte documental, deveria ser estendido às redes de apoio, fossem criminosas ou não, estabelecidas pelos bandos ciganos.

À medida que os relatórios da Chefia de Polícia avançam para a primeira década do século XX, as dificuldades enfrentadas pelas forças de segurança das localidades e pela gestão estadual relatadas àquelas vão dando espaço a reações cada vez mais violentas por parte das forças policiais. Nota-se que a partir de 1900 tornam-se cada vez mais comuns os relatos de confrontos envolvendo forças policiais e grupos ciganos supostamente ameaçadores, descritas sob o sugestivo título de **Diligencias mais importantes effectuadas**, denotando a relevância com que eram tratadas pelo Chefe de Polícia.

No Relatório da Chefia de Polícia de 1900, na página 70, em seção intitulada **Correria de ciganos**, é descrito um enfrentamento entre policiais e ciganos em Ponte Nova, município de importância nuclear para a Zona da Mata “ [...] numero de oitenta, havia atacado a povoação de São Sebastião de um bando de ciganos, em Entre Rios, sendo repellidos a tiros e que, depois de renhido tiroteio, appareceram mortos cinco delles.”<sup>10</sup>. De posse dessas informações, o Chefe de Polícia mineiro ordenou que seguisse para Ponte Nova um delegado especial, mais precisamente o capitão José Francisco Paschoal acompanhado de reforço policial.

Ao chegar a Ponte Nova, porém, esse official telegraphou-me dizendo que já o delegado civil, auxiliado pelo destacamento local e por muitos populares, havia batido o numeroso bando, prendendo 45 pessoas entre adultos e creanças, apprehendendo 40 animaes, bagagens etc, tendo realmente [...] a bom êxito, na madrugada de 7, apprehendendo 28 animaes furtados e algum armamento<sup>11</sup>.

Em 1903 há novos relatos de enfrentamentos contra os bandos ciganos, dessa vez sob a supervisão do Chefe de Polícia Olintho Augusto Ribeiro, que descreveu fato ocorrido em Palmyra. Segundo Olintho Ribeiro, a oito de maio de 1903, “chegou àquela cidade um bando de cerca de 40 ciganos, composto de indivíduos de nacionalidade italiana e grega, acampando em uma das praças mais publicas da localidade.” Com base nesse trecho, é possível depreender que

<sup>9</sup> Relatório de 1897. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia.

<sup>10</sup> Relatório de 1900, p. 68. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia.

<sup>11</sup> Relatório de 1900. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia.

em Palmyra talvez a força pública fosse limitada, como nos demais municípios do período, do contrário os bandos não se assentariam em plena praça municipal. Se o fizeram, é porque não havia temor de serem reprimidos. Continuando o relato, Olintho destacou que, após os bandos se estabelecerem em Palmyra, “alguns delles penetraram em diversas casas, commettendo roubos e outras violências”.

Em Santa Rita de Cassia, segundo informações proferidas pelo Chefe de Polícia, dirigiu-se um bando de ciganos, imediatamente “recebido por forte descarga de tiros de carabinas”<sup>12</sup>. Em Alfenas e em Três Pontas, por sua vez, registrou-se “uma horda de 100 ciganos que faziam correrias, pondo em sobressalto os habitantes das zonas ruraes, onde de preferência praticavam seus assaltos e pilhagens, alcançou-os em Santa“Anna da Vargem, dispersando-os e apreendendo-lhes 43 animaes que foram depositados na mesma comarca, a fim de terem o destino legal.”<sup>13</sup>

Por fim, após longos anos focados na repressão e na expulsão dos bandos ciganos, tornaram-se frequentes nos relatórios do Chefe de Polícia e em outras correspondências relacionadas às autoridades policiais constatações de que as hordas de ciganos estivessem migrando para atuar em outros estados da federação.

As hordas de ciganos que frequentemente invadiam os municípios do Sul e do Triângulo Mineiro, cometendo furtos, assassinatos e assaltos às fazendas, depois das medidas de repressão que determinei e que foram energicamente postas em pratica, dissolveram-se umas, e outras passaram a territorios de outros Estados, restabelecendo-se a calma e a tranqüilidade nos habitantes daquellas zonas, que eram constantemente alarmadas pela presença daquelles malfeitores. Ultimamente, porém, chegaram-me noticias do reaparecimento de alguns bandos bem armados e municidados, que ousadamente faziam correrias e assaltos em diversos municípios, especialmente na zona sul do Estado<sup>14</sup>. [...]

Os relatórios da Chefia de Polícia de 1905 em diante demonstram fortes suspeitas de que os bandos ciganos, após se depararem com a repressão estabelecida pelas autoridades policiais, caminham para estados como São Paulo. Confirmando essa perspectiva está o relato do Chefe de Polícia em 1905, supondo-se que os bandos tivessem se ramificado de forma a possibilitarem a fuga também para o estado de São Paulo:

Perseguidos os desordeiros, puzeram-se em movimento diversos bandos que passavam de uns municípios para outros, fugindo sempre de encontros com os contingentes da força publica, cujas marchas lhes eram avisadas, até penetrarem em território do Estado de S. Paulo. Outros mais numerosos e audazes offereceram resistencia em diversos pontos, sendo afinal batidos e dispersos. [...] O alferes Adalberto Henrique dos Santos, seguindo no encaço de uma numerosa horda de ciganos que lhe constou achar-se em território do município, teve noticia de se haverem os mesmos internado para o Estado de

<sup>12</sup> Relatório de 1903, p. 88. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia.

<sup>13</sup> Relatório de 1903, p. 89. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia.

<sup>14</sup> Relatório de 1905. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia.

São Paulo, encontrando apenas uma família em tratamento de ferimentos recebidos em um encontro com a polícia daquele Estado. Apprehende 4 animais furtados que se achavam em seu poder e fel-os retirarem-se do município<sup>15</sup>.

De fato, na medida em que se avança a análise dos relatórios do chefe de polícia para 1906, 1907 e 1908, diminuem as referências sobre os grupos ciganos, tornando-se então menções esparsas e abordadas de forma a parecerem cada vez menos relevantes. Exemplo disso está no testemunho de Cesário Pereira, da delegacia de Diamantina, que escreveu em 26 de agosto de 1906 ao Chefe de Polícia, após orientar diligência até um lugarejo nos arredores de Diamantina denominado Magdalena onde, ao contrário do que se acreditava, não foram encontrados os bandos ciganos informados. Cesário presumiu, ao fim da diligência, que os grupos ciganos que ali permaneciam teriam se dirigido ao “Estado da Bahia, segundo foi informado por pessoas fidedignas, e deste modo encontrei restituída a tranqüilidade dos habitantes daquela localidade”<sup>16</sup>.

### Discursos estereotipados

A análise dos relatórios da Chefia de Polícia apontou para a insuficiência do aparato repressivo mineira como fator preponderante para estereotipar a presença cigana em Minas Gerais, completada por um processo por meio do qual se construiu o tratamento estereotipado dispensado aos ciganos (perpetrado não apenas pelas forças de defesa locais como também pelos meios de comunicação, a exemplo dos jornais, que atuavam no sentido de disseminar o ideário preconizado pela Primeira República, dedicado à noção européia de progresso que vigia no período. Essa última supervalorizava noções atinentes ao trabalho e às normas disciplinadoras de maneira a enquadrar o corpo social naquilo que à época era considerado civilizado, o que demandava a exclusão de grupos entendidos como desordeiros, como os ciganos, prostitutas, mendigos, entre outros)<sup>17</sup>. A junção desses aspectos resultou na articulação necessária para justificar incontáveis atos de violência contra os grupos ciganos, que podem ser demonstrados por meio da análise dos relatórios da Chefia de Polícia.

Em meio aos relatórios analisados, observou-se ainda que a menção aos ciganos é esparsa, isto é, é apresentada grandes índices de variação, o que leva ao questionamento acerca da real presença numérica dos ciganos em Minas Gerais em fins do século XIX e início do século XX: seriam muitos, mas de presença irregular, daí a atenção sazonal que lhes era concedida pela Chefia de Polícia ou eram poucos, mas qualquer delito sem autoria lhes era atribuído de forma

<sup>15</sup> Relatório de 1905. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia.

<sup>16</sup> Relatório de 1906. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia.

<sup>17</sup> BORGES, Isabel. *Cidades de portas fechadas: a intolerância contra os ciganos na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, PPGH UFJF, 2007, p. 15-24.

destacada? Não é possível uma resposta exata, visto que não existem aferições numéricas da época que apontem com precisão o universo quantitativo de ciganos encontrados em Minas Gerais. As informações obtidas pela documentação, no entanto, apontam para grupos de pequeno e médio porte – entre 15 e 30 pessoas – e raramente acenam para grupos com grande quantidade de indivíduos – entre 60 e 80 pessoas. Com esse dado, ganha força a hipótese de que os grupos eram poucos, deslocavam-se muito e grande parte dos crimes que lhe foram atribuídos eram associações errôneas.

Constata-se ainda nos relatórios citados, ao longo da descrição de diligências por meio das quais os ciganos eram perseguidos, o uso recorrente do termo “correrias” de ciganos. A palavra “correria”, nos oitocentos, pode ser definida como uma ação súbita, um ataque realizado com violência, fuga ou correr desordenado<sup>18</sup>. Assim sendo, os grupos ciganos ganham o sentido de quadrilhas de ladrões que fogem à culpa e à responsabilidade pelos seus possíveis crimes. Trata-se de uma atribuição duplamente pejorativa, que caminha entre a criminalidade e a covardia. Logo, as ações ciganas despertavam enorme atenção das autoridades e da população quando desafiavam a ordem vigente. Em decorrência disso, as citações dos ciganos nos relatórios da Chefia de Polícia concediam pouca atenção ao cotidiano e à cultura cigana<sup>19</sup>, mas se atinham aos supostos delitos a respeito dos quais eram insistentemente acusados sem qualquer trâmite processual penal fosse seguido. É possível verificar nessa postura a negatividade com que era tratada a cultura cigana, argumento esse confirmado pelas constantes designações com que os grupos ciganos eram tratados, a exemplo do uso de termos de cunho animalesco, como “malta” e “manadas”, bem como o uso recorrente de termos historicamente associados às tribos bárbaras, como hordas: “reclamação de alguns fazendeiros do lugar Pratinha, [pertencente a Araxá] de existir ali uma manada de ciganos que tem praticado furtos de annimaes, ameaçando as pessoas a li residente”<sup>20</sup>. Ora, animais não possuem cultura que mereça ser relatada e desfrutem de alguma garantia ou lei, restando-lhes, como animais que eram supostamente concebidos, serem abatidos. Nega-se a condição de humanos, o que amplia o grau de marginalização econômica, social e política ao qual eram submetidos.

Outro conceito prévio presente nos relatórios estudados está na certeza de que todos os bens tutelados pelos ciganos fossem furtados ou roubados, como escreveu o Chefe de Polícia em 1900 após reprimir um grupo cigano em São João Nepomuceno<sup>21</sup>: “[...] devendo os animaes apprehendidos ter o conveniente destino, isto é, caso não lhes apparecesse senhorio certo ser

<sup>18</sup> TEIXEIRA, Rodrigo. *Ciganos em Minas Gerais: breve história*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007, p. 37-91.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. *Ciganos em Minas Gerais: breve história*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007, p. 37-91.

<sup>20</sup> Relatório de 1904. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia.

<sup>21</sup> Relatório de 1900. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia.

entregues ao juiz de direito para mandar vendel-os em hasta publica, recolhendo-se o producto aos cofres do Estado.” Semelhante situação foi observada em Ubá e Muzambinho em 1900:

Trazendo ao conhecimento desta Chefia o exito da diligencia, o delegado pedia instruccões sobre o destino a dar não só aos indivíduos capturados, como aos animaes que apprehendera [...] que os animaes fossem vendidos em hasta publica, caso não apparecessem seus legítimos donos e o producto da venda recolhido à colectoria local e em Muzambinho<sup>22</sup>.

A 2 de agosto do mesmo anno, achando-se o delegado de policia de Muzambinho em viagem para Santa Barbara das Canoas, no logar denominado Muzambo Grande, dou-se grande conflito entre bandos de ciganos, resultando o assassinato de um indivíduo de nome Paulino Soares. Prosseguindo nas dilligencias, deu cerco aos ciganos, capturando, 26 homens, mulheres e creanças, fazendo-os recolher á cadeia local e apprehendeu-lhes 16 animaes, toda a bagagem, sellins e barracas. Ao receber communicação do ocorrido, ordenei ao delegado que [...] afixasse edital, por 60 dias, a fim de se apresentarem justificações dos legítimos donos dos animaes, e, findo esse prazo, os entregasse ao mesmo dr. juiz de direito, para serem vendidos em praça e recolhido o producto da venda aos cofres do Estado<sup>23</sup>.

O aspecto citado é também visivelmente percebido no documento referente à Santana de Paraopeba, datado de 13 de dezembro de 1908 quando em virtude da “permanência sabida de alguns siganos, isto no mez passado”, concluiu-se “ter havido furtos de animaes”. Frente a isso, relata o delegado local que “logo que chegou ao meu conhecimento tal fato, mandei a esse districto a força policial, constando do cabo e duas praças”. Diante dos testemunhos relatados, cabe problematizar de que forma era possível atribuir os delitos mencionados à presença de grupos ciganos. Se as forças de defesa padeciam em condições sofríveis, como poderiam atribuir de forma efetiva que os grupos ciganos fossem, de fato, os responsáveis pelos delitos citados de forma recorrente nos relatório?

Grassam termos pejorativos, mas não existem critérios claros para diferenciar a ação de bandos armados comuns e a atuação de bandos ciganos no estado mineiro. A compreensão de quem se fala é deduzida pela análise dos termos empregados: quando os grupos descritos não são ciganos, são empregados termos como gatunos, facínoras, vagabundos. Não fica claro, portanto, como naquele período era realizado o discernimento de quadrilhas de bandidos comuns e de grupos ciganos. Quadrilhas de bandidos também eram nômades e era comum atuarem em períodos que coincidiam com a presença cigana nas localidades, pois sabiam que a culpa recairia sobre os ciganos. As forças de defesa não dispunham, conforme apontam as correspondências reproduzidas, de condições para investigarem as origens dos crimes realizados, seja pelas limitações operacionais, seja por acreditarem na força dos rótulos aplicados aos grupos ciganos.

<sup>22</sup> Relatório de 1900. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia.

<sup>23</sup> Relatório de 1900. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia.

Com isso, inúmeras quadrilhas de criminosos se aproveitavam da presença cigana para agir, passando-se por ciganos, o que dificultava a sua identificação e autuação.<sup>24</sup> De outro lado, indaga-se se a arbitrária associação de crimes aos grupos ciganos não tenha se tornado um argumento privilegiado para obter à força do Estado verbas e providências postergadas em situações de normalidade.

Os relatórios da Chefia de Polícia, entre as diversas lacunas que apontam, demonstram que havia pouca ou nenhuma imparcialidade no tratamento penal dedicado aos tipos penais detidos, menos ainda preocupavam-se as delegacias de polícia em compilar provas e testemunhas contra os crimes supostamente cometidos pelos tipos sociais vistos como indesejados, a exemplo de índios, imigrantes e ciganos. Assim sendo, era constante a violação do mais clássico dos princípios do Direito, aquele que presume a inocência dos acusados até que se prove o contrário, princípio esse intimamente relacionado aos ideais de igualdade defendidos pelos clubes republicanos oitocentistas.

A análise dos relatórios aponta ainda para o fato de que os suspeitos detidos em geral pertenciam aos grupos socioculturais indesejados pelos delírios de purificação da Primeira República, bem como passavam automaticamente a réus confessos, sem que tivessem resguardados qualquer espécie de direito. Frente ao Código Penal de 1891, essa constatação infringe o artigo 1º daquela codificação, que afirma não poder “ninguém [...] ser punido por facto que não tenha sido anteriormente qualificado crime, e nem com penas que não estejam previamente estabelecidas”<sup>25</sup>. Oscar de Macedo Soares, jurista que, responsável por tecer comentários em uma das mais reconhecidas edições do Código Penal de 1891, a publicação de 1907, reiterou que o artigo descrito aponta que ninguém será sentenciado, senão pela autoridade competente, em virtude da lei anterior e na forma por ela regulada, aspecto esse consolidado pela Constituição Federal de 1892 em seu artigo 72, §15. Lacunas como essa podem ser explicadas pelo fato de que durante o transcurso de todo o século XIX e início do século XX, não havia na legislação brasileira distinção explícita entre o direito positivo e o direito costumeiro, logo, as leis escritas das codificações estavam profundamente entrelaçadas com a moral vigente, sem que houvesse uma separação racional entre a lei e a moral. Tais encaixes sociais davam voz às sanções negativas contínuas àquilo que era visto como potencialmente ameaçador, mas de maneira a se render a rótulos presos a perspectivas morais.<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> TEIXEIRA, Rodrigo. *Ciganos em Minas Gerais: breve história*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007, p. 37-91.

<sup>25</sup> Código Penal de 1891, 1917, p. 1

<sup>26</sup> Nesse período havia um agravante: a mistura entre moral, biologia e genética. Traços indesejados pela sociedade da época ganhavam respaldo dos determinismos biológicos e genéticos. Havia, portanto, uma forte tendência a julgar o criminoso como uma degeneração a ser controlada, vigiada, punida e muitas vezes sem chance de se reintegrar aos

### **Considerações finais**

A documentação a respeito dos ciganos encontrada no Arquivo Público Mineiro em meio às correspondências emitidas por delegados locais e em meio aos relatórios redigidos pelo Chefe de Polícia responde apenas parcialmente às questões edificadas antes da pesquisa. As fontes encontradas são esparsas e acrescentam perguntas em lugar de responder as problematizações colocadas anteriormente, tornando o estudo da presença dos ciganos em Minas Gerais entre o fim do Império e o início da República ainda mais complexo.

Não é possível saber ao certo, por exemplo, se a documentação assinalada se dedicava a relatar a real presença dos ciganos em diferentes situações de enfrentamento ou se ecoava as atribuições estereotipadas que há séculos são associadas aos ciganos, tal como desordeiros, vadios e criminosos. Dois são os argumentos para sustentar essa dúvida: as limitações severas do aparato repressivo na época para identificar com precisão se eram bandos armados nômades se fazendo de ciganos ou se de fato eram ciganos que cometiam crimes e a lei penal inebriada por um moralismo comum à época que igualava facilmente, sem o devido processo penal, ciganos comuns a bandidos. Os discursos dos Chefes de Polícia exalam recorrentes tons pejorativos, o que permite entender o conceito de desvio vigente na época, mas dificulta compreender o percurso histórico que permeia o contexto estudado.

Estudar os ciganos por meio das fontes citadas permitiu encontrar um caminho alternativo àquele que havia sido pensado antes da execução da pesquisa e da redação da dissertação: a de que no entendimento da repressão aos ciganos pode-se constatar como o aparato repressivo de âmbito local e estadual adentrou o século XX e a república em situação calamitosa, amparada por leis tendenciosas que reprimiam rótulos morais como se fosse a prévia de um ato criminoso a ser justificado por uma biologia que usava a genética para explicar traços indesejados pelas elites da época. Desse modo, é possível depreender que as forças policiais fossem mal preparadas para apurar as denúncias que chegavam a respeito dos bandos ciganos, tornando a repressão despropositada. Pinta-se, desse modo, o retrato fiel de um aparato repressivo arcaico e despreparado, mesmo junto ao cenário que se esperava ser pautado pela ordem e pelo progresso.

---

valores vigentes, pois se julgava que estava confinado a uma armadilha articulada pelos genes de seu grupo de origem.

## O agenciamento das emoções no discurso: uma análise da retórica nos cânticos e nos elogios históricos à Januário da Cunha Barbosa

The representation of emotions: an analysis of the rhetoric in the chants and historical compliments to Januário da Cunha Barbosa

Raphael Silva Fagundes

Doutorando em História

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

[raphaelsfagundes@yahoo.com.br](mailto:raphaelsfagundes@yahoo.com.br)

Recebido em: 21/03/2014

Aprovado em: 14/05/2014

**RESUMO:** Este artigo pretende analisar as técnicas retóricas utilizadas pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na construção de heróis nacionais que estivessem vinculados ao projeto de nação defendido pela instituição oitocentista. Tendo a figura de Januário da Cunha Barbosa na celebração dos dez anos do Instituto como centro da análise, observaremos como as emoções foram administradas nos discursos para despertarem no público sentimentos afetivos levando ao reconhecimento do *IHGB* como o grande panteão do saber nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** *IHGB*, Retórica, Januário da Cunha Barbosa

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the rhetorical techniques used by members of the Brazilian Historical and Geographical Institute in building national heroes who were linked to the nation project defended by nineteenth-century institution. Having the figure of Januário da Cunha Barbosa in celebration of ten years of the Institute as the center of analysis, observe how emotions were administered in speeches to arouse affective feelings in the public leading to acknowledgement of *IHGB* as the great pantheon of national knowledge.

**KEYWORDS:** *IHGB*, Rhetoric, Januário da Cunha Barbosa

### Introdução

No mesmo número especial da *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, publicado em 1848, em que o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* prestava honras ao príncipe dom Afonso, falecido um ano atrás, reverenciava-se, também, dois dos seus fundadores mais ilustres, Januário da Cunha Barbosa e Raymundo Cunha Mattos cujos bustos foram inaugurados na sessão de 6 de abril de 1848. A disposição das homenagens carrega um significado retórico. Primeiro por firmar a identidade dos sócios com a família imperial; segundo por mostrar o lugar hierárquico: um príncipe seguido dos “literatos”, já que as primeiras páginas eram dedicadas ao herdeiro do trono falecido, enquanto que, as que se seguiram, estavam voltadas para os membros

fundadores consagrados. Vale a pena rever o conjunto de homenagens que celebrava os fundadores, em especial o cônego Cunha Barbosa, secretário perpétuo do Instituto desde sua fundação.<sup>1</sup> O coração patriótico de Januário – figura que desempenhou papel de primeira grandeza no processo da Independência e na consolidação do Instituto – foi alvo de cânticos e poemas emocionados dos confrades do IHGB.

A fundação do Instituto, em 1838, segundo a professora Lucia Maria Paschoal Guimarães, está relacionada à disputa política entre a “facção áulica”, liderada pelo ministro Aureliano de Sousa Coutinho e o avanço do “regresso” encabeçado por Bernardo Pereira de Vasconcellos. Buscava-se um espaço aparentemente neutro para a volta dos áulicos ao poder.<sup>2</sup> Além disso, a associação de letrados estava envolvida em um projeto importante para a consolidação do Estado imperial centralizado na monarquia. Arno Wehling demonstra a importância do Instituto no processo de forjamento da unidade nacional por meio do “cultivo sistemático da memória nacional”.<sup>3</sup> Para criar uma ideia de nação coesa, a elite cultural associada ao grêmio carioca, administra o passado, como destacou Manoel Salgado Guimarães, e fez deste espaço um reduto onde os debates sobre a construção da identidade nacional tornam-se legítimos.<sup>4</sup>

Iremos nos ater a uma dimensão específica da retórica articulada neste projeto político: o agenciamento das emoções no discurso. Esta dimensão da eloquência não se encontra na atividade retórica desde o seu surgimento. O primeiro tratado metódico na área foi a *Teoria Retórica*, escrito por Coráx e Tísia por volta de 465 a.C., e tinha o intuito de “fornecer a seus concidadãos os meios de defesa de seus direitos, no momento histórico da passagem da tirania para a democracia grega”.<sup>5</sup> No entanto, era uma retórica do verossímil, científica, do tipo caracteristicamente probatório, de procura de provas. Foi Górgias quem abordou pela primeira vez a persuasão por meio da psicologia, do irracional, apreendendo a *psychagogia* como base da eloquência.

A emoção passa a ser um dos principais elementos para tornar um discurso suasório. Aristóteles, por exemplo, é enfático ao dizer que “obtem-se a persuasão nos ouvintes, quando o

---

<sup>1</sup> Barbosa desempenhou um papel mais importante na consolidação da associação devido ao fato de o Marechal Cunha Mattos ter falecido logo após o ato de instituir o Instituto em 1838.

<sup>2</sup> Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). 2 ed. São Paulo: Annablume, 2011, p. 43.

<sup>3</sup> WEHLING, Arno. *Estado, história, memória*. Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp. 33-34.

<sup>4</sup> Cf. GUIMARÃES, Manoel Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: José Murilo de Carvalho. (org.). *Nação e cidadania no império*: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 103.

<sup>5</sup> FONSECA, Ísis Borges. A retórica na Grécia Antiga. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador. (org.) *Retóricas de ontem e de hoje*. 3 ed. São Paulo: Humanitas, 2004, p. 102.

discurso os leva a sentir uma paixão”.<sup>6</sup> É o emocional o principal elemento que leva as pessoas a se inclinarem a uma tese. “Tanto é certo que o espírito e alma da Eloquência consiste propriamente nos afetos”,<sup>7</sup> nos mostra Quintiliano.

Patrick Charaudeau, em artigo muito citado pelos que se propuseram a analisar o discurso, acrescenta às etapas da atividade retórica<sup>8</sup> uma tópica ligada à emoção, a *patemia*. Esta que, por sua vez, será composta por um conjunto de figuras, manifesta-se, em meio às palavras de forma intencional, já que não é qualquer elemento emotivo que poderá ser usado pelo orador. É a situação comunicativa, perpassada por aspectos da interação social e das representações psicossociais, que propiciará o uso adequado de cada termo emocional, desencadeando um efeito patêmico.<sup>9</sup> O manejo e a mobilização desse arcabouço passional para se atingir um fim persuasivo é chamado por Charaudeau de *patemização*, alusão direta ao nível das provas retóricas que retêm as emoções do auditório: o *patos*.<sup>10</sup>

O que está em jogo não é mais a lógica, mas o despertar da vontade; não estamos mais no nível racional do processo persuasivo, e sim no emocional. O discurso envolve o ouvinte a ponto de fazê-lo aderir ao seu conteúdo voluntariamente. O orador deve mostrar-se emocionado, deve mostrar objetos que emocionam e, mesmo que os objetos sejam indiferentes a todos, é preciso torná-los emocionantes.<sup>11</sup>

Na relação retórica que envolve o falante e o ouvinte, observa-se uma relação direta entre o etos e o patos. O orador deve apresentar-se por meio de um caráter complacente e, ao mesmo tempo, se adaptar ao estado psicológico do público.<sup>12</sup> Assim, deve fazer emanar um mundo capaz de gerar uma identidade que será compartilhada com os ouvintes. Os elementos que estão ao redor dos enunciados – o que chamamos de enunciação – apoderam-se dos materiais oferecidos pelo mundo e, por hábil estratégia, produzem uma representação, um mundo artificial conectado às aspirações dos ouvintes. Isto possibilita que a retórica se torne um “espaço onde a identidade se torna diferença e a diferença identidade, sempre num jogo sutil de aproximações e de

<sup>6</sup> ARISTÓTELES. *Arte retórica e poética*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d, p. 35.

<sup>7</sup> QUINTILIANO, M. Fabio. *Instituições oratórias*. Trad: Jeronymo Soares Barbosa. Tomo Primeiro, Coimbra: Imprensa Real da Universidade, 1788, p. 440.

<sup>8</sup> São cinco as etapas tradicionais do sistema retórico desde Aristóteles: inventio, dispositio, elocutio, memória e actio.

<sup>9</sup> CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MACHADO, Ida Lucia e MENDES, Emília. (orgs.). *As emoções no discurso*. Vol. 2. Trad: Emília Mendes. Campinas: Mercado das Letras, 2010, p. 26.

<sup>10</sup> Segundo Aristóteles, existem três provas retóricas: o etos, a imagem que o orador cria de si; o patos, que consiste na disposição dos ouvintes; e, por fim, o logos, que é como o discurso de demonstra. ARISTÓTELES. *Arte retórica e poética*, p. 34.

<sup>11</sup> PLANTIN, Christian. *Pathos*. Trad. Roselene de Fátima Coito. In: CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Trad: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004, p. 372.

<sup>12</sup> REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Trad: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 49.

afastamentos, de comunhão e de exclusão”.<sup>13</sup> Na construção da identidade, o sedutor (o sujeito de enunciação) visa diminuir a distância e age como se esta já houvesse sido abolida ou não tivesse mais importância. Tendo em vista esta questão, os discursos prolatados nas celebrações do IHGB, mobilizavam as emoções visando à unidade de todos em um único corpo político-imaginário, a nação.

### A gestão das emoções

O “elogio histórico geral dos membros falecidos” feito pelo orador Manoel de Araújo Porto-Alegre é enfático. São palavras vibrantes que transbordam emoções por todos os lados: “A voz do vosso orador, semelhante à do hino da catedral, se rola sobre vossas cabeças os sons festivos de um dia triunfal, também vos anuncia as horas de agonia e de pranto!”.<sup>14</sup> A estratégia argumentativa nessa passagem retrata uma questão de uso corrente na oratória dos membros da associação carioca: estabelece-se uma semelhança entre o orador e o hino da catedral, na qual suas palavras serão tão verdadeiras quanto às verdades do cristianismo proferidas pela Igreja. Isto é, valores e crenças são usados nos discursos como reforço de argumento. Principalmente as verdades do cristianismo. Através de Porto-Alegre os sócios falecidos são elevados ao pináculo dos heróis de virtudes sagradas:

A lousa, cobrindo o que há de caduco no sábio e no herói, não destrói os vínculos sagrados de um ser que bem mereceu de seus semelhantes, e que nutriu com as suas ideias, com as suas ações, aquele facho imortal, que Deus dera ao primeiro homem para com ele atravessar as idades, e robora-lo [sic] de geração em geração até o dia terrível em que há de soar no alto dos céus a trombeta das exéquias da humanidade.<sup>15</sup>

A dor penetrava os corações de todos quando um dos membros do Instituto falecia, pois a nação acabava de perder parte de sua pujança e estímulo. A importância de tais indivíduos era incontestável, já que eles irão difundir “instrução geral pela publicação dos vossos estudos; desta arte contribuireis para o desenvolvimento e perfeição da história e da geografia, e para o crédito e glória da pátria”,<sup>16</sup> declara o visconde de S. Leopoldo, presidente do grêmio letrado, em 1839.

Todo aquele preito que ali se fazia se alimentava da imagem heroica daqueles que defendiam os princípios políticos da associação, por isso as homenagens são direcionadas àqueles

---

<sup>13</sup> MEYER, Michel. *Questões de retórica: linguagem, razão e sedução*. Trad: António Hall. Lisboa: Edições 70, 2007, p. 136.

<sup>14</sup> PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. Elogio histórico geral dos membros falecidos. *RIHGB*, Rio de Janeiro, 2 ed, Tomo 11, Imprensa Nacional, p. 150-185, 1891. p. 150. Captado em <http://www.IHGB.org.br/rIHGB/rIHGB1848t0011c.pdf>. Acesso em: 05 de dezembro de 2011.

<sup>15</sup> PORTO-ALEGRE, *Elogio histórico geral dos membros falecidos*, p. 150.

<sup>16</sup> SÃO LEOPOLDO, Visconde de. Discurso de abertura. *RIHGB*, Rio de Janeiro, 3 ed, Tomo I, Imprensa Nacional, 1908, p. 212. (1839). Captado em <http://www.IHGB.org.br/rIHGB/rIHGB1839t0001c.pdf>. Acesso em: 10 de mar. de 2011.

“heróis que nos legaram as delícias da liberdade, unidas a convicção das ideias monárquicas e de sua vital utilidade”.<sup>17</sup> O objetivo era criar heróis para a jovem nação, heróis estes que estariam vinculados ao projeto de nação defendido pelos eruditos do Instituto. Porto-Alegre deixa claro que estava falando de Cunha Barbosa:

À frente dessas grandes realidades, dessas sombras venerandas, se levanta em primeiro lugar, para o Instituto, a imagem respeitável do cônego Januário da Cunha Barbosa, 1º Secretário Perpétuo e fundador desta ilustre sociedade.<sup>18</sup>

Embora, as biografias não sejam o foco desta pesquisa, é preciso destacar que, ao lado da História, elas exerciam expressiva influência no processo de consolidação dos sentimentos nacionais. Segundo Márcia de Almeida Gonçalves, no “movimento de conhecer e caracterizar via o local, individual, nacional, o biográfico passava a ter lugar cujo fundo era a história”.<sup>19</sup> As vidas retratadas nas páginas da *R.IHGB* eram de interesse nacional, úteis para despertar grandes sentimentos cívicos: “o romance, a história, a biografia poderiam guardar traços de uma comunhão como formas de conhecer e sensibilizar expectadores, leitores, autores”.<sup>20</sup>

A emoção retórica aparece quando, através do discurso, evidencia-se a contribuição de personalidades na marcha da nação rumo ao progresso, sensibilizando os que ouvem e revigorando a ideia de que o Instituto era peça chave nesse processo. Todos compartilhavam do mesmo objetivo, qual seja o de fixar as raízes da identidade nacional, e Januário da Cunha Barbosa cooperou para tal. Neste sentido, esses discursos mostram o que os brasileiros deviam ao cônego, que, em diversos pronunciamentos, é mencionado como um dos grandes *pivores* da Independência e um primoroso homem das letras da pátria, como ele próprio se autoproclamava perante D. Pedro II:

Senhor! 60 anos de vida, quase todos gastos no serviço da Igreja e do Estado, na instrução da mocidade, na mais pronta proclamação da Independência do Brasil, e não pouca vez injustamente amargurados dão-me todo o direito para dizer perante o Trono de V. M. I., que eu me ufano de haver erguido com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um monumento glorioso e perdurável do meu nunca desmentido patriotismo.<sup>21</sup>

No entanto, como é evidente neste fragmento, ao homenagearem os falecidos, no fundo os sócios estavam fazendo honras a si próprios perante toda a nação, transformando-os em heróis.

<sup>17</sup> SÃO LEOPOLDO, *Discurso de abertura*, p. 151.

<sup>18</sup> PORTO-ALEGRE, *Elogio histórico geral dos membros falecidos*, p. 151.

<sup>19</sup> GONÇALVES, Márcia de Almeida. História de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (orgs.) *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 437.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. *História de gênios e heróis*, p. 438.

<sup>21</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório do secretário perpétuo. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 3 ed. Tomo II, Imprensa Nacional, 1916, p. 603. (1840). Captado em <http://www.IHGB.org.br/rIHGB/rIHGB1840t0002c.pdf>. Acesso em: 10 de mar. de 2011.

O canto inaugural escrito por Joaquim Norberto, poeta e instigador do movimento indianista, em memória a Januário da Cunha Barbosa, exalta os feitos do cônego em quatro partes. Na primeira, “A Inauguração”, mostra que antes de Januário havia um “Povo sem tradições” e sem “descendentes”. Todo o passado estava em uma “ilusão da fantasia”, “Deixando tudo em perenal olvido”. Porém, com Januário e seu árduo labor, esse quadro muda:

Mas parabéns, ó pátria! Aponta a aurora  
De um dia indigente, glorioso e belo,  
Qu’ hade a treva espancar da longa noite,  
E o sol brilhando irá mostrando aos povos  
Outro povo de estátuas venerandas  
No pantheon que a pátria aos filhos deve.

Na segunda parte, intitulada “Elle”, são exaltadas as ações sublimes do cônego:

E’ elle! – N’aquele peito  
Palpita-lhe o coração,  
O coração sempre afeito  
A pia e elevada ação.

As emocionantes palavras de Norberto tentavam demonstrar que Januário ali estava, em forma de monumento, entre os sócios:

Eu o vi tão sereno como agora,  
Com essa graça de seu brando rosto,  
Resignado e firme caminhando  
A’ frente da brasílica mocidade...

Além disso, na mesma estrofe, é dito que o influente religioso “Ditou lições da profícua ciência”. E mais! Revela a grande habilidade que possuía no trato com as palavras, elemento fundamental para destacar a sapiência de um indivíduo no século XIX:

Mal aceita dos homens, e no púlpito,  
A eloquência divina trovejando,  
Levou a convicção a ímpias turbas,  
Doutrinando-as com máximas sagradas.

De fato, a eloquência do primeiro secretário perpétuo era sobejamente reconhecida. Na prática, levou diversos “literatos” a construir relatos da nação que pretendiam tirar das trevas os nossos antepassados.

A nação deve muito aos trabalhos desenvolvidos pelo sócio-fundador, segundo Norberto, na terceira parte do cântico denominada “Apoteose”:

Ó Januário, tu honraste a pátria,  
E hoje a pátria te honra desvelada;  
Hoje te vota um busto, hoje te exalta  
A par do capitão laborioso,  
Companheiro no feito ilustre e grande.

A história, que do tempo agora zomba,  
Monumentos de glória registrando,  
Nas páginas brilhantes que lhe deste,  
O teu nome fará nelas perene.<sup>22</sup>

Por sua vez, o monarca, chefe da empresa vangloriada pelos sócios do *IHGB*, seria também lembrado. A última parte do canto inaugural é dedicada “A S. M. O Imperador”. Norberto compara a obra de Januário ao esplendor concedido à D. Pedro II e à pátria, revelando que muitos dos escritos do falecido buscavam enaltecer o Império. A imagem protetora de Sua Majestade Imperial, sempre presente, reforçava a grande missão, confiada ao *IHGB* e a seus sócios, de promover o progresso das letras.

O jovem poeta romântico, Antônio Gonçalves Dias, também marcou presença na cerimônia com um cântico à Cunha Barbosa. Dias, segundo seus biógrafos, preocupava-se em criar um etos de patriota, dizia-se “descendente das três raças que formaram a etnia brasileira”.<sup>23</sup> Estava relacionado ao movimento indianista e dedicava muitos de seus poemas, como fazia Januário com suas obras, a S. M. Imperial. Também se achava envolvido, ao lado de Norberto, na missão de construir um teatro nacional com empresários e artistas brasileiros que encenariam peças voltadas para temas patrióticos.<sup>24</sup>

Dias começa destacando a habilidade performativa a qual Januário demonstrava em seus discursos:

Onde essa voz ardente e sonora,  
Essa voz que escutamos tantas vezes,  
Polida como a lâmina d’um gládio,  
Essa voz onde está?<sup>25</sup>

Como sabemos, a eloquência era uma das marcas de erudição no século XIX. Para alguns autores, no Brasil firmou-se como uma característica de reconhecimento da inteligência nacional. É o que afirma Sérgio Buarque de Holanda, ao descrever que é comum encontrar no brasileiro, até os nossos dias, o “amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara. É que para bem corresponder ao papel que, mesmo sem o saber, lhe

---

<sup>22</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. Januário da Cunha Barbosa: Canto Inaugural. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2 ed, Tomo 11, Imprensa Nacional, pp. 266-275, 1891, p. 267-273. (1848) Captado em <http://www.IHGB.org.br/rIHGB/rIHGB1848t0011c.pdf>. Acesso em: 05 de dez. de 2011.

<sup>23</sup> BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 44 ed. São Paulo: Cutrix, 2006, p. 104.

<sup>24</sup> SOUZA, Silvia Cristina Martins de. *As noites do ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*. Campinas: Unicamp, 2002, p. 37.

<sup>25</sup> DIAS, Antônio Gonçalves. Canto Inaugural à memória do cônego Januário da Cunha Barbosa. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2 ed, Tomo 11, Imprensa Nacional, p. 285-287, 1891, p. 285. (1848) Captado em <http://www.IHGB.org.br/rIHGB/rIHGB1848t0011c.pdf>. Acesso em: 05 de dez. de 2011.

conferimos, a inteligência há de ser ornamento e prenda, não instrumento de conhecimento e de ação”.<sup>26</sup>

Essa noção de inteligência marcada pelo “bem dizer”, pelas frases com adornos e pelas palavras rebuscadas, era bastante firme já que nos oitocentos tinha-se a oratória como espetáculo público.<sup>27</sup> Por isso, elogiar a eloquência do falecido significava enaltecer suas virtudes intelectuais. Desde muito, era reconhecido o dom eloquente de Januário. Da época em que era pregador da Capela Real à de editor do jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, onde se dedicava à propagação de ideais liberais, passando pelo cargo de orador oficial durante as cerimônias maçônicas que reuniam ilustres figuras da década de 1830, como Evaristo da Veiga e outros.<sup>28</sup> Januário, no *IHGB*, por fim, apesar de não ter sido o orador oficial da instituição, sempre deixava o Imperador a par dos feitos anuais dos colaboradores da “ilustre sociedade” em seus relatórios lidos em ocasiões comemorativas. Uma história da eloquência brasileira do século XIX não poderia deixar de fora uma figura tão emblemática como a do cônego Januário da Cunha Barbosa.

É preciso destacar que “o simples fato de um texto pertencer a um gênero do discurso ou a um certo posicionamento ideológico induz expectativas em matéria de etos”.<sup>29</sup> Esses dois elementos são apreendidos nos pronunciamentos que acabamos de observar. A maneira romanesca e poética de lidar com um assunto, já lhe concede uma grade dimensão retórica, aumentando o brilho das ideias as quais os discursos são portadores. A representação de todos os componentes daquela situação de enunciação estava sendo forjada: os oradores enquanto homenageavam Januário como ícone de patriotismo, ao mesmo tempo e na mesma proporção, acabavam por se tornar também verdadeiros patriotas. E por que não despertar nos ouvintes a ideia de que o Instituto estava imbuído em uma missão patriótica? Por que não tentar, além disso, inculcar nesses ouvintes a ideia de que ao aderirem a tal causa não seriam eles também heróis como o cônego? Assim eles o fizeram.

No âmbito dessa realidade discursiva estabeleceu-se uma *cenografia* na qual o locutor adquire uma “corporalidade”, um “caráter” físico e psicológico baseado em um determinado mundo de representações que ilumina a cena. O destinatário, por sua vez, também envolvido, participa da troca comunicativa através da “incorporação” do caráter apresentado pelo locutor.

<sup>26</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2005, p. 83.

<sup>27</sup> SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência*. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999, p. 91.

<sup>28</sup> MOREL, Marco e SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 138.

<sup>29</sup> MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos, cenografia, incorporação*. In: AMOSSY, Ruth. (org.). *Imagens de si no discurso*. Trad: Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005, p. 71.

Estabelece-se, assim, um imaginário nascido da relação corporalidade/incorporação, denominada por Dominique Maingueneau de *corpo*.<sup>30</sup>

A forma gloriosa de se falar sobre uma personagem que tanto fez pela nação revela que o enunciador é um patriota, mesmo sem dizer diretamente o que ele de fato é. E mais! Como nas linhas supracitadas, o discurso apresenta a ideia de nação através de um modo de dizer que remete a uma *maneira de ser*, ou seja, é o comportamento de um grande patriota que estava em destaque. No fundo, tais discursos, por meio das diversas formas que tomavam (cânticos, poemas, odes, etc.) estimulavam o amor à nação, levando os ouvintes a fazerem algo por ela, tal como Januário o fez.

Soma-se a isto o fato de a homenagem feita a Januário ser realizada em uma data emblemática, a comemoração dos dez anos do Instituto. Festejar a primeira década de sua existência por meio de uma figura que tanto fez pela História nacional poderia ser útil, já que falar de Januário também seria falar do Instituto e dos membros, através de um símbolo a ser seguido.

O poema de Gonçalves Dias, sob tais condições, não poderia deixar de falar da luta do homenageado na tentativa de suspender o estandarte da civilização sobre a terra de Santa Cruz. Depois aproxima os escritos de Cunha Barbosa às obras de Homero, referência da Antiguidade Clássica:

Inveja!... mas às formas do Gigante  
Sorri-se o grande Homero; - e o cego Bardo  
Da verde Erin, entre os heróis famosos  
Prasenteiro o recebe!

Dorme, ó lutador, que assaz lutaste!  
Dorme agora no gélido sudário;  
Foi duro o afã, aspérrima e contenda,  
Será fundo o descanso.<sup>31</sup>

Por outro lado, os elogios procuravam enquadrar a história de vida do cônego à trajetória da própria nação. Cândido José de Araújo Vianna, presidente da associação e o primeiro a falar nesse dia solene (a essa altura o visconde de São Leopoldo já havia falecido) assinala que o nome de Cunha Barbosa “andarà sempre a par da recordação dos que promoveram a independência do

<sup>30</sup> MAINGUENEAU, Dominique. Problemas do Ethos. In: *Cenas da enunciação*. Organização de Sírio Possenti e Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008, p. 69.

<sup>31</sup> DIAS, Antônio Gonçalves. Canto Inaugural à memória do cônego Januário da Cunha Barbosa. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2 ed, Tomo 11, Imprensa Nacional, pp. 285-287, 1891, p. 286. (1848) Captado em <http://www.IHGB.org.br/rIHGB/rIHGB1848t0011c.pdf>. Acesso em: 05 de dez. de 2011.

Brasil”<sup>32</sup>, associando este “ilustre Brasileiro” ao acontecimento de maior importância da História do país. Já o médico Dr. J. F. Sigaud, sócio do *IHGB*, afirmava que “o cônego Januário da Cunha Barbosa foi o espelho em que se refletiam as fases de seu país”.<sup>33</sup>

A nação emancipada foi usada pelos oradores como uma substância metafísica articulada para agir sobre as paixões dos ouvintes. Sigaud destaca que Januário, ao lado de “um colega e amigo em seus estudos, Joaquim Gonçalves Ledo”, “encaminhou os brasileiros à independência, fortificou-lhes a opinião contra os disfarçados acontecimentos das cortes de Lisboa”.<sup>34</sup> Em relação aos acontecimentos, Sigaud refere-se à Revolução do Porto de 1820, que pôs em risco a posição do Brasil, com a exigência do retorno de D. João VI a Portugal. Os interesses desse lado do Atlântico, à luz destes fatos, poderiam ser afetados e o Brasil retrogradaria a condição de simples colônia. Mas Januário e seu companheiro Gonçalves Ledo, foram um dos grandes agentes que impediram esse retrocesso segundo o discurso de Sigaud. Enfim, ao narrar a vida do cônego tentava-se mostrar a ação deste na emancipação.

Como se vê, Cunha Barbosa é submetido a duas chaves de leitura: como o homem da independência e como um grande erudito dedicado as letras da pátria. Deste modo, é possível apreender como era criado o perfil multifacetado destes indivíduos; grandes figuras que agiam na política e que, ao mesmo tempo, seriam, também, grandes homens que se dedicam as letras. Enfim, era o que se chamava na época de *publicistas*.<sup>35</sup>

O segundo secretário do Instituto, Francisco de Paula Menezes, em seu elogio ao cônego, aponta a importância de pessoas que instigaram o “pensamento civilizador [...] marcando as escalas do progresso”.<sup>36</sup> Naquela célebre ocasião – vale lembrar que é a situação/circunstância que caracteriza o discurso – Menezes afirma: “viemos colocar em alto pedestal, [...] a memória de uma de nossas maiores ilustrações literária”. Em seguida mostra que celebrar essas figuras ilustres é uma “profícua lição de elevada moralidade, que com justiça nos deve colocar entre os povos os

---

<sup>32</sup> VIANNA, Cândido José de Araújo. Discurso do presidente. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2 ed, Tomo 11, Imprensa Nacional, p. 87-89, 1891, p. 88. (1848) Disponível em <http://www.IHGB.org.br/rIHGB/rIHGB1848t0011c.pdf>. Acesso em: 05 de dez. de 2011.

<sup>33</sup> SIGAUD, J. F. Elogio Histórico do secretário perpétuo cônego Januário da Cunha Barbosa. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2 ed, Tomo 11, Imprensa Nacional, p. 185-195, 1891, p. 186. (1848) Captado em <http://www.IHGB.org.br/rIHGB/rIHGB1848t0011c.pdf>. Acesso em: 05 de dez. de 2011.

<sup>34</sup> \_\_\_\_\_. *Elogio Histórico do secretário perpétuo cônego Januário da Cunha Barbosa*, p. 187.

<sup>35</sup> Segundo Maurice Block o publicista é um personagem do século XIX e é definido como um escritor que não necessariamente é um historiador ou um filósofo, mas que mistura a filosofia, a literatura e a história. Esse publicista assemelha-se ao estadista principalmente no “savoir-faire pratique” que deve dedicar a sua carreira. BLOCK, Maurice. *Publiciste*. In: *Dictionnaire général de la politique*. Tome Second. Paris: O. Lorenz, Libraire-Éditeur, 1864, pp. 721-722. Captado em [http://books.google.fr/books?id=w5YBAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=fr&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](http://books.google.fr/books?id=w5YBAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=fr&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 07 de fev. de 2012.

<sup>36</sup> MENEZES, Francisco de Paula. Elogio Histórico do cônego Januário da Cunha Barbosa. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2 ed, Tomo 11, Imprensa Nacional, p. 240-259, 1891, p. 240. (1848) Captado em <http://www.IHGB.org.br/rIHGB/rIHGB1848t0011c.pdf>. Acesso em: 05 de dez. de 2011.

mais civilizados”.<sup>37</sup> Como uma das intenções dos eruditos daquela época era enquadrar o Brasil no rol das nações civilizadas, essas afirmações eram adequadas às aspirações dos alocutários.

Menezes relaciona também Januário com a pátria, porém, em seu caso, não narra a vida do cônego. Procura criar uma imagem exaltante e gloriosa através de um vocabulário romântico e fabuloso. Um depoimento que revela o gênio do grande patriota. Talvez a passagem que mais possa descrever o que estamos querendo dizer seja a seguinte:

Quando se nasce, Senhores, em uma época cheia de vida e de força, como nos grandiosos dias de um Racine e de um Molière, de um Boileau e de um Voltaire a grandeza dos fenômenos de uma vida célebre é explicitada pelas sublimidades que lhe serviram de berço, como pelas cataratas imensas, que rolam majestosas suas águas pelas alcantiladas rochas, se adivinha a grandeza dos rios a que vão dar nascença. Nestes casos o desenvolvimento do talento não pode maravilhar-nos; sua marcha é arrebatada e rápida como a dos gênios, que se divisa nas altas sumidades: porém quando procede-se de país cuja glória foram suas virtudes, cujo renome sua probidade; quando por berço se há tido uma oprimida colônia, a quem as limitadas vistas de uma endurecida metrópole tratavam de envolver eternamente nas trevas da mais estúpida escravidão; então o crescimento intelectual é um esforço extraordinário, a grandeza do gênio, fenômeno espantoso, e as riquezas do talento, tesouros de incalculável valor! Por isso com justiça admirareis, Senhores, a espantosa concatenação de fatos grandiosos que esmaltaram a vida inteira do ilustrado cônego J. da C. Barbosa, desde a sua aurora até o instante em que o frio sopro da morte apagou a luz da vida e fechou as portas ao tabernáculo do gênio.<sup>38</sup>

Januário situa-se num pedestal que se ergue para além do brilho de figuras do nível de Molière e Voltaire. Entretanto não foi o brilho de uma época que possibilitou o espírito talentoso de Januário, mas sua própria capacidade individual; ainda que em meio aos dias turvos da colônia e não em um “país cuja glória foram suas virtudes”. Não podemos esquecer que Januário é um dos homens do “Fico”! A luta contra uma “endurecida metrópole”, que empurrava a nação para uma “estúpida escravidão”, é apresentada de tal forma que permite apreender uma sincronia entre a figura de Januário e o processo de emancipação, pois assim como a nação se libertou do domínio português, Barbosa, mesmo submetido às trevas dos tempos coloniais, foi dotado de um “crescimento intelectual” que o levou a se tornar o homem ilustre que fora.

Na passagem transcrita, observa-se que Paula Menezes fez uso constante de figuras de retórica. Estas não servem apenas para dar cor e beleza às palavras, mas, também, para transformá-las em argumentos, pois é a forma de descrever os acontecimentos que os torna presentes à nossa consciência, ganhando força de evidência.<sup>39</sup>

<sup>37</sup> MENEZES, *Elogio Histórico do cônego Januário da Cunha Barbosa*, p. 241.

<sup>38</sup> \_\_\_\_\_. *Elogio Histórico do cônego Januário da Cunha Barbosa*, p. 242.

<sup>39</sup> PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. Trad: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 190.

De qualquer modo, Perelman e Olbrechts-Tyteca indicam que as figuras argumentativas têm a função de provocar a adesão do ouvinte, para isso é preciso que este identifique na forma, o conteúdo real. Não sendo apenas estilos, as figuras podem dar “movimento ao pensamento, [...] simular paixões [...] criar uma situação dramática que não existe”.<sup>40</sup> Além disso, estão destinadas a “lembrar” ou a suscitar o sentimento comunitário, o acordo dos corações e dos espíritos.

As figuras são recursos tropológicos, entendendo tropos como “uma mudança mediante a qual transportamos uma palavra ou uma locução da sua significação própria para outra para lhe dar mais força”.<sup>41</sup> Também serve para “ornamentar ou suavizar o nosso pensamento através de um discurso mais aceitável, mais convincente ou mais agradável”.<sup>42</sup>

José Murilo de Carvalho assinala que os eruditos brasileiros herdaram um estilo ornamentado e rebuscado da retórica barroca lecionada no período colonial. Havia três níveis que constituíam uma estrutura retórica baseada em Cícero: o *docere* (instruir, ensinar), que é tornar o discurso claro, compreensível, didático; o *delectare* (agradar), que consiste no lado agradável do discurso; e o *movere* (comover), que é o que abala o auditório, faz este agir e se comportar de uma determinada forma, seria a persuasão propriamente dita. Segundo Carvalho, “o barroco português enfatizava o ‘delectare’”.<sup>43</sup> Apesar das grandes tentativas de reformulação no ensino de retórica promovidas por Luis Antônio Verney, ao lado da política reformista do Marquês de Pombal, esse estilo retórico atravessou o século XIX nos manuais didáticos, se estendendo até o século XX na literatura e em outros setores letrados. Fernando de Azevedo, um dos nomes envolvidos com a renovação do ensino no Brasil na primeira metade do século passado, afirma que do ensino jesuítico “provieram não somente o interesse pela vernaculidade e o pendor para dar a tudo expressão literária, como também o amor à forma pela forma, o requinte e o rebuscamento...”<sup>44</sup>

Mas, neste caso, o “rebuscamento” tem a intenção de dar presença à matéria do discurso de forma sensível, como podemos ver: “como pelas cataratas imensas, que rolam majestosas suas águas pelas alcantiladas rochas, se adivinha a grandeza dos rios a que vão dar nascer”. Aqui o orador refere-se ao que foi dito antes, que as condições de uma determinada época, possibilitam nascer o gênio, da mesma forma que das “catarratas imensas”, advém a origem da “grandeza dos rios”. O gênio de Januário foi além, superando a própria natureza. O que aparentemente é mero

<sup>40</sup> PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, *Tratado de Argumentação*, p. 191.

<sup>41</sup> MEYER, Michel. *Questões de retórica: linguagem, razão e sedução*. Trad: António Hall. Lisboa: Edições 70, 2007, p. 105.

<sup>42</sup> \_\_\_\_\_. *Questões de retórica*.

<sup>43</sup> CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, pp. 123-152, 2000, p. 132.

<sup>44</sup> Apud SOUZA, *O império da eloquência*, p. 24.

ornamento deixa de sê-lo quando analisado a fundo. Estas figuras não podem ser vistas como adereços, mas como instrumentos destinados a desencadear a emoção nos envolvidos na cena comunicativa.<sup>45</sup> A construção de uma imagem suntuosa da natureza no discurso, já desperta um prazer de contemplação perante algo belo. Às vezes, certas palavras já enunciam uma certa sensação emotiva, por isso são inevitáveis em discursos que pretendem ativar a emoção do auditório. O embelezamento do discurso não foi apenas uma questão de rebuscamento, mas uma maneira de dar forma, ilustrar, um determinado conteúdo. Chegamos aqui a uma outra técnica argumentativa.

Dois pesquisadores brasileiros que tratam sobre as emoções nos discursos podem nos dar suporte nesta questão. A enunciação, para Hugo Mari e Paulo Henrique A. Mendes, permite situar o enunciado no espaço e no tempo, se entendermos que as condições enunciativas engendram “a existência do enunciado em função de circunstâncias históricas (espaço-temporais) únicas/irrepetíveis”.<sup>46</sup> Além disso, a enunciação é “uma condição (aparelho formal), um processamento (acontecimento/ato) e um efeito (interpretação) de sua existência” que dá forma ao enunciado.<sup>47</sup> Este último, em nosso caso, seria a ideia de que o *IHGB* estava à frente das instituições capazes de promover o progresso da nação. A enunciação que dá forma a essa premissa, estava carregada de estilos que se aproveitavam da riqueza lexical do nosso idioma, fazendo brotar a emoção de forma elegante e expressiva. No texto em questão, podemos até mesmo entender que, após a Independência, após a libertação das “trevas” e da “estúpida escravidão”, os gênios brotariam mais facilmente ao lado da beleza natural exuberante da pátria. As belas palavras e citações exuberantes não são a exibição de uma “verbiagem oca” ou de uma “erudição inútil”, como afirmava Manoel Bomfim<sup>48</sup>, mas uma técnica persuasiva que trabalha o emocional e busca a persuasão.

Como bem lembrou Quentin Skinner o ornamento na retórica vem do termo *ornatus* “que se costuma usar para descrever as armas e equipamentos de guerra”.

O que os retóricos afirmam é que os “ornamentos” característicos do Estilo Grandioso *não* são meros adornos ou embelezamento; são as armas que o orador deve aprender a manejar para ter alguma perspectiva de sair vitorioso na guerra das palavras e, desse modo, conquistar a vitória para o seu lado da questão.<sup>49</sup>

---

<sup>45</sup> PLANTIN, Christian. As razões das emoções. In: MACHADO, Ida Lucia ; MENDES, Emília. (Org). *As emoções no discurso*. Tradução de Emília Mendes. Campinas: Mercado das Letras, 2010, p. 65.V.2.

<sup>46</sup> MARI, Hugo e MENDES, Paulo Henrique A. Enunciação e emoção. In: MACHADO, Ida Lucia e MENDES, Emília. (orgs.). *As emoções no discurso*. Vol. 2. Trad: Emília Mendes. Campinas: Mercado das Letras, 2010, p. 156.

<sup>47</sup> \_\_\_\_\_. *Enunciação e emoção*.

<sup>48</sup> Cf. BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, pp. 170-171.

<sup>49</sup> SKINNER, Quentin. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. Trad. de Vera Ribeiro. São Paulo: UNESP, 1999, p. 70.

E assim afirma Quintiliano: “A argumentação por outra parte é de sua natureza suspeita, e por isso necessita de ornatos, que a disfarçam”,<sup>50</sup> o que faz dos adornos e frases de efeito uma estratégia indispensável na eloquência e não mero engodo.

Sendo assim, nossas observações estão consoantes com os estudos de Temístocles Cezar. Segundo o autor, a “eloquência, é uma arma, é um meio de intervenção decisivo tanto na vida política do império brasileiro, como na construção de uma noção de história no *IHGB*”. A retórica da história é útil, “acima de qualquer outra coisa, à nação”.<sup>51</sup> Até então, era do reduto oitocentista que emanavam as principais interpretações da história pátria, consubstanciadas por uma *retórica da nacionalidade* que buscava tanto conter e resistir à possível dispersão de um discurso, que se pretendia unívoco, quanto procurava, por meio de seus associados, constituir-se como campo de saber, voltado para explicar a existência de uma nação ao longo do tempo formada por “brasileiros”.<sup>52</sup>

Em paralelo a estes aspectos ressaltados por Cezar, entendemos que cerimônias como esta mostram o investimento de determinadas elites culturais em verdadeiras peças de retórica para a consolidação de um projeto de nação. Um investimento imprescindível a nosso ver. As emoções, um dos principais elementos da técnica retórica, foram articuladas em prol da construção de mitos úteis para a unidade nacional. Sem tais questões, que comoviam ouvintes e leitores, despertando sentimentos em comum, a própria função do Instituto no circuito político do Império estaria condenada ao fracasso.

---

<sup>50</sup> QUINTILIANO, *Instituições Oratórias*, p. 332.

<sup>51</sup> CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história, historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 11-28, 2004, p. 27.

<sup>52</sup> CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso das origens dos Tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 29.

## Legislação, prática política e aplicação da justiça na construção do Estado imperial (1827-1841)

### Legislation, local politics and administration of justice in the construction of the imperial state (1827-1841)

Joelma Aparecida do Nascimento

Doutoranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

joelmadonascimento@gmail.com

Recebido em: 25/03/2014

Aprovado em: 20/11/2014

**RESUMO:** No debate acerca das normas concernentes aos sistemas eleitoral e judiciário brasileiro, a criação do Juizado de paz evidencia os embates políticos intrínsecos à organização do Estado imperial na primeira metade do século XIX. Neste artigo procura-se analisar como, no interstício das alternativas políticas e legislação preconizadas entre 1827-1841, a atuação dos juizes de paz nas eleições municipais e na aplicação da justiça realça a complexidade da sustentação de uma política localista intentada pelo Estado. Destaca-se a importância atribuída a essas autoridades pelas vias da política imperial e também no nível da instância local no município de Mariana, província de Minas Gerais.

**PALAVRAS CHAVE:** Juizado de paz, Prática política, Justiça local.

**ABSTRACT:** In the debate about the rules concerning the elections and the administration of justice in Brazil, the creation of the Peace Judges demonstrates the demands inherent policies to the imperial state organization in the nineteenth century. This article aims to analyze how, in the interstium of the policy alternatives and in the legislation between 1827-1841, the actions of the justices of the peace in municipal elections and in the application of justice became difficult a localist policy by the State. It analyzes the importance attributed to these local authorities by way of imperial policy, but also in the local autonomy in the municipality of Mariana, Minas Gerais province.

**KEYWORDS:** Justice of peace, Political practice, Local justice.

#### Considerações iniciais

No texto a seguir analisa-se, primeiramente, o aparato normativo relacionado ao funcionamento do Juizado de paz, e, em seguida apresenta-se a sua atuação inerente às leis eleitorais e judiciárias então preconizadas. Do estudo de caso baseado na análise das eleições pretende-se estabelecer um diálogo entre a legislação vigente e os limites e possibilidades da sua aplicação prática.

No debate político da primeira metade do século XIX muito da problemática concernente ao tema das eleições municipais teria sido potencializada pela criação do Juizado de

Paz estabelecida na Constituição Política de 1824 (Artigos 161 e 162). Sua regulamentação foi organizada pela Lei de 1827, cabendo a estes juizes nos processos judiciais, dentre outras funções, conciliarem as partes

que pretendem demandar, por todos os meios pacíficos, que estiverem ao seu alcance: mandando lavrar termo do resultado, que assignará com as partes e Escrivão. Para a conciliação não se admitirá procurador, salvo por impedimento da parte, provado tal, que a impossibilite de comparecer pessoalmente e sendo outrosim o procurador munido de poderes illimitados.<sup>1</sup>

O projeto inicial referente às atribuições dos juizes de paz foi apresentado ao Poder Legislativo em 1826. Tratava da administração municipal e discutia as funções daqueles juizes, já que estas não haviam sido de todo definidas na Constituição. As suas atribuições não deixaram de serem alvos dos intensos debates no Parlamento brasileiro durante o período monárquico e expressavam a dificuldade em delimitar a jurisdição do Juizado de paz<sup>2</sup>.

A citada Lei de 1827 indicava o perfil dos que poderiam ser juiz de paz. Para tal bastava preencher as exigências relativas ao encargo de eleitor (previsto na Constituição de 1824). Os juizes deveriam atuar em todas as Freguesias e capelas filiais curadas – demarcações que correspondiam a uma mesma divisão territorial para a Igreja, a polícia e a municipalidade<sup>3</sup>.

Das normas do período que versavam sobre o assunto das eleições pode-se destacar, basicamente, as Instruções de 26 de março de 1824, a Lei de 1º de outubro de 1828, o Decreto nº 157 de 4 de maio de 1842 e a Lei eleitoral de 1846 – que reuniu todas as alterações e atendeu algumas das demandas respectivas àquelas normas eleitorais anteriores. Ressalta-se a seguir alguns pontos dessas leis, em especial no que diz respeito ao direito de voto e sobre o encargo do comando das mesas eleitorais que conduziam essas eleições.

A Constituição de 1824 estabelecia quem poderia votar. Regulou ainda a exigência de uma renda líquida anual para ser votante e eleitor. A eleição era indireta, dividida em dois graus e o direito de votar baseado nesta separação – os cidadãos ativos (votantes/eleitores de 1º grau) elegiam os eleitores (de 2º grau), que por sua vez votavam nos demais cargos<sup>4</sup>. Para ser votante

---

<sup>1</sup> BRASIL. Lei de 15 de Outubro de 1827. [Crêa em cada uma das freguezias e das capellas curadas um Juiz de Paz e supplente]. Artigo 5º, §1º. Captado em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38396-15-outubro-1827-566688-publicacaooriginal-90219-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38396-15-outubro-1827-566688-publicacaooriginal-90219-pl.html)>. Acesso em: 10 fev. 2014.

<sup>2</sup> VIEIRA, Rosa Maria. *O Juiz de Paz: do Império a nossos dias*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002, p. 97-99.

<sup>3</sup> BRASIL. Lei de 15 de Outubro de 1827... Artigos 1º e 2º. A Constituição já previa a eleição no mesmo dia que dos vereadores (Art. 162) e também os requisitos para ser eleitor (Art. 94). A Lei de 1828 estabeleceu a forma da eleição de juizes e vereadores (Art.7 ao 15).

<sup>4</sup> A Constituição não estabeleceu a forma das eleições de vereadores e juizes de paz. Estes, como veremos, seriam eleitos por eleições diretas a partir da Lei de 1828. Antes disso, as eleições para as autoridades municipais ainda seguiam os regimentos das Ordenações do Reino Português que estabeleciam eleições indiretas nas quais votavam o povo e os homens bons do local. Esses últimos representados por nobres, burocratas, proprietários e comerciantes.

determinou a renda de 100\$ e de 200\$ para ser eleitor (cem mil réis e duzentos mil réis, respectivamente)<sup>5</sup>.

Pelas Instruções de 1824 votavam todos os cidadãos compreendidos na Constituição de 1824 sendo presidente da mesa eleitoral o Juiz de fora (ou o Juiz ordinário), cargos somente extintos posteriormente. A Lei de 1828 instituiu a eleição direta para vereadores e juízes de paz. Votariam todos os considerados na Constituição e em uma listagem de votantes que seria organizada pelo juiz de paz. O presidente da eleição ainda seria o Juiz de fora (ou o ordinário)<sup>6</sup>.

Apresentando algumas alterações, no Decreto de 1842 votavam todos os abarcados na Constituição e em um alistamento dos votantes, dos elegíveis e dos Fogos da Paróquia; realizado então pelo juiz de paz, auxiliado pelo pároco e o subdelegado. A mesa eleitoral teria o juiz de paz como presidente. Por fim, pela Lei eleitoral de 1846 votavam nas eleições dos eleitores e na direta para vereador e juiz de paz todos os previstos na Constituição e os indicados em uma qualificação dos votantes realizada pelo juiz de paz (presidente), dois eleitores e dois suplentes de eleitores. O presidente da mesa seria ainda o juiz de paz auxiliado por dois eleitores e dois suplentes de eleitores (membros participantes também da qualificação de votantes)<sup>7</sup>.

Ocorre que até a Lei de 1828 as disposições de 1824 regulavam as eleições de eleitores, dos deputados e senadores para a Assembléia Geral e dos membros dos Conselhos Gerais das Províncias, sem referências às eleições municipais. A partir de 1828 foi que a eleição municipal passara a ser convocada pelo juiz de paz a cada quatro anos.<sup>8</sup>

Como se vê desde 1828 o juiz foi inserido no processo eleitoral e sendo ainda designado como o responsável pelas listas dos cidadãos capacitados a votarem nessas eleições municipais. Reconhecido na Lei de 1827 já como a autoridade apta a agilizar a justiça, o juiz passara também a integrar o quadro da prática política das localidades. Previa-se que o juiz organizasse “a lista

---

Ver: CARVALHO, José Murilo de. A involução da participação eleitoral no Brasil, 1821-1930. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 39-45.

<sup>5</sup> CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRAZIL. Artigos 90 a 95. Captado em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2014. Não votavam na eleição de primeiro grau os menores de 25 anos (exceto os casados, e oficiais militares, maiores de vinte e um anos, os bacharéis formados, e os clérigos de ordens sacras), os filhos-famílias que estiverem na companhia de seus pais (salvo se servirem a ofícios públicos), os criados de servir (exceto os guarda-livros, e primeiros-caixeiros das casas de comércio, os criados da Casa Imperial e os administradores das fazendas rurais e fábricas), os religiosos e quaisquer que vivessem em comunidade claustral (Artigos 92 a 94).

<sup>6</sup> Por um Decreto de 28 de junho de 1830 o juiz de paz ficou incumbido de presidir todas as eleições, ou seja, as eleições primárias (eleição de eleitores) e os colégios eleitorais (para eleição dos deputados, senadores e membros dos Conselhos Gerais (estes Conselhos substituídos, posteriormente, pelas Assembleias provinciais).

<sup>7</sup> Com exceção da Lei de 1846, os presidentes das mesas eleitorais deveriam ser auxiliados pelo pároco da localidade.

<sup>8</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lei de 1º de Outubro de 1828. [Dá nova fôrma ás Câmaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz]. Captado em: <<http://www2.Câmara.leg.br/legin/fed/lei/sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html>>. Acesso em: 21 fev. 2014.

geral de todas as pessoas da mesma parochia, que têm direito de votar, tendo para esse fim recebido as listas parciaes dos outros Juizes de Paz, que houverem nos differentes districtos, em que a sua parochia estiver dividida.”<sup>9</sup>

Em resumo, a Lei de 1828, com seu princípio da listagem de votantes, pode ser considerada como o primeiro passo rumo à identificação mais metódica do eleitorado, mesmo que apenas no nível municipal. Os procedimentos por ela principiaados foram paulatinamente desdobrados nas Leis posteriores que tornaram ainda mais importante o papel dos juízes de paz, especialmente, no reconhecimento prévio dos eleitores naquelas eleições por eles administradas.

Interessante observar ainda a relação de complementaridade existente entre as normas do período. Quando a criação do Juizado foi decretada, a Constituição de 1824 previa a sua eleição no mesmo dia e da mesma forma que dos vereadores das Câmaras. A Constituição estabelecia também que as funções e distritos de jurisdição desses juízes; bem como, o exercício das ocupações das Câmaras seriam regulados por lei. A Lei de regulamentação do cargo, em 1827, que presumia as atribuições, competências e jurisdição dos juízes, também determinou sua eleição da mesma maneira que dos vereadores sem; no entanto, referir os procedimentos para tal. A regulação das eleições para vereadores e juízes de paz afinal se deu pela Lei de 1828 que definia também as responsabilidades das Câmaras.

Já a legislação relacionada ao melhoramento da aplicação da justiça; além da Lei de 1827, também o “Código Criminal do Imperio do Brazil” de 1830, o “Código do Processo Criminal de Primeira Instância” de 1832 e a Lei de Reforma do Código Criminal de 1841 versaram sobre as funções dos juízes de paz. Os códigos expressavam a preocupação e o detalhamento das funções vinculadas à manutenção da ordem local.

No Código de 1830 referenciava-se o juiz de paz para atuar especificamente nas seguintes demandas: julgar como crime de furto e contra a propriedade a posse de qualquer bem encontrado e não manifestado ao juiz; pena de multa para os que celebrassem culto de outra Religião que não a do Estado; penas de prisão àqueles que participassem de reuniões secretas contendo mais de dez pessoas e sem comunicação prévia ao juiz; informado sobre o ajuntamento de mais de vinte pessoas o juiz coligaria auxiliares para o rompimento da reunião; pena de prisão

---

<sup>9</sup> LEI – sem número – de 1º de Outubro de 1828. Dá nova forma..., Artigo 5º. Numa outra vertente, a Lei de 1828 permeava a questão da Justiça no Império. Essa Lei haveria despojado as Câmaras Municipais das suas funções judiciais. No Artigo 24 estabelecia-se que as Câmaras passassem a ser “corporações meramente administrativas, e não exercerão jurisdição alguma contenciosa”. Aos juízes de paz foram transmitidas as suas funções judiciais.

àquele que, advertido pelo juiz, não cultivasse uma ocupação honesta; o juiz concederia licença para o uso de armas<sup>10</sup>.

Porém, foi o Código do Processo Criminal de 1832 que modificou e ampliou expressivamente as atribuições dos juizes de paz. Por este Código extinguiu-se os cargos do antigo sistema. No lugar dos cargos de ouvidor, juiz de fora e juiz ordinário foram criados o juiz de direito (nomeado pelo imperador, sendo três por comarca), o juiz municipal e o promotor público (nomeados pela corte e presidentes de província, sendo 1 por termo)<sup>11</sup>.

Na primeira sessão do segundo capítulo do Código de 1832, “Das pessoas encarregadas da administração da justiça criminal em cada districto”, o artigo 12 delegava mais competências aos juizes de paz<sup>12</sup>. Na Parte Segunda – “Da forma do processo”, destacam-se as funções para receber queixas ou denúncias (art. 77); inquirir testemunhas (art. 80), fazer mandado para citação das partes (art. 81); formação de culpa no que inclui o corpo de delito e o interrogatório (arts. 134 a 141); julgar procedente ou não o delito e a prisão (arts. 142 a 149); processar e citar aos que desrespeitassem os escrivães, inspetores e oficiais (arts. 203 e 204); sentenciar (arts. 205 a 212).

---

<sup>10</sup> BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. [Manda executar o Código Criminal]. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Artigos 260, 276, 282 a 284, 289 a 294, 295, 297, 298 §3º, 299. Captado em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2014.

<sup>11</sup> VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – Século XIX*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 121. Com a publicação deste Código tornaram-se inativos os Livros I e III das Ordenações, que regeram a administração colonial e que ainda eram consultados, sendo o Livro V já inutilizado desde o Código Criminal de 1830. Em Portugal, as Ordenações funcionavam como uma espécie de Lei fundamental e não podiam ser revogadas ou dispensadas. O Livro I das Ordenações continha regimentos de ofícios reais e municipais; o Livro II regulava as relações entre os poderes real, eclesiástico, senhorial e também normas de natureza estatutária; o Livro III o direito processual; o Livro IV normas sobre contratos e direito de família; o Livro V o direito penal. Vale lembrar que na estrutura do governo colonial foi reservada às zonas de ocupação permanente os modelos administrativos tradicionais do Reino. A forma mais disseminada de governo local para os domínios portugueses nos séculos XVII e XVIII foi a instalação dos Senados das Câmaras. Conforme as Ordenações Filipinas de 1603 a Câmara Municipal tinha faculdades político-administrativas, judiciais, fazendárias e de polícia. Ver: HESPANHA, António Manuel. *Guiando a mão invisível: Direitos, Estado e Lei no Liberalismo Monárquico Português*. Coimbra: Almedina, 2004, p. 36 (Ver Nota 30); RUSSEL-WOOD, A. J. O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. In: *Revista de História*. São Paulo, ano XXVIII, v. 55, 1977, p. 25-79. Ver também: HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F. & GOUVÊA, Maria de F. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 166-167; HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina. Os poderes num império oceânico. In: MATTOSO, José (Org.) *História de Portugal: o antigo regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 351- 366.

<sup>12</sup> BRASIL. LEI DE 29 DE NOVEMBRO DE 1832. [Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil.]. Artigo 12. Em resumo: Ter ciência de todas as pessoas que vierem habitar no seu distrito; obrigar a assinar termo de bem viver aos vadios, mendigos, bêbados, prostitutas, turbulentos; obrigar a assinar termo de segurança aos legalmente suspeitos da pretensão de cometer algum crime; aplicar multas; proceder a auto de corpo de delito e formar a culpa aos delinquentes; prender os culpados no seu ou em qualquer outro Juízo; conceder fiança na forma da Lei aos declarados culpados no Juízo de Paz; julgar as contravenções às Posturas das Câmaras Municipais; julgar os crimes com pena de multa de até cem mil réis, prisão, degredo ou desterro de até seis meses e três meses de casa de correção ou de oficinas públicas; e dividir o seu distrito em quarteirões, contendo cada um pelo menos vinte e cinco casas habitadas. Captado em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm)>. Acesso em: 20 Jun 2014.

Priorizavam-se assim os poderes penais e de vigilância do juiz de paz. Além de reunir provas o juiz poderia determinar as causas das denúncias e formar culpa nos processos<sup>13</sup>.

Art. 325. Ninguém é isento da jurisdição do Juiz de paz excepto os privilegiados pela Constituição, aos quaes será imposta a pena pelo Juiz competente, a quem o Juiz de paz ex-officio remetterá por cópia todo o processo desde a sua origem até á pronuncia.<sup>14</sup>

Após 1832, a organização judiciária ficou estabelecida nas localidades de forma que nos Termos havia o Conselho de Jurados (formados por alistamento); o juiz municipal e o promotor público; o escrivão de execuções; e nos distritos havia o juiz de paz (eleito nos distritos), o escrivão, os inspetores de quarteirão e os oficiais de justiça (estes três nomeados pelas Câmaras Municipais)<sup>15</sup>.

Já a década de 1840 foi marcada pela tentativa de reforçar a autoridade do Estado e de limitar aquelas reformas anteriores que ampliaram os poderes regionais na década de 1830. Para refrear o poder legislativo das Assembléias provinciais, elaborou-se em 1840 a Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834. No intuito de reformular e criar cargos nomeados para lidarem no poder judiciário e de polícia foi instituída a Lei de Reforma do Código Criminal em 1841<sup>16</sup>.

Desde a sua aprovação, o Código de 1832 foi objeto dos debates. A descentralização da estrutura judiciária era alvo constante das críticas dos ministros da justiça e presidentes de província. No âmbito da justiça criminal, os poderes dos juízes de paz passaram aos delegados e subdelegados de polícia submetidos aos chefes de polícia provincial. Esses últimos seriam escolhidos dentre os juízes de direito nomeados diretamente pelo Imperador<sup>17</sup>.

Essa revisão das normas funcionou, de início, como uma resposta ao desgaste provocado pelas revoltas que abalaram o império na década de 1830 e também pelo desapontamento perante as reformas liberais. Por isso, esses problemas ocuparam grande parte dos posicionamentos políticos, especialmente, na câmara dos deputados nas legislaturas de 1834-37 e 1838-41. A esta

---

<sup>13</sup> FLORY, Thomas H. *El juez de paz e el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871: control social y estabilidad política en el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, p.102-103.

<sup>14</sup> BRASIL. LEI DE 29 DE NOVEMBRO DE 1832...Artigo 325.

<sup>15</sup> VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: ...*, p. 122. Designadamente “termo” era toda a extensão do território sob a jurisdição de uma vila; no que corresponderia ao município de hoje. Os termos eram divididos em freguesias, que se subdividiam em arraiais, distritos ou continentes. Ver BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da terra e da gente de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985, p. 180.

<sup>16</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p. 332-333.

<sup>17</sup> VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem...*, p. 122, p. 133-139 e p. 146.

altura “O Código Processual mostrava-se, assim, instrumento de coerção pouco eficiente para o poder central.”<sup>18</sup>

A promulgação de todas essas normas marcou profundamente a participação da sociedade na formação do Estado que se delineava. Desta maneira é que o processo de construção do Estado no Brasil, um território extenso e pautado por constantes diferenciações sociais e tensões internas, enfrentava as mais diversas complexidades. Soma-se ainda a difícil tarefa política de perscrutar distintas manifestações do liberalismo europeu que cingido por teorias político-constitucionais cominava no século XIX em diversas interpretações acerca das noções de liberdade, cidadania, participação e centralização política, propriedade, opinião pública, etc no Brasil<sup>19</sup>.

Coerente a todo esse debate e tema ainda pouco pesquisado na historiografia especializada no estudo do período, o Juizado de paz, enquanto espaço de participação política e exercício da cidadania nas pequenas localidades, ocupa um importante papel na experiência da construção do Estado brasileiro.

### **Prática política e aplicação da justiça: a atuação dos juízes de paz (Mariana, Minas Gerais)**

Votar e ser votado eram um dos principais pontos discutidos nos debates políticos no Brasil em meados do século XIX. Eram recorrentes os temas dos direitos políticos – expressos formalmente na Constituição política de 1824 – e dos direitos civis – propagados nos códigos criminal (1830) e do processo (1832). Nesse contexto, a regulamentação do Juizado de paz em 1827 se apresentou como peça chave para o alargamento da participação eleitoral e do aparato judiciário<sup>20</sup>.

A eleição da magistratura leiga – formada pelo juiz de paz e jurados - esteve inserida em uma conjuntura em que a elite brasileira buscava avançar em direção ao liberalismo político que se expressava pela criação de órgãos eletivos. A regulamentação do Juizado de paz ampliava a participação popular nos processos eleitorais. Por outro lado, a sua existência também retia os

---

<sup>18</sup> BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). *O Brasil imperial, (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 89 e p. 63-69.

<sup>19</sup> Antônio M. Hespanha já destacara, como para o caso português; dentre as problemáticas inerentes à compatibilização das formas políticas e a sociedade moderna, as dificuldades da vinculação dos pressupostos da realização prática e postulados teóricos do liberalismo. Ver: Hespanha, Antônio Manuel. *Guiando a mão invisível...*, p. 161-350.

<sup>20</sup> CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.18, 1996, p. 3-4. Captado em: <[http://cce.udesc.br/titosena/Arquivos/Artigos\\_textos\\_sociologia/Cidadania.pdf](http://cce.udesc.br/titosena/Arquivos/Artigos_textos_sociologia/Cidadania.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2014. O autor destaca as visões do publicista oitocentista Pimenta Bueno para quem a cidadania ativa seria mais do que o direito de votar e ser votado, sendo a participação direta no poder judicial possibilitada pelo desenvolvimento das atribuições do juiz de paz, um cargo eletivo nas localidades.

poderes judiciais das Câmaras Municipais que até então demarcavam amplas funções. O Juizado seria um novo órgão, independente e herdeiro das funções jurisdicionais dessas Câmaras<sup>21</sup>.

Nessa fase da organização do Estado na primeira metade do século XIX, entregava-se aos eleitores a escolha daqueles oficiais locais. A eleição do juiz de paz foi essencial para a construção da cidadania, na medida em que, por eleição direta, os pleitos formavam uma comunidade política mais ampla. Os votantes podiam observar de mais perto o resultado dos seus votos ao elegerem uma autoridade local<sup>22</sup>.

Ao mesmo tempo, a criação do cargo teria aumentado a produção judicial. Para a fase da descentralização administrativa da década de 1830, algumas interpretações historiográficas canalizam atenção ao Judiciário considerando-o como locus privilegiado no espaço de mediação entre o Estado que se construía e as instâncias regionais do território. A ampliação do aparato judiciário garantiria a manutenção da ordem e a atividade reguladora do Estado. A criação dos cargos eletivos, os juízes de paz e jurados, interviria nas relações entre o Estado controlador e os mais diversos grupos sociais<sup>23</sup>.

No período abordado, a província de Minas Gerais desempenhou importante atuação política no âmbito nacional. O momento foi marcado por mobilizações violentas e posicionamentos políticos distintos<sup>24</sup>. No município de Mariana, contestações rebeldes podem ser vinculadas ao contexto da abdicação do Imperador em 1831 e à instabilidade política do período regencial (1831-1840). Inúmeras pautas eram divulgadas, tais como, problemas relativos à eleição de juízes de paz e conflitos com a guarda nacional, divisão geográfica das paróquias, normatização do deslocamento de escravos, precariedade de abastecimento, aumento de tributos, etc<sup>25</sup>.

---

<sup>21</sup> CAMPOS, Adriana Pereira. A Magistratura leiga no Brasil independente: a participação política municipal. In: CARVALHO, José Murilo de ...[et al.]. *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 257-259.

<sup>22</sup> CAMPOS, Adriana Pereira. A Magistratura leiga no Brasil independente..., p. 259-260. As demais eleições, para deputados, senadores e membros dos Conselhos e Assembleias continuariam indiretas. Ou seja, os votantes elegiam os eleitores e estes é que votavam nos demais. Até a Lei de 1828 as eleições para vereadores eram também indiretas.

<sup>23</sup> VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem...* p. 68-69. Para Ivan Vellasco os anos que se seguiram à criação do cargo de juiz de paz refletem resultados positivos, como foi o aumento de processos criminais abertos, no andamento da justiça na comarca do Rio das Mortes. O autor observa um aumento no volume de lançamentos nos livros de rol de culpados - procedimento processual obrigatório no qual lançava-se em livros os nomes dos pronunciados nas devassas ou querelas e anotava-se as sentenças.

<sup>24</sup> Destaca-se, por exemplo, a importância da província mineira desde 1822 quando no contexto da ruptura com Portugal o seu apoio político, junto com Rio de Janeiro e São Paulo, contribuiu para a permanência de D. Pedro I no Brasil. O recurso ao apoio mineiro angariou ainda duas visitas do imperador à região em momentos decisivos da política nacional, em 1822 e em 1830. Quanto às mobilizações do período, como expressões das contestações que assolaram a unidade nacional por todo o Império, em Minas ocorreram dois importantes movimentos em 1833 e 1842. Ver IGLESIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, 4º volume, 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 440-447 e p. 458-470.

<sup>25</sup> GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835*. São Paulo/Belo Horizonte: Editora Hucitec/FAPEMIG, 2008; SILVA, Wlamir.

A província mineira também constituiu um mercado que criou vínculos com a corte no Rio de Janeiro<sup>26</sup>. Nesse cenário, Mariana caracterizava-se como herdeira da intensa exploração mineradora, detentora da maior população de pessoas livres e da segunda maior concentração de escravos da província. Até meados do século XIX a economia marianense manteve intensa utilização da mão-de-obra escrava, constante incorporação de terras, diversificação das atividades produtivas, autonomia em relação aos mercados externos, profunda hierarquização social e concentração de riqueza<sup>27</sup>.

No conjunto das mudanças da legislação eleitoral, já então destacadas na primeira parte do texto, as eleições realizadas no município de Mariana demonstram como a observância das leis influenciava nos resultados desses sufrágios. Na maioria dos casos, as imprecisões e dúvidas geradas nessas eleições eram devidas às tentativas de seguir os regulamentos. Por ser a autoridade responsável pelo comando da mesa eleitoral o juiz de paz detinha meios para sanar as questões apresentadas.

Para a região existe um valioso fundo documental preservado no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana localizado na cidade de Mariana/Minas Gerais. Para análise das eleições de juiz de paz no município a fonte principal é a ata de eleição. Apesar de ainda pouco apreciada em trabalhos acerca das eleições do período imperial, essas atas conservam férteis descrições e servem de instrumento para a percepção das nuances e dificuldades na realização das mesmas.

Para o período abordado todas as eleições para juiz de paz apresentaram indefinições para concretizar os trâmites legais chegando ao ponto de algumas serem anuladas. As diversas problemáticas descritas nos pleitos municipais em Mariana, tais como as frequentes ambigüidades, reclamações e falhas, envolviam a participação dos juízes de paz. Como presidentes das mesas eleitorais esses juízes empregavam grande parte do seu exercício nessas eleições.

---

*Liberals e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

<sup>26</sup> Sobre o tema, ver dentre outros: PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 1996; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988; LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

<sup>27</sup> Sobre o assunto ver: ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008, p. 11-20; ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana 1750-1850*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História. Niterói: UFF, 1994, p. 73-101. Essas análises permeiam o amplo debate historiográfico acerca das características da economia colonial e seus desdobramentos para o século XIX. Tais estudos apresentaram um perfil produtivo, comercial e regional diversificados para a economia marianense no período colonial, mas também após o declínio da atividade aurífera.

Seguindo as determinações das Leis de 1827 e 1828, já no ano de 1829 ocorreram vinte e sete eleições para juiz de paz nos distritos de Mariana<sup>28</sup>. Neste período eram eleitos um juiz e um suplente apenas, devendo ocorrer eleições em cada distrito das Freguesias<sup>29</sup>. Para o ano de 1829 as dúvidas giraram em torno da ocorrência das eleições em um só distrito – na sede, conhecida como o distrito da Matriz, ou se em cada distrito, separadamente. Tal demanda influenciava na variação final de eleitos no município tendo em vista que a cada eleição ocorrida na sede, e ao mesmo tempo nos demais distritos resultaria em dois homens eleitos para cada localidade.

As incertezas também se deram em relação à contabilização dos votos que recaíssem sobre o mesmo indivíduo; à separação dos votos entre o juiz eleito e o suplente; ao ato do recebimento e da apuração dos votos; à publicação do resultado da eleição, em ordem decrescente de votos e nomes dos votados na ata; etc. Qualquer dessas dificuldades poderia ser motivo para que o juiz convocasse a realização de novas eleições<sup>30</sup>.

A análise das resoluções definidas nas eleições é extremamente complicada para o pesquisador contemporâneo. Muitas vezes, por exemplo, pode-se apenas deduzir como os votos foram contabilizados. O desafio da interpretação está no fato de que em cada eleição a decisão adotada poder-se-ia ocorrer de maneira diferenciada para cada localidade. Em certos casos não fica claro se os nomes dos votados aparecem na mesma cédula ou separadamente, ou se foi a mesa eleitoral quem os separou no momento da apuração, etc.

Ao mesmo tempo em que se envolvia na realização das eleições, o juiz desempenhava também funções ligadas à administração da justiça. A sua participação é reiterada em diferentes episódios. Na aplicação da justiça, para além dos processos-crime típicos e; muitas vezes, analisados na historiografia por se tratarem de delitos ligados à desordem regional e com repercussão nacional, o juiz agia também nas disputas comuns, do cotidiano das povoações.

---

<sup>28</sup> Entre 1829-1848 ocorreram 108 eleições em Mariana. As Freguesias e distritos relacionados são: Antônio Pereira, Barra do Bacalhau, Barra Longa, Camargos, Catas Altas, Furquim, Guarapiranga, Inficionado, Mariana (sede), Paulo Moreira, Piranga, Pomba, São Caetano, São Januário do Ubá, São Miguel e Almas de Arrepiados, São Sebastião, Saúde e Sumidouro.

<sup>29</sup> No período imperial havia uma superposição das divisões política, administrativa, eclesiástica e judiciária. A divisão judiciária deveria ser composta pelas comarcas, termos e distritos de paz. MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a Província: Comarcas, Termos, Distritos e População de Minas Gerais em 1833-35. In: *20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira – 1982-2002*: coletânea de trabalhos. Belo-Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, 2002, p. 54-55.

<sup>30</sup> Dentre os anos de 1829 a 1833, por exemplo, dificuldades dessa natureza puderam ser identificadas nas localidades de Furquim, Sumidouro, Paulo Moreira, Antônio Pereira, Inficionado, Barra Longa, Arrepiados, Guarapiranga, Barra Longa. Ver: Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana Códice 20, Livro de atas das eleições de vereadores de Mariana e Juiz de Paz do distrito de Furquim, 1829-1848, fl. 2V; Códice 422, Livro para ata da eleição dos vereadores e Juizes de Paz da freguesia do Sumidouro, 1828-1848, fl. 2V; Códice 441, Livro de atas de eleições de vereadores e Juizes de Paz, 1828-1852, fl. 1F-2V; Códice 526, Livro para Ata de eleição dos vereadores para a Câmara desta cidade e Juizes de Paz, 1829-1829, fl. 4F; Códice 442, Livro de atas da eleição dos vereadores e juizes de paz, 1829-1848, Freguesia de São José da Barra Longa, fl. 4f e 4v.

Inserido em diversas demandas infere-se como a existência do cargo alterou a rotina dessas localidades seja em relação às sublevações do período, nas pequenas contendas ou nos processos eleitorais.

Um caso, como muitos outros ocorridos na década de 1830, elucida bem a complexidade acima referida em torno do processo eleitoral nas localidades e da própria atuação dos juízes de paz em Mariana. Trata-se de uma ação instaurada pela justiça contra “o livre gozo e exercício dos direitos políticos” em que as eleições de juiz de paz foram marcadas por distúrbios e desrespeitos<sup>31</sup>. O crime público teria ocorrido no ano de 1832 e servirá de norte para a análise a seguir.

Em 11 de setembro de 1832 preocupados com os rumos da eleição ocorrida na paróquia de Arrepiados, os secretários da Mesa Paroquial, Joaquim Gonçalves Leal e Antônio Lopes Valente, oficiam à Câmara sobre

o resultado das eleições do dia 07 de setembro do corrente ano e porque não puderam ser convencidos pelo Presidente da dita mesa para omitirem todos os fatos acontecidos em presença de toda assembleia e por isto foram despedidos em o dia 12 pelo dito Presidente [...].<sup>32</sup>

Nesse ofício os secretários referem-se ao juiz de paz presidente da Mesa, o capitão Manoel da Costa Pereira. Eles o acusam também de abuso de poder, especialmente, em relação ao procedimento último da eleição – o momento da apuração dos votos.

No processo-crime instaurado foi anexada a ata da eleição para vereadores e juiz de paz referente à denúncia em questão. Sob presidência do juiz de paz, na ata relatava-se todo o procedimento, a apuração dos votos e os impasses ocorridos. Ao que parece, a dificuldade surgiu no momento de decidir sobre os desempates de votos, ou seja, sobre a deliberação correta a ser tomada quando um indivíduo recebia a mesma quantidade de votos de outro.

Na apuração deste dia 07 de setembro obtiveram maioria de votos: para primeiro juiz e empatados com 58 votos, o guarda-mor Luis Rodrigues Silva e o capitão Manoel da Costa Pereira (acima citado como juiz atual); e, na sequência, vinham enumerados os votos dos demais; para juízes suplentes, Antônio Lopes Valente (secretário da mesa) com 54 e José Lopes do Espírito Santo com 42 votos.

Ao ser levantada a questão do desempate e diante da dúvida, utilizando do seu poder de mando da eleição o juiz de paz decidiu por interromper a eleição e continuá-la no dia seguinte. Reunida a assembleia novamente, já no dia 08 e para dar continuidade à eleição, eis que surgiram

<sup>31</sup> Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Códice 207, Auto 5170, 2º Ofício.

<sup>32</sup> Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Códice 207, Auto 5170, 2º Ofício.

mais duas cédulas, uma para vereador e outra para juiz de paz. Os dois secretários da Mesa não concordaram com a abertura das mesmas por terem já sido apuradas e queimadas no dia anterior todas as cédulas referentes àquela eleição. Após algum debate concordou-se em remetê-las fechadas à Câmara Municipal.

Sobre a dúvida do dia anterior relativa ao desempate de votos, um indivíduo que, provavelmente, participava da eleição na qualidade de votante, Francisco Antônio Soares Pereira, apresentou um requerimento citando o artigo 22 da Lei de 1º de outubro de 1828, que determinava para os casos de empate de votos que a decisão fosse por sorte. Em atenção à sua reivindicação procedeu-se ao sorteio dentre os empatados em votos e saíram sorteados o Luis Rodrigues Silva e por isso eleito juiz de paz, ficando Antônio L. Valente para suplente.

No entanto, já no terceiro dia, o juiz de paz ordenou que se constituísse a Mesa eleitoral novamente para abertura daquelas cédulas encontradas no dia 08. Porém, como citado acima já se tinha deliberado que estas seriam enviadas à Câmara. Apesar de algumas objeções o juiz conseguiu que a Mesa se formasse. As cédulas foram abertas, e, além disso, apareceram mais cinco votantes, e assim ao final foram apuradas mais seis novas cédulas.

No fim de toda essa apuração obteve o juiz presidente da Mesa, Manoel da Costa Pereira mais seis votos para juiz de paz, e José Lopes do Espírito Santo outros seis votos para suplente. Deste modo foi alterado o resultado da primeira apuração, sendo agora eleito; ou melhor, reeleito, o presidente da Mesa, derogando até mesmo o sorteio e por conseqüência os eleitos anteriormente.

Evidenciando ainda a interação entre as instâncias do poder local consta no processo um ofício do dia 10 enviado pelo juiz de paz à Câmara Municipal de Mariana. Neste, o juiz apresenta a sua versão sobre o ocorrido. Ele inicia relatando que um eleitor entregou duas cédulas como sendo de um eleitor faltoso (Felisberto Gomes da Silva Júnior). Conferindo as letras o juiz alega que reconheceu uma destas como sendo do autor, mas julgou ilegítima a outra. Ademais, relata ainda que procedendo ao juramento das cédulas recebidas, apurou-se o empate entre Luis Rodrigues Silva e o capitão Manoel da Costa Pereira, mas por ser já tarde encerrou a sessão, ficando adiada para o dia 08.

Em relação aos procedimentos do dia 8, o juiz explica que, depois de aberta a urna e retirados os votos de vereadores, encontrou aquela cédula do Felisberto Gomes da Silva Júnior que casualmente tinha sido guardada e não lida. Na sequencia, relatou que mesmo desejando dar andamento à apuração, esta foi dificultada por Francisco Antonio Soares – aquele mesmo cidadão que referenciara a Lei de 1828.

No relato o juiz acrescenta que o dito homem eram um criminoso “que altercando vozes apresentou um requerimento em nome dos povos que por ilegal e não assinado se não admitiu servindo-se de termos insultantes, [...]”. Além disso, o reclamante “não queria ao atual Presidente para Juiz de Paz e igualmente vociferando contra o escrutinador João do Monte da Fonseca Junior legalmente proclamado pelo colégio [...]”. Por tudo isso, continua o juiz, foi que “[...] julgou este colégio dever-se adiar ainda a sessão para o dia 9 [...] ficando apurados o capitão Manoel da Costa Pereira com 64 votos e o Guarda-Mor Luis Rodrigues Silva com 58 [...]”.<sup>33</sup>

Ao fim, o juiz descreve que ao concluir a apuração e recaindo a maioria de votos sobre ele, atual presidente, “duvidaram os secretários lavrar a ata e assiná-la, a vista do expedido este colégio leva ao conhecimento de Vossas Senhorias para determinar se se pode nomear hum ou dois secretários interinos” para “se remeter as cédulas de vereadores que se acham em urna fechada e lavrar-se a ata para juiz de paz.”<sup>34</sup>

Em dezessete de setembro de 1832 a Câmara oficiou ao presidente da Província para resolver a questão. Em três de outubro de 1832, o presidente da Província, Manoel Inácio de Melo e Souza, considerando e coligindo os relatos dos fatos contidos nos ofícios da Câmara Municipal de Mariana, do juiz de paz suplente, do fiscal e dos dois secretários; concluiu que estes eram “em parte contrários entre si, mas conformes em mostrar que a Lei não foi observada, mas infringida no essencial da Eleição, que esta fora interrompida com frívolos pretextos, que nela se apresentaram duplicadas [...]”.<sup>35</sup>

Além disso, o presidente reconhece que no ato “[...] fora deferida a eleição para o dia 9 sob o especioso pretexto de maior concorrência de povo, dando-se lugar a extemporânea apresentação de algumas outras Cédulas [...]”.<sup>36</sup> O presidente cita ainda procedimentos legais que deveriam reger uma eleição e não seguidos naquela: o recebimento das cédulas logo depois de formada a Mesa, a confrontação dos votantes com a lista geral do juiz de paz, que pela Lei deveria anteriormente ter sido afixada na porta da Igreja, bem como, a condenação dos que deixaram de entregar as cédulas por si ou por seus Procuradores.

De acordo com o ofício do presidente, várias seriam as circunstâncias criminosas e puníveis na conformidade do artigo 100 e seguintes do Código Criminal, e por tudo isso “resolveu declarar nula e de nenhum efeito a referida eleição e designar o dia [4] de Novembro próximo futuro para nova eleição do Juiz de Paz e Suplentes daquele distrito de Arrepiados.”

---

<sup>33</sup>Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Códice 207, Auto 5170, 2º Ofício.

<sup>34</sup> Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Códice 207, Auto 5170, 2º Ofício.

<sup>35</sup> \_\_\_\_\_, Códice 207, Auto 5170, 2º Ofício.

<sup>36</sup> \_\_\_\_\_, Códice 207, Auto 5170, 2º Ofício.

Deveria ainda em seguida ordenar-se ao Juiz Criminal “[...] de que não fiquem impunes tais delitos e delinquentes, quando se verificarem, podendo requisitar o auxílio de Cavalaria de 1ª Linha no caso de o julgar necessário [...]”.<sup>37</sup>

Seguindo a resolução do Governo e após inquirir testemunhas, em vinte e oito de novembro de 1832, o juiz de fora pronunciou a Manoel da Costa Pereira, João do Monte da Fonseca e José Lopes do Espírito Santo pela infração que fizeram ao artigo 11 da Lei de 1º de Outubro de 1828 quando se recusaram, como membros da Mesa paroquial, a cumprirem o dito artigo, opondo-se a que fosse registrada a ata da eleição do juiz escolhido.

O processo termina em 1834 após as petições dos réus João do Monte da Fonseca e José Lopes do Espírito Santo. O caso foi encerrado com José Lopes do Espírito Santo condenado pelo juiz de direito interino na pena de suspensão do emprego por nove meses e a pagar a conta dos autos. Sobre os outros dois réus, incluindo o juiz de paz Manoel da Costa Pereira, nada mais é mencionado.

### Considerações finais

Da intricada conjuntura relatada pode-se aludir a algumas conclusões iniciais. Considera-se a princípio a complexidade do processo eleitoral e mesmo as possíveis influências e dificuldades administradas pelos juízes de paz. As eleições podiam ser fraudulentas, porém também muito confusas.

Pelas Leis do Império, esboçadas acima, a figura do juiz de paz foi inserida e teve seu papel ampliado nos processos eleitorais. Ao firmá-lo como chefe das eleições somava-se, às amplas atribuições desse juiz, o poder de decisão e de influência local. Diferentemente, portanto, de uma literatura tradicional que simplifica o caráter tortuoso e muitas vezes impreciso da legislação eleitoral imperial procurou-se destacar como poderiam ser intrincadas essas eleições perante as novidades da ordem legal imputada.

Dialogando com estudos que tratam os períodos da descentralização e centralização políticas da primeira metade do século XIX salienta-se como nesses contextos o juiz de paz foi figura angariada pela política do Estado imperial. Procurou-se demonstrar que o esforço da política do Estado, em negociar e manter sob sua tutela as políticas regionais, pode ser percebido na legislação eleitoral implementada na primeira metade do século XIX. Na análise das eleições

---

<sup>37</sup> Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Códice 207, Auto 5170, 2º Ofício. O presidente da província se referia ao Título III do Código do Processo de 1830 - Dos crimes contra o livre gozo, e exercício dos Direitos Políticos dos Cidadãos. (Art. 100. Impedir, ou obstar de qualquer maneira, que votem nas eleições primárias, ou secundárias os Cidadãos activos, e os Eleitores, que estiverem nas circunstancias de poder, e de dever votar. Penas - de prisão por dous a seis mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.)

municipais observa-se como essa legislação resultou, ao mesmo tempo, em possibilidades para uma relativa autonomia local.

Enfim, em relação ao tema do Juizado de paz faz-se patente entender algo ainda não salientado no debate historiográfico acerca do período. Trata-se de analisar os motivos que levaram à manutenção da instituição. Nas reformas do ano de 1841, ao retirar boa parte das funções judiciárias das mãos desses juízes e transferi-las a cargos nomeados pelo poder central, a solução política encontrada manteve a existência daquelas autoridades. Mesmo após as mudanças, ainda ficou a cargo desses juízes a função de conciliação das partes e, especialmente, o comando das eleições. A análise dos processos eleitorais vem sugerindo que devido ao seu papel desempenhado nas eleições é que o Juizado de paz foi mantido como peça importante no projeto político do Estado.

## A consciência do juiz na América colonial do século XVII: aproximações entre a teologia e o direito

### The consciousness of the judge in Colonial America in the seventeenth century: approaches between theology and law

Elaine Godoy Proatti \*

Mestranda em História

Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

naneproatti@gmail.com

Recebido em: 25/03/2014

Aprovado em: 15/09/2014

**RESUMO:** Pretendemos abordar nesse trabalho o processo de construção do direito indiano pela elaboração, interpretação e aplicação da lei na América espanhola, especificamente nos territórios da Nova Espanha nas províncias do vice-reinado do Peru no século XVII. Mostraremos como o direito está relacionado à teologia moral e como essa é relevante na definição das circunstâncias e situações que possibilitariam a flexibilização da norma. Essa relação entre o direito e a teologia pode ser observada ao estudarmos as teorias do teólogo, Padre Hermán Busembaum, sustentadas pela análise dos pareceres do Fray Miguel Agia, teólogo franciscano e conhecedor das teorias do direito, escritas a despeito de suas visitas realizadas nas províncias do Peru a pedidos do vice-rei Don Luis de Velasco.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lei, Juízes, Consciência.

**ABSTRACT:** We intend to discuss on this paper the process that lead to the composition of the indian rights, through the elaboration, interpretation and application of the legislation in the Hispanic America, specifically in New Spain's territories and Viceroyalty of Peru's provinces, in the 17<sup>th</sup> century. We are going to show how the jurisprudence is related to moral theology, and how the last is relevant for the definition of the circumstances and situations which made the flexibility of the rule possible. This relation between jurisprudence and theology may be observed by studying the theologian, Father Hermán Busembaum's theories, supported by the analysis of the Franciscan, expert on jurisprudence's theories, theologian Fray Miguel Agia's opinions, written despite his visits to Peru's provinces at the request of viceroy Don Luis de Velasco.

**KEYWORDS:** Law, Judges, Conscience.

#### Introdução

Em 1604 em Lima Fray Miguel Agia publicou sua obra, "Tratado que continente três pareceres graves en Derecho". Estes pareceres são resultados da interpretação legislativa do Fray Agia sobre a Real Cédula de 24 de Novembro de 1601 em Valladolid. Esta cédula estava dirigida

---

\* Mestranda em História pela Universidade Federal de São Paulo, orientada pelo Professor Doutor Rafael Ruiz da mesma universidade, agradece o apoio da agência financiadora: FAPESP. São Paulo, Brasil, março de 2014. Email: naneproatti@gmail.com.

ao vice-rei, governador e capitão geral das províncias do Peru, Don Luis de Velasco. Nela estavam demarcadas as implicações sobre o trabalho indígena tanto no Peru quanto na Nova Espanha, estabelecendo normas que reprimissem os abusos cometidos pelos “encomendeiros” aos índios nos serviços pessoais e no trabalho nas minas<sup>2</sup>. Os termos da cédula, mesmo expressando a decisão de acabar com a opressão indígena, ocasionavam distintas interpretações que afetavam aos interesses particulares e a organização da economia pública indiana.

Entre as interpretações contrárias, encontra-se a confusão feita a respeito dos repartimentos e dos serviços pessoais. Segundo o rei Don Felipe, os repartimentos indígenas garantiriam liberdade e pagamento aos serviços prestados e os “serviços pessoais” seriam proibidos em seu uso privado e que estes caberiam então, aos negros e mulatos<sup>3</sup>.

Nestas circunstâncias, os vice-reis da Nova Espanha e do Peru, solicitaram pareceres de doutores para que procedessem: “dándose cuenta de las consecuencias que podía acarrear la aplicación de dicha Ley, justa y razonable en sus principios, pero quizás perjudicial en algunos pormenores, solicitaron el parecer de personas doctas y graves, para proceder con segura consciencia en lo que más razonable fuera<sup>4</sup>”. Don Luis de Velasco consultou o Fray Miguel Agia, por suas qualidades e conhecimentos, para saber dele como a lei poderia ser entendida, o resultado dessa consulta foram os “Tres pareceres sobre las servidumbres personales de los índios”.

Procederemos abordando alguns apontamentos a respeito de como era realizada a justiça, qual noção tinha nesse período, suas relações com a Igreja e o quanto essas relações influenciavam na aplicação das leis com expressões importantes como *equidade, prudência, vontade e consciência*. Também veremos como os juízes, magistrados e até o rei, diante dessa relação entre a teologia e o direito, estabeleciam leis e sentenças de maneira justa mediante a tanta especificidade e complexidade nas províncias do Peru no século XVII. Buscaremos entender como se estabelecia o papel dos juízes dentro desse processo de construção do direito indiano, a sua elaboração e aplicação legal juntamente com as determinações e orientações da doutrina católica.

Partimos do problema da consciência do juiz no momento de examinar cada caso, sentenciar e decidir pelas leis, costumes ou opinião comum de outros doutores. Ao estudarmos a argumentação interpretativa do juiz podemos encontrar o seu juízo feito em consciência, e assim,

---

<sup>2</sup> AGIA, Fr. Miguel, *Servidumbres personales de índios*, Edição e estudo preliminar por AYALA, Francisco Javier de, Escuela de estudios hispano-americanos, Sevilla, 1946, p. XV.

<sup>3</sup> \_\_\_\_\_. *Servidumbres personales de índios*, p. XXXIII.

<sup>4</sup> \_\_\_\_\_. *Servidumbres personales de índios*, p. XVI.

analisar a consciência juntamente com as leis. Para isso, juntamos o estudo da teologia moral com as questões práticas das leis no âmbito da consciência do juiz.

Usaremos os pareceres do Fray Miguel Agia de 1604 realizados a respeito da Real Cédula de 24 de novembro de 1601 sobre os serviços pessoais dos índios, e, o tratado de teologia moral do Padre Hermano Busembawm, da companhia de Jesus, do ano de 1688 por acreditarmos que a teologia e o direito estavam muito relacionados à vontade, às opiniões, pareceres e interpretações dos magistrados.

### **Apontamentos sobre o contexto jurídico**

A noção de Justiça na Alta Idade Média continha quatro virtudes principais: a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança. Tais virtudes medievais pertencentes à noção de Justiça nos mostra que o direito não tinha um caráter rigoroso e puramente técnico ou especializado como era estudado nas universidades enquanto uma disciplina. Ele era extremamente religioso e a justiça baseava-se na tradição, nos hábitos e nos costumes e não exclusivamente na lei. O costume era a principal fonte criadora do direito<sup>5</sup>.

Na Baixa Idade Média essa relação entre justiça e direito se alterou. Tais noções foram relacionadas com outras realidades sociopolíticas fazendo com que a concepção de direito passasse por uma profunda secularização e especialização inspirada no direito canônico. Paralelamente a isso a figura do rei também se modificou conforme a realidade. Ele era um rei-juiz que passou a ter a condição de um rei legislador.

Essa alteração imbuíu na mentalidade da época uma ideia diferente sobre a função do rei. O rei adquiriu uma “ciência certa” que o permitia gozar de um conhecimento superior aos dos demais no momento de decidir medidas normativas e governamentais. Dessa forma, a ideia de justiça é novamente revista e com a ela as noções jurídicas.

Dentro da esfera jurídica medieval se abriu um amplo campo com setores diferenciados, seguindo referências do direito romano-canônico, distinguindo a justiça civil da penal ou entre alta e baixa justiça. Esses novos campos de poderes surgidos tanto no âmbito central quanto no municipal, passaram a ampliar as funções da administração da justiça e da governação com a finalidade de atender às demandas dos vários assuntos relacionados ao urbanismo, abastecimento das cidades, trocas comerciais e regulação de pesos e medidas. Todos esses assuntos estavam na ordem da administração da justiça e do governo.

---

<sup>5</sup> CABRERO, José Luis Bermejo, *Poder político y administración de justicia en la España de los Austrias*. Madrid, 2005, p.15.

Com tantos assuntos direcionados ao setor jurídico e governamental, outras questões como os limites de poder inquietaram e modificaram novamente a sociedade. Na modernidade, a distinção de justiça refletiu a correspondência da esfera jurídica com a governamental e a criação dos novos campos de atuação das formas jurídicas permitiu uma maior operação e adaptação de acordo com as circunstâncias<sup>6</sup>.

As circunstâncias permitiam um grau de autonomia porque mudavam a todo tempo e a legislação, plural e provável, se adaptava a essas especificidades e também concedia autonomia aos juízes locais. A decisão dos juízes, para o fim justo e o estabelecimento da justiça, era uma questão de interpretação, e esta estava guardada no seu foro interno, na sua consciência subjetiva.

A concessão da autonomia, prevista na legislação aos funcionários régios, poderia significar a ampliação da imagem da Coroa, mas, também poderia funcionar como um mecanismo de governação para as autoridades locais, ao se aproveitarem da ambiguidade e flexibilidade da lei, para interpretar os casos conforme o próprio interesse local, adquirindo um poder autônomo diferente daquele que reforçaria a presença régia. Tal autonomia aparecia dentro da norma jurídica e poderia estender aos poderes políticos.

As nações católicas do sul da Europa moderna apresentavam características específicas em suas formas jurídicas diferente de outras nações, contendo os conceitos de *equidade, analogia e reciprocidade*<sup>7</sup>. Tais conceitos podiam ser observados nos modelos políticos dessas nações, de maneira não tão explícita, diferenciando-as conforme as suas concepções jurídicas de origem teológicas ou não. As nações que possuíam em sua concepção jurídica princípios gerais religiosos se distinguiam das que não os possuíam. Ocorreu no que se refere às práticas jurídicas e também políticas, uma polarização entre tais nações europeias. As que consideravam no princípio de justiça uma origem teológica permitiam aos seus juízes uma ampla margem de interpretação da lei através de leituras analógicas e equitativas. As que não detinham esse caráter religioso na concepção de justiça a lei restringia a capacidade de interpretação dos juízes sobre as próprias leis<sup>8</sup>. No caso específico das províncias do Peru, a legislação vinda da Europa Ibérica refletia essas características teológicas e flexíveis.

---

<sup>6</sup> CABRERO, *Poder político y administración de justicia en la España de los Austrias*, p.20.

<sup>7</sup> Giovanni Levi considera em seu estudo “Reciprocidade mediterrânea” as nações que se caracterizavam por sua dificuldade e arbitrariedade encontradas em todas as realidades em que se esforçavam para estabelecer uma separação e hierarquização a favor das instituições do Estado sobre a presença de instituições religiosas. Ele excluiu deste modelo apenas a França, porque a formação do Estado moderno neste país ocorreu através do absolutismo, definido pela supremacia das instituições do Estado ao nível do sentido comum de justiça.

<sup>8</sup> LEVI, Giovanni “Reciprocidade mediterrânea”. Artigo publicado originalmente em *Hispania* (Madrid), LX/1, n.º. 204 (2000), p.103-126. Reproduzido com a permissão da revista. Tradução de Marco A. Galmarini, p.103.

A hipótese de Giovanni Levi é que havia um duplo sistema normativo nas sociedades europeias de Antigo Regime. Nesse sistema normativo a *equidade* tinha um caráter central porque significava a imagem do justo que dominava uma sociedade desigual, hierarquizada e corporativa, mas justa segundo os princípios da justiça distributiva<sup>9</sup>. Os princípios da *reciprocidade* precisavam ser contextualizados numa sociedade desigual, embora equitativa. Assim, a presença desse duplo sistema normativo – uma lei civil e uma lei de origem religiosa – juntamente com a duplicidade de suas instituições, produziram uma fragilidade nas instituições estatais e, ao mesmo tempo, deram lugar à formação de um sentido comum de justiça que entrava em contradição com as regras jurídicas codificadas<sup>10</sup>.

Percebeu-se, portanto, uma tensão, uma ambiguidade e uma contradição nas formas de aplicação da justiça. A justiça podia ser feita mesmo em sociedade desiguais e complexas onde encontrávamos os três princípios gerais e religiosos de *equidade*, *reciprocidade* e *analogia*, como mecanismos de solidariedade que caracterizavam um projeto social baseado na justiça distributiva e também na hierarquização rígida da sociedade<sup>11</sup>.

A pergunta desse autor era a seguinte: Quais eram as formas que a justiça adotava numa distribuição desigual de bens em que os valores de *equidade* chocavam com os de igualdade? Para ele, se tratava de um problema de transformação cultural da “desigualdade estratégica em igualdade idiomática”, em que todos possuíam a igualdade, de certa forma, mas não sabiam o significado e o valor dessa posse. Essa transformação requeria uma profunda alteração cultural na ideia de *reciprocidade*, de “dom e contra dom”, de trocas.

Numa sociedade governada pela justiça distributiva, ou seja, por uma justiça que almejava garantir a cada um, o que lhe correspondesse segundo sua condição social, as interpretações do que vem a ser a *reciprocidade* se multiplicavam de acordo com os significados complexos que misturavam a *reciprocidade* e o nível social das pessoas que realizavam a troca recíproca. De uma maneira mais clara o autor nos afirma:

De esta suerte, todo intercambio mercantil teóricamente equilibrado puede considerar la determinación del precio según los niveles sociales y las relaciones de los contratantes, y todo intercambio de bienes puede parecer el resultado de una reciprocidad equilibrada o generalizada según quién realiza el intercambio y con quién. De la misma manera, es imposible examinar una sociedad que pone los valores puramente económicos por encima de los valores de buena voluntad y amistad, de don y de contra don, sin tener en cuenta si su finalidad

<sup>9</sup> Segundo a noção de José Luis Bermejo Cabrero em sua obra “Poder político y administración de justicia en la España de los Austrias” de 2005, a justiça distributiva é aquela que concede ofícios ou dignidades a quem deve e como deve, segundo certa proporção, dando as maiores aos maiores e mais dignos homens, p.17.

<sup>10</sup> LEVI, Giovanni, *Reciprocidade mediterrânea*, p.103.

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_, *Reciprocidade mediterrânea*, p.104.

es construir una sociedad de iguales o si, por el contrario, se propone confirmar una estructura social jerárquica<sup>12</sup>.

Essa questão levantada por Levi para os séculos XVI ao XVIII mostra que o conflito entre o rigor da lei e a *equidade* se manifestava na dificuldade de se comprovar a imparcialidade da justiça. A indeterminação dos limites da legislação e do papel do juiz na relação com ela provocou o centro da crise da justiça em vários países europeus. Como saber se a sentença dada pelo juiz correspondia a uma *equidade*, a um equilíbrio e *reciprocidade*, visto a ampla margem que ele detinha devido aos princípios religiosos na doutrina jurídica, ou se refletia uma postura estrategicamente política e econômica?

Dentro desse debate político e jurídico, Giovanni Levi esclareceu que tanto a intervenção da jurisprudência (agir com prudência no momento de sentenciar) na elaboração do direito permitindo interpretações, como a consciência da impossibilidade de existir apenas uma única interpretação do texto legal ou dos fatos acontecidos, mostrava que a relação entre a elaboração, a aplicação e a interpretação das leis caracterizava uma maneira muito particular da história cultural dos países do Mediterrâneo, como por exemplo, a Espanha.

### **Elaboração e intenção da lei.**

Para entendermos como uma legislação era elaborada precisamos conhecer sua origem, importância e finalidade. Como elaborar uma norma que fosse justa e que prevenia e punia a injustiça? O que veio a ser *justiça* na Espanha nos séculos XVI e XVII? Qual era seu sentido comum difundido entre as pessoas que viviam nessa sociedade desigual e hierárquica?

O *justo*, segundo Aristóteles, era estabelecer a proporção, a igualdade, então, o *justo* era o meio termo entre dois extremos desproporcionais. Assim, cabia ao juiz garantir a proporcionalidade entre as partes em conflito sendo ele o mediador que restabelecia a igualdade e a justiça<sup>13</sup>. Já a *justiça* era a reciprocidade conforme à proporcionalidade, baseada na distribuição exatamente igual, nesse sentido, era a reciprocidade proporcional que matinha a cidade unida<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> \_\_\_\_\_, *Reciprocidade mediterrânea*, p.106.

<sup>13</sup> “(...) quando ocorrem disputas, as pessoas recorrem a um juiz, e ir ao juiz é ir à justiça, porque se quer que o juiz seja como se fosse a justiça viva; e elas procuram o juiz no pressuposto de que ele é uma pessoa ‘equidistante’, e em algumas cidades os juízes são chamados de ‘mediadores’, no pressuposto de que, se as pessoas obtêm o meio termo, elas obtêm o que é justo”. ARISTÓTELES, “Ética a Nicômacos – livro V”. Tradução de Mário da Gama Kury - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 4ª edição, 2001, p.98 (1132a).

<sup>14</sup> “As pessoas procuram retribuir o mal com o mal (se não podem agir desta maneira elas se sentem como se fossem escravos) ou o bem com o bem (se não puderem agir desta maneira não haverá permuta, quando é a permuta que as mantém unidas). É por isto que elas destinam um lugar de destaque ao templo das Graças, para fomentar a prática da reciprocidade; com efeito, está é uma características da gratidão, e devemos não somente mostrar-nos gratos, retribuindo a quem nos presta serviços, como também devemos, em outra oportunidade, tomar a iniciativa de prestá-los” Idem, p.99 (1133a).

A *justiça* e a *equidade* são iguais, mas a *equidade* estabelece a justiça não segundo a lei, e sim como uma correção da justiça legal, ou seja:

A razão é que toda lei é de ordem geral, mas não é possível fazer uma afirmação universal que seja correta em relação a certos casos particulares. Nestes casos, então, em que é necessário estabelecer regras gerais, mas não é possível fazê-lo completamente, a lei leva em consideração a maioria dos casos, embora não ignore a possibilidade de falha decorrente desta circunstância. E nem por isto a lei é menos correta, pois a falha não é da lei nem do legislador, e sim da natureza do caso particular. (...) então, o equitativo é, por sua natureza, uma correção da lei onde esta é omissa devido à sua generalidade. (...) quando uma situação é indefinida a regra também tem de ser indefinida, como acontece com a régua de chumbo usada pelos construtores em Lebos: a régua se adapta à forma da pedra e não é rígida, e o decreto se adapta aos fatos de maneira idêntica<sup>15</sup>.

O problema percebido por Levi, para o século XVI e XVII, consistia em saber que o sentido comum de justiça difundido entre as pessoas era conflituoso em relação aos sistemas jurídicos que foram sendo constituídos posteriormente. Isto porque a debilidade das instituições em relação ao sentido comum de *equidade* parecia associar-se a um papel particularmente forte das tradições políticas de origem teológica e à permanência desse sentido na consciência comum, da imagem de um pluralismo jurídico em que a multiplicidade das fontes produtoras do direito e das normas lidas na realidade possibilitava a movimentação com relativa liberdade entre sistemas normativos contraditórios<sup>16</sup>. Nessa sociedade quem seria o justo?

Naturalmente, a pessoa justa era a que se encontrava em uma posição de simetria. Em efeito, a não ser por essa simetria, seria impossível o funcionamento do conjunto de ações de trocas, dar e receber implícito em um sistema de *reciprocidade*. Contudo, o comportamento adequado era o que se inspirava na *equidade* e na consideração ao outro e tal costume de trocas recíprocas não estava presente nas práticas contratuais.

A força de um poder central, garantia da justiça distributiva, e a institucionalização das classificações sociais típicas de sociedades hierarquizadas não bastavam para garantir o funcionamento de um sistema de integração baseado na *reciprocidade*, ainda mais quando a junção de mecanismos de integração baseado na redistribuição se propunha conviver com uma sociedade em que os fundamentos básicos da família e da comunidade operavam através da *reciprocidade* que provinha da boa vontade, da amizade, da solidariedade e do “dom e contra dom<sup>17</sup>”.

<sup>15</sup> LEVI, Giovanni, *Reciprocidade mediterrânea*, p.109-110.

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. *Reciprocidade mediterrânea*, p.106-107.

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_. *Reciprocidade mediterrânea*, p.108.

Não se tratava de um conflito entre o rigor e a adequação, entre as medidas das equivalências e a arbitrariedade relativa das trocas. Também a *equidade* tinha de ter a sua medida, sua proporção, um rigor referido à simetria que governa o conjunto do sistema, diferente da equivalência. Uma medida que devia estabelecer caso a caso, situação por situação, mas que permitiria uma percepção social que as pessoas envolvidas pudessem identificar e manter a equidade de uma relação de trocas entre pessoas desiguais<sup>18</sup>.

Tal medida, presente nessa relação entre indivíduos, também fez compreender a divergência de comportamentos individuais e o modelo dessa sociedade. E neste caso se tratava de prescrições provindas da teologia e da esfera moral cristã em suas implicações políticas. Se não houvesse uma revelação divina não se podia deduzir dessa ausência uma política especificamente cristã. Portanto, a liberdade dos homens estava presidida pela superioridade moral da Igreja, com sua função corretiva e de controle<sup>19</sup>. Esta forma de controle agia sobre a consciência dos magistrados e juízes no momento de sentenciarem e argumentarem suas escolhas. A igreja também regulava as decisões e vontades do rei ao exigir dele virtudes e princípios religiosos.

A *equidade* era um ideal que não se media sobre a base de regras abstratas e sim sobre as bases que referenciavam uma melhora, um progresso da sociedade, não eram medidas nos atos particulares, mas no juízo por parte da Igreja em seu papel de tutora. Nessa *equidade*, o sentido de justiça era observado em função da adequação na criação de uma sociedade hierárquica e corporativa na qual não são justos os atos econômicos que tinham como finalidade o enriquecimento, e sim os que tendiam a favorecer a circulação de bens e bem-estar coletivo e desigual, no qual, portanto, predominasse a amizade, a boa vontade e que cada um tivesse o que lhe correspondia segundo a *equidade*, conservando a proporção respectiva à ordem social<sup>20</sup>.

De acordo com Levi houve várias equidades e elas foram a raiz do sistema jurídico que almejou a organização de uma sociedade estratificada, mas flexível, na qual conviveram muitos sistemas normativos no esforço de conhecer o que era justo para cada um. Contrapondo a inflexibilidade e a imobilidade abstrata da justiça divina à especificidade da justiça humana, a *equidade* era central no sistema normativo. Ela prescrevia como o juiz devia agir e aplicar as leis de acordo com os princípios e as virtudes em conformidade com a razão e a teologia<sup>21</sup>. Este ponto nos interessa para salientar a forte relação entre a justiça e a teologia na aplicação das leis e como essa relação poderia garantir uma decisão justa e consciente, e dependente da interpretação dos juízes.

<sup>18</sup> LEVI, Giovanni, *Reciprocidade mediterrânea*, p.109.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_, *Reciprocidade mediterrânea*, p.110.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_, *Reciprocidade mediterrânea*, p.111.

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_, *Reciprocidade mediterrânea*, p.114.

A questão nessa época não se dava apenas em definir as relações entre a ordem jurídica canônica, religiosa e a civil, humana. Mas também de conhecer a influência da concepção de unidade em uma sociedade não definida claramente e como o sentido comum de justiça e de justo e injusto de sociedades católicas se relacionavam com o Estado e suas instituições. Isso gerou conflitos e a consciência de que a *equidade* contrapunha a concepção de Estado moderno, e especificamente a da monarquia absoluta, aparecia aos poucos. Da mesma maneira, foi ficando cada vez mais evidente e explícita a contradição entre o poder do juiz na aplicação equitativa da norma e a seguridade do direito<sup>22</sup>. Nisso consiste a ambiguidade das formas jurídicas desse período, século XVI e XVII, nas nações católicas no mediterrâneo, como a Espanha.

### **A consciência e seus embates subjetivos e jurídicos.**

A questão da consciência, presente em tratados teológicos e nos documentos jurídicos, levanta muitos enfoques e reflexões para a história do direito e da moral. A noção de “consciência” aparece acompanhada de outras noções relevantes para o estudo da história do direito e da moral, tais como: a dúvida, a experiência, o livre arbítrio, a liberdade, a vontade e a graça. Analisando essas concepções podemos perceber que estas possuem suas raízes na teologia, em tratados morais e que também aparecem em documentos jurídicos.

A ligação entre a esfera moral e a jurídica é importante para se entender a prática jurídica e a função do juiz. Nos tratados teológicos sobre questões morais vemos a responsabilidade e a preocupação em ser esse o “exemplo”, o “manual”, que guia, orienta e esclarece questões dos mais variados tipos e para os mais variados profissionais. Um caso é o direito. Há preceitos voltados para os advogados e outros profissionais, especificamente.

Contudo, se a ligação entre a moral e o jurídico é relevante, em quais questões isso fica claro? Por exemplo, quando se há dúvida. Eis o outro conceito chave quando no estudo das fontes teológicas e jurídicas do século XVII.

A dúvida move a consciência, e essa consciência movida pela dúvida diante de um caso não previsto ou de uma falta de orientação e instrução em um assunto qualquer faz com que a consciência, para ser correta, busque uma solução. A solução para a consciência incerta pode estar na opinião dos doutores, nos costumes, na lei, no conhecimento sobre direito e sobre teologia e na experiência, por exemplo, de quem conhece as especificidades e características do local em questão.

---

<sup>22</sup> LEVI, Giovanni *Reciprocidade mediterrânea*, p.115.

A consciência duvidosa faz com que a vontade reflita como a consciência agirá. A dúvida, a consciência, a intenção e a vontade, até virarem uma prática, uma ação, estão guardadas na mente e no coração do indivíduo e não são claramente desvendadas. Quando se realiza uma ação, se toma uma decisão, se exterioriza algo intimamente refletido, a razão apresenta a finalidade dessa ação e a vontade a conduz. Se a vontade impele a ação e se a ação for justa, a vontade é boa e a consciência é reta.

A dúvida aparece como sendo a impulsionadora da relação entre a moral e o direito. Um juiz pode ter dúvida no momento de dar a sua sentença, referente a um caso não conhecido e ainda não normatizado. Assim como o juiz outros funcionários também podem ter dúvida nos exercícios de suas funções. O juiz nos interessa nesse trabalho por ser o representante e o reflexo da justiça e do exercício do direito. Mas ele não o é sozinho. Se ele tem dúvida, nesse momento, guia-se, recorre-se a outros magistrados e outros documentos, buscando tirar a sua dúvida.

Ela pode surgir de duas formas. A primeira, porque não se teve instrução, orientação, segundo a ordenação da Igreja, da Justiça ou da Política. A segunda corresponde à dúvida em relação ao que se fazer em caso de incerteza, de imprevisibilidade, de excepcionalidade, que foge à regra, à norma estabelecida.

O que podemos pensar diante disso é que a ordenação, os preceitos e instruções da Igreja existiam e orientavam as lacunas que o direito casuístico permitia, enquanto algo adaptável, passível de reformulação e alterações. A esfera moral, de orientação teológica, instruía e orientava especificando as soluções para diferentes ocasiões, para a consciência em dúvida, incapaz de discernir como agir corretamente<sup>23</sup>.

A consciência duvidosa apresenta muitas indagações, como por exemplo: Por que a consciência é incapaz de discernir como agir corretamente em caso de dúvida, necessitando de um guia? Quais são os casos que provocam dúvida? De que natureza eles são? São apenas os casos que fogem à regra, que dizem respeito ao foro interno? De qual consciência estamos nos referindo?

Se a consciência chega a ser incapaz de discernir como agir corretamente, quem a orienta? A consciência está ligada ao livre arbítrio, à vontade e a liberdade até que medida?

É preciso se aprofundar na noção de consciência, suas diferenças e particularidades. Suas várias linhas teóricas e seus teóricos responsáveis. No livro “Cartografias da Consciência” há uma definição em que consciência é tida como um juízo prático do entendimento da razão. A razão

---

<sup>23</sup> PARRA, Elena del Río, *Cartografías de la conciencia española en la Edad de Oro*, México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2008, p.12

prática, um ato, uma ação, juntamente com a mente instruída, o entendimento, o conhecimento, solucionaria os problemas e as dúvidas através do tempo<sup>24</sup>.

Segundo os tratados pesquisados pela autora dessa obra mencionada, a “consciência”, em questão, referencia-se à experiência privada e não está associada a uma doutrina religiosa, aos limites da fé ou aos rituais eclesiais. Mas se a “consciência” está relacionada à confrontação do indivíduo, em seu âmbito privado, com um dilema em cada uma de suas ações e decisões, qual ou o quê, guiará, norteará, orientará a solução para essa dúvida? E haverá apenas uma solução ou a melhor entre outras possibilidades?

É o entendimento ou o ânimo para o qual coloca em prática a ciência de forma que caberá ao indivíduo fazer o bem ou o mal, sabendo que o faz. Mas apenas o entendimento ou o ânimo não são suficientes para se agir corretamente, seguindo a consciência, já que se devem compatibilizar com a legislação moral estabelecida no âmbito religioso. A consciência é comunitária no século XVII e ela mantém todos em seus lugares.

Veremos um caso concreto em que a consciência inquieta provoca assuntos relevantes para a política, o direito e a religião nas províncias do vice-reinado do Peru no século XVII pela Real Cédula de 1601 destinada a Don Luis de Velasco.

### **A interpretação da lei e da vontade**

Como a vontade do rei reflete sua consciência, o rei Don Filipe ao escrever a Real Cédula de 1601 endereçada ao vice-rei do Peru, Don Luis de Velasco, preocupou-se em esclarecer a sua intenção e vontade explorando as possibilidades que a lei podia prever porque a sua consciência sobre a moralidade e a justiça dos serviços pessoais indígenas estava inquieta. O vice-rei solicitou então, os pareceres do Padre Fray Miguel Agia acreditando em seus conhecimentos em direito, teologia e informações empíricas da realidade das províncias as quais a lei afetava.

Mas para se ter um parecer ou um conselho bom e reto, que atenda às inquietudes da consciência, não serve o de qualquer pessoa. Um conselho bom só pode vir de uma pessoa prudente, que tem conhecimentos sobre os aspectos que causam dúvidas. Para o caso de Don Luis Velasco, as suas dúvidas estão relacionadas com os serviços indígenas e as questões religiosas, doutrinárias e legais, ciências que o Padre Fray Miguel Agia possuía.

Fray Miguel Agia nasceu em Valencia, entrou para a ordem franciscana onde lecionou filosofia e em 1563 visitou a Nova Espanha a fim de conhecer a teologia no Convento de Guatemala. Muitas vezes ele foi designado a ocupar cargo de defensor dessa ordem religiosa e

---

<sup>24</sup>PARRA, Elena del Río, *Cartografías de la conciencia española en la Edad de Oro*, p.18

requisitado sobre as questões dos “serviços pessoais. Em 1600 publicou a sua primeira obra, o tratado *De exhibendis* e no mesmo fora nomeado Secretário do Comissário Geral da Ordem de São Francisco em Lima. Nessa ocasião de Secretário o Fray Agia visitou todas as províncias do Peru através das Audiências da Nova Granada e São Francisco de Quito. Sua intenção era observar nessas visitas os problemas do trabalho indígena e as relações entre clérigos, frade, governadores, corregedores, oficiais reais, administradores e “encomenderos”<sup>25</sup>.

A obra do Fray Agia está dividida em três partes que trata, no primeiro parecer, da real intenção e vontade do rei a cerca do provido e ordenado na Real Cédula; no segundo, da justificação da Cédula em geral e em todas as suas cláusulas, atentado para que as leis sejam justas, e assim, receberem o nome de “leis”; e o terceiro, do arbítrio que o vice-rei do Peru teria sobre o cumprimento e execução da Real Cédula, no que ela provinha e ordenava segundo o Direito Comum, e para casos particulares não declarados.

De um ponto de vista político, segundo a opinião de Agia, a Real Cédula de 24 de novembro de 1601, a verdadeira intenção do rei não era a de acabar com as mitas e os “repartimientos”, e sim eliminar a prática dos “agravos e vexames aos índios”<sup>26</sup>. E também não era sua intenção acabar com a servidão indígena, concedendo liberdade plena e geral, e sim, que os índios manifestassem a servidão própria de vassallos que eram<sup>27</sup>. Mantendo assim, os benefícios que tal trabalho traz para a coroa e para os “encomenderos”.

Do ponto de vista jurídico, no final do século XVI a legislação começou a impor mudanças básicas ao sistema existente e codificado que envolvia os espanhóis e os índios. Nas áreas centrais as leis sobre a “encomienda” foram mantidas, porém, estratégias e tentativas de acomodação corriam constantemente. “A política passou a ser a arte de fomentar a criação de leis em seu próprio favor, de apelar pela isenção de leis prejudiciais e, acima de tudo, questionar o significado e a aplicabilidade das leis em relação a cada indivíduo ou caso”<sup>28</sup>.

Ainda sobre um ponto de vista jurídico, a obra do Fray Agia, suas relações com as circunstancias locais nas índias e sua interpretação sobre a lei específica de 1601, nos mostra quais

---

<sup>25</sup>AGIA, Fr. Miguel, *Servidumbres personales de indios*, Edição e estudo preliminar por AYALA, Francisco Javier de, Escuela de estudios hispano-americanos, Sevilla, 1946, p. XIII.

<sup>26</sup>\_\_\_\_\_, *Servidumbres personales de indios*, p.28. Primeiro Parecer.

<sup>27</sup>Afirma o texto legal: *No fue intencion de su Magestad por esta Real Cedula dar libertad general a los indios para que sirvan, o dexen de servir si quisieren, antes ordena y manda lo contrario, manifestando en esto su intencion, la qual es que anden ocupados, y sirvan en lo que deven, y están obligados como vassallos de su Magestad, como claramente se colige delo dispuesto, y ordenado en muchas clausulas desta Real Cedula, particularmente en el proemio, en aquellas palabras (sin nota de esclavitud, ni de otra subiection, y servidumbre mas dela que como naturales vassallos deven etc.) Luego siguessse, que dela servidumbre que deven como vassallos no les exime su Magestad.* Cf. Real Cédula de 24-11-1601, *cit.*, p.29.

<sup>28</sup>LOCKHART, James. SCHWARTZ, Stuart B. *A América Latina na época colonial*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.61.

são as referências que influenciam e apoiam a sua argumentação em suas opiniões. Para ele, é necessário considerar as circunstâncias específicas de cada caso para equilibrar a lei conforme a conveniência de cada caso. Nos argumentos dados pelo Fray Agia procuramos a explicação de sua decisão para entendermos, através de sua interpretação, o esclarecimento sobre o juízo que fez em consciência.

Fray Miguel Agia é influenciado pela tradição medieval, pelo espírito religioso da contra-reforma, segue as ideias dominantes na consciência social do século XVII e acredita que a instituição fundamental para a sociedade era a Igreja Católica, com seus poderes temporais e espirituais. A Igreja Católica tem a função de converter, corrigir e orientar, além de moderar as esferas políticas, sociais e jurídicas<sup>29</sup>.

Sua doutrina sobre a ciência jurídica indiana é de tendência localista e ocasional, edificada à medida que as circunstâncias a exigem e respondendo aos problemas suscitados no ambiente determinado e conhecido pelo investigador. Para Agia, as leis são observadas caso a caso, considerando os vários elementos aos quais faz referência, sejam eles os costumes locais, a distância, as novidades e imprevistos, as complexidades da colônia, seus hábitos e especificidades.

Por essa postura de Agia exercer o direito indiano, podemos ver o que se espera de um juiz. As situações concretas determinam a criação normativa e as peculiaridades indianas levam a ressaltar as noções de diversidade, mutabilidade e distância<sup>30</sup>. Assim, a força da concepção casuística da lei altera a atividade governativa. As reais cédulas, consideradas uma norma legal, são preceitos casuísticos, expedidos para solucionar o caso específico, sem pretensões de ser universal.

O contexto na América espanhola nos séculos XVI e XVII apresenta uma enorme novidade no espaço, nas práticas e nas soluções encontradas pelo direito. O desenvolvimento material da monarquia e da economia do mediterrâneo dependia da exploração mineral das colônias e esta se regulava por ordenações locais e não peninsulares<sup>31</sup>. Por isso, entende-se como um dos objetivos do Fray Agia procurar na relação entre a Real Cédula e a sua percepção da realidade colonial, uma harmonia entre os extremos e interesses. Esse equilíbrio é o meio mais eficaz, segundo seu juízo, de conseguir os benefícios que a cédula assegurava melhorar o tratamento indígena, mantendo os interesses econômicos da exploração e evitando as alterações sociais.

---

<sup>29</sup>AGIA, Fr. Miguel, *Servidumbres personales de índios*, Edição e estudo preliminar por AYALA, Francisco Javier de, Escuela de estudios hispano-americanos, Sevilla, 1946, p.20.

<sup>30</sup>TAU ANZOÁTEGUI, V. *Casuismo y sistema. Indagación histórica sobre el espíritu del Derecho indiano*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1992, p.317.

<sup>31</sup>TAU ANZOÁTEGUI, V. *Casuismo y sistema*. p. 318.

Ainda que os termos da dita cédula mostrassem decididos os propósitos de acabar para sempre com a opressão indígena, tais termos se prestavam a distintas interpretações, cada uma das quais afetava aos interesses particulares e também podiam prejudicar a organização e o rendimento da economia pública indiana. A dificuldade prática de aplicar as leis em meio à multiplicidade de interpretações e controvérsias fez com que o vice-rei solicitasse as opiniões e que estes pareceristas procedessem com segura consciência no que for mais razoável fazer.

Fray Miguel Agia procura uma harmonia em seus pareceres guia-se por sua doutrina católica e por sua experiência e observação das realidades colônias das Índias. Mas sua doutrina não foi aceita por todos. Ele chegou a retratar algumas de suas afirmações, tempos depois de emitir os seus primeiros pareceres<sup>32</sup>.

Em suas visitas procura formar um exato juízo das discrepâncias entre os fatos e as leis e quando trata de opinar sobre o trabalho nas minas, dirige-se a Huancavélica para conhecer o ambiente no qual as disposições legislativas deviam concretizar-se. Olha para a sociedade colonial correspondendo o direito e a vida. Ele admite as desigualdades sociais e enquadra cada um dos grupos sociais em suas ordens em conservação do bem comum. Essa subordinação do bem comum, necessária para o funcionamento da república, é o fundamento dos serviços pessoais de possível implantação por meio de normas coativas. Fray Agia apresenta seu raciocínio demonstrando a confusão feita na distinção entre a instituição dos serviços pessoais e os “repartimentos” ou “encomiendas” referente ao uso particular do trabalho indígena. E nesta distinção e suas consequências está a ideia central dos juízos e propostas de Agia para a organização do trabalho nos territórios coloniais<sup>33</sup>.

Os pareceres dados por um conhecedor de direito se entende porque o caso é jurídico – trata-se da interpretação de uma lei-, e político social, por envolver questões econômicas e de classe. Tais pareceres feitos por um religioso, ao mesmo tempo, atende também às questões da alma ligadas ao serviço do indígena e garantem que a fé Católica e suas orientações e determinações sejam preservadas e que nada as contrarie. Mas os três pareceres não solucionam as esferas da Justiça e da Religião apenas de forma legal. A obra de Miguel Agia busca justificar a intenção e refletir a vontade do rei ao elaborar a norma, que por sua vez, elucida a consciência do monarca. E se a lei é justa e apresenta a reflexão de todas as possibilidades prováveis em sua aplicação, enquanto manifestação da vontade do rei, o próprio rei é justo e tem a sua consciência correta porque a razão é boa.

---

<sup>32</sup>AGIA, Fr. Miguel, *Servidumbres personales de indios*, Edição e estudo preliminar por AYALA, Francisco Javier de, Escuela de estudios hispano-americanos, Sevilla, 1946, p.18.

<sup>33</sup>AGIA, Fr. Miguel, *Servidumbres personales de indios*, p.25.

A segura consciência vem da exploração de possibilidades, por isso, solicitar pareceres de outros doutores, como o fez o vice-rei do Peru, fará da sua função enquanto um agente da coroa, um importante legislador. Conhecer as outras opiniões sobre a mesma legislação significa explorar a multiplicidade legal que nela contem. Assim, pode encontrar, nos diferentes pontos de vista, a solução uniforme entre a pluralidade e heterogeneidade dos pareceres que caiba e convém ao caso concreto.

Um exemplo disso ocorre quanto Fray Agia reflete sobre as questões sociais e estas referentes à liberdade dos índios. O próprio rei deixa claro, segundo a interpretação do franciscano, que sua vontade não é a de libertar os indígenas, mas que eles incluam em suas qualidades a condição de vassalos que são independentes de serem índios ou não<sup>34</sup>.

Não basta apenas, sozinho, chegar a uma solução para a dúvida com o entendimento, é necessário que essa solução, tida em entendimento e conhecimento, seja correspondente e compatível com a lei moral em sua esfera religiosa. E para tanto, é necessário buscar o parecer de alguém que encontre essa ligação e a explore.

A consciência passa a ser controlada pela religião por meio da lei moral. Porque se a consciência chegar a uma solução não moral e não religiosamente aceita não servirá, não será a correta. É desta maneira que, além da dúvida, a vontade, a experiência e também a liberdade, a graça e o livre arbítrio vão aparecendo como relevantes e fundamentais no estudo da consciência atrelada às questões jurídicas.

A consciência está presente tanto na Real Cédula, quanto nos pareceres do Fray Agia e na própria reflexão e aplicação da norma pelo vice-rei em sua função de juiz. E isto se pode perceber pelo movimento com o qual a legalidade remete-se à moralidade e termina na remissão da moralidade à consciência, e moral e direito se interligam.

A consciência passa por sistemas de provas, o que indica que o espaço da ação do arbítrio também possui regras previstas e a prudência é a virtude que orienta o discernimento da consciência.

O livro de Hernán Busenbaum (1609-1668), *Medula de la Theologia Moral*<sup>35</sup> aborda as questões morais dentro de uma metodologia casuística<sup>36</sup> e nos serve para aproximarmos as

---

<sup>34</sup> AGIA, Fr. Miguel, *Servidumbres personales de índios*, p.29. Diz o seguinte: “No fue intencion de su Magestad por esta Real Cedula dar libertad general a los índios para que sirvan, o descen de servir se quisieren, antes ordena y manda lo contrario, manifestando en esto su intencion, la qual es que anden ocupados, sirvan en lo que deven, y están obligados como vasallos de su Magestad, como claramente se colige de lo dispuesto, y ordenado en muchas clausulas desta Real Cedula (...)”.

<sup>35</sup> BUSENBAWM, Padre Hermano, *Medula de la Theologia Moral que con fácil, y claro estilo, y casos: escrivola en idioma latino el padre Hermano Busenbaum, de la Compañía de Jesus, licenciado en Theologia*, Año de 1688.

questões morais das prática jurídica no âmbito da consciência do juiz. Dessa forma, o que vem a ser “consciência” nessa obra?

Que conciencia es un dictamen de la razon, ò un acto del entendimiento, con que juzgamos que se debe hazer alguna cosa por buena, ò se debe dexar por mala, y esto ò por razón de precepto, que la manda, ò prohíbe, ú de consejo que la encomienda, ò la disuade. Comunmente es recta la conciencia, porque dicta lo verdadero; pero à vezes no es recta, porque dicta al encuentro de las cosas<sup>37</sup>.

A consciência é o juízo prático do entendimento da razão. Ela não é hábito, nem potência, é um ato, uma ação provida do arbítrio do juiz. A dúvida moral é resolvida em juízo consciente quando conhece e entende o caso que se tem dúvida, assim, a razão prática será justa porque o juízo da razão foi bom e o juiz prudente ao buscar a experiência.

No terceiro parecer do Padre Fray Miguel Agia podemos notar essa preocupação em executar a lei por um juiz consciente, por exemplo, o vice-rei do Peru:

(...) para que su Señoría vea si conviene, o no executarse demanera que no es nudo, o meroexecutor sin conscimiento como suelen ser los tales meros executores, sino juez arbitro pues tiene autoridad su Señoría de añadir, y quitar, alterar, mudar, remover, executar, y dexar de executar lo que viere que conviene al bien común de la Republica, como claramente lo da a entender su Magestad en muchas partes de esta Real Cedula<sup>38</sup>.

E em outro trecho esta: “Que se busquen personas ydoneas y acomodadas a la gravedad delos negocios y materias de que se trata: lo qual es muy conforme a buena razón, (...) Que el que vuere de juzgar y dar su parescer y voto sobre alguna cosa, la entienda y conozca primero<sup>39</sup>”.

O arbítrio do juiz no exercício da jurisdição não corresponde à livre vontade do magistrado, mas à orientação por critérios diretamente vinculados à equidade, a razão e à consciência:

(...) la noción de arbitrio tuviera um papel central em la potenciación de la eficacia repressiva de la jurisdicción criminal, al ampliar el margen de apreciación judicial em cuestiones tan delicadas (...) El arbitrio resultaba funcional a un orden jurídico que, impasible ante el la diversidad natural y casuística dictada por su propia imagen del mundo, debía descargar necesariamente en sus magistrados la tarea precisa de la determinación normativa<sup>40</sup>.

---

<sup>36</sup> MARTEL PAREDES, Víctor Hugo, *La Filosofía Moral: El debate sobre el Probabilismo en el Perú (siglos XVII-XVIII)*, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Facultad de Letras y Ciencias Humanas E.A.P. de Filosofía, tesis para obtener el título profesional de licenciado en Filosofía, Lima, Peru, 2005, p.23.

<sup>37</sup> BUSENBAM, Padre Hermano, *Tratado Primero, De la regla interior, que llamamos Conciencia*, p.1.

<sup>38</sup> AGIA, Fr. Miguel, *Servidumbres personales de indios - Tercero Parescer del Padre Fran Miguel Agia, cit.*, p.115.

<sup>39</sup> AGIA, Fr. Miguel, *Servidumbres personales de indios*, p.125.

<sup>40</sup> AGÜERO, Alejandro, *De justicia de jueces a justicia de leyes: hacia la España de 1870, cit.*, p.46.

O arbítrio aparece como uma dúvida no parecer do Fray Agia: “Si por el arbítrio general podra el señor Virrey dexar de executar, y mandar guardar las cosas que e nesta Real Cedral vienen justificamente ordenandas y mandadads por su Magestad<sup>41</sup>”, e ele responde advertindo que as leis, ainda que depois de promulgadas, e sendo justas, não obrigam se primeiro não forem recebidas pela maior parte da República<sup>42</sup>.

Em caso de dúvida o arbítrio deve agir prudentemente para que a consciência encontre sua solução sem incorrer em pecado. Para isso é orientado pelo tratado moral que se aja da seguinte forma: “Primero, consulte el parecer de otros, si puede. Segundo, si no puede consultarlos, ò por hallarse solo, ò por ser caso que lo supo en confession, quando el negocio, y tiempo den lugar, qual es, ò parece menos mala de las dos cosas, y eligiendo esta, no pecara<sup>43</sup>”.

Além de consultar o parecer de outros doutores o tratado afirma que esses outros doutores têm que possuir uma autoridade, dessa forma a sentença será dada de maneira prudente<sup>44</sup>. O Fray Agia também aponta que solicitar as opiniões de outros doutores em caso de dúvida é algo prudente a se fazer: “De todo lo qual queda bastantemente provado aver sido singular prudencia de su Magestad ela ver consultado varones de semjantes calidades para establecer esta ley y Real Cedula<sup>45</sup>”. E acrescenta que os consultados têm que ser sábios e experientes. A experiência, sempre relacionada à prudência e à consciência, é exigida para garantir uma boa sentença, assim como o costume também é uma forma de interpretar a lei e demonstra a experiência e a prática:

(...) aunque el señor Virrey no tiene obligación de estar atendido al parecer de muchos, no podra, empero, apartarse de todo punto del parecer y consejo, de aquellos que consultare echando por contrario camino. Principalmente si los consultados son personas de experiencia y conciencia: porque como dicho es no es supremo Legislador, o Monarcha, podra, empero, limitar, mudar, quitar, y añadir lo que le pareciere delos pareceres delos consultados, assi por la comisión que para ello le da su Magestad, como por la mucha experiencia que tiene delas cosas delas Indias<sup>46</sup>.

---

<sup>41</sup> AGIA, Fr. Miguel, *Servidumbres personales de indios*, p.117.

<sup>42</sup> Diz o texto legal: *Para mejor resolución de esta duda se debe de notar, que las leyes aun después de promulgadas, y siendo justas no obligan a su guarda y observancia, sino es estando primero rescebidas alomenos por la mayor parte dela Republica*. Cf. Tercero Parecer, *cit.*, p.117.

<sup>43</sup> BUSENBAWM, Padre Hermano, *Medula de la Theologia Moral que con fácil, y claro estilo, y casos: escrivola en idioma latino el padre Hermano Busenbanm, de la Compañía de Jesus, licenciado en Theologia*, Año de 1688, p.2.

<sup>44</sup> BUSENBAWM, Padre Hermano, *Medula de la Theologia Moral*, p.3. Diz o original: *La razon es, porque quien sigue una sentencia fundada, ò en autoridad grave, ò en razón alguna de peso (porque esta se llama sentencia probable) no obra con temeridad, sino con prudencia, siguiendo el parecer de hombres cuerdos, y doctos*.

<sup>45</sup> AGIA, Fr. Miguel, *Servidumbres personales de indios*, Edição e estudo preliminar por AYALA, Francisco Javier de, Escuela de estudios hispano-americanos, Sevilla, 1946, p.121.

<sup>46</sup> \_\_\_\_\_, *Servidumbres personales de indios*, p.124.

“Tal como la particular racionalidad jurídica de los actores que, a primera vista, puede incluso parecer fruto de un “probabilismo”, también la invocación de la virtud de la prudencia tiene que ser vista como fruto de los condicionamientos pragmáticos del mismo orden jurídico: un componente necesario de una cultura jurídica basada en fuentes dispares, sellada por el imperativo de administrar justicia material, en estos ‘tiempos intensos’<sup>47</sup>”.

Thomas Duve em seu estudo sobre o direito eclesiástico e suas relações com a prudência do juiz no direito indiano canônico aponta que o jurista tem que escolher entre uma ampla gama de autoridade, às vezes contrárias, e buscar uma solução com base em uma dessas autoridades, deixando de lado as outras, tentando encontrar a solução adequada para o caso concreto, ou seja, a solução justa. “Esta situación no dejaba de tener sus efectos el *modus operandi* del jurista. Típico ejemplo para la práctica cultural tan particular – cercana al concepto medieval de la *interpretatio*, pero lejana a la ‘cultura del códico’ en el mundo jurídico del siglo XIX”<sup>48</sup>.

Uma característica do direito casuístico é ele ser empírico. Alejandro Guzmán afirma que o direito comum<sup>49</sup> é um direito de juristas, portanto, de controvérsias. E isso não é uma novidade da condição colonial americana, já existia na Roma clássica e também no medievo, porque essa é a natureza do direito<sup>50</sup>. Dito de outra forma, Thomas Duve acrescenta: “Las particulares circunstancias en las Indias hicieron que una competencia jurisdiccional, prevista en algunos cánones del derecho canónico clásico, virtualmente en desuso en Europa, pudo volver a actualizarse en las Indias. El trasplante del derecho común a las Indias hizo que una parte de éste, languideciendo en el viejo mundo, cobrara vida en el nuevo.”<sup>51</sup>

As leis coloniais não podem compreender todos os casos que acontecem e nem abarcar todas as circunstâncias que o caso determina. Elas possuem suas disposições alteradas em razão das especificidades do tempo, da pessoa, do lugar, do modo, da matéria, da causa e da coisa<sup>52</sup>. A lei imperial necessitava de um intermediário para chegar a ser direito aplicável e esse

---

<sup>47</sup> DUVE, Thomas, *Algunas observaciones acerca de modus operandi y la prudencia del juez en el derecho canónico indiano*, Revista de Historia del Derecho, Núm. 37, 2007, p.226.

<sup>48</sup> \_\_\_\_\_, *Algunas observaciones acerca de modus operandi y la prudencia del juez en el derecho canónico indiano*, p.222.

<sup>49</sup> GARRIGA, Carlos y LORENTE, Marta, “El juez y la ley: la motivación de las sentencias (castilla, 1489 – España, 1855), *Anuario de la Facultad de Derecho*, “(...) la lógica propia del Derecho común conducía a la no motivación, que justamente por ello era la regla general. Esto no significa que allí donde prevaleció faltara cualquier tipo de garantía y reinase incluso formalmente el más puro arbitrio: significa tan sólo que los particulares podían tener otras garantías distintas y más apropiadas a un derecho jurisprudencial y no legal como era el *ius commune*. Allí donde se impuso, en efecto, la regla de la no motivación propició la formación de un conjunto de mecanismos institucionales, con toda probabilidad dependientes en su detalle de las circunstancias jurídico-políticas peculiares del lugar, pero en todo caso apropiados a garantizar la justicia de las decisiones judiciales inmotivadas”, p.105.

<sup>50</sup> GUZMÁN, Alejandro. *Decisión de controversias jurisprudenciales y codificación del Derecho en la época moderna*. Madrid: Anuario de Historia del Derecho español, 1980, p.852.

<sup>51</sup> DUVE, Thomas. *Algunas observaciones acerca de modus operandi y la prudencia del juez en el derecho canónico indiano*, Revista de Historia del Derecho, Núm. 37, 2007, pp.195-226, p.221.

<sup>52</sup>TAU ANZOÁTEGUI, V. *Casuismo y sistema. Indagación histórica sobre el espíritu del Derecho indiano*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1992, p.319-320

intermediário são os comentadores da lei. A característica do direito de juristas é ser esse um direito de controvérsias.

O direito da prática, da empiria, no qual Fray Agia se encontra, mesmo sendo um direito de juristas ele não deixa de estar destinado a servir as necessidades da prática jurídica, com a exigência de soluções precisas, certas e definitivas dos conflitos produzidos na ocasião do mesmo. O direito comum, da prática e da empiria tenta satisfazer essa necessidade social por segurança e certeza, muito bem apontada por Alejandro Guzmán, por meio do mecanismo da “comum opinião”:

A través de él la pluralidad, heterogeneidad y descentralización de principios y soluciones propias de las fuentes de ese derecho era reconducida, por así decir, a la unidad, de modo que con los criterios que suministraba el mecanismo de la *communis opinio*, el juez pudiera encontrar la solución uniforme que aplicar al caso litigioso, de entre la pluralidad y heterogeneidad de pareceres ofrecidos por el conjunto de juristas<sup>53</sup>.

Mesmo com o mecanismo da opinião comum o juiz precisa ter o discernimento para orientá-lo na localização das soluções. Havendo tantas opiniões comuns dos juristas sobre uma mesma questão, não pode se ter a certeza e a segurança de que essas opiniões correspondem a uma solução justa. Na prática jurídica, havendo tantos juristas em todos os países que escrevem tantos livros, com tantos ditames e produzem tantas opiniões, esse mecanismo que contava com a pluralidade e heterogeneidade, não discerne, não é seguro. Se sobre uma questão se tem várias opiniões a favor e a mesma quantidade ou superior contra, como chegar a um discernimento? Guzmán coloca que apenas classificar as opiniões em “comum” e em “mais comuns” não garante uma maior seguridade na hora de optar em seguir uma ou outra opinião. O sentimento de insegurança e incerteza, de dúvida jurídica afeta a percepção de juristas e políticos<sup>54</sup>.

A lei tem que ser interpretada juntamente com o seu conjunto de opiniões e autoridade, essa era a função do juiz. Nos casos das leis opinativas, a solução delas não está no maior ou menor número de doutores que concordam ou reprovam, e sim nos motivos e argumentos mais sólidos. Desta forma, a jurisprudência encontraria estabilidade.

No ato de julgar do juiz a argumentação e a interpretação são inseparáveis. A argumentação garante a lógica, o raciocínio, enquanto a interpretação desenvolve toda a trama inventiva do processo que culmina na tomada de decisão<sup>55</sup>. “Frente a este panorama de

---

<sup>53</sup>GUZMÁN, Alejandro. *Decisión de controversias jurisprudenciales y codificación del Derecho en la época moderna*. Madrid: Anuário de Historia del Derecho español, 1980, p.854.

<sup>54</sup>\_\_\_\_\_, *Decisión de controversias jurisprudenciales y codificación del Derecho en la época moderna*. p.860.

<sup>55</sup>RICOUER, Paul, *O Justo 1: a justiça como regra moral e como instituição*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008,p.207, p. 202.

inseguridad jurídica o, visto de otra manera: frente la particular funcionalidade de la imprecisión, y acorde a la necesidad de llevar a cabo un razonamiento moral, todo dependía de los actores<sup>56</sup>”. Isso explica ser este um direito de juristas, e o sendo, um direito empírico, prático, que deposita sua confiança e certeza na imagem do juiz e sua consciência.

### **O ato de julgar: a dinâmica de uma manifestação de poder.**

O juiz julga as ações humanas e as julga porque são externas, uma vez que as intenções ficam guardadas no coração de cada indivíduo. E como analisar, investigar as intenções? Os autores medievais se preocuparam com isso e desenvolveram a partir desse princípio uma investigação ética, concluindo que, “se o ato moral e o livre arbítrio consistem sempre na escolha dos meios para se chegar a um fim, então o conjunto das ações humanas – mesmo que não se tenha consciência clara disso- é orientado com vistas a um fim desejado. Esse fim será a felicidade, que só pode ser obtida pela união com o Bem Supremo ou Deus<sup>57</sup>”.

Nessa investigação estamos percebendo a importância da vontade que escolhe, moralmente e em liberdade, o fim a que deseja. Esse fim é religioso e libertador, uma vez que é por meio da consciência que os homens se relacionam com Deus e de acordo com Tomás de Aquino na “Suma Teológica”, mesmo que a razão esteja equivocada, o indivíduo deve segui-la, pois é ela quem determina a consciência, e a consciência é a sede de sua liberdade, não segui-la significa abrir mão de seu livre arbítrio.

Durante o ato de julgar, no dinamismo interior que produz ações livres e éticas, quando a razão e a vontade são postas uma ao lado da outra com a finalidade de visar à ação prática, a razão se comporta como a causa formal e final, cabendo à vontade o papel da causa eficiente<sup>58</sup>. Dessa forma, quando agimos é a razão quem nos apresenta a finalidade da ação e a sua forma, ou seja, a sua natureza, e é a vontade que impele a agir.

No ato de julgar a interpretação e o arbítrio são importantes na dinâmica jurídica entre a doutrina e a prática. E entre os mecanismos administrativos de reciprocidade a equidade garante que fazer cumprir a lei é garantir o que é justo para cada um, de forma que a equidade não é sinônima de igualdade e implica em relações móveis, flexíveis, e se é flexível é capaz de favorecer aos interesses políticos, isto pode ocorrer porque a justiça é feita por homens e não por leis.

---

<sup>56</sup> DUVE, Thomas, *Algunas observaciones acerca de modus operandi y la prudencia del juez en el derecho canónico indiano*, Revista de Historia del Derecho, Núm. 37, 2007, p.225.

<sup>57</sup> SAVIAN FILHO, Juvenal, “O tomismo e a ética: uma ética da consciência e da liberdade”, Centro Universitário São Camilo, v. 2, n. 2, pp. 1177-184, 2008, p.03.

<sup>58</sup> \_\_\_\_\_, “O tomismo e a ética: uma ética da consciência e da liberdade”, p.06.

Esta noção de equidade está na base da complexa casuística jurídica que governa o mundo colonial, expressada, por exemplo, na máxima: “a lei se acata, mas não se cumpre”. Os juízos morais, entre as causas e as leis, e as opiniões, os motivos e circunstâncias, convertem os assuntos morais, jurídicos ou políticos em problemas de intencionalidade, de comunicação e de subjetividade. Dessa forma, o ato de julgar não implica apenas na decisão final e na sentença dada pelo juiz, mas também em tudo que está envolvido neste processo de decisão, como as leis, os costumes, as opiniões comuns e controvérsias, a dúvida e principalmente a prudência e o arbítrio do juiz em sua interpretação casuística.

Definida como la potestad ‘para declarar el derecho y establecer la equidad’, la noción de Jurisdicción designa tanto el poder ‘público’ para resolver una controversia (declarando el derecho) como el de dictar preceptos generales a partir de aquel campo normativo trascendente (estableciendo la equidad). La sentencia (quasi particularis lex) y la lex (la costumbre, el estatuto, la ordenanza, etc.) son actos de jurisdicción y como tales su virtud normativa consiste en reflejar, en un contexto específico, algún aspecto del orden trascendente. (...) La dinámica jurídica se representa así como una actividad esencialmente interpretativa que tiene siempre como referencia aquel orden trascendente (divino, natural, orden de ruda equidad) que determina el marco de posibilidad de un derecho humano de carácter general o particular ) equidad constituida<sup>59</sup>.

O juiz no século XVII tinha a função de dizer o justo e de ditar um conjunto de direitos e deveres. Essa função lhe era atribuída pela organização social<sup>60</sup> e demonstrava que a definição de justo ou injusto não era algo da vontade do homem, do indivíduo, mas algo da função de ser juiz. E além de dizer o justo, também é da função do juiz realizar o bem comum como o fim próprio de cada lei<sup>61</sup>.

Dessa forma, no exercício de sua função, para o juiz dizer o justo, que comportava o bem comum, ele interpretava os fatos e arbitrava as suas sentenças. Os casos que não estavam definidos pelo direito eram resolvidos pelo arbítrio do juiz e as sentenças desses casos dependiam da interpretação que este fazia sobre eles. Para que o juiz pudesse sentenciar era preciso que deliberasse em consciência sobre qual seria a solução mais justa e, para tanto, precisava, de forma geral, interpretar a lei. De acordo com a sua interpretação o juiz podia se utilizar do costume local, da opinião mais provável, das leis reais, dos foros, do que considerava justo seguindo a sua consciência.

---

<sup>59</sup> AGÜERO, Alejandro, *De justicia de jueces a justicia de leyes: hacia la España de 1870*, p.29-30.

<sup>60</sup> HESPANHA, António Manuel. “As estruturas políticas em Portugal na época moderna”, In: MATTOSO, José...[et all]; TENGARRINHA, José (org.) *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001, p.118.

<sup>61</sup> “A Lei não é outra coisa que uma ordenação de razão para o bem comum, promulgada por aquele que tem o cuidado da comunidade”. In: AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*, artigo 4, questão 90, “A essência da lei”. vol. IV, I seção da II parte, Ed. Loyola, SP. Br., 2005, p.527.

A característica principal da função do juiz consistia em ser essa uma tarefa jurisprudencial e não uma dedução a partir das leis vigentes. Por jurisprudência entendemos ser o ato de interpretar e aplicar as leis segundo os casos concretos. Um juiz jurisprudente é o que procura conhecer e saber sobre as leis, depois as interpreta, e por último as aplica aos casos específicos de cada dia, por isso, o ato de julgar é uma prática que implica a jurisprudência para ser justa.

Deste modo, a sentença justa era dada por um juiz justo, que no espaço do seu arbítrio podia criar normas específicas para o problema jurídico que encontrava<sup>62</sup>. Assim, a boa administração da justiça advinha do comportamento público do juiz perfeito que se comportava de modo imparcial, decidia livremente em consciência e guardava em segredo os seus motivos. Realizava-se uma “justiça de homens” e não de leis porque concentrava a garantia do estabelecimento da justiça na pessoa do juiz e não nas suas decisões:

Como a incerteza desaconselhava a motivação das sentenças e, em consequência, a justiça não aparecia objetivada, a não ser na consciência do julgador, a única garantia de justiça possível era uma garantia moral, por completo, depende do comportamento justo exteriorizado pelo juiz<sup>63</sup>.

Para Paolo Prodi, nessas sociedades católicas de teor teológico na base jurídica, as qualidades morais pessoais tinham uma eficácia direta na vida pública, o pecado não era separado e distinto do crime ou da infração, e uma desobediência à lei da Igreja era uma desobediência ao príncipe, à forma de governo<sup>64</sup>.

O ato de julgar pode ser considerado enquanto uma manifestação de poder. Prodi nos coloca que:

A obrigação de obedecer à lei não depende dos conteúdos desta, mas deriva da própria característica da lei positiva, que produz uma ordem “artificial” ínsita na arte de governar: é o príncipe, seja ele o papa ou um soberano secular, que, possuindo o poder coativo, pode transformar a lei natural em lei positiva, mantendo sua capacidade de vincular a consciência<sup>65</sup>.

O não cumprimento da lei se justifica para Prodi porque as leis humanas eram aplicadas e vigoradas enquanto uma derivação da lei divina, mas elas não obrigavam se fossem inúteis ou

---

<sup>62</sup> MARTIRÉ, Eduardo. *Las Audiencias y La administración de justicia em las Indias. Del 'index perfectus' al 'index solutus'*. Librería Editorial Histórica Emilia J. Perrot, Buenos Aires, 2009, p.77.

<sup>63</sup> GARRIGA, Carlos. *Los límites Del reformismo borbónico: a propósito de La administración de justicia em Indias*. In: BARRIOS, Felicano (coord.) *Derecho y administración em las Indias hispánicas*, vol.1, Edicionaes de La Universidad de Castilla-La Mancha, Cuenca, 2002, p.781/821, p.792.

<sup>64</sup> PRODI, Paolo. *Uma história da justiça*, São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.182.

<sup>65</sup> \_\_\_\_\_, *Uma história da justiça*, p.216.

perigosas à comunidade ou se assim viessem a se tornar, mesmo num outro momento, caso não fossem aceitas pelo povo<sup>66</sup>.

Para ele, a administração da justiça vincula-se:

Indissolúvelmente ao poder, e a *epieikeia* como poder interpretativo da lei por parte do juiz é cada vez menos uma referência a um direito não escrito, mas superior ao direito escrito, ou a uma *equitas*, que é a alma do direito canônico, e cada vez mais *interpretatio legis*, referência a uma moderação na interpretação da lei, que encontra o seu fundamento apenas no poder e na benevolência do príncipe<sup>67</sup>.

A aplicação da lei encontrava-se, então, numa encruzilhada interpretativa dupla, tanto do lado dos fatos como do lado da norma, “o juízo em situação surge assim no ponto ou intersecção dessas duas linhas de interpretação<sup>68</sup>”, ponto esse encontrado prudentemente.

A consciência, desta maneira, também podia ser entendida como uma obediência íntima à lei como lei, “por puro respeito a ela, e não por simples conformidade ao enunciado da regra. A palavra decisiva aqui é respeito (...) é um sentimento, de fato, mas o único móbil da vida moral; o único sentimento que a razão, apenas por sua autoridade, põe em nós<sup>69</sup>”.

Assim, o ato de julgar estava relacionado com a prática governativa no século XVII, e as práticas legislativas estavam associadas com a esfera administrativa, religiosa e a esfera judicial. A lei, sua elaboração, aplicação e interpretações são históricas e construídas culturalmente. A norma jurídica afirma-se como realidade histórica, forma-se na história em dialética com o poder e as instituições, com a ética ou o direito natural como uma tensão e referência ao absoluto e ao mistério guardado na consciência de cada um que julga. As leis, suas variadas formas de conhecimento, de interpretação e aplicação respondem não apenas à justiça e ao exercício do direito, mas também à consciência moral religiosa que controla, que guia, orienta e limita muitas das ações e argumentações jurídicas dessa época. Dessa forma, a jurisprudência, além de conhecer as leis, interpreta-las e aplica-las, apresenta as motivações e intenções culturais que modificam o direito em cada sentença dada de acordo com as circunstâncias do dia a dia.

---

<sup>66</sup> PRODI, *Uma história da justiça*, p.221.

<sup>67</sup> \_\_\_\_\_. *Uma história da justiça*, p.171.

<sup>68</sup> RICOUER, Paul, *O Justo 1: a justiça como regra moral e como instituição*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008,p.207.

<sup>69</sup> \_\_\_\_\_. *O Justo 1: a justiça como regra moral e como instituição*, p.205.

## Resenha: Entre a história e a criação artística: *Ensaio de um percurso*<sup>1</sup>

PRISZKULNIK, Esther. *Ensaio de um percurso: estudos e pesquisas de teatro*. Organização e notas de J. Guinsburg e Luiz Henrique Soares. São Paulo: Perspectiva, 2013. 207 p.

Henrique Brener Vertchenko  
Mestrando em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
henriquevertchenko@yahoo.com.br

Recebido em: 01/11/2014  
Aprovado em: 13/01/2015

A editora Perspectiva contribui, já há algumas décadas, de forma decisiva para os debates sobre a arte teatral no país. Não é diferente com o livro *Ensaio de um percurso: estudos e pesquisas de teatro*, lançado em junho de 2013. Nessa obra, a pesquisadora Esther Prizskulnik, falecida em 2009, lança luz e estabelece um diálogo entre três universos teatrais distintos: o da Rússia do início do século XX, o do mundo judaico e o do Brasil dos imigrantes e do modernismo. Baseado em textos apresentados no curso de Pós-graduação do Departamento de Artes Cênicas da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) e na dissertação de mestrado da autora, defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, o livro é organizado por J. Guinsburg e Luiz Henrique Soares e dividido em três partes: *Ensaio, Projeto de uma encenação* e *O teatro ídiche em São Paulo*.

Na primeira delas é feito um breve panorama sobre algumas vanguardas artísticas que impulsionaram o surgimento de um novo teatro na Rússia nos três primeiros decênios do século XX, personalizado principalmente na figura de Vsevolod Meierhold. O trajeto delineado é didático e evidencia conhecimento em história da arte ao explicitar correntes que romperam com o figurativismo, como o impressionismo, o cubismo, o cubifuturismo, o construtivismo - este último fundamental no contexto de renovação artística soviética. A autora relembra que a concepção do espaço para o homem é diferente de acordo com a época em que ele vive e com seu contexto cultural, o que acarreta diferentes formas de se ver o mundo, já que “Toda imagem encarna um modo de ver”.<sup>2</sup> Dessa maneira, o impressionismo lançou a ideia de que a cor

<sup>1</sup> Resenha escrita no âmbito da disciplina “Produção e circulação do conhecimento histórico nos periódicos científicos”. Agradeço à professora Regina Horta Duarte e aos colegas.

<sup>2</sup> PRISZKULNIK, Esther. *Ensaio de um percurso: estudos e pesquisas de teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2013, p. 3.

depende da incidência da luz e de que o instante é fugidio; o cubismo uniu as conquistas da ciência e da técnica às artes primitivistas em uma preocupação construtiva baseada na decomposição, superposição, entrelaçamento e multiplicidade de planos; o futurismo representava o movimento e o dinamismo das imagens e dava atenção especial ao som da palavra em um elogio à vida moderna, às máquinas e à velocidade. Lançando olhar mais apurado sobre o contexto russo, a autora defende que o cubofuturismo foi o principal desenvolvimento da arte do país no início do século XX. Essa corrente, cujos principais expoentes foram Khlébnikov e Maiakovski, teria somado ao dinamismo futurista as formas geométricas e radicalizado a montagem e desmontagem das palavras, apontando para uma percepção das possibilidades do idioma. A inquietação e rebeldia desses grupos de artistas imbuídos de um desejo renovador e em busca de novas pesquisas formais levou à criação do construtivismo por volta de 1912, principalmente por meio do INKHUK (Instituto de Cultura Artística), em Moscou, e de artistas como Tátlin e Rodchenko. A defesa de um artista-engenheiro, ligado à sua sociedade, capaz de unir arte e indústria em um processo racional de produção industrial, fez com que o construtivismo realizasse um elogio à máquina, “[...] fonte de poder do homem no mundo moderno, capaz de libertá-lo do trabalho ao transformar este em arte”.<sup>3</sup> Esse grande movimento de intensa atividade artística e de renovação, por meio do qual a Rússia foi centro de encontros e trocas de ideias de toda Europa, teria unido as principais influências da pintura e da poesia para a formação de um importante teatro de vanguarda, já que

Os espetáculos teatrais mais significativos surgiram do clima fantasioso e cintilante da nova pintura. As descobertas da multiplicidade de novos espaços, as possibilidades de cor e luz liberadas da perspectiva renascentista, confluíram para o teatro. Sua manifestação em cena alterou gradativamente o palco italiano, levando para ele todos os recursos de forma e cor da pintura e os efeitos das palavras sonoras dos poemas cubofuturistas.<sup>4</sup>

Apesar da análise interessante e pertinente, a autora nega um desenvolvimento próprio à arte teatral ao se valer de uma perspectiva desenvolvimentista que afirma a “paternidade” de outras artes e ao desconsiderar a criação de outros tipos de teatro na Rússia que não foram influenciados pelo construtivismo e pelo cubofuturismo, como o de Stanislavski. O paradigma de um novo teatro, para Prizskulnik, é aquele desenvolvido por Meierhold. Em sua arte - grandes espetáculos de massa que se utilizavam das conquistas da “técnica moderna” – se faziam presentes uma dramaturgia ágil, uma cenografia múltipla que permitisse a simultaneidade de ações e a dinamicidade, novas disposições cênicas e novas técnicas de representação que levavam a mudanças na relação palco-plateia. Para Meierhold, era crucial o problema da forma, e sua

---

<sup>3</sup> PRISZKULNIK. *Ensaios de um percurso*, p. 12.

<sup>4</sup> \_\_\_\_\_. *Ensaios de um percurso*, p. 14.

cenografia era uma máquina cênica imbuída de técnica e produtividade, em que a função utilitária para o ator era primordial. Sua renovação teatral passava, então, pela revelação da estética do processo de trabalho e se valia das conquistas na poesia e nas artes plásticas.

Após delinear um panorama histórico e apontar as inovações do teatro russo no início do século XX, Esther Prizskulnik, na segunda parte do livro, se lança em proposta ousada. Os aspectos da teoria construtivista lhe fornecem as principais linhas para idealizar o espaço cênico e os figurinos para uma montagem inexistente do texto dramático *O homem e o cavalo*, de Oswald de Andrade. Para ela, a obra do escritor modernista tem diversos pontos de convergência com o teatro de Meierhold, como a abordagem do mundo da industrialização, a crítica a uma velha ordem, a presença de elementos circenses e do teatro de revista. Segue-se uma longa sequência de imagens de um projeto de encenação que almeja aproximar os parâmetros construtivistas às intenções do texto de Oswald, por meio das quais a autora sugere respostas próprias e livres. Nesse trajeto, há uma exigência na alteração do olhar do leitor, que precisa se desvencilhar de uma matriz teórica para perceber o livro em seus diversos significados, que vão de um percurso didático à criação artística e à pesquisa histórica. No entanto, a proposta de se colocar as imagens no livro corre o risco de se tornar uma especulação não aplicável, carente de sentido artístico e histórico mais profundo, além de não ser desenvolvido ou explicado o texto *O homem e o cavalo*, o que gera uma lacuna para aqueles que não o conhecem.

Na terceira parte, o livro traz apontamentos baseados na dissertação de mestrado da autora sobre o teatro ídiche em São Paulo. Partindo de um projeto inicial de 1977 do professor Jacó Guinsburg, - que visava a estruturação de um banco de dados com estatísticas das peças encenadas, autores, gêneros, locais de apresentação, diretores, atores, músicos, empresários – Prizskulnik nos apresenta um panorama histórico do teatro encenado na língua popular do imigrante asquenaze em São Paulo, considerando-o uma de suas principais manifestações culturais. Chama a atenção o número significativo de apresentações e a fidelidade dos espectadores e artistas que, articulados em torno de um idioma e um repertório cultural comum, puderam afirmar sua identidade cultural, evidenciando as relações entre a dedicação filodramática e a manutenção de uma identidade cultural. O teatro ídiche é apresentado enquanto parte do contexto da corrente migratória judaica em São Paulo, entre os anos de 1913 e 1970, quando a sua produção já diminuía drasticamente com uma maior assimilação e uma diminuição do número de falantes do idioma. Esses imigrantes, vindos da Europa Oriental a partir do final do século XIX, a maior parte deles trabalhadores urbanos pobres, foram aos poucos formando instituições culturais, sociedades beneficentes para os recém-chegados, escolas, sinagogas, jornais, bibliotecas, corais, e trouxeram consigo o gosto pelo teatro, já praticado em suas terras de origem,

agregando uma expressiva comunidade no bairro do Bom Retiro. Essa vida comunitária, em que o ídiche era o idioma comum para a grande maioria de seus membros, e em que havia receptividade para manifestações culturais, teria sido terreno propício para o desenvolvimento de um teatro ao mesmo tempo tradicional e significativo em suas elaborações de linguagem e debates políticos. A primeira peça de que se tem notícia data de 1913. No entanto, somente a partir da década de 1930, com a consolidação dos jornais em ídiche, há maior documentação disponível. A partir de então, a autora traça detalhadamente as realizações mais expressivas desse teatro, passando pela retração durante a II Guerra Mundial, pelo seu “período de ouro” devido à qualidade e à quantidade na década de 1950, e a sua redução expressiva nos anos 1960, ocasionada pela alteração na prioridade do ensino para o hebraico e pelo avanço do idioma português na comunidade.

São abordados a importância da vinda de companhias internacionais, que muitas vezes atuavam ao lado do elenco local, e nomes de atores, diretores, instituições promovedoras e dramaturgos judeus que proporcionavam repertório comum. Prizskulnik apresenta ainda, trajetórias de atores e suas famílias, depoimentos e, em sínteses quantitativas, listas de espetáculos, principais veículos de divulgação e principais locais de apresentação. Pretende, assim, preencher mais uma lacuna na história do teatro brasileiro, reconhecendo a carência de fontes, mas também demonstrando a suficiência delas para fornecer alguns indicadores dessa construção cultural plena de preservações e transformações em um contexto de experiência urbana comunitária no bairro do Bom Retiro. No entanto, apesar da grande enumeração e explicitação de elementos constituintes do banco de dados, há carência de interpretações. A própria relação entre os temas das três partes do livro - o teatro construtivista russo, o exercício criativo acerca da obra de Oswald de Andrade, e o teatro ídiche em São Paulo – é por demais frágil, cabendo ao professor Jacó Guinsburg estabelecer maiores relações no prefácio. Para ele, o livro lança luz

sobre um período de profundas mudanças na linguagem e no fazer teatral – as primeiras décadas do século passado- e sobre o papel importante que o teatro ídiche nele desempenhou, em duas sociedades ao mesmo tempo radicalmente distintas e em acelerado processo de transformação.<sup>5</sup>

Portanto, a Rússia pós-revolucionária teria sido, até a década de 1930, palco do apogeu do teatro ídiche, principalmente em Moscou, e, após 1930, São Paulo também veria certa efervescência trazida pelos imigrantes, com tradições teatrais, mas também com elementos de um novo teatro. O teatro amador não era, portanto, alheio às novas concepções e técnicas teatrais, apesar de não buscar a inovação por si só e não levantar bandeiras de vanguardas estéticas. Ele

---

<sup>5</sup> GUINSBURG, Jacó. No palco do ídiche: um prefácio. In: PRISZKULNIK, Esther. *Ensaio de um percurso: estudos e pesquisas de teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2013, p. xv.

seria “[...] o esforço pela criação de um novo teatro para uma nova humanidade e a luta pela sobrevivência material, mas também espiritual, numa nova terra”.<sup>6</sup> Assim, *Ensaio de um percurso* fornece importante material de pesquisa acerca do teatro ídiche em São Paulo, pela abrangência de seus dados, e é didaticamente claro na explicação de correntes artísticas, mas exige do leitor certa condescendência com a fragilidade metodológica e teórica de maneira a fruir as contribuições da autora, traçando assim, seus próprios percursos.

---

<sup>6</sup> \_\_\_\_\_. No palco do ídiche: um prefácio, p. xix.